

# Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino do Chemical V Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica



CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA  
CNPJ: 11.809.198/0001-75

Classificação de Risco (Quotas Seniores de Série Única) – Moody's América Latina Ltda.: Aa1.br  
Classificação de Risco (Quotas Subordinadas Mezanino) – Moody's América Latina Ltda.: Ba1.br

Código ISIN Quotas Seniores: BRCHMCCTF000 / Código ISIN Quotas Subordinadas Mezanino: BRCHMCCTF018

Registro CVM Quotas Seniores nº CVM/SER/RFD/016, concedido em 29 de junho de 2010  
Registro CVM Quotas Subordinadas Mezanino nº CVM/SER/RFD/017, concedido em 29 de junho de 2010



O Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica ("Fundo") está ofertando (i) 272.400 (duzentas e setenta e duas mil e quatrocentas) quotas seniores, em série única, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (mil reais) ("Quotas Seniores" e "Valor Unitário de Emissão"), perfazendo o montante total de R\$272.400.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil reais); e (ii) 21.600 (vinte e uma mil e seiscentas) quotas subordinadas mezanino, em série única e de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo um total de R\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais) ("Quotas Subordinadas Mezanino"). O total de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino a serem distribuídas será de:

## R\$294.000.000,00

A distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino ("Oferta") foi deliberada pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada à instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00 ("Administrador"), em 8 de abril de 2010.

Os documentos relativos à Oferta foram protocolados na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 6 de maio de 2010.

O BB Banco de Investimento S.A. ("BB-BI" ou "Coordenador Líder") e Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores") foram as instituições contratadas pelo Administrador para realizar a Oferta.

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, teve o seu regulamento registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010 ("Regulamento"), sob o nº 239170, conforme aditado.

O Fundo é regido pelas disposições do Regulamento, da Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

O Fundo destina-se a adquirir Direitos Creditórios de titularidade da Cedente, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos. Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos Creditórios, vide seção "Os Direitos Creditórios", na página 34 deste Prospecto.

Adicionalmente às Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, serão emitidas, pelo Fundo, a qualquer tempo durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de quotas subordinadas junior ("Quotas Subordinadas Junior"), que não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pela Cedente e/ou Partes Relacionadas. Somente poderão participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, Investidores Qualificados, conforme a definição do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"). As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no Módulo de Distribuição de Ativos (MDA), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Recomenda-se a leitura cuidadosa deste Prospecto antes de qualquer decisão sobre o investimento nas Quotas do Fundo. Os potenciais investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", nas páginas 28 a 33 deste Prospecto.

O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo de que trata este Prospecto não conta com a garantia do Administrador do Fundo, do Gestor da Carteira, da Cedente, de suas respectivas partes relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

Não há compromisso ou garantia por parte do Administrador ou do Gestor de que o objetivo do Fundo será atingido.

Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da quota se comparada a de fundos similares com prazo inferior. O tratamento tributário aplicável ao investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor, bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento às disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para os fundos de investimento elaborado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), bem como às normas emanadas pela CVM.

A concessão de registro para a distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas de emissão do Fundo não implica, por parte da CVM e da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas ou de adequação do Regulamento do Fundo ou deste Prospecto à legislação vigente ou julgamento sobre a qualidade do Fundo ou de seu Administrador, Gestor e demais prestadores de serviços.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições deste Prospecto e do Regulamento que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Somente Investidores Qualificados e Fundos de Investimentos autorizados a investir em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios conforme definido pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, alterada pela Instrução CVM nº 411, de 26 de novembro de 2004, Instrução CVM nº 413, de 30 de dezembro de 2004, Instrução CVM nº 450, de 30 de março de 2007, Instrução CVM nº 456, de 22 de junho de 2007 e Instrução CVM nº 465, de 20 de fevereiro de 2008, podem adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para fundos de investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das quotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBIMA, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços."



Prospecto de acordo com o  
Código ANBID de Regulação  
e Melhores Práticas para os  
Fundos de Investimentos

Coordenadores

Coordenador Líder



Administrador

BEM DTVM Ltda.  
(uma empresa do Grupo Bradesco)



Moody's Investors Service



BBI

Auditoria



Bradesco

Custódia Qualificada

A data deste Prospecto Definitivo é 30 de junho de 2010.

# Índice

<b>Índice.....</b>	<b>1</b>
<b>Glossário.....</b>	<b>3</b>
<b>Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos.....</b>	<b>10</b>
Administrador e Gestor.....	10
Coordenadores.....	10
Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira.....	10
Consultor Jurídico.....	10
<b>Características Básicas do Fundo.....</b>	<b>11</b>
<b>Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.....</b>	<b>15</b>
Características Básicas das Quotas Seniores.....	15
Características Básicas das Quotas Subordinadas Mezanino.....	15
<b>Sumário.....</b>	<b>17</b>
O Fundo.....	17
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo.....	17
Os Direitos Creditórios.....	17
As Quotas.....	18
Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas.....	18
Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas.....	20
Distribuição e Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.....	22
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas.....	22
O Administrador.....	22
Remuneração do Administrador e Custodiante.....	23
Gestor.....	23
Custodiante.....	23
Conflito de Interesses.....	23
Relacionamento do Administrador, do Custodiante e do Gestor com a Cedente.....	23
Relacionamento dos Coordenadores com a Cedente.....	23
Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo.....	24
A Cedente.....	24
<b>Procedimentos de Distribuição das Quotas.....</b>	<b>25</b>
Regime de Colocação.....	25
Plano de Distribuição.....	26
Encerramento da Distribuição.....	27
Subscrição e Integralização das Quotas.....	27
Cronograma da Oferta.....	27
Custos de Distribuição.....	27
<b>Fatores de Risco.....</b>	<b>29</b>
Riscos associados ao investimento no Fundo.....	29
Riscos associados aos Direitos Creditórios.....	32
<b>Os Direitos Creditórios.....</b>	<b>35</b>
Introdução.....	35
Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios.....	35
Procedimentos para a concessão do crédito.....	38
<b>A Estrutura da Operação.....</b>	<b>42</b>
Resumo da Estrutura.....	42
Estrutura do fundo.....	42
Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo.....	43
Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios.....	44
Critérios de Elegibilidade.....	44
Verificação dos Critérios de Elegibilidade.....	45
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis.....	45
Cobrança dos Direitos Creditórios.....	46
Opção de recompra de Direitos Creditórios pela Cedente.....	47
Resolução da Cessão.....	47
Resilição do Contrato de Cessão pela Cedente.....	47
Índices de Cobertura.....	48
Reserva de Amortização e Resgate.....	49
Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate.....	49
Ordem de Alocação de Recursos.....	50
Taxa de Administração e Encargos do Fundo.....	50
Eventos de Avaliação.....	51
Eventos de Liquidação.....	53
Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios.....	54
Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo.....	54
Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo.....	55
Critérios de divulgação de informações aos Quotistas.....	55
Atendimento aos Quotistas.....	55

Assembleia Geral.....	56
<b>As Quotas .....</b>	<b>59</b>
Características das Quotas Seniores.....	59
Características das Quotas Subordinadas Mezanino .....	59
Características das Quotas Subordinadas Junior .....	59
Emissão e integralização das Quotas .....	60
Amortização e Resgate das Quotas.....	60
Tributação.....	60
<b>Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo.....</b>	<b>63</b>
Contrato de Cessão .....	63
Contrato de Distribuição.....	63
Contrato de Custódia .....	63
Contrato de Depósito .....	64
Contrato de Cobrança .....	65
Gestão da carteira do Fundo .....	65
Agência de Classificação de Risco .....	65
Empresa de Auditoria .....	65
<b>Destinação dos Recursos .....</b>	<b>66</b>
<b>Administrador .....</b>	<b>67</b>
Gestor .....	67
<b>Custodiante e Agente Escriturador .....</b>	<b>69</b>
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.....	69
Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento .....	69
<b>Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro .....</b>	<b>70</b>
Estrutura .....	70
Papel do Governo Brasileiro.....	72
Preços e Tributos .....	73
Tributação.....	73
<b>A Cedente .....</b>	<b>75</b>
Introdução.....	75
Estratégia .....	75
Capital Social.....	79
Administração.....	81
Atividades da Cedente .....	83
<b>Anexos .....</b>	<b>87</b>
Instrumento de Constituição do Fundo .....	89
Regulamento.....	97
Contrato de Cessão .....	183
Suplemento Único das Quotas Seniores.....	235
Suplemento Único das Quotas Subordinadas Mezanino .....	239
Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400 .....	243
Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400 .....	247
Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG .....	251
Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco .....	297

## Glossário

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta seção, no singular ou no plural, têm o seguinte significado:

<b>Administrador</b>	BEM.
<b>Agência de Classificação de Risco</b>	Moody's América Latina Ltda. ou qualquer agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.
<b>Agente Escriturador</b>	Bradesco.
<b>Alocação Mínima</b>	Razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá após 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão início de suas atividades, ser igual ou superior a 50% nos termos do item 6.3 do Regulamento do Fundo.
<b>Amortização Extraordinária</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 do Regulamento.
<b>Amortização Periódica</b>	Amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 14 do Regulamento, na seção "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas" na página deste 20 Prospecto e nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.
<b>ANBID</b>	Associação Nacional dos Bancos de Investimento, antiga denominação da ANBIMA.
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
<b>Anúncio de Início</b>	Anúncio de início da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, nos termos do Anexo IV da Instrução CVM 400.
<b>Anúncio de Encerramento</b>	Anúncio de encerramento da distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, nos termos do Anexo V da Instrução CVM 400.
<b>Assembleia Geral</b>	Assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 24 do Regulamento.
<b>Ativos Financeiros</b>	Bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.
<b>Aviso ao Mercado</b>	Aviso ao mercado, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400
<b>Aviso de Amortização Extraordinária</b>	O procedimento de amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, que poderá ser realizada pelo Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, constante do item 19.1 do Regulamento
<b>Aviso de Vencimento</b>	Bloquetos de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores por meio do qual os Clientes e/ou Clientes Especiais são notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.
<b>BACEN</b>	Banco Central do Brasil.
<b>Bancos Cobradores</b>	As seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A., Banco ABN Amro Real S.A e Banco Safra S.A., bem como outras instituições que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do fundo e da Cedente para a prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.
<b>Base de Dados</b>	Base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes e/ou Clientes Especiais, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia desde a constituição do Fundo.
<b>BB-BI</b>	BB Banco de Investimento S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830-0001-30.
<b>Belgravia</b>	Belgravia Empreendimentos S.A.
<b>BEM</b>	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00.



<b>BM&amp;F Bovespa</b>	BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
<b>BNDESPAR</b>	BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
<b>BOVESPAFIX</b>	Mercado de balcão organizado de renda fixa da BM&F Bovespa.
<b>Bradesco</b>	Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Deus - Prédio Novo - 4º Andar - Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12.
<b>Bradesco BBI</b>	Banco Bradesco BBI S.A., instituição financeira, estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista n.º 1450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.271.464/0073-93.
<b>BRAM</b>	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n.º 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 62.375.134/0001-44.
<b>BRK</b>	BRK Investimentos Petroquímicos S.A.
<b>Braskem</b>	Braskem S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno, 1561 inscrita no CNPJ/MF sob n.º 42.150.391/0001-70.
<b>CBPI</b>	Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga.
<b>Cedente</b>	Braskem, e suas respectivas sucessoras, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 8.1.3 do Regulamento.
<b>CETIP</b>	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
<b>Cetrel</b>	Cetrel S.A. – Empresa de Proteção Ambiental
<b>Chemical III</b>	Chemical III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, administrado pela BEM e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.266.450/0001-03.
<b>Chemical IV</b>	Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, administrado pela BEM e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 10.842.004/0001-70.
<b>Chinese Wall</b>	Separação entre as atividades de administração e gestão de um fundo de investimento, e as demais atividades da instituição financeira administradora, visando evitar o surgimento de conflitos de interesses entre as duas atividades.
<b>CIF</b>	Significa Cost, Insurance and Freight.
<b>Clientes</b>	Compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% do Patrimônio Líquido.
<b>Clientes Especiais</b>	Compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente Especial individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido, sendo que o somatório dos Direitos Creditórios de todos os Clientes Especiais, em qualquer Data de Aquisição e Pagamento, não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido.
<b>COMPERJ</b>	Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro
<b>Complexo do Suape</b>	Complexo Petroquímico de Suape
<b>CNPJ/MF</b>	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
<b>Cobrança Bancária</b>	Cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes e aos Clientes Especiais, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.
<b>Cobrança Judicial e Extrajudicial</b>	Cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos que será realizada pela Cedente nos termos do Contrato de Cobrança.
<b>Condições Resolutivas da Cessão</b>	Condições sob as quais a cessão dos Direitos Creditórios será considerada como resolvida, conforme a Cláusula Quinta do Contrato de Cessão.
<b>Conta-Corrente Autorizada do Fundo</b>	Conta-corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula Sétima do Contrato de Cessão ou outra conta-corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.
<b>Contraprestação</b>	Procedimento para pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, constante da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.

<b>Contrato de Cessão</b>	"Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, que poderá sofrer alterações entendidas como pertinentes, por meio de aditivo, desde que autorizado por Assembleia Geral, conforme definido nos itens 5.3.1, II e 5.3.2 do Regulamento do Fundo.
<b>Contrato de Cobrança</b>	"Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças" firmado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.
<b>Contrato de Custódia</b>	"Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos", celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador e o Custodiante, com a interveniência da Cedente, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.
<b>Contrato de Depósito</b>	"Contrato de Depósito e Outras Avenças" firmado entre o Custodiante e a Cedente, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.
<b>Contrato de Distribuição</b>	"Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, sob o Regime de Garantia Firme, de Emissão do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador, a Cedente, o BB-BI e o Bradesco BBI.
<b>Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior</b>	"Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.
<b>Convênios de Cobrança Bancária</b>	Convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os Bancos Cobradores, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, e da Cedente, que poderá, por meio aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.
<b>Coordenador Líder</b>	BB-BI.
<b>Coordenadores</b>	BB-BI e o Bradesco BBI.
<b>Coordenadores Consorciados</b>	Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que os Coordenadores poderão, conjuntamente, contratar para colocação das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, mediante prévia autorização da Cedente.
<b>Copesul</b>	Copesul - Companhia Petroquímica do Sul S.A.
<b>Crítérios de Elegibilidade</b>	Crítérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 do Regulamento.
<b>Custodiante</b>	Bradesco, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356.
<b>CVM</b>	Comissão de Valores Mobiliários.
<b>Data de Aquisição e Pagamento</b>	Data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição à Cedente.
<b>Data de Disponibilidade</b>	Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.
<b>Data de Emissão</b>	Data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, nos termos do item 13.1 do Regulamento e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.
<b>Data de Verificação de Amortização</b>	Data em que o Custodiante verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Regulamento, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.8 do Regulamento.
<b>Data de Verificação dos Índices de Cobertura</b>	A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o 15º dia de cada mês.
<b>Datas de Amortização</b>	Datas indicadas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.2 do Regulamento.
<b>Datas de Resgate</b>	Datas em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, indicadas nos respectivos Suplementos.
<b>Data "T"</b>	São as datas de Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas

	Mezanino nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos.
<b>Dia Útil</b>	Significa segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo e (ii) feriados de âmbito nacional.
<b>Direitos Creditórios</b>	Direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames, que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes e/ou Clientes Especiais, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes e/ou Clientes Especiais pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.
<b>Direitos Creditórios Elegíveis</b>	Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.
<b>Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança</b>	Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, cujos pagamentos devidos pelos Clientes não sejam efetuados dentro do prazo.
<b>Direitos Creditórios Permutáveis</b>	Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente e/ou pelos Clientes Especiais dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e que poderão ser utilizados como Contraprestação nos termos da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
<b>Diretor Designado</b>	Diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.
<b>Disponibilidades</b>	Disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, conforme o significado que lhe é atribuído no item 14.6 do Regulamento.
<b>Documentos Comprobatórios</b>	Seguintes documentos: (i) para Vendas FOB (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e tíquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes e/ou Clientes Especiais; (ii) para Vendas CIF (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura; e o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes e/ou Clientes Especiais; e (iii) Venda por Tubovia, a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.
<b>DPPI</b>	Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A.
<b>Duplicata</b>	Duplicatas de venda mercantil representativas dos Direitos Creditórios, conforme o significado que lhe é atribuído na Cláusula 1.1 do Contrato de Cessão.
<b>EDSP58</b>	EDSP58 Participações S.A.
<b>Empresa de Auditoria</b>	KPMG ou sua sucessora no exercício da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.
<b>Encargos do Fundo</b>	Encargos do Fundo, conforme especificados no item 11.2 do Regulamento.
<b>Eventos de Avaliação</b>	Eventos de avaliação do Fundo, conforme especificados no item 18.1 do Regulamento.
<b>Eventos de Liquidação</b>	Eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356, conforme especificados no item 18.2 do Regulamento.
<b>Eventos de Resilição</b>	Eventos de resilição que correspondem a um Evento de Liquidação e que estão indicados na Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão.
<b>Eventos de Revisão</b>	Eventos de revisão que correspondem a um Evento de Avaliação e que estão indicados na Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.
<b>Excesso de Cobertura</b>	Valor resultante do Índice de Cobertura Sênior e do Índice de Cobertura Mezanino que supera o Índice de Cobertura, conforme especificado no item 20.2 do Regulamento.
<b>Fator Spread das Quotas Seniores</b>	Spread sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Seniores, determinado na forma do item "Quotas Seniores" e indicado no respectivo Suplemento.
<b>Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino</b>	Spread sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino, determinado na forma do item "Quotas Subordinadas" e indicado no respectivo Suplemento.
<b>FOB</b>	Significa <i>Free on Board</i> .
<b>Fundo</b>	Chemical V – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica.
<b>Gestor</b>	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1450, 6º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.375.134/0001-4.
<b>Grupo Odebrecht</b>	Grupo de companhias controlado, direta ou indiretamente, pela Odebrecht S.A.

<b>IGP- M</b>	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.
<b>Índices de Cobertura</b>	Índice de Cobertura Sênior e o Índice de Cobertura Mezanino, considerados em conjunto, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
<b>Índice de Cobertura Sênior</b>	Relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
<b>Índice de Cobertura Mezanino</b>	É a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme especificado no item 20.1 do Regulamento.
<b>Instituições Autorizadas</b>	Seguintes instituições ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.
<b>Instrução CVM 356</b>	É Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, n.º 435, de 5 de julho de 2006, n.º 442, de 8 de dezembro de 2006, e n.º 446, de 19 de dezembro de 2006, e n.º 458, de 16 de agosto de 2007, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 400</b>	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, com a redação dada pela Instrução CVM 429, de 22 de março de 2006 e Instrução CVM 442, de 8 de dezembro de 2006, e alterações posteriores.
<b>Instrução CVM 409</b>	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, com a redação dada pelas Instruções CVM n.º 411, de 26 de novembro de 2004, n.º 413, de 30 de dezembro de 2004, e n.º 450, de 30 de março de 2007, e n.º 456, de 22 de junho de 2007, e alterações posteriores.
<b>Investidores Qualificados</b>	São aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409, e os fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.
<b>IOF/Títulos</b>	Imposto sobre Operações Financeiras relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
<b>Ipiranga ou IPQ</b>	Ipiranga Petroquímica S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul, na BR 386 – Rodovia Tabai/Canoas – Km 419, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 88.939.236/0001-39.
<b>IQ</b>	Ipiranga Química S.A.
<b>IR</b>	Imposto de Renda.
<b>KPMG</b>	KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, n.º 33.
<b>Lei das Sociedades por Ações</b>	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
<b>MDA</b>	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Moody's</b>	Agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 12.551, 16º andar, conjunto 1.601, para prestar os serviços de classificação de risco das quotas seniores e das quotas subordinadas mezanino do Fundo.
<b>Norquisa</b>	Nordeste Química S.A.
<b>Nota Fiscal Fatura</b>	Documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre a Cedente e seu respectivo Cliente e/ou Cliente Especial.
<b>Novo Cliente</b>	Comprador de Produtos cadastrado pela Cedente que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto nos itens 9.1 e 9.1.1 do Regulamento.
<b>Odebrecht</b>	Odebrecht S.A.
<b>OPA</b>	Oferta Pública de Aquisição de Ações.
<b>OSP</b>	Odebrecht Serviços e Participações S.A.
<b>País</b>	República Federativa do Brasil.
<b>Partes Relacionadas</b>	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

<b>Patrimônio Líquido</b>	Patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 26 do Regulamento.
<b>PDVSA</b>	Petróleos da Venezuela, S.A.
<b>PEAD</b>	Polietileno de Alta Densidade, termoplástico derivado do eteno, cuja maior aplicação encontra-se nas embalagens.
<b>Percentual de Inadimplência</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.1 do Regulamento.
<b>Petrobras</b>	Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS.
<b>Plano Contábil</b>	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular 1.273 do Banco Central do Brasil, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.
<b>Petroquisa</b>	Petrobras Química S.A. – PETROQUISA.
<b>Politeno</b>	Politeno Indústria e Comércio S.A.
<b>Política de Crédito</b>	Política de Crédito da Cedente.
<b>PPSA</b>	Petroquímica Paulínia S.A.
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 do Regulamento.
<b>Prazo Máximo de Atraso</b>	Prazo de oito dias, contados da respectiva data de vencimento do Direito Creditório, a partir do qual os Direitos Creditórios passam a ser considerados Direitos Creditórios Permutáveis.
<b>Preço de Aquisição</b>	Preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos do inciso II da Cláusula Sexta do Contrato de Cessão.
<b>Procedimento de Bookbuilding</b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, realizado em 9 de junho de 2010, por meio do qual foi definido o Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores e o Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino.
<b>Produtos</b>	Produtos fabricados e/ou comercializados pela Cedente no curso normal de suas atividades preponderantes no setor químico e petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus atos constitutivos.
<b>Prospecto Definitivo</b>	Este prospecto definitivo da Oferta.
<b>Prospecto Preliminar</b>	O prospecto preliminar da Oferta.
<b>Prospectos</b>	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo e suas respectivas atualizações.
<b>Quattor</b>	Quattor Participações S.A.
<b>Quattor Petroquímica</b>	Quattor Petroquímica S.A.
<b>Quattor Química</b>	Quattor Química S.A.
<b>Quotas</b>	Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.
<b>Quotas Seniores</b>	Quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma única série.
<b>Quotas Subordinadas Junior</b>	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate.
<b>Quotas Subordinadas Mezanino</b>	Quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas Junior para efeito de amortização e resgate.
<b>Quotistas</b>	Titulares de Quotas.
<b>Regulamento</b>	Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, sob o n.º239170, em 8 de abril de 2010 e seus eventuais aditamentos.
<b>Relação de Clientes</b>	Relação de Clientes e de Clientes Especiais, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes e dos Clientes Especiais, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente.
<b>Relatório Especial de Revisão</b>	Relatório de revisão especial da carteira de Direitos Creditórios da Cedente, elaborado pela KPMG e constante como Anexo a este Prospecto.
<b>Reserva de Amortização e Resgate</b>	Tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 do Regulamento.

<b>Resolução CMN 2.907</b>	Resolução n.º 2.907, de 29 de dezembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional.
<b>RioPol</b>	Rio Polímeros S.A.
<b>RPI</b>	Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.
<b>SEAE</b>	Secretaria de Acompanhamento Econômico.
<b>SELIC</b>	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
<b>SERASA</b>	Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA.
<b>SF</b>	SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
<b>Sunoco</b>	Sunoco Chemicals, Inc.
<b>Suplemento</b>	Suplemento das Quotas Seniores e o Suplemento das Quotas Subordinadas, sendo que cada um conterá as seguintes informações relativas à classe a que se refere: montante das Quotas, quantidade de Quotas, 1ª Data de Emissão, Datas de Amortização, percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado, Data de Resgate e Fator <i>Spread</i> , preparado conforme os modelos constantes dos Anexos I e II do Regulamento. Os Suplementos, quando oportuno, constarão dos anexos a este Prospecto.
<b>Taxa DI</b>	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.
<b>Taxa DI Futura</b>	Tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.
<b>Termo de Cessão</b>	Documento preparado na forma do Anexo V ao Contrato de Cessão, relativo aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.
<b>Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento</b>	Documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo, e (ii) aderem ao Regulamento.
<b>TPI</b>	Triunfo Participações e Investimentos S.A.
<b>Triunfo</b>	Petroquímica Triunfo S.A.
<b>Ultrapar</b>	Ultrapar Participações S.A.
<b>Unidades de Negócio</b>	Unidades produtivas da Cedente onde os Produtos são fabricados.
<b>Unipar</b>	Unipar Comercial e Distribuidora S.A.
<b>Valor Unitário de Emissão</b>	Valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª Data de Emissão.

## **Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos**

### **Administrador e Gestor**

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar  
Osasco, SP

At.: Sr. André Bernardino da Cruz Filho  
Telefone: (11) 3684.4522  
Fac-símile: (11) 3684.5645  
*Website:* [www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br)

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários  
Avenida Paulista 1450, 6º andar  
01310-917 São Paulo, SP

At.: Sra. Denise Pauli Pavarina de Moura  
Telefone: (11) 2178.6600  
Fac-símile: (11) 2178.6800

### **Coordenadores**

BB Banco de Investimento S.A.  
Rua Senador Dantas 105, 36º andar  
20031-923 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Paula Fajardo Archanjo/ Sra. Vânia Pereira de Araujo  
Telefone: (11) 3149.8459/ (11) 3149.8461  
Fac-símile: (11) 3149.8529  
Correio Eletrônico: [securitizacao@bb.com.br](mailto:securitizacao@bb.com.br)  
*Website:* [www.bb.com.br/ofertapublica](http://www.bb.com.br/ofertapublica)

Banco Bradesco BBI S.A.  
Av. Paulista 1450, 8º andar  
01310-917 São Paulo, SP  
At.: Sr. João Carlos Zani  
Telefone: (11) 2178.4800  
Fac-símile: (11) 2178.4880  
Correio Eletrônico: [zani@bradescobbi.com.br](mailto:zani@bradescobbi.com.br)  
*Website:* [www.bradescobbi.com.br](http://www.bradescobbi.com.br)

### **Auditor do Fundo e Avaliador da Carteira**

KPMG Auditores Independentes  
Rua Dr. Renato Paes de Barros 33  
São Paulo, SP  
At.: Sr. Pedro Zago  
Telefone: (11) 2183.3000  
Fac-símile: (11) 2183.3001  
*Website:* [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

### **Consultor Jurídico**

Pinheiro Guimarães – Advogados  
Av. Rio Branco 181 – 27º andar  
20040-918 Rio de Janeiro, RJ  
At.: Sra. Paula Beatriz Carneiro Pessoa / Sr. Pedro Barretto Vasconcellos  
Telefone: (21) 4501.5000  
Fac-símile: (21) 4501.5025  
*Website:* [www.pinheiroguimaraes.com.br](http://www.pinheiroguimaraes.com.br)



## Características Básicas do Fundo

<b>Emissor:</b>	Chemical V – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica.
<b>Tipo</b>	Fundo fechado.
<b>Cedente:</b>	Braskem e suas respectivas sucessoras, a qualquer título, ou uma nova sociedade incluída na forma do Regulamento.
<b>Classes de Quotas:</b>	Uma única classe de Quotas Seniores e duas classes de Quotas Subordinadas, sendo (i) Quotas Subordinadas Mezanino; e (ii) Quotas Subordinadas Junior.
<b>Quantidade Total de Quotas Seniores:</b>	272.400 quotas.  Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais) poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 40.860 Quotas Seniores suplementares, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas (" <u>Quotas Seniores Suplementares</u> "), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da oferta, não tendo havido tal emissão.  Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Suplementares) poderia ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 54.480 Quotas Seniores adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas (" <u>Quotas Seniores Adicionais</u> "), não tendo havido tal emissão.
<b>Limite de Emissão das Quotas Seniores:</b>	O valor de emissão da totalidade das Quotas Seniores será de R\$272.400.000,00 na 1ª Data de Emissão.
<b>Quantidade Total de Quotas Subordinadas Mezanino:</b>	21.600 quotas.  Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais) poderia ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 3.240 Quotas Subordinadas Mezanino suplementares, nas mesmas condições das Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertadas (" <u>Quotas Subordinadas Mezanino Suplementares</u> "), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da oferta, não tendo havido tal emissão.  Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Mezanino) poderia ser acrescida em até 20%, ou seja, em até 4.320 Quotas Subordinadas Mezanino adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas (" <u>Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais</u> "), não tendo havido tal emissão.
<b>Limite de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino:</b>	O valor de emissão da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino será de R\$21.600.000,00 na Data de Emissão.
<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas:</b>	R\$1.000,00.
<b>Valor Mínimo de Aplicação:</b>	R\$25.000,00.
<b>Prazo de Duração:</b>	36 meses, contado da 1ª Data de Emissão, sem prejuízo do disposto no Regulamento.
<b>Administrador:</b>	O administrador do Fundo é a BEM.
<b>Gestor:</b>	O gestor do Fundo é a BRAM, instituição contratada pelo Administrador para prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, nos termos do Regulamento.
<b>Custodiante:</b>	Bradesco.



**Avaliador da Carteira e Auditor do** KPMG.

**Fundo:**

**Agência Classificadora de Risco:** Moody's América Latina Ltda. é a agência que prestará os serviços de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

**Colocação:** Os Coordenadores realizarão, em regime de garantia firme de colocação, a distribuição pública de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino no valor total de R\$294.000.000,00.

**Procedimento de *Bookbuilding*:** Foi adotado o procedimento de *bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas, por meio do qual foi definido, pelo Administrador, o Fator *Spread* das Quotas Seniores e o Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino.

**Resgate:** As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.

**Distribuição:** As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino objeto da Oferta serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas.

**Negociação:** As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão admitidas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

**Destinação dos Recursos:** Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

**Classificação de Risco das Quotas Seniores:** Aa1.br

**Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino:** Ba1.br

**Alocação Mínima:** É a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá ser igual ou superior a 50%.

**Oferta Prioritária de Direitos Creditórios** A Cedente também é responsável pela originação e cessão de Direitos Creditórios a outro fundo de investimento em direitos creditórios, o Chemical III e o Chemical IV. A Cedente deve ofertar Direitos Creditórios prioritariamente ao Chemical III e ao Chemical IV enquanto este possuir quotas em circulação. O funcionamento do Chemical III e do Chemical IV se deu em março de 2008 e julho de 2009, no montante de R\$ 324 milhões e R\$ 245 milhões respectivamente.

**Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação:** O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, para maiores informações *vide* seção "Eventos de Avaliação" e "Eventos de Liquidação", nas páginas 51 e 53, respectivamente, deste Prospecto.

**Amortizações:** A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no Regulamento, nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos ("Datas de Amortização").

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização

Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente desde que respeitado, pro forma, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, cujo valor será obtido conforme disposto no Regulamento.

**Fatores de Risco:**

Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Quotas Seniores e nas Quotas Subordinadas Mezanino, *vide* seção "Fatores de Risco", na página 29 deste Prospecto.

**Assembleias Gerais de Quotistas do Fundo:**

Observado o disposto no Regulamento e conforme descrito na seção "Assembleia Geral" na página 56 deste Prospecto, compete à Assembleia Geral privativamente:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- II. alterar o Regulamento;
- III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;
- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

**Publicações:**

Quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

**Declarações:**

As declarações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, do Administrador e do Coordenador Líder encontram-se anexas a este Prospecto.

**Prospecto**

O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: **Braskem S.A.**, Av. das Nações Unidas 8501, 25º andar, CEP 05425-070, São Paulo, SP ([www.braskem.com.br/ri](http://www.braskem.com.br/ri) - neste *website* acessar CHEMICAL V em "Destaques"); **BB Banco de Investimento S.A.**, Rua Senador Dantas 105, 36º andar, CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ ([www.bb.com.br/ofertapublica](http://www.bb.com.br/ofertapublica) - neste *website* acessar "FIDC – Chemical V", no item "Outros Prospectos"); **Banco Bradesco BBI S.A.**, Av. Paulista 1450, 8º andar, CEP 01310-917, São Paulo, SP ([www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas](http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas) - neste *website* acessar "Chemical V", no item "FIDC" e depois acessar "Prospecto Definitivo" na nova janela); **BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Osasco, SP ([www.bradescocustodia.com.br](http://www.bradescocustodia.com.br) - neste *website* acessar "Informações aos Quotistas", selecionar no campo "Documentos" o item "Prospecto do Fundo", e clicar na tabela "Outros" o fundo "Chemical V FIDC Indústria Petroquímica"); **Comissão de Valores**

**Mobiliários – CVM**, Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ *ou* Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - neste *website* acessar em "Acesso Rápido" o item "Fundo de Investimentos", neste item, incluir no primeiro campo a palavra "chemical", no segundo campo selecionar "FDOS de Inv. Em Direitos Creditórios – FIDC" e no terceiro campo digitar o número fornecido pelo *website*. No quadro seguinte, clicar no item "Chemical V - FIDC - Indústria Petroquímica" e depois clicar em "Documentos Eventuais (assembléias, fato relevante, prospecto distribuição, regulamento, relatório classificação de risco, etc)". Finalmente, selecionar no campo "Tipo de Documento" o documento "Prospecto Distribuição" e então clicar em "Exemplar do Prospecto"); **CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**, Rua Líbero Badaró 425, 24º andar, CEP 01009-000, São Paulo, SP *ou* Av. República do Chile 230, 11º andar, CEP 20031-919, Rio de Janeiro, RJ ([www.cetip.com.br](http://www.cetip.com.br) - neste *website* acessar em "Ativos" a opção "Cotas de Fundos", na página seguinte clicar no quadro "Conteúdo Relacionado" a opção "Prospectos", selecionar na opção "Prospectos de Fundos de Investimento" o item "Cotas de Fundos Fechados", e então clicar na opção "Definitivo" do "Chemical V FIDC Indústria Petroquímica").

**Informações Adicionais:**

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo ou a Oferta poderão ser obtidas com o Administrador, Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados na seção "Identificação do Administrador, dos Coordenadores, dos Auditores e dos Consultores Jurídicos", na página 10 deste Prospecto. O pedido de registro da Oferta foi apresentado à CVM em 6 de maio de 2010, tendo a CVM concedido o registro em 29 de junho de 2010, sob o n.º CVM/SRE/RDF/2010/016 para as Quotas Seniores e n.º CVM/SRE/RDF/2010/017 para as Quotas Subordinadas Mezanino.

## Características Básicas das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino

### Características Básicas das Quotas Seniores

<b>Quantidade de Quotas Seniores:</b>	272.400.
<b>Montante das Quotas Seniores:</b>	R\$272.400.000,00, na 1ª Data de Emissão.
<b>1ª Data de Emissão:</b>	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
<b>Datas de Amortização:</b>	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
<b>Data de Resgate:</b>	Conforme definido no Suplemento das Quotas Seniores.
<b>Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:</b>	O Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores, definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, equivalente a 1,25% ao ano, base 252 dias úteis, acrescido à Taxa DI.
<b>Classificação de Risco das Quotas Seniores:</b>	Aa1.br
<b>Público Alvo:</b>	O Público Alvo da Oferta são (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios; e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, desde que destinados exclusivamente a Investidores Qualificados.
<b>Valor Mínimo de Investimento:</b>	R\$25.000,00.
<b>Distribuição e Negociação das Quotas Seniores:</b>	As Quotas Seniores serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

### Características Básicas das Quotas Subordinadas Mezanino

<b>Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino:</b>	21.600.
<b>Montante das Quotas Subordinadas Mezanino:</b>	R\$21.600.000,00, na 1ª Data de Emissão.
<b>1ª Data de Emissão:</b>	Conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
<b>Datas de Amortização:</b>	Conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
<b>Data de Resgate:</b>	Conforme definido no Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino.
<b>Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino:</b>	O Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino, definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução da CVM 400, equivalente a 5,80% ao ano, base 252 dias úteis, que será acrescido à Taxa DI.
<b>Classificação de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino:</b>	Ba1.br
<b>Público Alvo:</b>	O Público Alvo da Oferta são (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios; e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, desde que destinados exclusivamente a Investidores Qualificados.

**Valor Mínimo de Investimento:** R\$25.000,00.

**Negociação das Quotas Subordinadas Mezanino:** As Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

## Sumário

### O Fundo

O Fundo foi constituído, sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração de 36 meses, observadas as disposições do Regulamento, tendo este sido registrado no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239170. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Os documentos referidos no parágrafo primeiro do artigo 8º e no parágrafo primeiro do artigo 20 da Instrução CVM 356 foram protocolados na CVM em 6 de maio de 2010.

O Fundo tem por objetivo atuar no sentido de proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, por meio da aquisição pelo Fundo (i) de direitos creditórios advindos de operações de venda mercantil a prazo de produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos clientes, representadas por notas fiscais faturas, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais direitos creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos clientes à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão, celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, com a intervenção do custodiante do Fundo; e/ou (ii) de Ativos Financeiros, que poderão compor seu patrimônio líquido.

O Fundo emitirá uma única classe de Quotas Seniores e duas classes de Quotas Subordinadas, as Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, para captar os recursos necessários à aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros, sendo que a emissão de Quotas Seniores será de 272.400 Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$272.400.000,00 na 1ª Data de Emissão. A emissão de Quotas Subordinadas Mezanino será de 21.600 Quotas Subordinadas Mezanino, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$21.600.000,00 na respectiva 1ª Data de Emissão.

### Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima. O Fundo deverá alocar, em até 90 dias da 1ª Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade. O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em (i) títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen; (ii) fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo BACEN, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou (iii) operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item (i) acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

É vedado ao Fundo realizar: (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) operações em mercado de derivativos; e (iii) operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) a Cedente; ou (d) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e (iv) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

### Os Direitos Creditórios

O Fundo se destina a adquirir Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes e Clientes Especiais, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes e/ou aos Clientes Especiais pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.

A KPMG desenvolveu uma análise do perfil da carteira de Direitos Creditórios da Cedente, incluindo o entendimento do sistema de cobrança relacionado à emissão e cobrança de Duplicatas, para o período compreendido entre 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009. O resultado dessa análise foi compilado em um relatório que consta do Anexo "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG", na página 251 deste Prospecto.

### **As Quotas**

O Fundo emitirá, para distribuição pública, uma classe, em série única, de 272.400 Quotas Seniores, e duas classes distintas de quotas subordinadas, em série única, sendo: (i) 21.600 Quotas Subordinadas Mezanino, que também será objeto de distribuição pública, e (ii) a qualquer tempo, durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de Quotas Subordinadas Junior, que não será objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas pela Cedente e/ou suas Partes Relacionadas.

As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, de forma que o Fundo atenda, a partir da 1ª Data de Emissão, na forma prevista no Regulamento, os Índices de Cobertura.

### **Emissão e integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão emitidas por seu valor calculado na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), de acordo com os critérios de determinação do valor abaixo:

#### *Quotas Seniores*

A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

$VQS_{T-1}$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$  valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$VAP_{T-1}$  valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$  Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DI_{T-1}$  = 12,00; e

$Spread_{Sn}$  Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 1,25.

#### *Quotas Subordinadas*

Nas mesmas datas de cálculo do valor unitário das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido subtraído do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo respectivo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:



$$VQSM_T = (VQSM_{T-1} - VAPM_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Mz}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_{MT}$  valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado na data "T";

$VQSM_{T-1}$  valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQSM_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Subordinada Mezanino;

$VAPM_{T-1}$  valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$  Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DI_{T-1} = 12,00$ ; e

$Spread_{Mz}$  Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 5,80.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinada Mezanino, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 Dias Úteis consecutivos, ou a 15 Dias Úteis alternados durante o período de 180 dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de dois Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas Junior não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s) referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento (para maiores informações *vide* seção "Assembleia Geral", na página 56 deste Prospecto). Da mesma forma, caso os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) definido pelo titulares das Quotas Seniores para definição do valor dessa classe de Quotas, poderão vetar sua adoção, observado o quorum de deliberação estabelecido no Regulamento (para maiores informações *vide* seção "Assembleia Geral" na página 56 deste Prospecto). Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada, respectivamente, aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, acima, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para estas classes de quotas.



O Fundo somente poderá emitir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino caso atenda aos Índices de Cobertura, depois de computada, *pro forma*, às referidas emissões. Para maiores informações sobre os Índices de Cobertura *vide* seção "A Estrutura da Operação - Índices de Cobertura", na página 48 deste Prospecto.

### **Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas Datas de Resgate indicadas nos respectivos Suplementos relativos à sua emissão.

A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no Regulamento, nas datas indicadas nos respectivos Suplementos de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente, desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as seguintes fórmulas:

- para Quotas Seniores:

$$VAP_T = VQS_T - ([R\$1.000] - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$PPS_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

$AM_T$   $AMT$  apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [R\$1.000] \times PPS_T$$

Assim, observado o disposto no Regulamento, serão 5 amortizações semestrais seguidas de 6 amortizações mensais, sendo que nas cinco primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as cinco primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º mês, inclusive, o valor unitário das 5 Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo:

Amortização (T) <sup>(1)</sup>	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%
7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização <sup>(2)</sup>	16,7%

<sup>(1)</sup> São as datas de Amortização Periódica das Quotas Seniores nas datas "T" indicadas no Suplemento Único - Quotas Seniores do Regulamento.

<sup>(2)</sup> Data de Resgate.

- para as Quotas Subordinadas Mezanino:

$$VAPM_T = VQSM_T - ([R\$1.000] - SAMM_{T-1}) + AMM_T,$$

onde:

$VAPM_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$VQSM_T$  valor unitário da Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$SAMM_{T-1}$  somatório de  $AMM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$PPM_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento;

$AMM_T$   $AMM_T$  apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AMM_T = [R\$1.000] \times PPM_T$$

Assim, observado o disposto no Regulamento, serão 5 amortizações semestrais seguidas de 6 amortizações mensais, sendo que nas cinco primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as cinco primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo:

Amortização (T) <sup>(1)</sup>	Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%
7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização <sup>(2)</sup>	16,7%

<sup>(1)</sup> São as datas de Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino nas datas "T" indicadas no Suplemento Único - Quotas Subordinadas Mezanino do Regulamento.

<sup>(2)</sup> Data de Resgate.

As Amortizações Periódicas das Quotas Subordinadas Mezanino serão realizadas desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior.

Na hipótese de diferimento do pagamento de qualquer Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino devido ao não atendimento do Índice de Cobertura Sênior, o pagamento será feito em data posterior, assim que for verificado o atendimento, *pro forma*, do Índice de Cobertura Sênior. Neste caso, para efeitos de cálculo do valor a ser pago a título de Amortização Periódica será aplicada a fórmula do item acima considerando a data do efetivo pagamento como data "T".

Na sequência da ocorrência de um diferimento no pagamento da Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, o Administrador verificará o Índice de Cobertura Sênior diariamente até que o pagamento da referida Amortização Periódica seja realizado.

Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá, conforme previsto no item 19.1 do Regulamento do Fundo, promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura.

Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

#### **Distribuição e Negociação das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para (i) distribuição, no mercado primário, no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP; e (ii) negociação, no mercado, secundário no SF – Módulo de Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

#### **Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas**

Salvo quando se tratar de convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente.

#### **O Administrador**

O Fundo é administrado pela BEM, sociedade limitada equiparada a instituição financeira e controlada indiretamente pelo Bradesco. O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes. Os deveres e obrigações do Administrador encontram-se detalhados no Regulamento.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" na página 29 deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

## **Remuneração do Administrador e Custodiante**

**Taxa de administração e custódia:** (i) 0,18% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.666,67. A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração.

**Taxa de performance:** Não há.

## **Gestor**

O Gestor dos ativos integrantes da carteira do Fundo é a BRAM, instituição contratada pelo Administrador para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356.

A BRAM é controlada indiretamente pelo Bradesco e integra um dos maiores grupos de gestão de fundos de investimento no País.

## **Custodiante**

O responsável pela prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356, é o Bradesco.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Custódia.

## **Conflito de Interesses**

O Administrador declara que não se encontra em conflito de interesses no exercício de suas funções com o Custodiante ainda que as respectivas funções sejam exercidas por sociedades coligadas. O Administrador declara-se independente para a realização das atividades inerentes às suas funções, mesmo quando realizar operações nas quais atue na condição de contraparte do Fundo ou operações envolvendo títulos de emissão/titularidade do Administrador, de seu controlador, sociedades por ela diretamente ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Também não existe conflito de interesse entre as atividades de gestão e seleção a serem desempenhadas pelo Gestor.

No mesmo sentido, não existe conflito de interesse entre as atividades a serem desempenhadas pelo BB-BI e/ou pelo Bradesco BBI na função de Coordenadores da Oferta.

## **Relacionamento do Administrador, do Custodiante e do Gestor com a Cedente**

Exceto pelo Chemical III e pelo Chemical IV, cujo cedente é a Braskem, o Administrador é a BEM, o Custodiante é o Bradesco e o Gestor é a BRAM, não é prestado nenhum outro serviço ou é mantido qualquer outro relacionamento comercial com a Cedente.

## **Relacionamento dos Coordenadores com a Cedente**

### ***BB-BI***

Além da participação do BB-BI na presente Oferta, o conglomerado Banco do Brasil S.A. mantém diversas operações com a Braskem, tais como: Operações de Trade Finance (nas suas diversas linhas como Pré-pagamento de Exportação, Financiamento Externo Direto), cujo saldo devedor em 31 de março de 2010 era de aproximadamente US\$ 380 milhões, com taxas fixas de até 7,32% e taxa flutuante de LIBOR + 2,5% ao ano e vencimentos previstos entre janeiro de 2011 e março de 2015. Opera, também, por meio de diversas linhas de capital de giro e financiamentos internos, tanto de curto como de longo prazo, sem garantias, cujo saldo devedor em 31 de março de 2010 era de aproximadamente R\$ 493 milhões com taxas que variam de 107,50% a 109,50%

da Taxa DI, sendo que o vencimento destas operações ocorrerão até novembro de 2010, além de R\$ 79 milhões em linhas indexadas à TR + 9,93% a.a. com vencimento em maio de 2011. O conglomerado Banco do Brasil presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como: serviços de cobrança, pagamento de salários e fornecedores e gestão de recursos.

#### *Bradesco BBI*

Além da participação do BBI na presente Oferta, o conglomerado Banco do Bradesco S.A. mantém diversas operações com a Braskem, tais como: Operações de Trade Finance (nas suas diversas linhas, Pré-pagamento de Exportação, Financiamento Externo Direto), cujo saldo devedor em 31 de março de 2010 era de aproximadamente US\$223,4 milhões, com taxa entre Libor + 0,77% e Libor + 5,00% e vencimentos previstos entre maio de 2010 e julho de 2014. Opera, também, por meio de diversas linhas de capital de giro e financiamentos internos, tanto de curto como de longo prazo, sem garantias, cujo saldo devedor em 31 de março de 2010 era de aproximadamente R\$135 milhões com taxas que variam de 109,00% a 128,20% da Taxa DI, sendo que o vencimento destas operações ocorrerão no período de maio de 2010 à abril de 2018. O conglomerado Banco Bradesco presta, ainda, serviços bancários em geral, tais como: serviços de cobrança, pagamento de salários e fornecedores e gestão de recursos.

#### **Relacionamento Relevante entre os Prestadores de Serviços do Fundo**

O Bradesco BBI, o Custodiante, a BEM e a BRAM pertencem ao mesmo conglomerado financeiro. A BEM e a BRAM são controladas diretamente pelo Bradesco BBI, Coordenador da Oferta, o qual, por sua vez, é controlado diretamente pelo Custodiante. Para informações complementares, *vide* seção "Conflito de Interesses" na página 23 deste Prospecto.

#### **A Cedente**

A Braskem está entre as empresas líderes no mercado petroquímico da América Latina, com base na capacidade de produção média anual em 2009. Em 31 de dezembro de 2009, a receita líquida de vendas foi de R\$15.248,3 milhões, e o lucro líquido foi de R\$917,0 milhões. Ela produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos em suas 17 plantas no país, com foco estratégico em polietileno, polipropileno e PVC. Foi a primeira empresa brasileira a integrar as unidades de produção de petroquímicos de primeira e segunda geração.

A Braskem cresceu no decorrer dos últimos cinco anos principalmente em consequência da integração das operações de empresas petroquímicas brasileiras: OPP Química, Polialden, a Trikem, a Proppet, a Políteno, a Copene, a Ipiranga Química, a Nitrocarbono, a Copesul, a Ipiranga Petroquímica e a Quattor Petroquímica. As operações comerciais da Braskem são organizadas em três unidades de negócio, correspondendo aos seus principais processos de produção e produtos:

- Unidade de Insumos Básicos (que reflete as operações de primeira geração), respondeu por R\$11.144,2 milhões ou 54,5%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 9,6% em 31 de dezembro de 2009;
- Unidade de Poliolefinas respondeu por R\$7.216,9 milhões ou 35,3%, da receita líquida de venda de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 2,3% em 2009;
- Unidade de Vinílicos respondeu por R\$1.536,4 milhões ou 7,5%, da receita líquida de venda de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 7,0% em 2009;
- Unidade de Distribuição de Produtos Químicos respondeu por R\$548,9 milhões ou 2,7% da receita líquida de venda de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 3,6% em 2009.

A Braskem acredita que a integração das operações das empresas que formaram a Braskem teve como resultado, e continuará a ter, sinergias e economias significativas em relação à redução de tributos, despesas relativas à compras de equipamentos, materiais e serviços (*procurement*), despesas de logística, despesas gerais e administrativas e demais despesas operacionais. Para informações complementares, *vide* seção "A Cedente" na página 23 deste Prospecto.

## Procedimentos de Distribuição das Quotas

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

### Regime de Colocação

Os Coordenadores distribuirão, em regime de garantia firme, a totalidade das 272.400 Quotas Seniores passíveis de emissão, ao preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão, perfazendo o valor R\$272.400.000,00, sempre considerando para tanto os Índices de Cobertura, conforme explicado a seguir.

A garantia firme descrita acima não se estende às Quotas Seniores Suplementares e às Quotas Seniores Adicionais, caso fossem emitidas.

O Regulamento estabelece índices que têm por objetivo medir a (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores (Índice de Cobertura Sênior) e (ii) a relação entre (c) o valor do Patrimônio Líquido e (d) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino o (Índice de Cobertura Mezanino), os quais devem ser observados pelo Fundo desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate. Para que os referidos Índices de Cobertura sejam atendidos se faz necessário que a subscrição de Quotas Sênior seja precedida ou, no mínimo, acompanhada da subscrição de determinado montante de Quotas Subordinadas Junior e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino. Assim, o montante de Quotas Seniores passível de ser emitido dependerá do volume de Quotas Subordinadas Junior e de Quotas Subordinadas Mezanino que venham a ser subscritas.

Caso durante o período de distribuição não sejam subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas Junior e Quotas Subordinadas Mezanino em montante que permita a subscrição e distribuição do montante total de Quotas Seniores estabelecido acima, será realizada a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores passível de emissão sem que se viole os mencionados Índices de Cobertura.

Tendo em vista a impossibilidade de definição prévia do montante exato de Quotas Seniores passível de subscrição, cada um dos Coordenadores garantirá a subscrição e colocação pública de acordo com a seguinte proporção:

- Coordenador Líder: garantirá a subscrição e colocação pública de 136.200 Quotas Seniores, no valor de R\$136.200.000,00; e
- Bradesco BBI: garantirá a subscrição e colocação pública de 136.200 Quotas Seniores, no valor de R\$136.200.000,00.

Assim, 100% das Quotas Seniores passíveis de emissão sem a violação dos Índices de Cobertura contarão com a garantia firme dos Coordenadores, sendo que os mesmos deverão subscrever o saldo eventualmente não colocado junto a investidores.

As Quotas Seniores que não sejam passíveis de subscrição em vista da limitação imposta pelos Índices de Cobertura serão canceladas pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

Adicionalmente, as Quotas Subordinadas Mezanino também serão colocadas em regime de garantia firme de subscrição e colocação pelos Coordenadores, ao preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão, sendo garantidas a subscrição e a colocação pública de 21.600 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de R\$21.600.000,00 de acordo com a seguinte proporção:

- Coordenador Líder: garantirá a subscrição e colocação pública de 10.800 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de R\$10.800.000,00; e
- Bradesco BBI: garantirá a subscrição e colocação pública de 10.800 Quotas Subordinadas Mezanino, no valor de R\$10.800.000,00.

A garantia firme descrita acima não se estende às Quotas Subordinadas Mezanino Suplementares e às Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais, caso fossem emitidas.



## Plano de Distribuição

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, de forma a assegurar (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos respectivos clientes dos Coordenadores, e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores. O plano da Oferta será fixado nos seguintes termos:

- após o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM e anteriormente à concessão de tal registro, serão realizadas apresentações para potenciais investidores (*Road show* e/ou *one-on-ones*) (Apresentações para potenciais investidores), conforme determinado pelos Coordenadores de comum acordo com a Cedente, durante os quais serão distribuídos exemplares do Prospecto Preliminar;
- os materiais publicitários ou documentos de suporte às Apresentações para potenciais investidores eventualmente utilizados serão submetidos à aprovação prévia da CVM, nos termos do artigo 50 da Instrução CVM 400, ou encaminhados à CVM previamente à sua utilização, nos termos do parágrafo 5º do artigo 50 da Instrução CVM 400, respectivamente;
- não existirão reservas antecipadas ou fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo a Oferta efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, no qual poderão ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Cedente, observado, entretanto, que os Coordenadores se comprometerão a direcionar a Oferta a investidores que tenham perfil de risco adequado, bem como a observar tratamento justo e equitativo quanto aos mesmos;
- o público alvo da Oferta é composto por (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM 409; (ii) fundos de investimento, nos termos da Instrução CVM 409, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios; e (iii) fundos de investimento em quotas de fundos de investimento, desde que destinados exclusivamente a Investidores Qualificados;
- encerrado o Procedimento de *Bookbuilding*, os Coordenadores consolidarão as propostas dos investidores para subscrição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino;
- observado o disposto no Contrato de Distribuição e no artigo 54 da Instrução CVM 400, a Oferta somente terá início após (a) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (b) a publicação do Anúncio de Início; e (c) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores;
- iniciada a Oferta, os investidores interessados na subscrição das Quotas Seniores e/ou nas Quotas Subordinadas Mezanino deverão fazê-la por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco;
- caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Aquisição, o Preço de Aquisição será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação; e
- caso (a) a Oferta seja cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400; ou (c) o Contrato de Distribuição seja resiliado, todos os atos de aceitação serão cancelados e os Coordenadores, juntamente com a Cedente,

comunicarão aos investidores o cancelamento da Oferta, que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, no prazo de três dias úteis contados da data da comunicação do cancelamento ou revogação da Oferta.

Para mais informações, *vide* seção "Cronograma da Oferta" na página 27 deste Prospecto.

### **Encerramento da Distribuição**

A distribuição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino será encerrada ao final do prazo de colocação, prazo esse que não será prorrogado por qualquer motivo, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta.

### **Subscrição e Integralização das Quotas**

No ato de subscrição das Quotas, o investidor (i) assinará o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco, que serão autenticados pelo respectivo Coordenador e/ou pelos Coordenadores Consorciados, conforme o caso; e (ii) indicará um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento. No ato de subscrição, o subscritor das referidas Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino ainda entregará, se for o caso, declaração de investidor qualificado prevista na Instrução CVM 409.

O preço de integralização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado de acordo com o Regulamento e será pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, no ato da subscrição pelos Investidores Qualificados, exclusivamente por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta-corrente de titularidade do Fundo indicada pelo Administrador, ou via MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, servindo o comprovante da transferência como recibo de quitação.

### **Cronograma da Oferta**

A Oferta seguirá o cronograma tentativo abaixo:

<b>Eventos</b>	<b>Datas<sup>(*)</sup></b>
Protocolo da Documentação na CVM .....	06 de maio de 2010
Disponibilização do Prospecto Preliminar da Oferta.....	17 de maio de 2010
Publicação do Aviso ao Mercado .....	17 de maio de 2010
Início das apresentações sobre a Oferta ( <i>road show</i> ).....	18 de maio de 2010
Encerramento das apresentações sobre a Oferta ( <i>road show</i> ).....	28 de maio de 2010
Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .....	09 de junho de 2010
Obtenção do Registro da Oferta .....	22 de junho de 2010
Publicação do Anúncio de Início .....	23 de junho de 2010
Disponibilização do Prospecto Definitivo .....	23 de junho de 2010
Liquidação Financeira .....	24 de junho de 2010
Publicação do Anúncio de Encerramento.....	26 de junho de 2010

(\*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos ou adiamentos, sem aviso prévio, a critério do Administrador e dos Coordenadores.

### **Custos de Distribuição**

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, referentes à comissão de estruturação, comissão de colocação, comissão de garantia firme, comissão de sucesso, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão de exclusiva responsabilidade da Cedente.



A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino a serem suportados pela Cedente:

<b>Custos da Oferta Suportados Pela Cedente</b>	<b>Montante</b>	<b>(%) sobre o montante da oferta</b>
Comissão de Estruturação das Quotas Seniores .....	R\$544.800,00	0,19%
Comissão de Estruturação das Quotas Subordinadas Mezanino .....	R\$43.200,00	0,01%
Comissão de Colocação das Quotas Seniores .....	R\$544.800,00	0,19%
Comissão de Colocação das Quotas Subordinadas Mezanino .....	R\$43.200,00	0,01%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Seniores .....	R\$544.800,00	0,19%
Comissão de Garantia Firme das Quotas Subordinadas Mezanino .....	R\$43.200,00	0,01%
Comissão de Sucesso .....	R\$0,0 <sup>(1)</sup>	0,00%
Auditoria .....	R\$83.000,00	0,03%
Classificação de Risco .....	R\$55.000,00	0,02%
Assessor Legal .....	R\$100.000,00	0,03%
Despesas Gerais ( <i>impressões e publicações</i> ) .....	R\$200.000,00	0,07%
<b>Total dos Custos Suportados Pela Cedente .....</b>	<b>R\$3.385.000,00</b>	<b>0,75%</b>

<sup>(1)</sup> A Comissão de Sucesso é calculada de forma variável e seu valor final dependeria da redução do Fator *Spread* das Quotas Seniores determinado ao final do Procedimento de *Bookbuilding*. Considerando que não foi observada redução do Fator *Spread* das Quotas Seniores, a Comissão de Sucesso não será devida aos Coordenadores.

Os custos relativos à distribuição das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, referentes à taxa de registro perante a CVM e a taxa ANBIMA bem como as despesas com registro em cartório de títulos e documentos, serão suportados pelo Fundo e deduzidos do Patrimônio Líquido.

<b>Custos que serão suportados pelo Fundo</b>	<b>Montante</b>	<b>(%) sobre o montante do Patrimônio Líquido estimado<sup>(1)</sup></b>
Taxa para Registro na CVM .....	R\$165.740,00	0,055%
Taxa ANBIMA .....	R\$7.500,00 <sup>(2)</sup>	0,003%
Despesas para Registro perante o Cartório de Títulos e Documentos .....	R\$2.000,00	0,001%
<b>Total dos Custos que serão suportados pelo Fundo .....</b>	<b>R\$175.240,00</b>	<b>0,058%</b>

<sup>(1)</sup> O montante estimado do Patrimônio Líquido do Fundo na 1ª Data de Emissão é de R\$300.000.000,00.

<sup>(2)</sup> 0,002% do valor da operação, respeitando-se o limite mínimo de R\$7.500,00 e o máximo de R\$35.000,00.

A tabela a seguir apresenta os custos estimados que serão suportados pelo Fundo e proporcional a cada classe de Quotas:

<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores (R\$)</b>	<b>Custo por Quota Sênior</b>	<b>Quantidade de Quotas Seniores</b>	<b>Custo da oferta para a classe de Quotas Seniores (R\$)</b>
R\$1.000,00	R\$0,58	272.400	R\$159.117,92
<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino (R\$)</b>	<b>Custo por Quota Subordinada Mezanino</b>	<b>Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino</b>	<b>Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas Mezanino (R\$)</b>
R\$1.000,00	R\$0,58	21.600	R\$12.617,28
<b>Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Junior (R\$)</b>	<b>Custo por Quota Subordinada Junior</b>	<b>Quantidade de Quotas Subordinadas Junior</b>	<b>Custo da oferta para a classe de Quotas Subordinadas Junior (R\$)</b>
R\$1.000,00	R\$0,58	6.000	R\$3.504,80

## Fatores de Risco

*Antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco descritos nesta seção. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá ocorrer perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.*

*Além dos riscos descritos abaixo podem existir riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos ou que atualmente são considerados irrelevantes e que também podem gerar a perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.*

### Riscos associados ao investimento no Fundo

#### *Modalidade de investimento sofisticada.*

No caso do Fundo, a existência das Quotas Subordinadas Mezanino torna mais complexo e sofisticado o investimento em fundos de investimento em direitos creditórios, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Subordinadas Mezanino adicionais para a recomposição dos Índices de Cobertura, a qual, neste caso, será feita mediante (i) emissão e subscrição de Quotas Subordinadas Junior pela Cedente, caso, a seu critério, manifeste tal intenção mediante resposta ao Aviso de Desenquadramento; ou (ii) Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.

#### *Limitação de ativos do Fundo.*

A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas, é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e/ou Clientes Especiais e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Subordinadas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no Regulamento. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.

#### *Liquidez relativa aos Ativos Financeiros.*

Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.

#### *Amortização e resgate condicionado das Quotas.*

O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou Clientes Especiais e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

#### *Eventos de Avaliação de Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo*

O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, os quais estão elencados na seção "Eventos de Avaliação" e "Eventos de Liquidação" nas páginas 51 e 53 deste Prospecto. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos pelos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes para tal aprovação.

#### *Riscos de mercado e fatores macroeconômicos.*

A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos nesta seção, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

#### *Inexistência de rendimento predeterminado.*

O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, da Cedente e de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.

#### *Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários.*

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

*Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino e dos Ativos Financeiros.*

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no Regulamento. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do Regulamento, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.

*Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas.*

Conforme previsto no Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

*Risco de descontinuidade do Fundo por insuficiência de originação de Direitos Creditórios.*

Não há garantia de que a Cedente conseguirá originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação à Alocação Mínima poderá dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do Regulamento.

*Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros.*

Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (marked-to-market), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.

*As Quotas Subordinadas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate.*

Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador, e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

*Quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior.*

O Regulamento estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

## **Riscos associados aos Direitos Creditórios**

### *Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios.*

Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da consequente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra a Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.

### *Risco de crédito dos Clientes e/ou Clientes Especiais (sacados) e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios.*

A Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais. A Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes e/ou Clientes Especiais. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes e/ou Clientes Especiais diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Adicionalmente, a política de investimento do Fundo estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente e/ou Clientes Especiais, o que não impede uma concentração maior na carteira do Fundo em Direitos Creditórios de Clientes e/ou Clientes Especiais pertencentes a um mesmo grupo econômico, o que poderá diminuir a eficiência da diluição do risco de concentração da carteira do Fundo. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes e/ou Clientes Especiais, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, inclusive em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes e/ou Clientes Especiais, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas.

### *Crítérios de Elegibilidade.*

Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes e/ou Clientes Especiais, conforme o caso, na realização de compras de Produtos e em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes e/ou Clientes Especiais a qual, por sua vez, está sujeita ao cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes e/ou Clientes Especiais.

### *Constituição sucessiva de Direitos Creditórios.*

Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) dos Clientes e/ou Clientes Especiais adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento; e (iii) da oferta de Direitos Creditórios pela Cedente prioritariamente ao Chemical III e ao Chemical IV, enquanto houver quotas desses fundos em circulação. A Cedente dispõe da infra-estrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção da Cedente e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, consequentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial da Cedente, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pela Cedente.

*Necessidade de aporte de recursos adicionais, caso aprovado pela Assembleia Geral, para proceder à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.*

Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a critério da Cedente, utilizar Direitos Creditórios Permutáveis como Contraprestação na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis. Além disso, a Cedente tem a opção de comprar os Direitos Creditórios Permutáveis e os Direitos Creditórios vencidos e não pagos de titularidade do Fundo. Não obstante as disposições acima, que têm por objetivo reduzir a necessidade de adoção de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00, a ser atualizado na menor periodicidade admitida em lei, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Este percentual será calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes e/ou Clientes Especiais cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e Extrajudicial. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, se o caso, adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, o que será deliberado em Assembleia Geral. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma do Regulamento, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à Cobrança Judicial ou Extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

*Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios.*

O Custodiante realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e Clientes Especiais e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos no Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

*Riscos operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente e/ou terceiros.*

As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial e Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pela Cedente, bem como nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente, ou por terceiros por ela contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade de o Fundo ter que realizar a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes e/ou Clientes Especiais.

*Risco de pagamento dos Direitos Creditórios diretamente à Cedente.*

Na hipótese de os Clientes e/ou Clientes Especiais realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para a Cedente, tanto no caso de Cobrança Administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, a Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que a Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

*Alterações na Política de Concessão de Crédito.*

A política de concessão de crédito da Cedente, descrita na seção "Os Direitos Creditórios - Política de Crédito da Cedente" na página 37 deste Prospecto, é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da



Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

#### *Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios.*

A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes e/ou Clientes Especiais inadimplentes. Todavia, a Cedente foi contratada pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e Extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios, e a Cedente dispõe de poderes para cobrar os Clientes e/ou Clientes Especiais inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga receber dos Clientes e/ou Clientes Especiais devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

#### *Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.*

O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em: (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado; (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendam, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a Cedente.

#### *Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão.*

Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo, na Cidade de Osasco, e da Cedente, na Cidade de Camaçari. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa da Cedente e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de direitos creditórios, conforme fundamentos descritos no fator de risco acima.

## Os Direitos Creditórios

### Introdução

Os Direitos Creditórios são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes e Clientes Especiais, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes e/ou aos Clientes Especiais pela Cedente, representada por Notas Fiscais Fatura.

### Procedimentos de Vendas e Constituição dos Direitos Creditórios

#### *Área Comercial*

#### Formalização das Ordens

As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes e/ou pelos Clientes Especiais ("**Ordens**") diretamente aos assistentes de vendas da Cedente ("**Assistentes Comerciais**"), que são os responsáveis pelo recebimento e pela inserção das Ordens no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Braskem ("**SAP**").

Na venda de petroquímicos básicos e utilidades, em geral realizada mediante contratos de fornecimento, as Ordens são inseridas mensalmente no SAP com base em um planejamento anual de vendas definido diretamente com cada Cliente. As Ordens referentes aos demais Produtos são recebidas por meio de ligação telefônica, fax, e-mail ou pelo portal da Braskem na Internet ou, ainda, por meio de contato direto do Cliente com os gerentes de conta da Cedente ("**GC**"), que as encaminham a seus Assistentes Comerciais para inserção no SAP. Estas Ordens são inseridas no SAP com numeração sequencial e, se atenderem aos parâmetros de crédito previamente definidos e à disponibilidade de Produtos em estoque, são confirmadas.

#### Bloqueio de Ordens

As Ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de Ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- Limite de crédito excedido – automaticamente o sistema SAP bloqueia as Ordens quando o somatório destas, adicionado ao somatório das Duplicatas em aberto (vencidas ou vincendas), for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente; e
- Títulos em aberto – automaticamente o sistema SAP bloqueia as Ordens, quando o Cliente possuir Duplicatas em atraso perante a Braskem por prazo igual ou superior a quatro dias.

#### Liberação das Ordens

As Ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pela Área de Gestão de Crédito.

A liberação das Ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio e de acordo com as alçadas estabelecidas na política de crédito e cobrança da Braskem.

#### *Unidades de Produção e Faturamento*

As unidades de produção e faturamento da Braskem ("**UPF**"), atualmente em número total de 25, identificam as Ordens processadas e liberadas e verificam, por meio do SAP, a forma contratada para o transporte dos Produtos, conforme segue:

#### Unidade de Insumos Básicos

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente;
- Vendas por Cabotagem: a UPF procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima; e
- Vendas por Tubovia: a UPF fornece os Produtos diretamente ao Cliente através de dutos.

#### Unidade de Vinílicos e Unidade de Poliolefinas

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;



- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente; e
- Vendas por Cabotagem: a UPF usualmente procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima.

#### Unidade de Distribuição de Produtos Químicos

- Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora; e
- Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente.

#### *Carregamento dos Produtos e Faturamento*

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva Ordem.

#### Transporte em Caminhões

Qualquer que seja a modalidade de venda (CIF ou FOB), o carregamento dos Produtos no caminhão é feito no armazém de produto acabado da respectiva UPF.

Concluído o carregamento, caso a venda tenha sido contratada na modalidade CIF, é emitido o comprovante de embarque dos Produtos. O caminhão carregado passa pela balança para pesagem e registro eletrônico dos dados da transportadora na UPF. No ato da pesagem, é emitido um tíquete de balança que registra a quantidade de Produtos embarcada, sendo entregue ao motorista do caminhão responsável pelo transporte uma via do respectivo tíquete.

No caso das vendas na modalidade CIF, o recibo de entrega dos Produtos é entregue ao motorista, que deverá colher a assinatura do Cliente no referido comprovante quando da efetiva entrega.

No caso das vendas na modalidade FOB, o recibo de entrega dos Produtos é firmado pelo próprio motorista que efetuará o transporte até o destino final. O recibo de entrega fica retido na UPF.

A emissão da Nota Fiscal Fatura de cada venda realizada é feita em cinco vias. O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número.

#### Transporte por Cabotagem

Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões desde a respectiva UPF até o Porto de Aratú ou até o píer privado da Braskem, localizado em Maceió.

Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada pela Braskem. A modalidade das vendas por cabotagem é usualmente CIF até o porto de destino, onde os Clientes e/ou os Clientes Especiais retiram os Produtos.

A emissão da Nota Fiscal Fatura pode ocorrer tanto na UPF de origem quanto no porto de destino, sempre de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima. O comprovante de entrega dos Produtos é firmado pelo motorista da transportadora contratada pelo Cliente, quando da retirada dos Produtos no porto de destino.

#### Transporte por Tubovia

Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, a cada decêndio ou diariamente, dependendo do caso, é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. O Cliente assina a leitura do medidor, que vale como recibo de entrega dos Produtos, e, em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura, de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima.

#### *Área Financeira*

As vendas a prazo com vencimento superior a nove dias são selecionadas e as respectivas Duplicatas são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode consultar, em tempo real, o registro de todas as Duplicatas enviadas para cobrança.

### Documentos Comprobatórios

O Fundo contratou a Cedente como depositária dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios por Duplicata adquirida pelo Fundo:

Vendas FOB (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):

- Nota Fiscal Fatura; e
- Tiquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes e/ou aos Clientes Especiais.

Vendas CIF (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):

- Nota Fiscal Fatura;
- Conhecimento de embarque dos Produtos; e
- Comprovante de entrega dos Produtos.

Vendas por Tubovia:

- Nota Fiscal Fatura; e
- Relatório de leitura do medidor da tubovia.

### Política de Crédito da Cedente

A política de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos seus respectivos comitês de crédito que se dividem em (i) Comitê Corporativo, com funções normativas e estratégicas; e (ii) os Comitês de Alçadas, com funções operacionais.

O Comitê Corporativo de Gestão de Risco de Crédito é formado pelo Diretor Presidente (DP), pelos responsáveis pelas Unidades de Negócios (RUN), pelo responsável por Finanças e Relações com Investidores (RFRI), pela Diretora Financeira (DF), pelo responsável pela Gestão de Crédito (RGC), pelo responsável por Apoio Funcional Jurídico (RAFJ) e representante da área de Gestão de Riscos, que se reúnem periodicamente, tendo por objetivos:

- Atualizar permanentemente as diretrizes constantes nesta Política, analisando e aprovando propostas de alterações, contribuições e sugestões advindas da sua prática;
- Deliberar acerca de ações específicas que visem à preservação da saúde financeira da companhia, no tocante ao risco de crédito;
- Definir e acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira de clientes;
- Acompanhar e avaliar a performance de pagamento da carteira de clientes, definindo metas de Inadimplência e Insolvência;
- Analisar e aprovar as informações sobre risco de crédito a serem incorporadas às Demonstrações Financeiras da companhia.

### *Comitês de Alçada*

Os Comitês de Alçada são responsáveis pelas aprovações dos limites de crédito dos Clientes e dos Clientes Especiais. As alçadas são estabelecidas levando em consideração o montante do limite de crédito a ser concedido, conforme estabelecido na tabela a seguir:

### Definição dos Comitês e Participantes das Alçadas

Comitês de Alçada	AC	GC	RGC	DC+DF	RUN+RFRI	DP
Até R\$800 mil	X	X				
Entre R\$800 mil e R\$5 milhões	X	X	X			
Entre R\$5 milhões e R\$12 milhões	X	X	X	X		
Acima de R\$12 milhões	X	X	X	X	X	
Será acionada em caso de não concordância no valor de alçada.	X	X	X	X	X	X

AC – Analista de Crédito, GC - Gerente de Conta, RGC - Resp. Gestão de Crédito, DC - Diretoria Comercial, DF -Diretoria Financeira, RUN - Responsável pela Unidade de Negócios, RFRI - Resp. por Finanças e Relações com Investidores, DP - Diretor Presidente.

Os Comitês de Alçada reúnem-se periodicamente de acordo com a necessidade de análise de processos de concessão de crédito.

### **Procedimentos para a concessão do crédito**

O processo de concessão de crédito da Cedente inicia-se pela definição do Risco Técnico dos Clientes e dos Clientes Especiais e determinação do Limite Técnico para a realização de compras a prazo, seguindo o seguinte fluxo:

- Coleta das informações cadastrais dos Clientes e dos Clientes Especiais;
- Levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- Avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- Análise para definição do risco e limite técnico dos Clientes e dos Clientes Especiais pela área de gestão de crédito; e
- Envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

#### *Definição do Risco Técnico dos Clientes e dos Clientes Especiais*

É composta por duas análises distintas e complementares: a qualitativa e a financeira.

#### Análise Qualitativa

A análise qualitativa envolve os seguintes aspectos explorando os "C's" da análise de crédito: ambiente econômico e financeiro; competência empresarial; garantias, intenção de pagamento, grupo econômico a que pertence, relacionamento com a Braskem e relatório de visita da área de crédito.

Nesta análise participa a área comercial através do Gerente Comercial e a área de crédito através do Analista de Crédito.

#### Análise Financeira

O resultado da análise financeira é a probabilidade de insolvência do Cliente, combinada com o resultado do score financeiro, que será obtida através da aplicação de modelos estatísticos. Essa análise será de responsabilidade da área de crédito, que também deve garantir a qualidade dos dados utilizados nos modelos.

Para a análise financeira serão utilizados os seguintes modelos:

- Modelo SERASA: probabilidade de insolvência calculada e atribuída pelo SERASA (Rating/Scoring);
- Modelo BRASKEM: previsão de insolvência, calculado conforme modelo estatístico baseado no histórico da carteira de clientes.

A probabilidade de insolvência a ser adotada será o resultado mais conservador obtido da análise dos dois modelos.

Para análise do score financeiro se utiliza um modelo baseado em indicadores calculados dos balanços e demonstrativos de resultados das empresas.

A cada indicador foi atribuída uma nota de 1 a 5. Essa nota é definida adequando o indicador da empresa à distribuição dos indicadores de toda a base, identificando assim os padrões comparáveis de mercado.

O risco técnico final de cada cliente será a combinação da análise qualitativa, da probabilidade de insolvência e da avaliação gerada pelo score financeiro. Sua representação será por faixas de nível de risco de 1 a 5, conforme demonstrado na tabela abaixo:

<b>Nível de Risco</b>	<b>Grau de Risco</b>
Nível 1	Mínimo
Nível 2	Baixo
Nível 3	Médio
Nível 4	Alto
Nível 5	Muito Alto

### *Definição do Limite Técnico do Cliente*

O limite técnico é o resultado da menor de três variáveis:

- Necessidade de crédito do cliente – onde se aplica um percentual de 12% sobre o faturamento anual líquido dos clientes. Este indicador foi definido estimando-se, através de regressão estatística, o histórico de volume de crédito utilizado pelos clientes;
- Capacidade de transformação do cliente – trata-se do consumo mensal máximo que o cliente pode utilizar do produto fornecido pela Cedente; e
- Pleito do gerente comercial – trata-se do volume mensal máximo que o gerente negociou com o cliente.

A definição do limite técnico determina, com base nas faixas de alçadas, qual alçada aprovará o limite de crédito final.

### Relação entre Risco e Limite

Depois de calculado o risco técnico este é comparado ao risco aceitável da Cedente, como uma referência para solicitação ou não de garantias sobre o limite de crédito final. É considerado risco aceitável aquele cuja a perda provável máxima é aceita por cliente. Foi definido com base no risco histórico da carteira e ratificada pelo comitê corporativo como nível de risco 3.

### Segmentação da Carteira de Clientes e dos Clientes Especiais

Com o objetivo de estabelecer critérios diferenciados para a análise de risco de crédito de clientes e para o gerenciamento do risco da carteira de crédito, os clientes da Braskem são segmentados das seguintes formas:

- Segmentação por porte;
- Segmentação por origem de capital;
- Segmentação por área de negócio;
- Segmentação por região de atuação; e
- Aplicação do cliente.

### Operacionalização da liberação de crédito

Com base nos limites de crédito disponíveis são determinados os procedimentos para a liberação e operacionalização da venda a prazo.

- Operações dentro do limite de crédito

Pedido de venda a prazo é liberado automaticamente pelo sistema informatizado, desde que o valor da operação não seja superior ao limite de crédito estabelecido e, ao mesmo tempo, não haja débito vencido (duplicatas e/ ou juros) há mais de quatro dias.

- Operações fora do limite de crédito

Todas as operações que excedam os limites de crédito definidos devem, obrigatoriamente, ser aprovados pelo comitê de alçada competente.

### *Inadimplimentos, Perdas e Concentração dos Direitos Creditórios*

De acordo com análise feita pela KPMG, no intervalo entre 1 de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2009 (totalizando 36 meses) a carteira de recebíveis da Cedente originou um montante de R\$44,8 bilhões em recebíveis.

A carteira líquida de recebíveis da Cedente tem apresentado estabilidade, oscilando entre R\$0,7 bilhão e R\$1,6 bilhões ao mês. De acordo com a Cedente, a elevação da carteira de recebíveis se deve principalmente a incorporação da Copesul e Ipiranga em 2008.

A tabela abaixo destaca a concentração dos recebíveis por cliente da Cedente de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009:

Cientes	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
1 ao 30	18.314.954	45,33%	45,33%	152.136	23,17%	23,17%
31 ao 100	8.135.441	20,14%	65,47%	123.430	18,80%	41,97%
101 ao 200	5.163.790	12,78%	78,25%	98.982	15,07%	57,04%
201 ao 500	5.667.085	14,03%	92,27%	148.581	22,63%	79,67%
501 ao 1.000	2.476.808	6,13%	98,40%	95.858	14,60%	94,26%
Demais (1.407 clientes)	644.737	1,60%	100,00%	37.663	5,74%	100,00%
<b>Total</b>	<b>40.402.815</b>	<b>100,00%</b>		<b>656.650</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: KPMG

As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG" anexo a este Prospecto na página 251.

#### *Pré-Pagamento de Faturas*

A KPMG analisou, de 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2009, a totalidade dos Direitos Creditórios originados pela Cedente e elencou aqueles que são passíveis de cessão ao Fundo, o que totalizou aproximadamente R\$40,4 bilhões. Deste total as faturas liquidadas antecipadamente representaram 11,4%, do total da carteira líquida da Braskem, respectivamente, o que representa R\$4,3 bilhões. A Tabela abaixo ilustra o histórico detalhado das informações relativas ao histórico de pré-pagamento de faturas da Cedente.

Descrição das faixas	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	40.402.815		
(-) Faturas a vencer em 31 de dezembro de 2009	1.288.062		
Faturas vencidas e/ ou liquidadas até 31 de dezembro de 2009	39.114.753		
<b>Faturas liquidadas</b>	<b>38.987.181</b>	<b>99,67%</b>	
Faturas antecipadas acima de 180 dias	6.187	0,02%	0,02%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	435	0,00%	0,02%
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	1.630	0,00%	0,02%
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	4.676	0,01%	0,03%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	167.528	0,43%	0,46%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	492.786	1,26%	1,72%
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	643.674	1,65%	3,37%
Faturas antecipadas de 1 a 15 dias	3.002.418	7,68%	11,04%
Faturas liquidadas no vencimento	29.068.953	74,32%	85,36%
Faturas liquidadas de 1 a 15 dias	4.494.333	11,49%	96,85%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias	606.588	1,55%	98,40%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias	316.839	0,81%	99,21%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias	93.898	0,24%	99,45%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias	36.157	0,09%	99,54%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias	24.808	0,06%	99,61%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias	11.835	0,03%	99,64%
Faturas liquidadas acima de 180 dias	14.436	0,04%	99,67%
<b>Faturas vencidas e não liquidadas em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>127.572</b>	<b>0,33%</b>	
Faturas vencidas e não liquidadas até 6 dias	61.499	0,16%	99,83%
Faturas vencidas e não liquidadas de 7 a 11 dias	4.810	0,01%	99,84%
Faturas vencidas e não liquidadas de 12 a 15 dias	7.407	0,02%	99,86%
Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias	7.537	0,02%	99,88%
Faturas vencidas e não liquidadas de 31 a 60 dias	13.512	0,03%	99,92%
Faturas vencidas e não liquidadas de 61 a 90 dias	4.755	0,01%	99,93%
Faturas vencidas e não liquidadas de 91 a 120 dias	4.954	0,01%	99,94%
Faturas vencidas e não liquidadas de 121 a 150 dias	1.166	0,00%	99,94%
Faturas vencidas e não liquidadas de 151 a 180 dias	1.156	0,00%	99,95%
Faturas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias*	20.777	0,05%	100,00%

Resumo	Somatório do valor das faturas -	%
<b>Montante faturado no período sob análise</b>	<b>40.402.815</b>	<b>100,00%</b>
Montante a vencer em 31 de dezembro de 2009	1.288.062	3,19%
Montante liquidado até 31 de dezembro de 2009	38.987.181	96,50%
Montante vencido e não liquidado em 31 de dezembro de 2009	127.572	0,32%

Fonte: KPMG

A tabela abaixo destaca a distribuição dos prazos de pagamento de faturas da Cedente.

Prazo médio (em dias)	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
A vista	1.901.807	4,71%	4,71%	29.889	4,55%	4,55%
De 1 a 9 dias	7.106.237	17,59%	22,30%	45.889	6,99%	11,54%
De 10 a 30 dias	14.785.485	36,60%	58,89%	214.805	32,71%	44,25%
De 31 a 60 dias	13.545.448	33,53%	92,42%	320.776	48,85%	93,10%
De 61 a 90 dias	2.698.451	6,68%	99,10%	40.189	6,12%	99,22%
De 91 a 120 dias	327.084	0,81%	99,91%	4.583	0,70%	99,92%
De 121 a 150 dias	19.336	0,05%	99,95%	303	0,05%	99,97%
De 151 a 180 dias	5.806	0,01%	99,97%	50	0,01%	99,97%
Acima de 180 dias	13.160	0,03%	100,00%	166	0,03%	100,00%
<b>Total</b>	<b>40.402.815</b>	<b>100,00%</b>		<b>656.650</b>	<b>100,00%</b>	
<b>Prazo médio ponderado</b>		<b>30 dias</b>				

Fonte: KPMG

Adicionalmente, observado os termos do Contrato de Cessão, as faturas emitidas pela Cedente e oferecidas ao Fundo não prevêm nenhum tipo de desconto para os Clientes e Clientes Especiais que as liquidem antecipadamente. Portanto, os pagamentos antecipados não geram impacto negativo ao Fundo e nem ao fluxo de amortização das Quotas, uma vez que estes pagamentos antecipados, nos termos do Contrato de Cessão, são realizados pelo valor de face do Direito Creditório. Ademais, ainda que na hipótese do Fundo eventualmente receber um volume elevado de recursos pagos antecipadamente não haverá impacto no Fundo haja vista que esses recursos serão utilizados para aquisição de Direitos Creditórios, sem prejuízo da realização de Amortização Extraordinária, nos termos do Regulamento.

As informações dessa seção foram fornecidas pela Cedente e podem ser verificadas detalhadamente no "Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG", anexo a este Prospecto na página 251.

## A Estrutura da Operação

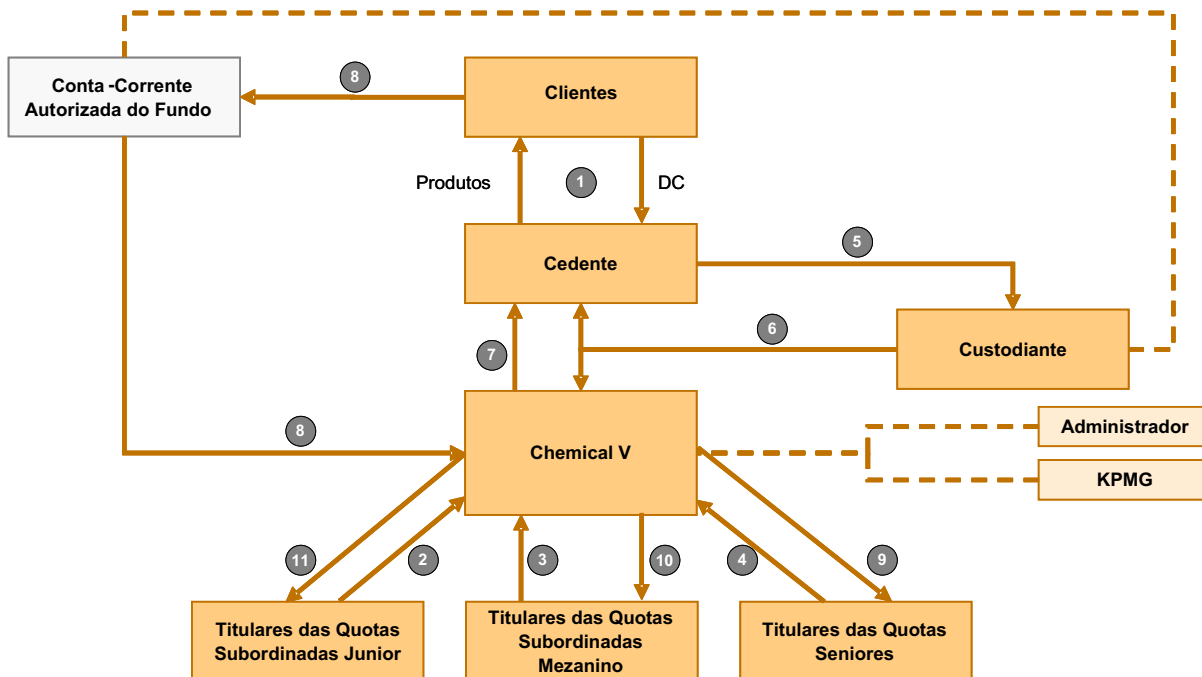
Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva da estrutura da operação, que foi preparada apenas com a finalidade de oferecer uma visão global do Fundo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, do Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, foram resumidos e/ou simplificados. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.

### Resumo da Estrutura

Nos termos do Regulamento, o Fundo tem como objetivo proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida no Regulamento, valorização de suas Quotas por meio da aquisição (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou coobrigação desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes e/ou pelos Clientes Especiais à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e (ii) de Ativos Financeiros. Os termos e condições da aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo, incluindo os Critérios de Elegibilidade, encontram-se detalhados no Regulamento e no Contrato de Cessão (para mais informações, *vide* seção "Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios" na página 44 deste Prospecto).

De forma a captar os recursos necessários para aquisição dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, o Fundo emitirá Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, sendo que a classe de Quotas Seniores será de 272.400 Quotas Seniores, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00, perfazendo na 1ª Data de Emissão o montante total de R\$272.400.000,00. A classe de Quotas Subordinadas Mezanino será de 21.600 Quotas Subordinadas Mezanino, de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo, na 1ª Data de Emissão, o montante total de R\$21.600.000,00.

### Estrutura do fundo



1. A Cedente realiza operações de venda mercantil a prazo de Produtos para seus Clientes e/ou Clientes Especiais e, assim, gera os Direitos Creditórios.



2. Até a Data de Emissão, a Cedente, observado os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, deverá subscrever e integralizar as Quotas Subordinadas Junior no valor que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, pro forma, a emissão das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, atenda aos respectivos Índices de Cobertura.
3. Na Data de Emissão, as Quotas Subordinadas Mezanino são subscritas e integralizadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, no montante em que seja suficiente para que o Fundo, depois de computada, pro forma, a emissão das Quotas Seniores, atenda ao Índice de Cobertura Sênior.
4. Na Data de Emissão, as Quotas Seniores são subscritas e integralizadas, por seu valor calculado na forma do Regulamento, até o montante em que o Fundo, depois de computada, pro forma, a referida emissão, atenda ao Índice de Cobertura Sênior.
5. Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente, oferece Direitos Creditórios ao Fundo. As Duplicatas representativas dos Direitos Creditórios são enviadas pela Cedente, por meio eletrônico ou magnético, diretamente ao Custodiante, para que este verifique o atendimento, pelos Direitos Creditórios ofertados, aos Critérios de Elegibilidade.
6. Verificado e constatado o atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade, o Custodiante envia ao Fundo e à Cedente o Termo de Cessão informando quais Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos Fundo.
7. Recebido o Termo de Cessão, o Fundo efetua, nos termos do Contrato de Cessão, o pagamento do Preço de Aquisição à Cedente.
8. Na data de vencimento dos Direitos Creditórios, os Clientes e/ou aos Clientes Especiais realizam o pagamento por meio da rede bancária, diretamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo mantida no Custodiante.
9. Nas Datas de Amortização ou nas Datas de Resgate, o Fundo realiza os pagamentos, conforme o caso, da Amortização Periódica ou do valor de resgate aos titulares das Quotas Seniores.
10. Após concluída a Amortização Periódica ou o resgate das Quotas Seniores, o Fundo procederá o pagamento da Amortização Periódica ou do valor de regate das Quotas Subordinadas Mezanino, aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, desde que atendido, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.
11. As Quotas Subordinadas Junior somente serão resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, observado os termos do Regulamento, e/ou quando o Índice de Cobertura Mezanino, em benefício dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, na forma de Excesso de Cobertura, atingir ou exceder a 102,881%. O Administrador, atuando em nome do Fundo, poderá autorizar resgate de Quotas Subordinadas Junior até que o Índice de Cobertura Mezanino atinja 102,249%, conforme definido no regulamento.

#### **Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira do Fundo**

Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto no Regulamento e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura. O Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade, sendo que o saldo remanescente poderá ser mantido em moeda corrente nacional ou aplicado nas modalidades de investimento autorizadas pelo Regulamento. A tabela a seguir apresenta um resumo das modalidades de investimento e dos limites de composição da carteira do Fundo:

<b>Composição da carteira e percentual máximo em relação ao Patrimônio Líquido</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
Direitos Creditórios	50%	100%
Moeda corrente nacional	0%	50%
Títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN	0%	50%
Fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas.	0%	50% <sup>(1)</sup>
Operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados acima cuja contrapartida seja uma Instituição Autorizada	0%	50% <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> A concentração está limitada a 10% do Patrimônio Líquido por Instituição Autorizada.

São vedadas ao Fundo (i) a aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial; (ii) a realização de operações em mercado de derivativos; e (iii) a realização de operações de day trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. Adicionalmente, o Fundo não poderá realizar operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer Ativo Financeiro em que o Administrador, o Custodiante, a Cedente ou qualquer de suas Partes Relacionadas figure direta ou indiretamente como contraparte, salvo no caso das Instituições Autorizadas.

Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Gestor prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração, nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao Patrimônio Líquido e os percentuais e limites referidos acima serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

#### **Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios**

Nos termos do Contrato de Cessão e observados, pelo Administrador, os procedimentos descritos no Regulamento, a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, oferecer de forma contínua e prioritária ao Fundo, observada a prioridade previamente estabelecida quando da constituição do Chemical III e do Chemical IV, Direitos Creditórios, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do mesmo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima, sem prejuízo do disposto na Cláusula Dez do Contrato de Cessão, assim como de qualquer outro direito, faculdade ou prerrogativa da Cedente estabelecidas no Contrato de Cessão. A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente deve observar a existência de Disponibilidades ou Direitos Creditórios Permutáveis e a ordem de alocação de recursos estabelecida no Regulamento.

#### **Critérios de Elegibilidade**

O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade :

- sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3%;
- depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente Especial, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente Especial de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 8%, sendo que o somatório dos Direitos Creditórios Elegíveis de todos os Clientes Especiais não poderá ultrapassar 40% do Patrimônio Líquido;
- não tenham data de vencimento original inferior a nove dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas

Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à última Data de Resgate de Quotas em circulação;

e) sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente e/ou Cliente Especial que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:

- (i) conste da Relação de Clientes e de Clientes Especiais;
- (ii) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados;
- (iii) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 dias;
- (iv) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 para os Clientes e R\$2.000.000,00 para os Clientes Especiais, atualizado, anualmente, pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e
- (v) não tenha processo de falência, ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

#### Verificação dos Critérios de Elegibilidade

A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos do Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva. A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.

Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com o disposto neste item, aplicar-se-á o disposto no item "Resolução da Cessão" deste Prospecto.

Caso a Cedente, direta ou indiretamente, antes ou após a constituição do Fundo e registro original do Regulamento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, tenha constituído ou adquirido o controle ou venha a constituir ou adquirir o controle de uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente, uma Cedente para todos os fins e efeitos do Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições do Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições do Contrato de Cessão e do Regulamento. A Cedente e o Fundo deverão celebrar aditamento ao Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.

#### Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará à Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Preço de Aquisição"):

$$PA_{y,T} = \frac{VN_y}{\left[ \left( 1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left( 1 + \frac{\left( \frac{Spread_{Sn} \times M_{Sn,T}}{100} \right) + \left( \frac{Spread_{Mz} \times M_{Mz,T}}{100} \right)}{M_{Sn,T} + M_{Mz,T}} \right) \times \left( 1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{d_y}{252}}} \quad \text{onde:}$$

$y = 1, 2 \dots n$  Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

$PA_{y,T}$  Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y" na Data de Aquisição "T";

$VN_y$  valor nominal do Direito Creditório Elegível "y" objeto da aquisição;

$DIFT$	cotação da Taxa DI futura, na Data de Aquisição e Pagamento "T", referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo VII ao Contrato de Cessão (" <u>Taxa DI Futura</u> "), a que pertence o respectivo " $d_y$ ", negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição e Pagamento para cada prazo. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 12,00%, então $DIFT = 12,00$ ;
$Spread_{Sn}$	Fator Spread das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 1,25;
$M_{Sn;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
$Spread_{Mz}$	Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, que, conforme definido no respectivo Suplemento, é equivalente a 5,80;
$MMz;T$	valor da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
$C$	$C = 2,00$ ; e
$d_y$	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y" a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

A fórmula acima contempla uma taxa de desconto praticada na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a qual tem sua determinação atrelada à variação da Taxa DI Futura. Levando-se em conta (i) a Taxa DI Futura de 30 dias obtida através da interpolação entre a Taxa DI Futura com vencimento em 1º de julho de 2010 (a qual corresponde a 10,07% ao ano) e a Taxa DI Futura com vencimento em 1º de agosto de 2010 (a qual corresponde a 10,54% ao ano), que resulta em 10,45% (" $DIFT$ "); (ii) um prazo de vencimento dos Direitos Creditórios Elegíveis de 30 dias (" $d_y$ "); e (iii) os Fatores *Spread* definidos, e aplicando-se a fórmula acima, a taxa de desconto a ser praticada na aquisição desses Direitos Creditórios Elegíveis, em 9 de junho de 2010, seria equivalente a 14,63% ao ano.

Para o pagamento do Preço de Aquisição, o Fundo deverá utilizar, mediante dação em pagamento, todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e/ou moeda corrente nacional.

### **Cobrança dos Direitos Creditórios**

A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes e/ou aos Clientes Especiais. Para a realização da cobrança, o Custodiante e os Bancos Cobradores observarão, entre outros estabelecidos no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança, os seguintes procedimentos:

- os Avisos de Vencimento conterão mensagem notificando os Clientes e os Clientes Especiais de que os respectivos Direitos Creditórios foram cedidos ao Fundo;
- o Custodiante e demais Bancos Cobradores receberão o pagamento referente aos Avisos de Vencimento indiscriminadamente de todo e qualquer devedor de Direito Creditório do Fundo, seja ou não cliente do Custodiante, durante todo o expediente bancário em qualquer um dos seus pontos de atendimento em todo o território nacional;
- o pagamento relativo aos Avisos de Vencimento será aceito pelo Custodiante e demais Bancos Cobradores em dinheiro, cheque, ou por meio remoto ou eletrônico, sempre no valor constante do Aviso de Vencimento, acrescido de multa por atraso, se for o caso;
- o Custodiante e demais Bancos Cobradores darão quitação dos Avisos de Vencimento a quem efetuar o respectivo pagamento, sendo que no caso de pagamento feito por meio de cheque (i) o crédito da importância ao Fundo ficará sujeito ao respectivo prazo de compensação, determinado pelo BACEN; e (ii) se o banco sacado devolvê-lo, o Custodiante o entregará ao Fundo, debitando-lhe o valor do cheque;

- os Clientes e os Clientes Especiais poderão efetuar o pagamento dos Avisos de Vencimento em qualquer instituição financeira integrante do SIRC - Sistemas Integrados Regionais de Compensação do BACEN ou correspondente bancário; e
- o Custodiante enviará para protesto os Direitos Creditórios vencidos e não pagos a partir do 31º dia contado da respectiva data de vencimento.

### **Opção de recompra de Direitos Creditórios pela Cedente**

Nos termos do Contrato de Cessão, a Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido pelo seu valor nominal mediante utilização de moeda corrente nacional, ou Direitos Creditórios Elegíveis.

### **Resolução da Cessão**

Nos termos do Contrato de Cessão, será considerada resolvida de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não seja efetuado pelo respectivo Cliente em virtude (a) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza referente ao cumprimento pela Cedente das suas obrigações em relação aos Direitos Creditórios (b) do não recebimento dos Produtos e/ou (c) da apresentação, pelo Cliente, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente; (ii) de Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela Cedente, previamente à oferta destes à cessão para o Fundo; ou (iii) de Direitos Creditórios que decorram de venda de Produtos que tenha sido alterada ou cancelada, total ou parcialmente, por qualquer motivo, ou ainda os Direitos Creditórios passíveis de quaisquer discussões comerciais.

Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará a Cedente obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de dois Dias Úteis contados da data em que a Cedente receber notificação enviada pelo Fundo ou pelo Custodiante solicitando o seu pagamento, observadas as disposições do Contrato de Cessão, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Corrente Autorizada do Fundo, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição atualizado *pro rata temporis* desde a Data de Aquisição e Pagamento até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

### **Resilição do Contrato de Cessão pela Cedente**

A Cedente poderá resilir o Contrato de Cessão, mediante comunicação enviada pela Cedente ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de dois Dias Úteis da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade, somente na hipótese de (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de originação de Direitos Creditórios Elegíveis ou das operações previstas no Contrato de Cessão; (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, que comprovadamente alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente; e (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos Creditórios ora pactuada pela Cedente.

O exercício do direito de resilição não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos do Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e que já sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida no parágrafo acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos até a data data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida acima.

A resilição do Contrato de Cessão é um dos eventos de liquidação do Fundo nos termos do Regulamento.

### Índices de Cobertura

Conforme estabelecido no Regulamento, desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, se a (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura (Índice de Cobertura Sênior) e, da mesma forma, (ii) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com cinco casas decimais, se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura (Índice de Cobertura Mezanino), e, conjuntamente com o Índice de Cobertura Senior, os (Índices de Cobertura), estabelecidos nas tabelas abaixo:

<b>Índice de Cobertura Sênior</b>	<b>Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*</b>
110%	MI(%) < 1,5%
112%	1,5 ≤ MI(%) < 2,0%
115%	MI(%) ≥ 2,0%

\*: MI(%) – é a média aritmética do I(%) dos últimos três meses.

<b>Índices de Cobertura Mezanino</b>	<b>Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*</b>
102,041%	Não aplicável

A apuração do percentual de inadimplência a que se refere a tabela supra será realizada pelo Custodiante a partir da Base de Dados de acordo com a seguinte expressão (Percentual de Inadimplência):

$$I(\%) = \frac{Dj}{Dt}$$

onde:

I(%)	é o Percentual de Inadimplência;
Dj	é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos a mais de 19 dias na Data de Verificação dos Índices de Cobertura, acrescido do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos a mais de 19 dias que foram aceitos, pela Cedente, após este prazo, como Contraprestação, nos termos do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior; e
Dt	é o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo na Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

O Índice de Cobertura Senior será, obrigatoriamente, de 110% no período de 90 dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, devendo, após o decurso deste prazo, ser calculado a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura nos termos do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Fundo não atenda à qualquer dos Índices de Cobertura, o Administrador deverá notificar a Cedente, por meio eletrônico, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior (Aviso de Desenquadramento). A Cedente deverá, observado o disposto no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, devolver ao Administrador, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando:

- que procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis em número suficiente para (i) o reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura; e (ii) a manutenção da totalidade de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
- que procederá à integralização parcial de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura;
- que não procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura; ou



d) que resiliará o Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no mesmo.

Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, pro forma, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, na forma do Regulamento.

Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o resultado da relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com cinco casas decimais, seja superior ao Índice de Cobertura Mezanino (Excesso de Cobertura), o Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

- adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6.1 do Regulamento; e
- desde que o Índice de Cobertura Mezanino seja maior que 102,881%, amortizar as Quotas Subordinadas Junior em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura Mezanino seja igual ou maior que 102,249%.

O Fundo somente procederá à amortização das Quotas Subordinadas Junior, conforme estabelecido no item acima, desde que atenda, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.

### **Reserva de Amortização e Resgate**

O Administrador deverá constituir reserva monetária (Reserva de Amortização e Resgate), formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo (Disponibilidades), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou do resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o seguinte cronograma:

- até 30 Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino; e
- até dez Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até dez Dias Úteis antes das Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.

Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator Spread das Quotas Seniores e o Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.

Observado o disposto no Regulamento, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).

### **Verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate**

A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, dez Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou dez Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso (Data de Verificação de Amortização), o Custodiante, por ordem e conta do Fundo verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no Regulamento.

Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no Regulamento, o Custodiante comunicará imediatamente o fato ao Administrador que deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até



que esta atenda ao disposto no Regulamento. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no Regulamento, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.

### **Ordem de Alocação de Recursos**

O Administrador, diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, utilizará as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- c) devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- d) constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 14 do Regulamento;
- e) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- f) constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no item 14 do Regulamento;
- g) pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- h) pagamento do Preço de Aquisição;
- i) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- j) pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

### **Taxa de Administração e Encargos do Fundo**

O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a (i) 0,18% ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.666,67. A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o quinto Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no quinto Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração. Não será cobrada taxa de performance.

Constituem Encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;

- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;
- d) honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das documentações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
- e) emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no item 22 do Regulamento;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- i) honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.

Caso o montante total dos Encargos do Fundo ultrapassem 3% do Patrimônio Líquido, em um período de 12 meses anterior a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Administrador convocará a Assembleia Geral para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas pelo Administrador. Quaisquer despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.

O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 11.1 do Regulamento.

Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

### **Eventos de Avaliação**

Na ocorrência de determinados eventos, denominados Eventos de Avaliação, o Administrador, entre outras providências, (i) comunicará aos Quotistas acerca do fato, nos termos do Regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis; e se for o caso, (ii) o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências;

- a) inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de cinco Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- b) inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de cinco Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- c) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- d) ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o

curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos do Regulamento;

- e) aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% do Patrimônio Líquido, conforme vier a ser apurado pela Empresa de Auditoria, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento;
- f) não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em duas Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou três Datas de Verificação de Amortização alternadas;
- g) caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- h) amortização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em desacordo com o disposto no Regulamento;
- i) resilição do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- k) não observância, por parte da Cedente, dos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- l) se, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos Clientes e/ou Clientes Especiais diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos termos da alínea (v) da Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão;
- m) se, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente e/ou Clientes Especiais em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura;
- n) se, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas, os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos como Contraprestação, pela Cedente, nos termos da Cláusula 6.2, item (i), do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, for igual ou superior a 12% do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura; e
- o) não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do Regulamento, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.

O Administrador convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os

efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento. Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no item 18.1.2 do Regulamento, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

### **Eventos de Liquidação**

São considerados Eventos de Liquidação do Fundo para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356 quaisquer das seguintes ocorrências;

- a) não pagamento, em até três Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino;
- b) cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo e até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- c) caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas Junior, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto no Regulamento;
- d) caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no item 22 do Regulamento;
- e) resilição do Contrato de Cessão ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos referidos instrumentos;
- f) caso a Cedente deixe de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
- g) caso os titulares das Quotas Seniores ou, caso aplicável, das Quotas Subordinadas Mezanino, venham a deliberar, nos termos do Regulamento, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- h) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 do Regulamento
- i) caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.3 do Regulamento; e
- j) ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão;
- k) caso o Percentual de Inadimplência alcance nível igual ou superior a 2% por duas Datas de Verificação dos Índices de Cobertura consecutivas ou três Datas de Verificação dos Índices de Cobertura alternadas;
- l) não reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, observados os prazos estabelecidos no item 20 do Regulamento; e
- m) redução de mais de três níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores ou de mais de dois níveis na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino. A redução de um nível, de dois níveis ou de três níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores não caracterizará Evento de Avaliação. Da mesma forma a redução de um nível ou de dois níveis na classificação das Quotas Subordinadas Mezanino não caracterizará Evento de Avaliação.

### *Procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo*

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos no Regulamento.

Na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A instalação da referida Assembleia Geral dependerá, em primeira convocação, da presença de Quotistas representantes de 95% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, de qualquer número de Quotistas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá observar o quorum estabelecido no item 24.4.4 do Regulamento. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 13.4 do Regulamento.

Na hipótese de não ser aprovada a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.

Observada a ordem de alocação dos recursos definida no Regulamento e a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 18.2.2 do Regulamento, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta-Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00, o Administrador debitará a Conta-Corrente Autorizada do Fundo.

Os procedimentos descritos acima somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, seguindo as mesmas prerrogativas definidas para as Quotas Seniores, e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Junior ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 18.2.3 do Regulamento.

#### **Dação em Pagamento dos Direitos Creditórios**

Caso, 60 dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 18.2.2. do Regulamento, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do ambiente da CETIP.

Para fins do disposto no item 18.4 do Regulamento, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 27.1 do Regulamento, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

#### **Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo**

Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas observado o disposto no item 22.2 do Regulamento, não estando a Cedente, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante de qualquer forma obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Cedente, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o

Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 22.2 do Regulamento.

As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00, o qual será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da 1ª Data de Emissão, pela variação acumulada do IGP-M. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Caso os titulares das Quotas Seniores decidirem por não aportar tais recursos, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Senior, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos no Regulamento e observado o disposto no item 21 do Regulamento. Não obstante o acima disposto, os titulares de Quotas Seniores e os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessária para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

#### **Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo**

Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo serão registrados pelo valor efetivamente pago, enquanto os rendimentos auferidos com os mesmos serão reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil. A provisão de perda dos Direitos Creditórios do Fundo será calculada aplicando-se os dispositivos do Plano Contábil. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da carteira do Fundo deverão ser integralmente provisionados no 20º dia após o respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

#### **Crítérios de divulgação de informações aos Quotistas**

Salvo quando se tratar de convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por um dos seguintes meios, a critério do Administrador: (i) publicação de anúncio, em forma de aviso, no referido jornal ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) envio de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista indicado na forma do Regulamento.

No prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocados à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista, a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros.

#### **Atendimento aos Quotistas**

As solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser feitas ou obtidas nos seguintes endereços:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Administrador do Fundo  
Telefone: (11) 3684-4522  
e-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br



## **Assembleia Geral**

À Assembleia Geral do Fundo compete, privativamente, (i) tomar anualmente, no prazo máximo de quatro meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador; (ii) alterar o Regulamento; (iii) deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco; (iv) deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução; (v) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração e (vi) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades de mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

### *Convocação*

A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com cinco dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do Regulamento, e, a critério do Administrador, por meio de aviso publicado no jornal Gazeta Mercantil, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em circulação.

### *Instalação e Local*

A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

### *Quorum de deliberação*

A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes, ou, na sua ausência, dos Quotistas Subordinados Mezanino presentes.

Sem prejuízo do disposto no item 24.2.5 do Regulamento, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

A cada Quota corresponde um voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de um ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até dois Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Ressalvado o disposto nos itens 24.4.1 a 24.4.5 e 24.5 do Regulamento, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:



- a) 90% das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos itens Oito (Critérios de Elegibilidade), 12 (Quotas), 13 (Emissão, Integralização e Valor das Quotas) e 14 (Amortização e Resgate) do Regulamento, deste item (a) e do item (b) abaixo;
- b) 75% das Quotas Seniores em circulação para:
  - (i) a aprovação de alteração dos quora de instalação ou deliberação estabelecidos no Regulamento, ressalvado o disposto no item (a) acima; e
  - (ii) a aprovação de alteração dos itens 6 (Objetivo do Fundo e Política de Investimento), 18 (Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação), 19 (Amortização Extraordinária), 20 (Índices de Cobertura) e 21 (Ordem de Alocação de Recursos) do Regulamento; e
  - (iii) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de nova Cedente, nos termos do item 8.1.3 do Regulamento.
- c) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a deliberação a que se refere o item 22.2 (aporte adicional de recursos) do Regulamento;
- d) mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada; e
- e) mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores, para o qual não exista outro quorum previsto no Regulamento.

Independentemente do disposto acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem mais da metade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação para:

- (i) as deliberações a que se referem os itens 5.3.2 (direito de voto das Quotas Subordinadas Mezanino), 13.5.2 (extinção da Taxa DI) e 22.2 (aporte adicional de recursos) do Regulamento;
- (ii) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração à Cláusula 1.3 (promessa de cessão de direitos creditório em quantidades mínimas), 6.0 (Preço de Aquisição) e 9.2 (Eventos de Resilição) do Contrato de Cessão;
- (iii) a aprovação de alterações nos itens 8.1 (Critérios de Elegibilidade), 9.1 (inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes), 12.2 (emissão de Quotas Subordinadas e características de Quotas Subordinadas Mezanino), 12.3 (características das Quotas Subordinadas Junior), 13.5 (valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.1 (resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.2 (Dados de Amortização), 14.3.2 (amortização das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.4 (amortização compulsória de Quotas Seniores), 14.5 (amortização e resgate de Quotas limitadas às hipóteses previstas no Regulamento), 14.6 (Reserva de Amortização e Resgate), 14.8 (Data de Verificação de Amortização), 17.3 (critério de provisionamento dos Direitos Creditórios), 17.5 (perdas e provisões com Ativos Financeiros), 18.1 (Eventos de Avaliação), 18.2 (Eventos de Liquidação), 20.1 (Índices de Cobertura), 20.2 (Excesso de Cobertura), 21.1 (ordem de alocação de recursos), 24.5 (direitos de voto das Quotas Subordinadas Junior) e o item 24.4.2 do Regulamento;
- (iv) ratificar a deliberação de qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, tomada pelos titulares das Quotas Seniores nos termos do inciso IV do item 24.4.1 do Regulamento
- (v) o aumento na remuneração das Quotas Seniores.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- (i) deliberações a que se referem os itens 4.1.4, 4.2 e 4.3 do Regulamento (substituição ou renúncia do Administrador);

- (ii) aprovação de alteração ao item 11 (Taxa de Administração e Encargos do Fundo) do Regulamento; e
- (iii) aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do fundo.

Independentemente do disposto no item 24.4 do Regulamento, a interrupção dos procedimentos de liquidação a ser deliberada na Assembleia Geral na forma prevista no item 18.2.2 do Regulamento dependerá de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quora de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino de titularidade da Cedente e/ou de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso a Cedente e/ou suas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino.

Independentemente do disposto item 24.4 do Regulamento a deliberação a que se refere o item 13.5.2 do Regulamento, o aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como aquelas que impliquem alterações: (a) dos Eventos de Avaliação; (b) dos Eventos de Liquidação; (c) do item 8 (Critérios de Elegibilidade); e/ou (d) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Junior em circulação.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

## **As Quotas**

Encontra-se nesta seção uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas. Os potenciais investidores devem consultar as demais Seções deste Prospecto e o Regulamento antes de decidir por aplicar recursos no Fundo ou adquirir Quotas.

### **Características das Quotas Seniores**

Dentre outras previstas no Capítulo Doze do Regulamento, as Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no Regulamento;
- Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá um voto; e
- o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Sênior no Fundo será de R\$25.000,00.

### **Características das Quotas Subordinadas Mezanino**

Dentre outras previstas no Capítulo Doze do Regulamento, as Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto no Regulamento;
- serão amortizadas e resgatadas conforme o previsto no Regulamento e respectivo Suplemento, observada a prioridade das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios e/ou no término do Prazo de Duração;
- um Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;
- seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá um voto;
- ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino; e
- o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado Mezanino no Fundo será de R\$25.000,00.

### **Características das Quotas Subordinadas Junior**

Dentre outras previstas no Capítulo Doze do Regulamento, as Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento;
- somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento e/ou no término do Prazo de Duração;
- um Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00;

- seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Regulamento;
- direito de votar nas Assembleias Gerais, observadas as disposições do Regulamento, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá um voto; e
- ressalvada a preferência das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

### **Emissão e integralização das Quotas**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão emitidas por seu valor calculado na forma prevista no Regulamento, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN exclusivamente na Conta-Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação. Observados os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a aplicação em Quotas Subordinadas Junior poderá ser efetuada pela Cedente também em Direitos Creditórios Elegíveis.

### **Amortização e Resgate das Quotas**

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas Datas de Resgate indicadas nos respectivos Suplementos. A amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino seguirão os cronogramas definidos na seção "Amortização e Resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas" na página 20 deste Prospecto e nos respectivos Suplementos.

#### *Amortização Extraordinária*

O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no Regulamento.

O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes, da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e o valor da Amortização Extraordinária relativa às Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

#### *Negociação das Quotas*

As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas. As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no mercado secundário no SF – Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP, e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX.

Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista

### **Tributação**

O disposto nesta seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo informar genericamente o tratamento fiscal aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem envolver a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas, motivo pelo qual os Quotistas

devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

#### *Tributação aplicável aos Quotistas*

##### IOF/Títulos

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, inclusive amortização, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo tal limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% ao dia.

##### IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, os Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior que ingressarem recursos no Brasil estão sujeitos ao IOF/Câmbio de acordo com as seguintes alíquotas:

- (i) 2% (dois por cento) nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizados por investidores estrangeiros, para aplicações no mercado financeiro e de capitais; e
- (ii) 0% (zero por cento) nas liquidações de operações de câmbio para fins de retorno dos recursos aplicados por investidor estrangeiro nas operações de que trata o inciso (i) acima.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25%, relativamente a operações ocorridas após tal aumento.

##### Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base a residência dos Quotistas do Fundo (a) no Brasil; e (b) no exterior; e três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação: (i) resgate/liquidação de Quotas do Fundo; (i) cessão ou alienação de Quotas do Fundo; e (iii) amortização das Quotas do Fundo:

#### *Quotistas do Fundo Residentes no Brasil*

- (i) Resgate das Quotas do Fundo: na situação de resgate/liquidação de Quotas do Fundo, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas do Fundo, sendo tributado na fonte conforme a seguir descrito:

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de longo prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio superior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, (b) 20%, para aplicações com prazo de 181 dias até 360 dias, (c) 17,50%, em aplicações com prazo de 361 até 720 dias, e (d) 15%, para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Caso a carteira do Fundo seja classificada como de curto prazo, ou seja, detenha títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 dias, os Quotistas do Fundo serão tributados segundo as seguintes alíquotas regressivas: (a) 22,50%, para aplicações com prazo de até 180 dias, e (b) 20%, para aplicações com prazo acima de 180 dias.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância do disposto na legislação pertinente.

- (ii) Cessão ou alienação das Quotas do Fundo: os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas do Fundo devem ser tributados à alíquota máxima de 22,50%, a depender da forma como for conduzida a operação. Adicionalmente, para as operações realizadas em bolsa de valores, mercadorias e futuro e assemelhadas, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, há a incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 0,005%; e

- (iii) Amortização das Quotas do Fundo: no caso de amortização de Quotas do Fundo, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas aplicáveis à hipótese de resgate/liquidação das Quotas do Fundo, definidas em função do prazo do investimento do respectivo Quotista do Fundo, descritas no item (i) acima.

#### *Quotistas do Fundo Residentes no Exterior*

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, que ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 ("Quotistas Qualificados"), é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade do investimento ("Paraíso Fiscal").

#### *Quotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*

- Resgate de Quotas: O rendimento auferido no resgate de Quotas será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%.
- Cessão ou alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.
- Amortização de Quotas: No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

#### *Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal*

Os Quotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil nas operações de amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 22,50% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

#### *Tributação aplicável ao Fundo*

##### IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de zero%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

##### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

## **Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo**

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços abaixo descritos.

### **Contrato de Cessão**

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Cessão, por meio do qual a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, ceder os Direitos Creditórios ao Fundo, que se comprometeu a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento. Para tanto, a Cedente se obrigará, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima.

Para maiores informações, ver seção "A Estrutura da Operação - Critérios e Características da Cessão dos Direitos Creditórios", na página 44 deste Prospecto).

### **Contrato de Distribuição**

Por meio do Contrato de Distribuição, o Administrador e a Cedente contrataram os Coordenadores para a prestação dos serviços de distribuição pública das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. Para maiores informações *vide* seção "Procedimentos de Distribuição das Quotas", na página 25 deste Prospecto.

### **Contrato de Custódia**

O Administrador contratou o Custodiante, com a interveniência da Cedente, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM 356. No Contrato de Custódia estão estabelecidos, dentre outros, as rotinas e procedimentos relativos à verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade e a cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Adicionalmente, o Custodiante, por meios dos Convênios de Cobrança, contratou os demais Bancos Cobradores para a prestação dos serviços de cobrança bancária dos Direitos Creditórios.

Nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia, o Custodiante é responsável pelas seguintes atividades:

- I. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- II. receber e fazer a guarda e custódia física, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados;
- III. receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria e encerramento do exercício de balanço, por parte do Administrador, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
  - (i) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente;
  - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia;
  - (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
  - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- IV. sistematizar e organizar, em ordem cronológica, a documentação referida acima identificada por Cliente e/ou Cliente Especial;
- V. efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a esses ativos;



- VI. receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como efetuar a liquidação física e financeira destes, nos termos do Contrato de Custódia;
- VII. efetuar o controle do fluxo de caixa do Fundo, com registro dos respectivos lançamentos em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- VIII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
- IX. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pela Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão, com base em arquivos eletrônicos enviados pela Cedente;
- X. informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia ou no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- XI. notificar o Administrador, no prazo de um Dia Útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações originárias do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior; e
- XII. monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos descritos no parágrafo abaixo.

Nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento, o Custodiante é responsável por monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_o^2}}{N + \frac{1}{E_o^2}}$$

onde:

$E_o$	Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será de 10%, considerando principalmente os seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade da Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e
$N$	tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Custodiante, bem como sobre os procedimentos que devem ser adotados em caso de renúncia, *vide* seção "Custodiante e Agente Escriturador – Substituição ou Renúncia do Custodiante" na página 69 deste Prospecto.

### **Contrato de Depósito**

Por meio do Contrato de Depósito, o Custodiante contratou a Cedente para atuar como depositária, sob as penas previstas na legislação aplicável, dos Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Nos termos do Contrato de Depósito, o Custodiante e o Administrador, ou terceiros por eles contratados, terão acesso irrestrito aos Documentos Comprobatórios, podendo, mediante comunicação prévia com dez Dias Úteis, ou, em prazo menor, se assim solicitado pelas autoridades competentes, sem nenhum custo adicional, consultar ou retirar os Documentos Comprobatórios e realizar diligências nos estabelecimentos em que tais Documentos Comprobatórios são mantidos, com o objetivo de verificar o cumprimento, pela Cedente, de suas respectivas obrigações, nos termos do Contrato de Depósito e do Contrato de Cessão. O Custodiante e o Administrador, ou terceiros por eles contratados, deverão obedecer às normas de saúde e segurança desses estabelecimentos, desde que sejam cientificados previamente e que os equipamentos de segurança sejam fornecidos pela Cedente. O Custodiante e o Administrador poderão solicitar os Documentos Comprobatórios após o prazo de 30 Dias Úteis contado da aquisição dos respectivos Direitos Creditórios pelo Fundo.

Adicionalmente, o Contrato de Depósito prevê que a perda, o extravio, a inexistência ou a indisponibilidade, por qualquer motivo, dos Documentos Comprobatórios (exceto no caso de indisponibilidade temporária decorrente de seu trânsito), deverá ser imediatamente comunicada ao Custodiante, responsabilizando-se a Cedente pelos prejuízos a que derem causa, bem como pela liquidação dos valores referentes aos Direitos Creditórios de tais Documentos Comprobatórios perdidos, extraviados, inexistentes ou indisponíveis, sendo obrigada a realizar o ressarcimento das perdas e danos e demais encargos eventualmente incorridos pelo Fundo e/ou Custodiante.

### **Contrato de Cobrança**

Por meio do Contrato de Cobrança, a Cedente obriga-se a prestar serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos Passíveis de Cobrança, observado o disposto no Regulamento.

Nos termos do Contrato de Cobrança, a cobrança dos Direitos Creditórios inadimplidos será realizada pela Cedente de acordo com os procedimentos ali previstos, os quais compreendem ligação telefônica ou *e-mail* de cobrança, protesto (caso não haja renegociação da dívida) e execução judicial. A Cedente poderá, a seu exclusivo critério e sob sua exclusiva responsabilidade, subcontratar os serviços de cobrança para terceiro de comprovada competência e idoneidade. Caso a Cedente venha a contratar os serviços de terceiro, será de sua responsabilidade remunerar os serviços prestados por tal terceiro. A Cedente também será a única responsável por todas e quaisquer despesas que vier a incorrer, necessárias à prestação dos serviços objeto do Contrato de Cobrança, incluindo, sem limitação, a contratação e o treinamento de pessoal, a contratação de serviços de terceiros, o desenvolvimento de rotinas, sistemas ou programas de computação e a aquisição de máquinas e equipamentos.

### **Gestão da carteira do Fundo**

Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Administrador contratou o Gestor para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, cuja remuneração compõe a taxa de administração.

Para informações sobre os mecanismos de substituição do Gestor, *vide* seção "Administrador – Gestor – Substituição do Gestor" na página 68 deste Prospecto.

### **Agência de Classificação de Risco**

As Quotas têm sua classificação de risco atribuída pela Moody's América Latina Ltda., a Agência de Classificação de Risco especializada contratada pelo Fundo. A classificação de risco das Quotas será revisada trimestralmente e divulgada aos Quotistas na forma prevista no Regulamento.

#### *Substituição da Agência de Classificação de Risco*

A substituição da Agência de Classificação de Risco por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário o voto favorável de mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

### **Empresa de Auditoria**

A empresa de auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, e da análise da atuação do Administrador.

#### *Substituição da Empresa de Auditoria*

Nos termos da Instrução CVM 356, a Empresa de Auditoria foi contratada pelo Administrador e, portanto, sua substituição poderá ser determinada pelo Administrador independentemente de realização de Assembleia Geral.

## **Destinação dos Recursos**

Os recursos provenientes da emissão das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino serão primordialmente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros, sempre observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo estabelecida no Regulamento e, obrigatoriamente, a seguinte ordem de preferência de alocação de recursos, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação:

- pagamento dos Encargos do Fundo;
- formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo, nos termos do Regulamento, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no Regulamento;
- pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- pagamento do Preço de Aquisição;
- formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

## **Administrador**

A BEM pertencia ao Banco do Estado do Maranhão, tendo sido adquirida pelo Bradesco em 12 de fevereiro de 2004, passando, desde então, a contar com o corpo profissional, parque tecnológico e infra-estrutura do Bradesco.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção "Fatores de Risco" na página 29 deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando estabelecer o nível máximo de exposição a risco. A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que o Administrador e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

### *Substituição ou Renúncia do Administrador*

Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, e convocar Assembleia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador.

O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, mediante votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes dos Quotistas, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico e, adicionalmente, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a ser realizada em até 60 dias contados da referida publicação de renúncia, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável. Nesta hipótese, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 dias contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme determinado pelos Quotistas na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições do Regulamento.

Decorridos 60 dias do prazo estabelecido acima sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, e comunicará tal fato à CVM.

## **Gestor**

A BRAM foi constituída, em dezembro de 2000, com o objetivo exclusivo de gerir recursos de terceiros administrados pelo Bradesco. A BRAM é o resultado da consolidação dos recursos administrados e profissionais da área de Administração de Fundos e Carteiras de Investimento do Bradesco, da Bradesco Templeton Asset Management Ltda., da BCN Alliance Capital Management S.A., da BES – Boavista Espírito Santo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do BANEB – Banco do Estado da Bahia, o que resulta em ganho de eficiência e otimização da estrutura, com aumento de escala e concentração de esforços no crescimento da participação de mercado.

A BRAM conta com estrutura especializada na gestão de recursos de terceiros, totalmente segregada, garantindo, dessa forma, o *Chinese Wall*. Atende aos mais variados segmentos de mercado, tais como varejo, *corporate*, *private* e investidores institucionais. A sua atuação é desenvolvida por uma equipe de profissionais focados no atendimento das demandas específicas de cada perfil de investidor.

### *Substituição do Gestor*

Nos termos do Regulamento, o Administrador foi autorizado a contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356. Sendo assim, poderá haver a substituição do Gestor e/ou a assunção de tais serviços diretamente pelo Administrador independentemente da aprovação da Assembleia Geral.

### *Política de Exercício de Direito de Voto do Gestor*

No intuito de defender os interesses do Fundo e dos cotistas, o Gestor adota política de exercício de direito de voto em assembleias gerais de fundos de investimento e companhias emissoras dos ativos detidos pelo Fundo ("Política"), disponível na sede do Gestor e registrada na ANBIMA. A Política disciplina os princípios gerais, o processo decisório, as matérias obrigatórias e orienta as decisões do Gestor.

A Política do Gestor se encontra, na íntegra, no endereço eletrônico [www.shopinvest.com.br](http://www.shopinvest.com.br).

## **Custodiante e Agente Escriturador**

O Bradesco, por meio do seu departamento de ações e custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundo de investimento em direitos creditórios, *trustee*, agente de compensação, BDRs e DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo compliance corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por compliance específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco também aderiu ao Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas, para o Serviço de Custódia Qualificada, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas.

Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

### **Fundos de Investimento em Direitos Creditórios**

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo Regulamento e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo Contrato de Cessão.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo.

Toda essa atividade realizada está à disposição dos órgãos reguladores, agências de rating e auditoria independente, de acordo com a legislação vigente.

### **Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento**

O sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos quotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Este serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus quotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

#### *Substituição ou Renúncia do Custodiante*

A substituição do Custodiante por iniciativa do Fundo, nos termos do Regulamento, depende de aprovação da Assembleia Geral, sendo para tanto necessário o voto favorável de mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

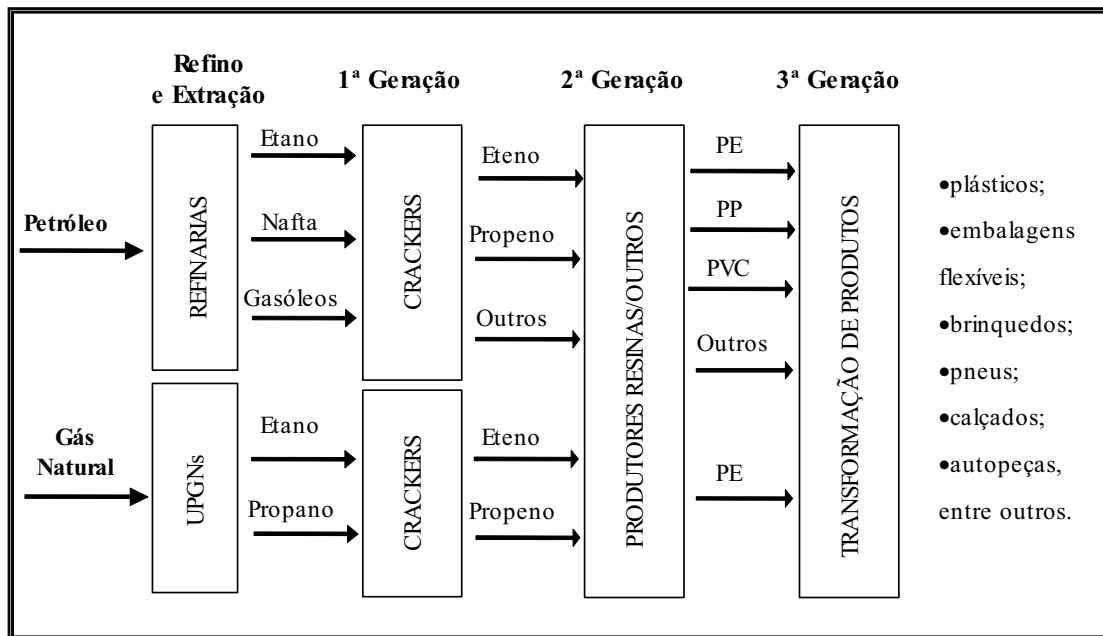
Adicionalmente, o Contrato de Custódia prevê que qualquer das partes (o Administrador, o Fundo ou o Custodiante) poderá, a qualquer tempo, mediante aviso prévio, por escrito, à outra parte com, no mínimo, dois meses de antecedência, resilir o Contrato de Custódia, sem que seja necessário apresentar qualquer motivação para tanto, e sem qualquer ônus para a parte denunciante. Na hipótese de rescisão do Contrato de Custódia por iniciativa do Custodiante, o Fundo poderá, a seu critério, optar pela prorrogação do prazo do Contrato de Custódia por seis meses, desde que notifique o Custodiante do exercício desta opção com antecedência de, no mínimo, 30 dias.

## Visão Geral do Setor Petroquímico Brasileiro

### Estrutura

O setor petroquímico transforma subprodutos de petróleo bruto, principalmente nafta ou gás natural, em bens de consumo e industriais utilizados para diversas finalidades. O setor petroquímico brasileiro é, via de regra, organizado em produtores de primeira, segunda e terceira geração com base na fase de transformação de várias matérias-primas ou insumos petroquímicos.

O gráfico a seguir ilustra resumidamente as diferentes fases envolvidas na produção petroquímica:



### Produtores de Primeira Geração

Os produtores de primeira geração do Brasil, denominados "craqueadores" fracionam ou "craqueiam" a nafta, seu principal insumo, em petroquímicos básicos. As unidades de craqueamento compram nafta, que é subproduto do processo de refino de petróleo, principalmente da Petrobras, bem como de outros fornecedores localizados fora do Brasil. Os petroquímicos básicos produzidos pelas unidades de craqueamento de nafta incluem:

- olefinas, principalmente eteno, propeno e butadieno;
- aromáticos, tais como benzeno, tolueno e xilenos; e
- combustíveis, solventes e outros produtos.

### Produtores de Segunda Geração

Os produtores de segunda geração processam os petroquímicos básicos comprados das unidades de craqueamento de nafta, produzindo petroquímicos intermediários. Esses petroquímicos intermediários incluem:

- polietileno, poliestireno e PVC (cada um produzido a partir do eteno);
- polipropileno e acrilonitrila (cada um produzido a partir do propeno);
- caprolactama (produzida a partir do benzeno). Conforme comunicado ao mercado divulgado pela Cedente em 13 de maio de 2009, a planta de caprolactama, localizada no Pólo de Camaçari, Bahia, teve sua produção suspensa ; e
- polibutadieno (produzido a partir do butadieno).



Os petroquímicos intermediários são produzidos na forma sólida em péletes de plástico ou em pó e são transportados primordialmente por caminhão a produtores de terceira geração que, em geral, não ficam situados próximo aos produtores de segunda geração. A Braskem acredita ser, atualmente, a única empresa petroquímica integrada de primeira e segunda geração do Brasil

#### *Produtores de Terceira Geração*

Os Produtores de Terceira Geração, denominados transformadores, compram os petroquímicos intermediários de produtores de segunda geração e os transformam em produtos finais, incluindo:

- plásticos (produzidos a partir de polietileno, polipropileno e PVC);
- fibras acrílicas (produzidas a partir de acrilonitrila);
- nylon (produzido a partir de caprolactama);
- elastômeros (produzidos a partir de butadieno);
- embalagens descartáveis (produzidas a partir de poliestireno);
- utilidades domésticas (utensílios domésticos e eletrodomésticos, entre outros);
- brinquedos;
- calçados, solados, sandálias plásticas e de borracha;
- pneus; e
- autopeças (painéis internos, pára-choques, entre outros).

Os produtores de terceira geração fabricam vários bens de consumo e industriais, inclusive recipientes e materiais de embalagem, tais como sacos, filmes e garrafas, tecidos, detergentes, tintas, autopeças, brinquedos e bens de consumo eletrônicos.

#### *Pólos Petroquímicos*

A produção de petroquímicos de primeira e segunda geração no Brasil concentra-se ao redor de quatro pólos petroquímicos principais. São eles:

- o Pólo Petroquímico de Camaçari, localizado em Camaçari no Estado da Bahia. O Pólo Petroquímico de Camaçari iniciou suas atividades em 1978 e consiste atualmente de 13 produtores de segunda geração, incluindo a Cedente, situados ao redor da central petroquímica operada pela Braskem.
- o Pólo Petroquímico de Triunfo, localizado em Triunfo, no Estado do Rio Grande do Sul. O Pólo Petroquímico de Triunfo iniciou suas atividades em 1982. Sua central petroquímica é operada pela Braskem, que disponibiliza matérias-primas para sete produtores de segunda geração, entre os quais a Petroflex.
- o Pólo Petroquímico de São Paulo, localizado em Capuava, no Estado de São Paulo, onde se situa a unidade de craqueamento da subsidiária Petroquímica União. O Pólo Petroquímico de São Paulo, o mais antigo pólo petroquímico do Brasil, iniciou suas atividades em 1972. A Petroquímica União é o centro de matérias-primas desse pólo, fornecendo petroquímicos de primeira geração a 20 produtores de segunda geração, inclusive a Braskem.
- Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro, localizado em Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro, onde fica a unidade de craqueamento da Rio Polímeros. O Pólo Petroquímico do Rio de Janeiro entrou em atividade em 2005. A Rio Polímeros, uma empresa petroquímica brasileira, é o centro de matérias-primas desse pólo e fornece petroquímicos de primeira geração a dois produtores de segunda geração.

Cada pólo petroquímico tem um único Produtor de Primeira Geração, também chamado "centro de matérias-primas", e vários produtores de segunda geração que compram insumos do centro de matérias-primas.

## **Papel do Governo Brasileiro**

A atual estrutura do setor petroquímico brasileiro reflete o plano do governo brasileiro, desenvolvido durante a década de 1970, de estabelecer um setor petroquímico nacional para atender os mercados brasileiros. Os produtores de primeira e segunda geração, como a Braskem, ficam situados próximos uns dos outros, de maneira a possibilitar o uso comum de instalações, tais como utilidades, e a viabilizar a entrega de insumos. Anteriormente à privatização do setor, as expansões de capacidade de produção das unidades de craqueamento de nafta e dos produtores de segunda geração eram coordenadas de forma a assegurar que o fornecimento de petroquímicos atendesse a demanda. A infra-estrutura que se desenvolveu ao redor dos pólos petroquímicos promoveu a interdependência de produtores de primeira e segunda geração, visto que instalações limitadas eram construídas para viabilizar o transporte e armazenamento de insumos para importação ou exportação. Subsequentemente à privatização do setor, a interdependência aumentou, visto terem os produtores de segunda geração, que continuam dependentes das unidades de craqueamento de nafta para compra de insumos e utilidades, aumentaram sua participação societária nas unidades de craqueamento de nafta, bem como em suas respectivas administrações.

O governo brasileiro buscou desenvolver o setor petroquímico por meio da formação de empreendimentos tripartites entre o governo brasileiro, empresas petroquímicas estrangeiras e investidores privados brasileiros. A subsidiária da Petrobras, Petroquisa, participava desses empreendimentos como representante do governo brasileiro, e a Petrobras, como fornecedora de nafta. Uma empresa petroquímica estrangeira fornecia a tecnologia, enquanto uma empresa brasileira do setor privado incumbia-se da administração.

Em 1992, o governo brasileiro iniciou um programa de privatização visando reduzir significativamente suas participações no setor petroquímico. Esse programa foi projetado para aumentar a participação de investidores privados no setor petroquímico, melhorando sua eficiência. Em consequência do programa de privatização, a participação do governo brasileiro representada por ações ordinárias da Braskem e por ações ordinárias da Copesul, PQU e Ipiranga, foi reduzida significativamente, sendo substituída por empresas do setor privado. Como resultado de processo de privatização similar, a participação privada dos produtores de segunda geração aumentou.

### *Papel da Petrobras*

Anteriormente a 1995, a Constituição do Brasil concedia ao governo brasileiro um monopólio, exercido por intermédio da Petrobras, sobre a pesquisa, exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo bruto e produtos de petróleo refinado (exceto produtos petroquímicos) no Brasil. A Constituição Federal também previa que subprodutos do processo de refino, tais como a nafta, poderiam ser fornecidos no Brasil somente pela Petrobras ou por seu intermédio. A nafta é o principal insumo utilizado no Brasil para produção de petroquímicos básicos, tais como eteno e propeno. Em 1995, a Constituição Federal foi alterada para permitir que as atividades de petróleo e a ele relacionadas fossem realizadas por empresas privadas, por meio de concessão ou autorização do governo brasileiro. Desde então, o governo brasileiro vem tomando várias medidas para liberalizar o setor petroquímico do Brasil.

Em 1997, a Lei n.º 9.478/97 regulamentou a Emenda Constitucional de 1995 por meio da criação do Conselho Nacional de Política Energética e da Agência Nacional de Petróleo, encarregados de regulamentar e fiscalizar o setor petrolífero e o setor de energia brasileiro. Subsequentemente à criação da Agência Nacional de Petróleo, foram introduzidas novas regras e regulamentos destinados a gradualmente eliminar o monopólio da Petrobras. Desde 1997, a Braskem e a Copesul vêm importando nafta de empresas comerciais exportadoras e de produtores de petróleo e de gás do exterior.

Em 2009, a Petrobras produziu e vendeu entre 60,0% e 70,0%% da nafta consumida pela Braskem, sendo importado o remanescente consumido pela Braskem

Em 5 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Braskem aprovou os termos do novo contrato de fornecimento de nafta com a Petrobras. O contrato prevê a precificação da nafta baseada em diversos fatores, abrangendo os preços de mercado da nafta Amsterdã-Roterdã-Antuérpia (ARA) e uma série de outros derivados de petróleo, a volatilidade dos preços desses produtos nos mercados internacionais, a taxa de câmbio dólar-real e o nível de parafinidade da nafta entregue. Este novo contrato tem prazo de 5 anos, renováveis por outros 5, e tem validade desde março de 2009.

Este contrato substitui o contrato existente entre a Companhia e a Petrobras para o fornecimento de nafta às unidades de insumos básicos localizadas no Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul, e no Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

## **Preços e Tributos**

### *Produtos de Primeira Geração*

Depois do processo de privatização da indústria petroquímica brasileira, os produtores de primeira geração, em geral, passaram a estabelecer os preços de seus produtos adotando um sistema de compartilhamento de margem com os produtores de segunda geração. O conceito de compartilhamento de margens utilizava uma série de premissas e variáveis que precisavam ser periodicamente mensuradas e acompanhadas. Mais recentemente, o modelo de compartilhamento de margens começou a ser substituído pelo uso de referências internacionais para os preços dos produtos petroquímicos nos contratos de fornecimento, tornando a precificação mais clara e direta.

As importações de produtos petroquímicos básicos são bastante reduzidas, e os preços pagos por produtores de segunda geração, incluindo a Cedente e suas controladas em conjunto, pela importação de produtos petroquímicos de primeira geração são onerados por custos de transporte e tributos.

A nafta, um derivado do petróleo bruto, é a principal matéria-prima da Unidade de Insumos Básicos e, indiretamente de nossas demais unidades de negócios. Em 2009, a nafta respondeu, direta e indiretamente, por cerca de 66,6% dos custos consolidados de vendas e serviços prestados. Historicamente, o preço da nafta fornecida pela Petrobras estava atrelado ao preço de mercado da nafta Amsterdã-Roterdã-Antuérpia e à taxa de câmbio dólar-real. O preço da nafta que compramos de outros fornecedores internacionais também está atrelado ao preço de mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia. O preço de mercado Amsterdã-Roterdã-Antuérpia da nafta flutua principalmente em função de variações dos preços de petróleo bruto vigentes nos mercados internacionais, baseados no dólar norte-americano.

A Braskem estabeleceu preços para o eteno, seu principal produto petroquímico de primeira geração vendido a produtores de segunda geração, empregando um sistema de compartilhamento de margem. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos de primeira geração importados refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Braskem fixou os preços dos subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Braskem, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por tais importações refletem, também, custos de transporte e tributos.

## **Tributação**

A Braskem fixa o preço da maior parte do eteno, o principal produto petroquímico de primeira geração que vende a terceiros produtores de segunda geração, tomando por referência os preços do mercado internacional. Os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos petroquímicos importados de primeira geração refletem, em parte, custos de transporte e tributos. A Braskem fixa os preços de subprodutos de eteno, tal como o butadieno, tomando por referência vários fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de segunda geração por produtos importados, que também levam em consideração os custos de transporte e tributos.

Os produtores de segunda geração, inclusive a Braskem, em geral fixam os preços de seus produtos petroquímicos tomando por referência diversos fatores de mercado, inclusive os preços pagos por produtores de terceira geração por produtos importados. Os preços pagos por essas importações também refletem custos de transporte e tributos.

O governo brasileiro recorre frequentemente a tarifas de importação para implementar políticas econômicas. Dessa forma, em geral as tarifas sofrem grandes variações, sobretudo aquelas incidentes sobre produtos petroquímicos. As importações e exportações na área de livre comércio formada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercosul (Mercado Comum do Sul), não estão sujeitas a tributos desde dezembro de 2001. A tabela a seguir mostra a oscilação das tarifas sobre determinados petroquímicos básicos e petroquímicos de

segunda geração de 1999 a 2009. As alíquotas mostradas são aquelas vigentes no fim dos respectivos anos, exceto quando indicado.

	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002 <sup>(1)</sup>	2001 <sup>(2)</sup>	2000	1999
<b>Petroquímicos de primeira geração:</b>											
Eteno .....	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	3.5	3.5	4.5	5.0	5.0
Propeno .....	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	3.5	3.5	4.5	5.0	5.0
Soda cáustica .....	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0	8.0	9.5	9.5	10.5	11.0	11.
<b>Petroquímicos de segunda geração:</b>											
Polietileno .....	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.
Polipropileno.....	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.
PVC <sup>(3)</sup> .....	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	14.0	15.5	15.5	16.5	17.0	17.

<sup>(1)</sup> Em 2002, a tarifa oficial foi 1,5% menor que a indicada acima. Um adicional de 1,5% sobre todos os produtos importados está incluído na alíquota mostrada.

<sup>(2)</sup> Em 2001, a tarifa oficial foi 2,5% menor que a indicada acima. Um adicional de 2,5% sobre todos os produtos importados está incluído na alíquota mostrada.

<sup>(3)</sup> Sobre as importações de PVC de suspensão dos EUA e do México incidem tarifas de respectivamente 16% e 18% a partir de 1992, em virtude do lançamento de tarifas antidumping pela CAMEX-Câmara de Comércio Exterior, órgão subordinado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Se não forem prorrogadas, essas tarifas serão recolhidas até 14 de dezembro de 2010.

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Química e Produtos Derivados.

## A Cedente

### Introdução

A Braskem está entre as empresas líderes no mercado petroquímico da América Latina, com base na capacidade de produção média anual em 2009. Em 31 de dezembro de 2009, sua receita líquida de vendas foi de R\$15.248,3 milhões, e o lucro líquido foi de R\$917,0 milhões. Ela produz uma linha diversificada de produtos petroquímicos em suas 17 plantas no país, com foco estratégico em polietileno, polipropileno e PVC. Foi a primeira empresa brasileira a integrar as unidades de produção de petroquímicos de primeira e segunda geração.

A Braskem cresceu no decorrer dos últimos cinco anos principalmente em consequência da integração das operações de empresas petroquímicas brasileiras: OPP Química, Polialden, a Trikem, a Proppet, a Politen, a Copene, a Ipiranga Química, a Nitrocarbone, a Copesul, a Ipiranga Petroquímica e a Quattor Petroquímica. As operações comerciais da Braskem são organizadas em três unidades de negócio, correspondendo aos seus principais processos de produção e produtos:

- Unidade de Insumos Básicos (que reflete as operações de primeira geração da Copene) respondeu por R\$11.144,2 milhões ou 54,5%, da receita líquida de vendas de todos os segmentos, incluindo vendas líquidas às unidades de negócio da Braskem e teve uma margem operacional de 9,6% em 31 de dezembro de 2009;
- Unidade de Poliolefinas respondeu por R\$7.216,9 milhões ou 35,3%, da receita líquida de venda de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 2,3% em 2009;
- Unidade de Vinílicos respondeu por R\$1.536,4 milhões ou 7,5%, da receita líquida de venda de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 7,0% em 2009;
- Unidade de Distribuição de Produtos Químicos respondeu por R\$548,9 milhões ou 2,7% da receita líquida de venda de todos os segmentos, e teve uma margem operacional de 3,6% em 2009.

A Braskem acredita que a integração das operações das empresas que formaram a Braskem teve como resultado, e continuará a ter, sinergias e economias significativas em relação à redução de tributos, despesas relativas à compras de equipamentos, materiais e serviços (*procurement*), despesas de logística, despesas gerais e administrativas e demais despesas operacionais.

### Estratégia

A Braskem é a primeira companhia brasileira a integrar unidades de produção petroquímica de primeira e segunda geração. Suas vantagens competitivas derivam de sua posição de liderança no mercado da América Latina e da sua favorável estrutura de custos, resultantes de sua escala de produção e das sinergias obtidas por meio da integração que resultou em sua atual formação.

A Braskem está comprometida em disponibilizar suporte tecnológico para seus clientes através do Centro de Tecnologia e Inovação que desenvolve processos, produtos e aplicações para o setor.

A constituição da Braskem foi um marco na reestruturação de um setor industrial que é vital para o desenvolvimento da economia do Brasil. A Braskem fornece produtos petroquímicos com aplicação numa ampla variedade de indústrias, como embalagens de alimentos, peças automotivas, tintas, construções, agricultura, tecidos e produtos de higiene pessoal.

A visão da Braskem é fortalecer sua posição como uma empresa petroquímica de classe mundial. A Braskem procura se tornar uma das cinco maiores companhias petroquímicas do mundo em termos de valor da companhia, bem como ser posicionada como parceiro preferencial para alianças globais.

Os elementos-chave de estratégia da Braskem contemplam:

*Expansão Internacional em Mercados Atraentes* – a Braskem pretende expandir a capacidade de produção de suas unidades de negócio nos próximos anos por meio da aquisição de produtores petroquímicos fora do Brasil, que atualmente competem com a Braskem ou produzem produtos complementares, bem como por meio da construção de novos estabelecimentos no exterior, seja de forma independente ou em conjunto com terceiros.

*Defesa da Posição no Mercado Petroquímico da América Latina* – a Braskem procura reforçar sua posição de liderança no mercado petroquímico da América Latina, com foco em polietileno, polipropileno e PVC e integração com sua produção de etileno e propileno, inclusive pela operação de aquisição da Quattor e pela avaliação dos investimentos na COMPERJ.

*Negociação da Aquisição de Matéria Prima e de Energia a Preços Competitivos* – a Braskem possui programas em andamento para reduzir custos operacionais por meio da diversificação das fontes de matéria prima e energia, e negociação em termos crescentemente competitivos destes esforços em seu processo de produção.

*Diversificação dos Produtos e Negócios* – a Braskem está buscando novas oportunidades de negócios por meio do desenvolvimento de produtos novos e especializados.

*Diferenciação do Negócio* – a Braskem procura estabelecer um relacionamento próximo e duradouro com seus consumidores, o que garante a lealdade de seus consumidores durante períodos de baixa demanda.

#### *Incorporação da Politen*

A Assembleia Geral Extraordinária de 2 de abril 2007 aprovou a incorporação da Politen e a conversão de 486.530 ações preferenciais "classe A" da Braskem em 486.530 ações ordinárias, com o intuito de manter a relação mínima obrigatória de ações ordinárias para ações proporcionais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, após a conclusão da incorporação da Polialden. No âmbito desta incorporação, foram emitidas 1.533.670 ações preferenciais "classe A" em troca de 412.901.157 ações preferenciais "classe A" da Polialden e 2.126.856.433 ações preferenciais "classe B" da Politen.

#### *Projeto Triunfo*

Em 18 de março de 2007, a Braskem firmou um Contrato de Investimento com a Ultrapar e a Petrobras. O Contrato previa que (i) a Ultrapar deveria adquirir, como agente de comissão atuando em nome da Braskem e da Petrobras, 100% do capital social da Ipiranga Química, o que de fato ocorreu em 27 de fevereiro de 2008. Nos termos do Contrato de Investimento, a Ultrapar transferiu 60% do capital social da Ipiranga Química para a Braskem e 40% para a Petrobras; e (ii) a Braskem obrigou-se, em conformidade com a legislação vigente, a realizar uma oferta pública em conjunto com a Petrobras para a compra dos 13,1% remanescentes do capital da Ipiranga Petroquímica não atualmente detidos pela Ipiranga Química.

Conforme o Contrato de Investimento, a Ultrapar ficou obrigada a transferir 33,3% do capital da RPI para a Petrobras, o que ocorreu em março de 2009. A RPI passou então a ser controlada em conjunto e em termos de igualdade pela Braskem, pela Petrobras e pela Ultrapar.

No âmbito do Acordo de Investimento Ipiranga, a Braskem pagou à Ultrapar R\$651,9 milhões em abril de 2007, R\$156,7 milhões em outubro de 2007, R\$47,3 milhões em novembro de 2007 e R\$633,5 milhões em fevereiro de 2008 pelas ações da Ipiranga Química e pelas ações da RPI que a Braskem adquiriu da Ultrapar.

Em 2 de julho de 2007, a totalidade das ações de emissão da Ipiranga Petroquímica passou a ser da Ipiranga Química, tendo sido dispensada, pela CVM, a realização de OPA por alienação do controle da Ipiranga Petroquímica e autorizado o cancelamento de seu registro como companhia aberta.

Em outubro de 2007 uma subsidiária da Braskem, EDSP58, adquiriu 22,7% do capital total e votante da Copesul pelo preço de aquisição de R\$1.294,2 milhões. O capital social da EDSP58 era dividido neste momento entre Braskem, com 60%, e Petrobras, com os 40% remanescentes. Em novembro de 2007, Copesul resgatou todas as ações de sua emissão, exceto aquelas detidas por EDSP58, Ipiranga Petroquímica, Petroquisa e Triunfo. Em dezembro de 2007, EDSP58 foi incorporada pela Copesul, de forma que Braskem passou a ser titular de 39,2% do capital total e votante da Copesul, Ipiranga Petroquímica passou a ser titular de 39,2% do capital total e votante da Copesul, e a Petroquisa e a Triunfo passaram a ser titular de 21,6% do capital total e votante da Copesul.

#### *Acordo de Investimentos entre Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Norquisa*

A Petrobras, a Petroquisa, a Odebrecht, a Norquisa e a Braskem celebraram, em 30 de novembro de 2007, um Acordo de Investimentos, pelo qual foram acordados os termos e condições para a integração na Braskem de ativos petroquímicos detidos pela Petroquisa ou Petrobras, consubstanciados em sua participação, direta ou indireta, no capital social da Copesul, IPQ, da IQ, da PPSA e da Triunfo.



Em cumprimento ao referido acordo, em maio de 2008 a Braskem incorporou as ações da Grust Holding S.A., veículo utilizado para a integração e consolidação das participações que a Petroquisa detinha na Copesul, IQ, IPQ e PPSA, conforme amplamente divulgado à época.

Após tal incorporação seguiram-se a incorporação da Copesul pela IPQ, na data de 11 de setembro de 2008, a cisão parcial da IQ com incorporação da parcela cindida pela Braskem, a incorporação da IPQ e da PPSA pela Braskem, aprovadas pela assembleia geral da Braskem realizada em 30 de setembro de 2008.

Em 30 de abril de 2009, foi aprovada em assembleia geral de acionistas da Braskem a incorporação da Triunfo.

#### *Joint Ventures Pequiven*

Em 15 de janeiro de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou o investimento inicial da Braskem na Venezuela para a instalação de unidades de produção, por meio da constituição de *joint ventures* entre a Braskem Europe B.V. e a Pequiven. Será aportado o equivalente a 30% de capital, pela Braskem e Pequiven, em proporções iguais, e cerca de 70% dos projetos será objeto de *project finance*.

#### Polipropileno Del Sur - Propilsur

A princípio, a Propilsur seria responsável pela construção e operação da unidade de polipropileno com capacidade de 450 mil toneladas por ano, integrada a uma unidade de desidrogenação de propano. A produção comercial dessas unidades estaria prevista para 2013 e o investimento total estimado seria de US\$880 milhões.

Levando em consideração a retração do mercado internacional de crédito ocorrida desde o início da crise de 2008, e os altos custos do projeto mencionado acima, em dezembro de 2009, a estatal petrolífera da Venezuela, PDVSA, apresentou uma alternativa de fornecimento de matéria-prima, a partir do Complexo de Refinação de Paranaguá, no estado de Falcón. Diante da proposta, Pequiven e Braskem decidiram avaliar a mudança de local da planta de polipropileno, e os presidentes do Brasil e da Venezuela assinaram em 28 de abril de 2010 memorando neste sentido.

Acredita-se que o fornecimento da matéria-prima por parte da PDVSA será suficiente para construir uma planta com capacidade para 300 mil toneladas/ano de polipropileno, dispensando a necessidade do investimento na unidade intermediária de desidrogenação de propano. Dessa forma, estima-se que o investimento total seria reduzido para cerca de US\$500 milhões, facilitando a obtenção de financiamento.

Os estudos para a nova configuração do projeto Propilsur começarão no início de maio de 2010, e o início da operação deverá ser mantido para 2013, caso se confirmem as condições propostas por Pequiven, PDVSA e pelo governo venezuelano.

#### Polietilenos de America - Polimérica

Nos termos da *joint venture*, a Polimérica é responsável pela construção e operação de um cracker de etano a partir de gás natural com capacidade de 1,3 milhão de toneladas por ano de eteno, integrado à produção de 1,1 milhão de toneladas por ano de polietileno, consubstanciada em três unidades, sendo uma de 419 kt/ano de polietileno de alta densidade, uma de 309 kt/ano de polietileno de baixa densidade e uma de 440 kt/ano de polietileno de baixa densidade linear. A produção comercial dessas unidades estava prevista para o segundo semestre de 2014 e o investimento total estimado para este projeto era de US\$3,5 bilhões.

Com a nova configuração e mudança de local do projeto de polipropileno da Propilsur, aliada à possibilidade de oferta futura de gás etano e/ou outras fontes de matéria prima pelo Complexo de Refino da PDVSA em Paranaguá, Pequiven e Braskem concordaram em adiar por um ano a continuidade do projeto Polimérica, inicialmente também previsto para o Complexo Petroquímico de José. O adiamento permitirá avaliar as condições e possibilidades de suprimento da matéria-prima ao projeto pelo Complexo Paranaguá, já que essa opção poderá ser mais competitiva que a escolha inicial. Caso esta decisão prevaleça, as operações destas unidades podem ter início em 2015.

#### Fornecimento de Nafta e Resinas

No contexto da reunião presidencial realizada em 28 de abril de 2010, também foi assinado um aditivo ao contrato de fornecimento de nafta pela PDVSA à Braskem, ampliando o prazo por mais dois anos e o volume de 640 mil toneladas/ano para aproximadamente 1 milhão de toneladas/ano. Igualmente, foi formalizado memorando de entendimentos para a Braskem fornecer resinas e petroquímicos básicos à Pequiven.



## *2º Programa de Recompra de Ações da Braskem*

Em 19 de fevereiro de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou a aquisição de ações preferenciais classe "A" de emissão da própria Braskem para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social. Até o dia 2 de dezembro de 2008, a Braskem tinha recomprado 10.099.500 milhões de ações do total de 19.862.411 ações previstas para recompra, no valor total de R\$107.405,37 milhões.

## *Projeto de Polietileno Verde*

Em 17 de abril de 2008, o conselho de administração da Braskem aprovou o projeto de polietileno verde, com investimentos de R\$1 bilhão nos próximos três anos, para a produção de eteno e polietileno a partir de etanol de cana-de-açúcar, com início previsto para 2011 no Pólo de Triunfo, no Rio Grande do Sul.

As obras iniciaram-se em 2009, e o projeto terá a capacidade de produção de 200 mil toneladas por ano e um faturamento previsto de US\$400 milhões/ano. A Braskem planeja utilizar 30% de recursos próprios e buscará financiamento para os 70% restantes.

## *Aquisição e venda de participação na Petroflex*

Em agosto de 2007, a Braskem exerceu o direito de preferência para aquisição das ações de emissão da Petroflex, de propriedade da Suzano. Em outubro de 2007, a Braskem adquiriu ações da Petroflex representativas de 13,4% do seu capital total e votante, por um preço de compra de R\$61,0 milhões, após o anúncio da aquisição do controle da Suzano pela Petrobras. Após essa aquisição, a Braskem detém, 33,5% do capital total da Petroflex, incluindo 33,6% do capital votante.

Em dezembro de 2007, a Braskem celebrou um contrato de venda das ações da Petroflex, que era de propriedade da Braskem, para a Lanxess Deutschland GmbH pelo valor de R\$252,1 milhões. Em outubro 2008, foi realizada, pela Lanxess, a OPA para cancelamento de registro da Petroflex.

## *Projeto Etileno XXI*

Em 9 de novembro de 2009, a Braskem anunciou que foi vencedora de leilão promovido pela Pemex Gás, empresa estatal do México, para aquisição de etano que será utilizado para um projeto petroquímico integrado a ser desenvolvido naquele país.

O início do projeto está planejado para ocorrer em 2015 e estará localizado no Complexo Petroquímico de Coatzacoalcos, no estado de Veracruz, tendo como objetivo principal o suprimento do mercado mexicano, que hoje é importador de polietileno.

Em 18 de fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Braskem aprovou o projeto será implantado e operado por meio de uma *joint venture* a ser constituída entre a Braskem e a IDESA, empresa mexicana que possui três áreas de negócios: petroquímica, distribuição e sistema de construção.

O investimento previsto preliminarmente é de US\$2,5 bilhões, ao longo de cinco anos, sendo que o modelo de *project finance* prevê 70% financiado por dívida e o restante com capital próprio dos acionistas.

O Projeto Etileno XXI compreenderá (i) a aquisição, em condições competitivas, de etano da Pemex Gás por 20 anos; (ii) a construção de um *cracker* que utilizará o etano adquirido como matéria prima para a produção de 1 milhão de toneladas por ano de eteno; e (iii) bem como a construção de três unidades integradas de polimerização para a produção da mesma quantidade de polietileno.

## *Aquisição de Sunoco Chemicals*

Por meio de sua subsidiária Braskem América, Inc, a Braskem celebrou, em 1º de fevereiro de 2010, um contrato de compra e venda de ações com a sociedade Sunoco, Inc. para aquisição, pelo valor de R\$350 milhões, de 14.908 ações, representativas de 100% do capital social votante de Sunoco Chemicals, Inc. sociedade sediada na Filadélfia, no Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América, com capacidade anual de 950 mil toneladas de polipropileno, representando 13% da capacidade norte-americana.

Em 1º de abril de 2010, a Braskem anunciou que concluiu a aquisição da divisão de Polipropileno (PP) da Sunoco Chemicals.

#### *Acordo de Investimentos entre Braskem, Odebrecht, Petrobras, Petroquisa e Unipar*

A Petrobras, a Petroquisa, a Odebrecht, a Unipar e a Braskem celebraram, em 22 de janeiro de 2010, um Acordo de Investimentos, pelo qual foram acordados os termos e condições por meio dos quais:

- (i) em fevereiro de 2010, uma subsidiária da Petrobras, a qual detinha a totalidade das ações de emissão da Braskem detidas pela Petrobras e suas subsidiárias, foi incorporada pela BRK, uma subsidiária da Odebrecht para qual a Odebrecht havia contribuído toda a porção do capital social da Braskem detida pela Odebrecht e suas subsidiárias;
- (ii) Odebrecht, OSP, Petrobras e Braskem celebraram um acordo de acionistas da Braskem e BRK tratando, entre outras coisas, dos direitos de voto e transferência das ações;
- (iii) Em abril de 2010, (1) Odebrecht e Petrobras contribuíram um valor agregado de R\$3,5 bilhões para o capital social da BRK, e (2) Braskem realizou um aumento de capital por subscrição privada realizada por seus acionistas, por meio do qual aumentou seu capital em R\$3,7 bilhões em razão da emissão de 243.206.530 novas ações ordinárias e 16.697.781 novas ações preferenciais classe A;
- (iv) Em abril de 2010, a Unipar vendeu para a Braskem a totalidade das ações ordinárias de emissão da Quattor de que era titular, representando 60% do capital votante da Quattor, pelo valor total de R\$647,3 milhões, acrescido da assunção proporcional da obrigação da Unipar frente ao BNDESPAR, decorrente da opção de venda das ações da RioPol detidas por BNDESPAR. Quattor é uma sociedade de participação (*holding*) que é titular de, direta ou indiretamente, 75% do capital social da RioPol, 99,3% do capital social da Quattor Petroquímica, 100% do capital social da Quattor Química, e 33,3% do capital social da Polibutenos;
- (v) Unipar concordou em vender para a Braskem (1) a totalidade do capital social e votante da Unipar Comercial pelo preço de aquisição de R\$27,7 milhões, e (2) 33,3% do capital social e votante da Polibutenos pelo preço de aquisição de R\$25 milhões;
- (vi) Serão convocadas assembleias gerais da Braskem e da Quattor para apreciar a incorporação, pela Braskem, das ações de emissão da Quattor detidas pela Petrobras, com consequente aumento de capital da Braskem e emissão de novas ações da Braskem para Petrobras, em substituição às ações de que é titular na Quattor;
- (vii) Em função da alienação indireta do controle da Quattor Petroquímica, companhia aberta controlada pela Quattor, a Braskem encaminhará à CVM, pedido de registro de oferta pública para aquisição de 7.688 ações ordinárias e 1.542.006 ações preferenciais detidas pelos acionistas minoritários da Quattor Petroquímica, representativas de aproximadamente 0,7% do capital social desta sociedade. A OPA será realizada ao preço de R\$7,28 por ação ordinária e preferências, corrigido na forma prevista no edital da OPA, equivalente a 80% do preço por ação ordinária e preferencial da Quattor Petroquímica (calculado considerando o preço pago pela Braskem a Unipar em relação às ações da Quattor) a ser pago a vista aos acionistas que aderirem a OPA.

Com a aquisição do controle da Quattor, a Braskem passou a ser a única produtora de etileno, polietileno e polipropileno no Brasil, a maior produtora de resinas petroquímicas nas Américas e a oitava maior produtora de resinas petroquímicas do mundo, com base na capacidade de produção média anual em 2009.

#### *Comperj e Complexo de SUAPE*

Em 22 de janeiro de 2010, Odebrecht, Petrobras e Braskem celebraram um acordo de associação cujo objetivo é regular sua relação comercial e societária no Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) e no Complexo Petroquímico de Suape (Complexo do Suape). Segundo estes acordo, a Braskem assumirá as sociedades que desenvolvem as primeiras e segundas gerações petroquímicas do COMPERJ, e gradativamente a participação nas sociedades que desenvolvem os negócios do Complexo do Suape.

#### **Capital Social**

O capital social da Braskem, em 19 de abril de 2010, é de 7.851.923.208,23, dividido em 780.832.465 ações, sendo 433.668.976 ações ordinárias, 346.569.671 ações preferenciais classe "A" e 593.818 ações preferenciais classe "B".

O quadro abaixo indica a composição acionária da Braskem nesta data, destacando seus principais acionistas:

	Ações							
	Ordinárias		Preferenciais classe "A"		Preferenciais classe "B"		Total	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
BRK Investimentos Petroquímicos S.A. ....	420.651.493	97,0%	-	-	-	-	420.651.493	53,9%
BNDESPAR .....	-	-	44.317.452	12,8%	-	-	44.317.452	5,7%
Membros da administração (diretoria, conselho de administração e conselho fiscal - 38 pessoas) .....	8	0,00%	81.057	0,02%	-	-	81.065	0,01%

Em 18 de outubro de 2007, as ações pertencentes à Construtora Norberto Odebrecht S.A. foram transferidas em sua totalidade para a empresa Belgrávia Empreendimentos Imobiliários S.A.

Em decorrência da incorporação da Triunfo, em 5 de maio de 2009 o capital social da Braskem foi aumentado em R\$117.989.288,35, mediante a emissão de 13.387.157 novas ações preferenciais classe "A", devidamente distribuídas aos antigos acionistas de Triunfo.

Em 31 de dezembro de 2009: (i) Odebrecht transferiu 1.406.173 ações ordinárias que detinha em Braskem para Belgrávia em troca por 1.406.173 ações preferenciais classe A que Belgrávia detinha em Braskem; (ii) Odebrecht transferiu 87.646.298 ações ordinárias que detinha em Braskem para OSP; (iii) Norquisa transferiu 29.639.199 ações ordinárias e 2.185.246 ações preferenciais classe A detidas em Braskem para OSP; (iv) Belgravia transferiu 1.406.173 ações ordinárias e 77.106.500 ações preferenciais classe A de Braskem para OSP; e (v) OSP transferiu 118.691.670 ações ordinárias que detinha em Braskem para OSP e troca por 118.691.670 ações de BRK.

Em 31 de dezembro de 2009, Petroquisa transferiu 59.014.254 ações ordinárias que detinha na Braskem para WBW.

Em 8 de fevereiro de 2010, WBW foi incorporada por BRK e BRK emitiu 59.014.503 ações ordinárias para Petroquisa em troca pelas ações de WBW.

Em 30 de Março de 2010, OSP contribuiu R\$1.000 milhões para BRK pela emissão de 26.170.847 ações ordinárias da BRK. Em 5 de abril de 2010, Petroquisa contribuiu R\$2.500 milhões para BRK pela emissão de 65.425.867 ações ordinárias de BRK.

Em abril de 2010, foi realizado um aumento de capital na Braskem, por meio de subscrição privada pelos acionistas, da qual resultou a contribuição de R\$3.742.622.078,40 pela emissão de 243.206.530 ações ordinárias e 16.697.781 ações preferenciais classe A da Braskem. Neste aumento de capital, BRK subscreveu 243.055.556 ações ordinárias.

#### *Acionistas Controladores*

O acionista controlador da Braskem atualmente é a BRK Investimentos Petroquímicos S.A., a qual é titular de 53,9% do capital social da Braskem, incluindo 420.651.493 ações ordinárias com direito a voto. BRK é controlada pela (1) OSP, que é titular de 53,79% do capital social e votante da BRK, (2) Petroquisa, que é titular de 21,91% do capital social e votante da BRK e (3) Petrobras, que é titular de 24,29% do capital social e votante da BRK.

A Odebrecht é um membro de um grupo de sociedades controlado pela família Odebrecht, conhecido como o Grupo Odebrecht. O Grupo Odebrecht é, um dos dez maiores conglomerados do setor privado detidos por brasileiros, com base em sua receita líquida de vendas do ano de 2008 (último ano cujas informações comparativas foram disponibilizadas).

A Petrobras é uma companhia integrada de gasolina e gás, que é a maior companhia do Brasil e uma das maiores companhias da América Latina em termos de receita líquida de vendas. A Petrobras opera em sua maioria dos gases e combustíveis produzidos no Brasil, detém um grande base de reservas aprovadas e uma infraestrutura completamente desenvolvida, opera substancialmente todo a capacidade de refinamento do Brasil, participa na maioria dos aspectos do mercado Brasileiro de gás natural e é ativa em outros 28 países.

Odebrecht, OSP, Petrobras, Petroquisa e BRK são partes de uma acordo de acionistas que regula a participação destas sociedades, direta ou indiretamente, em Braskem.

### *Acordo de Acionistas*

Odebrecht, OSP, Petrobras e Petroquisa, sendo a Braskem e BRK como partes intervenientes, celebraram em 8 de fevereiro de 2010, com prazo de vigência de 35 anos.

Segundo este acordo de acionistas, a Petrobras e a Petroquisa: (i) possuem o direito de, em conjunto, indicar membros do conselho de administração da Braskem e seus suplentes, conforme descrito abaixo; (ii) enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de menos de 30% e mais do que 18% das ações com direito a voto, terão em conjunto o direito de veto de certas ações da Braskem e, em alguns casos, das subsidiárias da Braskem; (iii) enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 18% ou mais das ações com direito a voto, terão em conjunto direito de veto com relação às operações com partes relacionadas de determinados valores limites.

Com relação à indicação de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, a Petrobras e a Petroquisa podem indicar em conjunto: (i) quatro membros do conselho de administração e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 30% ou mais das ações com direito a voto; (ii) três membros do conselho de administração e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação entre 18% e menos do que 30% do capital votante; (iii) a maioria dos membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação de 30% ou mais do capital votante; e (iv) dois membros do conselho fiscal e seus respectivos suplentes enquanto detiverem, direta ou indiretamente, uma participação entre 18% e menos do que 30% no capital votante da Braskem. Enquanto a Petrobras e a Petroquisa tiverem o direito de indicar três ou quatro membros do conselho de administração, um destes indicados ocupará o cargo de vice-presidente do conselho de administração.

Adicionalmente, as partes do acordo de acionistas concordaram em: (i) exceto por algumas exceções, não constituir gravas ou ônus sobre as ações que detém na Braskem; (ii) conceder direito de preferência e direito de venda conjunta às demais partes em caso de venda de qualquer das ações da Braskem; e (iii) permitir que uma parte eventualmente diluída adquira ações da parte que causou sua diluição de forma que as participações sejam reestabelecidas.

### *Outras Subsidiárias e Participações Societárias Relevantes*

A Braskem detém, ainda, participações societárias em outras empresas, inclusive a Cetrel e a Borealis Brasil S.A., com as quais mantém relações comerciais tais como contratação de serviço de tratamento de água e resíduos orgânicos gerados pela Braskem, e venda de polipropileno e polietileno.

### **Administração**

O Conselho de Administração e a Diretoria da Braskem são responsáveis por operar seus negócios.

#### *Conselho de Administração*

O Conselho de Administração da Braskem é composto por 11 membros e seus respectivos suplentes. O Conselho de Administração é um órgão deliberativo responsável por, entre outras coisas, determinar políticas e diretrizes para os negócios, subsidiárias integrais e companhias controladas da Braskem.

Os membros do Conselho de Administração são eleitos na assembleia geral de acionistas por mandato de dois anos, podendo ser reeleitos. O prazo de gestão do Presidente e do Vice-Presidente é de um ano, permitida a reeleição. Os mandatos de todos os membros atuais se encerram na assembleia geral ordinária que apreciar as contas dos administradores do exercício social findo em 31 de dezembro de 2009. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho de Administração:

Nome	Data de Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Marcelo Bahia Odebrecht	25.7.08	2010	Presidente
Marcos Wilson Spyer Rezende	26.3.08	2010	Suplente
Djalma Rodrigues de Souza	25.7.08	2010	Vice-presidente
Arão Dias Tisser	26.3.08	2010	Suplente
Alvaro Fernandes da Cunha Filho	26.3.08	2010	Membro efetivo
Marcos Luiz Abreu de Lima	26.3.08	2010	Suplente
José de Freitas Mascarenhas	26.3.08	2010	Membro efetivo
André Amaro da Silveira	15.4.09	2010	Suplente
Alfredo Lisboa Ribeiro Tellechea	15.4.09	2010	Membro efetivo
Francisco Teixeira de Sá	15.04.09	2010	Suplente
Paulo Heryan Yue Cesena	15.04.09	2010	Membro efetivo
Alvaro Pereira Novis	15.04.09	2010	Suplente
Antonio Britto Filho	26.3.08	2010	Membro efetivo
Carla Gouveia Barretto	15.4.09	2010	Suplente
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	26.3.08	2010	Membro efetivo
Tomoyoshi Egami	15.4.09	2010	Suplente
Newton Sérgio de Souza	26.3.08	2010	Membro efetivo
Cláudio Melo Filho	26.3.08	2010	Suplente
Edmundo José Correia Aires	26.3.08	2010	Membro efetivo
Márcio Rodrigues de Andrade	30.5.08	2010	Suplente
Francisco Pais	30.5.08	2010	Membro efetivo
Alexandre Coutinho Barbosa	25.7.08	2010	Suplente

#### *Diretoria*

A Diretoria da Braskem é um órgão executivo de administração. Os diretores são representantes legais da Braskem e são responsáveis pela organização interna, operações cotidianas e pela implementação das políticas gerais e diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração.

O Estatuto Social da Braskem determina que a Diretoria seja formada por no mínimo quatro e no máximo dez membros, sendo um Diretor Presidente e cada um responsável pelos negócios de uma área determinada pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos correspondentes aos mandatos dos membros do conselho de administração, podendo ser reeleitos. O mandato atual de todos os atuais Diretores se encerram em 2010. A tabela abaixo lista os atuais membros da Diretoria:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Bernardo Afonso de Almeida Gradin	4.7.08	2010	Presidente
Carlos José Fadigas de Souza Filho	6.5.08	2010	Diretor
Maurício Roberto de Carvalho Ferro	6.5.08	2010	Diretor
Roberto Prisco Paraíso Ramos	6.5.08	2010	Diretor
Manoel Carnáuba Cortez	6.5.08	2010	Diretor
Victor Manuel Martins Pais	4.11.08	2010	Diretor

#### *Conselho Fiscal*

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração da Braskem e de seus auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas.

As principais responsabilidades do Conselho Fiscal consistem em fiscalizar as atividades da administração, rever as demonstrações financeiras da companhia aberta e reportar suas conclusões aos acionistas.

O Estatuto Social da Braskem determina que o Conselho Fiscal seja composto por até cinco membros e seus suplentes e funcione de forma permanente.

Os membros da Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de um ano, permitida a reeleição, sendo que a eleição acontece sempre por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

O mandato atual de todos os conselheiros se encerra em 2010. A tabela abaixo lista os atuais membros do Conselho Fiscal:

Nome	Data da Eleição	Prazo do Mandato	Cargo
Ismael Campos de Abreu	15.4.09	31.12.09	Membro efetivo
José Renato Andrade Mendonça	15.4.09	31.12.09	Suplente
Manoel Mota Fonseca	15.4.09	31.12.09	Membro efetivo
Mária Cláudia Freitas Sampaio	15.4.09	31.12.09	Suplente
Marcos Antonio Silva Menezes	15.4.09	31.12.09	Membro efetivo
Sérgio José de Barros	15.4.09	31.12.09	Suplente
Jayme Gomes da Fonseca Júnior	15.4.09	31.12.09	Membro efetivo
Sérgio Garrido de Barros	15.4.09	31.12.09	Suplente
Antônio Luiz Vianna de Souza	15.4.09	31.12.09	Membro efetivo
Marcílio José Ribeiro Júnior	15.4.09	31.12.09	Suplente

## Atividades da Cedente

### Unidade de Insumos Básicos

A Unidade de Insumos Básicos respondeu por R\$11.144,2 milhões, ou 54,5%, da receita líquida de vendas de todas as unidades de negócio em 31 de dezembro de 2009, inclusive vendas líquidas para outras de suas unidades de negócio. Sua Unidade de Insumos Básicos produz:

- olefinas, tais como eteno, propeno grau polímero e grau químico, butadieno, isopreno e buteno-1;
- aromáticos, tais como benzeno, tolueno, para-xileno e orto-xileno;
- combustíveis, tais como gasolina automotiva e GLP; e
- ETBE, Solvente C9 e C9 Pirólise.

A Braskem fornece, adicionalmente, utilidades a outras plantas localizadas no Pólo Petroquímico de Camaçari e presta serviços às operadoras dessas plantas. Em 31 de dezembro de 2009, 83,9% das vendas de sua Unidade de Insumos Básicos (inclusive vendas entre empresas do mesmo grupo) foram provenientes da venda de petroquímicos básicos, 5,4% da venda de condensado, 5,2% da venda de combustíveis, de 4,7% da venda de utilitários e serviços e 0,8% da venda de caprolactama e produtos relacionados.

A Unidade de Insumos Básicos fabrica ampla gama de petroquímicos básicos principalmente para emprego na fabricação de produtos petroquímicos intermediários, inclusive os fabricados por suas outras unidades de negócio. A Braskem acredita que sua Unidade de Insumos Básicos encontra-se bem posicionada para tirar proveito da crescente demanda por produtos petroquímicos básicos no Brasil, tanto por parte de suas outras unidades de negócio como por parte de terceiros. A Braskem prevê que o crescimento de longo prazo da demanda por esses produtos no Brasil perdurará em razão da crescente utilização de bens de consumo baseados em plástico, da tendência de substituição de materiais de embalagem mais tradicionais, tais como vidro e papel por plástico, bem como crescimento econômico de modo geral do Brasil.

O quadro a seguir apresenta os principais produtos fabricados pela Unidade de Insumos Básicos, seus produtos derivados intermediários e seus usos finais mais comuns.

Produtos Petroquímicos Básicos	Produtos Intermediários Derivados de seus Produtos Petroquímicos Básicos	Usos Finais Comuns
<b>Olefinas</b>		
Eteno	Polietileno de baixa densidade/de baixa densidade linear <sup>(1)</sup>	Sacos de lixo, filme para acondicionamento, brinquedos, utilidades domésticas, isolamento elétrico, revestimentos de papel
	Polietileno de alta densidade <sup>(1)</sup>	Garrafas plásticas moldadas por sopro (como garrafas de leite)
	Óxido de eteno, usado para produzir etilenoglicol	Fibras de poliéster e resina PET
	Dicloroetano, usado para produzir PVC <sup>(2)</sup>	Tubos, revestimentos de paredes, estofamento, revestimentos de piso
	Etilbenzeno, usado para produzir SM e a seguir os	Copos e recipientes descartáveis, plásticos de alto impacto
Propeno (grau polímero e grau químico)	Polipropileno <sup>(1)</sup>	Base para carpetes, malas, garrafas, fraldas, sacaria de rafia
	Acrlonitrila	Vestuário, plásticos
	Óxido de Propeno	Espumas de poliuretano para mobiliário e isolamento, compostos de limpeza e revestimentos
Butadieno	Borracha sintética, elastômeros, resinas	Pneus, calçados, mangueiras, luvas cirúrgicas
Buteno-1	Polietileno de baixa densidade linear <sup>(1)</sup>	Sacos de lixo, filme para acondicionamento, brinquedos, utilidades domésticas, isolamento elétrico, revestimentos de papel
<b>Aromáticos</b>		



Benzeno	Etilbenzeno (usado na fabricação de monômero de estireno/poliestireno) Cumeno Cicloexano e cicloexanona Alquil Benzeno Linear Caprolactama Sulfato de Amônio	Copos e recipientes descartáveis, plásticos de alto impacto Epóxis Nylon Detergentes Nylon Fertilizantes
Isopreno	Estireno-isopreno-estireno (SIS)	Adesivo
Tolueno	Tolueno di-isocianato (TDI)	Espumas de uretano
Para-xileno		Solventes
Orto-xileno	Anidrido ftálico e plastificantes	Filme e fibras de poliéster
<b>Outros</b>		Produtos flexíveis de PVC
MTBE		Aditivo para aumento da octanagem da gasolina
Solvente C9		Solventes e tineres
C9 Pirólise		Aditivo para aumento da octanagem da gasolina
Combustíveis		
Gasolina automotiva		Combustível para motores de combustão interna
GLP		Gás de cozinha

(1) Produzido pela Unidade de Poliolefinas.

(2) Produzido pela Unidade de Vinílicos.

#### *Unidade de Poliolefinas*

Em 31 de dezembro de 2009, a Unidade de Poliolefinas respondeu por R\$7.216,9 milhões, ou 35,3% da receita líquida de vendas de todos os segmentos.

A Unidade de Poliolefinas produz:

- polietileno, inclusive PEBD, PEBDL, PEAD e PEUAPM; e
- polipropileno.

A Braskem fabrica ampla gama de produtos de polietileno e polipropileno para utilização em aplicações em bens de consumo e industriais, inclusive:

- filmes de plástico para embalagem de produtos alimentícios e não-alimentícios;
- garrafas, sacolas de compras e outros recipientes para bens de consumo;
- autopeças; e
- utilidades.

A Braskem possui a maior participação no mercado brasileiro de polietileno e participação no de polipropileno, com base em volumes de vendas. A Braskem prevê que o crescimento da demanda interna por esses produtos continuará aumentando em razão:

- do maior consumo de bens de consumo baseados em plástico considerando o consumo de bens de consumo baseado em plástico per capita no Brasil é baixo se comparado com o dos Estados Unidos da América e com muitos países europeus; e
- da tendência de substituição de materiais de embalagem mais tradicionais, tais como vidro e papel, por plásticos.

A Braskem acredita estar bem posicionada para aumentar suas vendas de produtos de poliolefinas com base na crescente demanda por esses produtos no Brasil.

#### *Unidades Industriais da Unidade de Poliolefinas*

A Braskem acredita que a variedade de processos tecnológicos empregados em suas plantas de poliolefinas lhe fornece uma vantagem competitiva na satisfação das necessidades de seus clientes. Atualmente, a Braskem detém e opera 11 plantas localizadas na Bahia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2009, suas plantas apresentavam capacidade de produção anual total de 1.090 toneladas de polipropileno e 1.995 toneladas de polietileno.



### *Unidade de Vinílicos*

A Braskem é líder de mercado em PVC no Brasil em volume de vendas. A Unidade de Vinílicos respondeu por R\$1.536,4 milhões, ou 7,5%, da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

A unidade de Vinílicos da Braskem é a única produtora verticalmente integrada de PVC do Brasil. Sua produção de PVC é integrada por meio da produção de cloro e outras matérias-primas. A Unidade de Vinílicos também fabrica e vende soda cáustica, EDC e cloro. Em 31 de dezembro de 2009, 68,7% da receita líquida de vendas da Unidade de Vinílicos foram gerados pela venda de produtos de PVC, 25,6% foram gerados pela venda de soda cáustica e 2,6% da venda de EDC e o restante da venda de outros produtos.

Em 31 de dezembro de 2009, a Braskem tinha uma fatia de aproximadamente 49,5% do mercado brasileiro de PVC em volume de vendas.

### *Unidade de Distribuição de Produtos Químicos*

A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos da Braskem é a maior distribuidora de produtos químicos e petroquímico do Brasil, com uma fatia de aproximadamente 10% do mercado. Esta Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos manufaturados pela Unidade de Poliolefinas da Braskem, assim como produtos de mais de 70 companhias nacionais e estrangeiras. A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos distribui produtos em vários segmentos de mercado, incluindo agroquímico, borracha e químicos para propósitos em geral; cosméticos e farmacêuticos, domésticos e outros segmentos industriais; transformação de plásticos, e tintas, resinas, adesivos e construção civil. A Unidade de Distribuição de Produtos Químicos da Braskem respondeu por R\$548,9 milhões, ou 2,7% da receita líquida de vendas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

### *Meio Ambiente*

#### Legislação Ambiental

A Braskem está sujeita à legislação brasileira federal, estadual e municipal que rege a descarga e emissão de efluentes no meio ambiente, o manejo e a disposição de resíduos industriais, assim como à legislação de outra forma relacionada à proteção do meio ambiente.

A Braskem acredita que suas operações atendem, em todos os aspectos significativos, a legislação ambiental atualmente em vigor. De tempos em tempos, os estudos ambientais que a Braskem contrata indicam casos de contaminação ambiental e emissões atmosféricas em algumas de suas plantas. A Braskem e algumas de suas controladas e diretores e de suas controladas recebem notificações eventuais de violações ambientais e estão sujeitos a investigações ou procedimentos judiciais em razão de alegadas violações ambientais. Essas questões ambientais e quaisquer questões ambientais futuras que possam surgir podem os sujeitar a multas ou outras sanções civis ou criminais impostas pelas autoridades brasileiras. A Braskem está tratando de todas as questões ambientais das quais tem ciência e acredita que nenhuma dessas questões terá efeito adverso relevante sobre seus negócios, situação financeira ou operações.

#### Segurança e Controle de Qualidade

A Braskem adota uma política que torna todos os seus diretores, conselheiros e empregados responsáveis pela segurança de seus funcionários e pela preservação do meio ambiente.

A Braskem participa do programa "Atuação Responsável", que estabelece normas internacionais para práticas ambientais, de saúde e segurança ocupacionais para fabricantes de produtos químicos. Por meio de sua participação nesse programa, a Braskem adota políticas e procedimentos que exigem sua observância a instruções detalhadas quanto a questões de saúde, segurança e meio ambiente. A Braskem procura manter esses padrões ambientais, tendo qualificado cada uma de suas plantas para receber os certificados NBR-ISO 9001 e 14001, que incluem práticas internacionais de gerenciamento ambiental. Atualmente, a Braskem está procurando obter o certificado OHSAS 18000 de observância ambiental, de saúde e segurança para todas as suas plantas.

### *Ofertas Públicas*

#### Ofertas de Aquisição de Ações

Não houve ofertas públicas de aquisição de ações ou debêntures da Cedente efetuada por terceiros ou pela própria Cedente no último exercício social ou no atual exercício social. Em relação à Copesul, em 5 de outubro de 2007, a Braskem adquiriu 34.040.927 ações ordinárias da Copesul representativas de mais de 2/3 das ações em circulação, durante o leilão de OPA da Copesul.

#### Ofertas Públicas de Distribuição

Em setembro de 2006, a Cedente ofertou publicamente debêntures em número equivalente a R\$500,0 milhões.

Em maio de 2008, a Cedente emitiu US\$500 milhões em eurobônus com cupom de 7,250% ao ano e vencimento em 2018, precificando a 99,127% o valor de face.

#### Operações de Securitização

Em 18 de março de 2008, foi registrado na CVM o Chemical III, um fundo de investimento em direitos creditórios performados originados de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (química e petroquímica), e constituído sob a forma de condomínio fechado. Referido fundo é administrado pela BEM DTVM e gerido pela BRAM, tendo como cedente dos direitos creditórios, entre outras a Braskem. Na primeira distribuição pública de referido fundo foram emitidas 300.000 quotas seniores e 24.000 quotas subordinadas mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00, totalizando o montante total de R\$300.000.000,00 e R\$24.000.000,00, respectivamente.

Em 29 de maio de 2009, foi registrado na CVM o Chemical IV, um fundo de investimento em direitos creditórios performados originados de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (química e petroquímica), e constituído sob a forma de condomínio fechado. Referido fundo é administrado pela BEM DTVM e gerido pela BRAM, tendo como cedente dos direitos creditórios, entre outras a Braskem. Na primeira distribuição pública de referido fundo foram emitidas 227.000 quotas seniores e 18.000 quotas subordinadas mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00, totalizando o montante total de R\$227.000.000,00 e R\$18.000.000,00, respectivamente.

#### *Contingências Judiciais e Administrativas*

A Braskem e suas controladas são partes em diversos processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2009, o provisionamento total para contingências judiciais era de R\$26,8 milhões, todas relativas a ações trabalhistas e indenizatórias.

#### *Questões de Defesa da Concorrência*

A aquisição da Quattor e a aquisição da Sunoco estão sujeitas e aprovação final das autoridades concorrenciais brasileiras. A lei brasileira permite que estas operações sejam consumadas antes mesmo do recebimento da aprovação final, porém caso o CADE emita um ato de prevenção, o qual bloqueia a operação e exige que as partes celebrem um acordo segundo o qual os efeitos das operações podem ser revertidos, o término das operações poderá atrasar. A Braskem e a Petrobras submeteram os termos e condições da operação de aquisição da Quattor para revisão das autoridades concorrenciais brasileiras em 5 de fevereiro de 2010. Os termos e condições referentes à operação de aquisição da Sunoco foram submetidos às autoridades concorrenciais brasileiras em 24 de fevereiro de 2010. As autoridades concorrenciais determinarão se estas operações impactam negativamente as condições competitivas dos mercados nos quais a Braskem compete ou se afetam de forma adversa os consumidores destes mercados. Não há qualquer garantia de que as autoridades concorrenciais aprovarão as aquisições da Quattor e da Sunoco como atualmente estruturadas ou que estas autoridades não imporão condições adicionais a estas operações.

#### *Demonstrações Financeiras*

Em conformidade com o disposto no item 6 do Anexo III-A, da Instrução CVM 400, as Demonstrações Financeiras auditadas dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 são incorporadas por referência a este Prospecto, estando disponíveis para consulta nos seguintes endereços eletrônicos:

[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

[www.braskem.com.br/ri](http://www.braskem.com.br/ri) (neste *website* mover o cursor até "Informações Financeiras" e clicar em "Release de Resultados". No *website* que abrirá, selecionar o ano 2007, 2008 ou 2009, conforme o caso, e clicar no item 4T07, 4T08 ou 4T09, conforme o caso, na DFP desejada.

## **Anexos**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Instrumento de Constituição do Fundo**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Registro em 02/01/2002  
239170  
BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
CHEMICAL V – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Pelo presente instrumento particular, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados ("Administrador"), resolve:

- I. constituir um fundo de investimento em direitos creditórios, conforme faculta a Resolução n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nos termos da Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob a forma de condomínio fechado, que terá a denominação de CHEMICAL V – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA ("Fundo");
- II. assumir as funções de administração do Fundo, na forma do regulamento anexo, aprovado neste ato e integrante deste instrumento como Anexo A ("Regulamento");
- III. designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG n.º 16.290.774-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Físicas sob o n.º 082.633.238-27, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, diretor do Administrador, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas, nos termos do Regulamento;
- IV. contratar os seguintes prestadores de serviço para o Fundo:
  - (i) BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º Andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, para a prestação dos serviços de escrituração, custódia e controladoria dos ativos do Fundo ("Custodiante");
  - (ii) para a estruturação e distribuição pública das quotas seniores e das quotas subordinadas mezanino do Fundo (em conjunto, "Coordenadores")
    - (a) BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830-0001-30, na qualidade de coordenador líder; e (b) BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira estabelecida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista n.º 1450, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.271.464/0073-93;
  - (iii) MOODY'S AMÉRICA LATINA LTDA., agência classificadora de risco com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Nações Unidas 12.551, 16º andar, conjunto 1.601, inscrita no CNPJ/MF sob o





n.º 02.101.919/0001-05, para prestar os serviços de classificação de risco das quotas seniores e das quotas subordinadas mezanino do Fundo; e

- (iv) KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, empresa de auditoria com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Paes de Barros 33, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 577.755.217/0001-29, para prestar os serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais do Fundo, bem como das contas do Fundo e da atuação do Administrador;

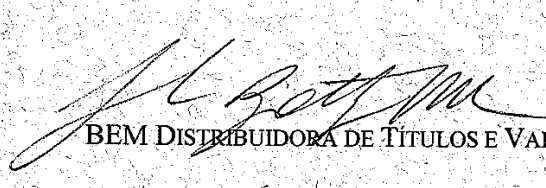
V. aprovar a emissão, pelo Fundo, (i) de 272.400 (duzentas e setenta e duas mil e quatrocentas) Quotas Seniores (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais e as Quotas Seniores Suplementares, nos termos permitido pelo artigo 14, parágrafo 2º e pelo artigo 24, da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, "ICVM 400"), com valor de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Quota Senior na primeira data de emissão, perfazendo o valor total de R\$272.400.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil reais); e (ii) de 21.600 (vinte e um mil e seiscentas) Quotas Subordinadas Mezanino (sem considerar as Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais e as Quotas Subordinadas Mezanino Suplementares, nos termos permitido pelo artigo 14, parágrafo 2º e pelo artigo 24, da ICVM 400), com valor de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) por Quota Mezanino na primeira data de emissão, perfazendo o valor total de R\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais). As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão objeto de distribuição pública pelos Coordenadores nos termos da ICVM 400 ("Oferta");

VI. o Fator *Spread* das Quotas Seniores e o Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino (conforme definido no Regulamento) serão objeto de procedimento de coleta de intenções de investimento (procedimento de *bookbuilding*) nos termos do contrato de distribuição da Oferta e constarão dos respectivos suplementos

VII. submeter à CVM este instrumento particular de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da Oferta.

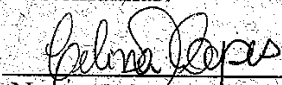
Esta deliberação e o Regulamento do Fundo, com seus anexos, deverão ser registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

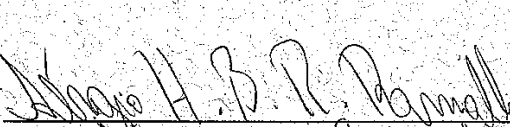
Osasco, 8 de abril de 2010.

  
115084 - Maria Antonietta Lumare  
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

7370 - Fabiano Rodrigues Knebel

Testemunhas:

  
Nome: Celina Sodré Lopes  
RG: 43.941.229-8  
CPF: 340.170.328-50

  
Nome: Henrique B. R. Pamella  
CPF: 094.400.506-28



2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP

Rua Dante Battiston, 249

Centro - Osasco - SP CEP 06013-030

APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E

MICROFILMADO SOB N.º 239170, DO LIVRO B

Osasco, 08 de Abril de 2010

Priscila MC Almeida

ANDREA C. S. DE ALMEIDA / PRISCILA VIEIRA  
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 239170

Total Pago R\$ 429,03. Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre

R\$ 257,71 devido ao Oficial.

**TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
CONSTITUIÇÃO DO CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA**

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco, São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.066.670/0001-00 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, registrado no 2º RTD de Osasco sob o nº 239.170 em 08 de abril de 2010 ("FUNDO"), pelo presente instrumento ("Instrumento"), resolve retificar o nome e qualificação do Diretor da Administradora constante no Instrumento Particular de Constituição, firmado em 08 de abril de 2010, conforme segue:

"O Diretor da Administradora responsável pelas operações do Fundo, designado para responder, civil e criminalmente, pela supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a ele relativas é o Sr. André Bernardino da Cruz Filho, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 35.331.675-1/SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 192.221.224-53, com domicílio na Cidade de Deus, Osasco, São Paulo."

Ficam ratificadas, por meio deste instrumento, todos os termos constantes no referido Instrumento Particular de Constituição, que não retificado por este Instrumento.

Fica, ainda, autorizado o Sr. Oficial do 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco a promover a devida averbação deste Instrumento à margem do registro 239.170 de 08 de abril de 2010.

O presente Instrumento, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, assinado na presença de 2 (duas) testemunhas.

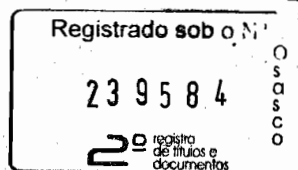
Osasco, 26 de abril de 2010.

56388 - José Carlos da Silva

79322 - Glayson dos Santos

**CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, representada por sua administradora **BEM  
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.****

Testemunhas:



TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE  
CONSTITUIÇÃO DO CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS -  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

1) *Delina Lopes*  
Nome: Delina Sodré Lopes  
CPF/MF: RG: 43.941.229-8  
RG: CPF: 340.170.328-5

2) *Shirlei G. Martins*  
Nome: Shirlei Gisiene Martins  
CPF/MF: RG: 40.656.429-2  
RG: CPF: 335.279.998-92

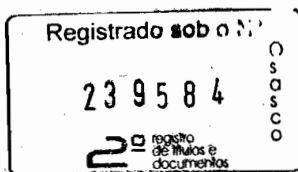
2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP

Rua Dante Battiston, 249  
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 239584 DO LIVRO B  
Osasco, 30 de Abril de 20 10

*Andréa C.S. de Almeida / Priscila Vieira*  
ANDRÉA C.S. DE ALMEIDA / PRISCILA VIEIRA  
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 239584

Total Pago R\$ 63,27. Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre  
R\$ 39,47 devido ao Oficial.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Regulamento**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO  
CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Pelo presente instrumento particular, BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de administrador ("Administrador") do CHEMICAL V – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, um fundo de investimento em direitos creditórios, cujo instrumento de constituição, acompanhado do respectivo regulamento, foi registrado perante o 2º Ofício de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239.170, com o seu primeiro aditamento averbado no mesmo cartório sob o n.º 239.659, em 5 de maio de 2010 ("Fundo" e "Regulamento");

CONSIDERANDO que:

- (A) foi realizado, em 9 de junho de 2010, o procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding") para definição (i) do Fator *Spread* das Quotas Seniores; e (ii) do Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino;
- (B) o Administrador deseja alterar o Regulamento do Fundo para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*; e
- (C) o Fundo, até a presente data, não teve suas quotas subscritas e portanto não conta com a participação de quaisquer quotistas, razão pela qual a alteração do Regulamento não requer a realização de uma assembléia geral de quotistas;

(Termos com iniciais maiúsculas utilizados neste "Instrumento Particular de Segunda Alteração ao Regulamento do Chemical V – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica" ("Segunda Alteração") que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento).

RESOLVE:

- I. alterar a Cláusula 12 do Regulamento para refletir que não serão emitidas Quotas Seniores Adicionais e/ou Quotas Seniores Suplementares, bem como Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais e/ou Quotas Subordinadas Mezanino Suplementares.



Registro  
e títulos  
documentos  
nóveis de Osasco

Instrumento Particular de Segunda Alteração ao Regulamento do  
Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

- II. alterar os modelos de "Suplemento Único - Quotas Seniores" e "Suplemento Único - Quotas Subordinadas Mezanino", constantes do Anexo I e do Anexo II, respectivamente, os quais passarão a ter o conteúdo dos anexos a esta Segunda Alteração; e
- III. consolidar o inteiro teor do Regulamento, incorporando as alterações descritas no item acima, submetendo à CVM esta Segunda Alteração e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da oferta de quotas seniores e de quotas subordinadas mezanino do Fundo.

Esta Segunda Alteração e o Regulamento consolidado do Fundo, com seus anexos, deverão ser averbados às margens do registro do Regulamento perante o 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Osasco, 9 de junho de 2010

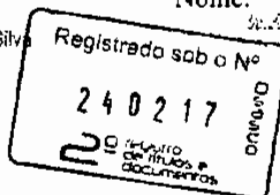
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome:

86388 - José Carlos da Silva

Nome:

86388 - José Donizetti de Oliveira



Testemunhas:

Nome: Beatriz da Costa Pereira  
CPF: 11.681.947-33

Nome: Celina Sodré Lopes  
CPF: RG: 43.941.229-8  
CPF: 340.170.328-50

2º. OFICIAL DE REGISTRO TÍTULOS DOCUMENTOS  
DE OSASCO - SP

Rua Dante Battiston, 249  
Centro - Osasco - SP CEP 06013-030  
APRESENTADO HOJE PROTOCOLADO, REGISTRADO E  
MICROFILMADO SOB N.º 240217 DO LIVRO B  
Osasco, 11 de junho de 20 10

ANDREA C. S. DE ALMEIDA / PRISCILA VIEIRA  
SÔNIA MARIA DA COSTA PEREIRA

PROTOCOLO N.º 240217

Total Pago R\$ 434,75. Este valor inclui 32% devidos  
ao Estado e 20% à CART Previdência do IPESP, sobre  
R\$ 296,24 devido ao Oficial.



Registro  
de títulos  
e documentos  
do C.A. de Quedas

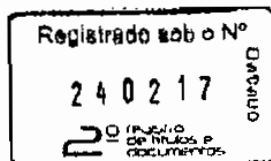
"REGULAMENTO DO CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO I

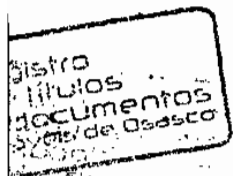
MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO - QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas R\$272.400.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil reais).  
Seniores:  
Quantidade de Quotas 272.400 (duzentas e setenta e dois mil e quatrocentas).  
Seniores:  
1ª Data de Emissão: Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.  
Data de Resgate: 36 (trinta e seis) meses a contar da 1ª Data de Emissão.  
Fator Spread das Quotas 1,25%  
Seniores:  
Amortização Periódica: 5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)"
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%
7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%

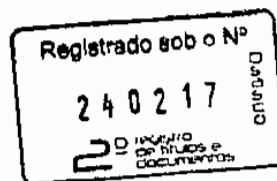


Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do  
Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica



9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização <sup>(*)</sup>	16,7%
(*) Data de Resgate.	

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239.170, conforme aditado.)





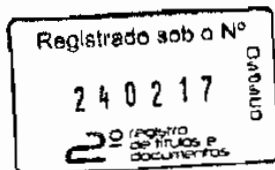
"REGULAMENTO DO CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO II

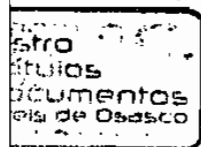
MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO - QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Montante das Quotas Subordinadas Mezanino	RS21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais).
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	21.000 (vinte e um mil e seiscentas).
1ª Data de Emissão	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate	36 (trinta e seis) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino	5,80%
Amortização Periódica	5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)"
1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%



Instrumento Particular de Segundo Aditamento ao Regulamento do  
Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica



7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização (*)	16,7%

(\*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239.170, conforme aditado.)



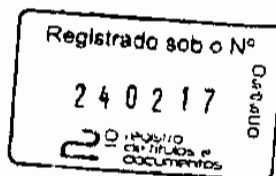
stro  
tulos  
cumentos  
is de Osasco

ANEXO A

REGULAMENTO DO  
CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS -  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ÍNDICE

1. Definições	1
2. Fundo	9
3. Prazo de Duração do Fundo	10
4. Administrador	10
5. Responsabilidades do Administrador	12
6. Objetivo do Fundo e Política de Investimento, de Composição e de Diversificação da Carteira	17
7. Fatores de Risco	19
8. Critérios de Elegibilidade e Aquisição dos Direitos Creditórios	30
9. Inclusão de Novos Clientes	31
10. Originação, Cessão e Cobrança dos Direitos Creditórios	33
11. Taxa de Administração e Encargos do Fundo	34
12. Quotas	35
13. Emissão, Integralização e Valor das Quotas	39
14. Amortização e Resgate das Quotas e Reserva de Amortização e Resgate	42
15. Pagamento dos Valores Devidos pelo Fundo aos Quotistas	46
16. Registro para Negociação e Negociação das Quotas	46
17. Metodologia de Avaliação dos Ativos do Fundo	47
18. Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação	48
19. Amortização Extraordinária	53
20. Enquadramento aos Índices de Cobertura	54
21. Ordem de Alocação de Recursos	56
22. Custos Referentes à Cobrança dos Ativos do Fundo	57
23. Custodiante	59
24. Assembleia Geral	61
25. Demonstrações Financeiras	66
26. Patrimônio Líquido	66
27. Publicidade e Remessa de Documentos	66
28. Classificação de Risco	67
29. Disposições Finais	68





REGULAMENTO DO  
CHEMICAL V – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

1. DEFINIÇÕES

"Administrador": é a BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, ou quem vier a substituí-la na função de Administrador do Fundo.

"Agência de Classificação de Risco": é a Moody's América Latina Ltda. ou qualquer agência de classificação de risco que vier a ser contratada para a classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo.

"Agente Escriturador": é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º andar, Vila Yara, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, responsável pelos serviços de escrituração das Quotas.

"Alocação Mínima": é a razão entre o valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o Patrimônio Líquido, que deverá, após 90 (noventa) dias do início de suas atividades, ser igual ou superior a 50% (cinquenta por cento), nos termos do item 6.3 abaixo.

"Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 abaixo.

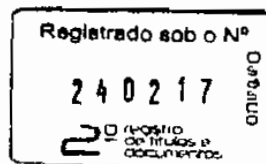
"Amortização Periódica": é a amortização parcial das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino promovida pelo Fundo nas respectivas Datas de Amortização, calculada na forma do item 14 abaixo, e previstas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

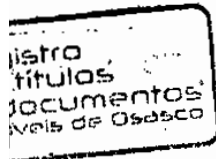
"Anexos": são os anexos a este Regulamento.

"Assembleia Geral": é a assembleia geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do item 24 abaixo.

"Ativos Financeiros": são os bens, ativos, direitos e investimentos financeiros, distintos dos Direitos Creditórios, que compõem o Patrimônio Líquido.

"Aviso de Amortização Extraordinária": tem o significado que lhe é atribuído no item 19.1 abaixo.





"Aviso de Vencimento": é o bloqueto de cobrança emitido pelos Bancos Cobradores por meio do qual os Clientes e/ou Clientes Especiais são notificados acerca da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo.

"Bacen": é o Banco Central do Brasil.

"Bancos Cobradores": são as seguintes instituições financeiras: Banco Bradesco S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A., Banco ABN Amro Real S.A. e Banco Safra S.A., bem como outras instituições que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do Fundo e da Cedente, para a prestação do serviço de Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios.

"Base de Dados": é a base de dados que contém dados e informações relativas aos Direitos Creditórios e aos Clientes e/ou Clientes Especiais, mantida pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia desde a constituição do Fundo.

"BM&F Bovespa": é a BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

"BOVESPAFIX": é o mercado de balcão organizado de renda fixa da BM&F Bovespa.

"Braskem": é a Braskem S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 42.150.391/0001-70.

"Cedente": é a Braskem e suas respectivas sucessoras, a qualquer título, ou uma nova sociedade incluída na forma do item 8.1.3 abaixo.

"CETIP": é a CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

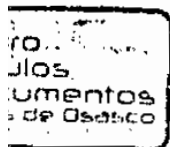
"Clientes": são os compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido.

"Clientes Especiais": são os compradores de Produtos cadastrados pela Cedente e constantes da Relação de Clientes, cujo somatório de Direitos Creditórios devido por cada Cliente Especial individualmente considerado, em cada Data de Aquisição e Pagamento, poderá representar uma concentração máxima de até 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido, sendo que o somatório dos Direitos Creditórios de todos os Clientes Especiais, em qualquer Data de Aquisição e Pagamento, não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido.

"CNPJ/MF": é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.

2





"Cobrança Bancária": é a cobrança bancária dos Direitos Creditórios realizada pelos Bancos Cobradores, mediante a emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes e aos Clientes Especiais, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária.

"Cobrança Judicial e Extrajudicial": é a cobrança judicial e extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos que será realizada pela Cedente nos termos do Contrato de Cobrança.

"Conta Corrente Autorizada do Fundo": é a conta corrente de titularidade do Fundo referida na Cláusula 7 do Contrato de Cessão ou outra conta corrente que vier a ser indicada pelo Administrador para recebimento de valores pelo Fundo.

"Conta Corrente Autorizada da Cedente": é a conta corrente de titularidade da Cedente referida na Cláusula 7 do Contrato de Cessão, ou outra conta corrente que vier a ser indicada pela Cedente para recebimento de valores pela Cedente.

"Contraprestação": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6 do Contrato de Cessão.

"Contrato de Cessão": é o "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, com a interveniência da Custodiante, que poderá sofrer alterações entendidas como pertinentes, por meio de aditivo, desde que autorizado por Assembleia Geral, conforme definido nos itens 5.3.1, II e 5.3.2, abaixo.

"Contrato de Cobrança": é o "Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador, e a Cedente, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Contrato de Colocação": é o "Contrato de Coordenação, Subscrição e Colocação de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino de Emissão do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", celebrado entre o Administrador, a Cedente, o BB Banco de Investimento S.A. e o Banco Bradesco BBI S.A.

"Contrato de Custódia": é o "Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada, Controladoria e Outros Pactos", celebrado pelo Fundo, representado pelo Administrador, e o Custodiante, com a interveniência da Cedente, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Contrato de Depósito": é o "Contrato de Depósito e Outras Avenças", celebrado entre o Custodiante e a Cedente, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.



"Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior": é o "Contrato de Promessa de Subscrição e Integralização de Quotas Subordinadas Junior do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica e Outras Avenças", celebrado entre o Fundo, representado pelo Administrador e a Cedente, com a interveniência do Custodiante, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Convênios de Cobrança Bancária": são os convênios de prestação de serviço de Cobrança Bancária, firmados pelo Custodiante com os Bancos Cobradores, com a interveniência do Fundo, representado pelo Administrador, e da Cedente, que poderá, por meio de aditivo, sofrer alterações entendidas como pertinentes.

"Crítérios de Elegibilidade": são os critérios a serem observados pelo Custodiante para que os Direitos Creditórios possam ser adquiridos pelo Fundo, conforme definidos no item 8 abaixo.

"Custodiante": é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novo, 4º Andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, responsável pelos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo aqueles de que trata o artigo 38 da Instrução CVM 356/01, ou outra instituição que vier a substituí-la nos termos deste Regulamento.

"CVM": é a Comissão de Valores Mobiliários.

"Data de Aquisição e Pagamento": é a data em que ocorre a confirmação, pelo Custodiante, com relação a cada aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade e o pagamento do Preço de Aquisição à Cedente.

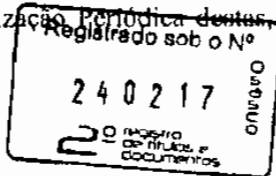
"Data de Disponibilidade": é o Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização ou Data de Resgate, conforme o caso.

"Data de Emissão": é a data em que os recursos decorrentes da integralização das Quotas são colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo, nos termos do item 13.1 abaixo, e que deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

"Data de Verificação de Amortização": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.8 abaixo.

"Data de Verificação dos Índices de Cobertura": é, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a última Data de Resgate, o dia 15 (quinze) de cada mês.

"Datas de Amortização": são as datas que vierem a ser indicadas nos respectivos Suplementos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas quais ocorrerá a Amortização Periódica destas, conforme definido no item 14.2 abaixo.







"Datas de Resgate": são as datas em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, indicadas nos respectivos Suplementos.

"Dia Útil": significa segunda a sexta-feira, exceto (i) feriados ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente comercial ou bancário no Estado de São Paulo ou na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo; e (ii) feriados de âmbito nacional.

"Direitos Creditórios": são os direitos de crédito livres e desembaraçados de quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames que a Cedente detém e/ou virá a deter contra seus respectivos Clientes e/ou Clientes Especiais, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes ou aos Clientes Especiais pela Cedente, representadas por Notas Fiscais Faturas.

"Direitos Creditórios Elegíveis": são Direitos Creditórios que, na Data de Aquisição e Pagamento, atendam, cumulativamente, aos Critérios de Elegibilidade.

"Direitos Creditórios Permutáveis": são os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente e/ou pelos Clientes Especiais dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso e que poderão ser utilizados como Contraprestação nos termos da Cláusula 6 do Contrato de Cessão.

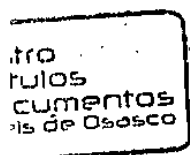
"Diretor Designado": é o diretor do Administrador designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

"Disponibilidades": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 abaixo.

"Documentos Comprobatórios": são os seguintes documentos: (i) para "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura e ticket de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes e/ou Clientes Especiais; (ii) para "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional), a Nota Fiscal Fatura, o respectivo conhecimento de embarque dos Produtos e comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes e/ou Clientes Especiais; e (iii) para "Venda por Tubovia", a Nota Fiscal Fatura e o relatório de leitura do medidor da tubovia.

"Duplicata": tem o significado que lhe é atribuído no item 8.1, inciso I abaixo.





"Empresa de Auditoria": é a KPMG Auditores Independentes, ou sua sucessora no exercício de suas funções, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise da atuação do Administrador.

"Encargos do Fundo": tem o significado que lhe é atribuído no item 11.2 abaixo.

"Eventos de Avaliação": são os eventos definidos no item 18.1 abaixo

"Eventos de Liquidação": são os eventos definidos no item 18.2 abaixo.

"Eventos de Resilição": eventos que correspondem a um Evento de Liquidação e que estão indicados na Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão

"Eventos de Revisão": eventos que correspondem a um dos Eventos de Avaliação e que estão indicados na Cláusula 9.1 do Contrato de Cessão.

"Excesso de Cobertura": tem o significado que lhe é atribuído no item 20.2 abaixo.

"Fator Spread das Quotas Seniores": é o *spread* sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Seniores, determinado na forma do item 12.1.4 abaixo e indicado no respectivo Suplemento.

"Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino": é o *spread* sobre a Taxa DI aplicável às Quotas Subordinadas Mezanino, determinado na forma do item 12.2.4 abaixo e indicado no respectivo Suplemento.

"Fundo": é o Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica.

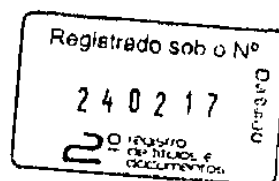
"Gestor": é a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista 1450, 6º andar, inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o n.º 62.375.134/0001-4.

"IGP-M": é o Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

"Índice de Cobertura Mezanino", "Índice de Cobertura Sênior" e "Índices de Cobertura": têm o significado que lhes é atribuído no item 20.1 abaixo.

"Instituições Autorizadas": são as seguintes instituições e/ou suas respectivas Partes Relacionadas: Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Santander S.A., Banco ABN Amro Real S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., IISBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, Banco do Brasil S.A. e Banco Safra S.A.

"Instrução CVM 356/01": é a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada.



para  
fundos  
documentos  
valores de mercado

"Instrução CVM 409/04": Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

"Investidores Qualificados": são aquelas pessoas definidas como tal no artigo 109 da Instrução CVM 409/04, e os fundos de investimento, nos termos da referida instrução, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.

"MDA": é o Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

"Nota Fiscal Fatura": é o documento preparado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão, emitido em razão da realização de operação de venda mercantil a prazo de Produtos celebrada entre a Cedente e seu Cliente e/ou Cliente Especial.

"Novo Cliente": é o comprador de Produtos cadastrado pela Cedente que venha a ser inserido na Relação de Clientes, de acordo com o procedimento previsto nos itens 9.1 e 9.1.1 abaixo.

"Partes Relacionadas": são (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. Para os fins desta definição, controle tem o significado que lhe atribui o artigo 116 da Lei n.º 6.404/76, e suas alterações posteriores.

"Patrimônio Líquido": é o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do item 26 abaixo.

"Percentual de Inadimplência": tem o significado que lhe é atribuído no item 20.1.1 abaixo.

"Plano Contábil": é o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular n.º 1.273 do Bacen, de 29 de dezembro de 1987, conforme alterada, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos creditórios que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

"Prazo de Duração": é o prazo de duração do Fundo, conforme estabelecido no item 3 abaixo.

"Prazo Máximo de Atraso": é o prazo de 8 (oito) dias, contado da respectiva data de vencimento do Direito Creditório, a partir do qual os Direitos Creditórios passam a ser considerados Direitos Creditórios Permutáveis.

"Preço de Aquisição": é o preço de aquisição de cada Direito Creditório Elegível, calculado nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

7





"Produtos": são os produtos fabricados e/ou comercializados pela Cedente no curso normal de suas atividades preponderantes no setor químico e petroquímico, desenvolvidas em conformidade com seus atos constitutivos.

"Prospecto": é o prospecto do Fundo e suas respectivas atualizações.

"Quotas": são as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto.

"Quotas Seniores": são as quotas de classe sênior, que não se subordinam às demais para efeito de amortização e resgate, emitidas pelo Fundo em uma única série.

"Quotas Subordinadas Junior": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização e resgate.

"Quotas Subordinadas Mezanino": são as quotas de classe subordinada, emitidas pelo Fundo, que se subordinam às Quotas Seniores e preferem às Quotas Subordinadas Junior para efeito de amortização e resgate.

"Quotistas": são os titulares de Quotas.

"Regulamento": é o regulamento consolidado do Fundo, registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

"Relação de Clientes": é a relação de Clientes e de Clientes Especiais, incluindo a discriminação da concentração máxima específica dos Clientes e dos Clientes Especiais, a qual será enviada ao Custodiante pela Cedente.

"Relatório Especial de Revisão": tem o significado que lhe é atribuído no item 9.1 abaixo.

"Reserva de Amortização e Resgate": tem o significado que lhe é atribuído no item 14.6 abaixo.

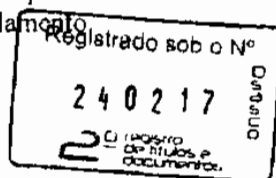
"SERASA": significa a SERASA S.A.

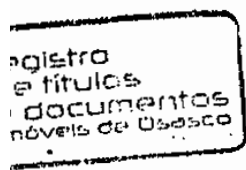
"SELIC": é o Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

"SF": significa o SF - Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

"SOMAFIX": é o mercado de balcão organizado de renda fixa da Sociedade Operadora do Mercado de Ativos - SOMA.

"Suplemento": é o suplemento de cada classe de Quotas, que contém as seguintes informações relativas à classe de Quotas à qual se refere: montante das Quotas, quantidade de Quotas, 1ª Data de Emissão, Datas de Amortização, percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado, Data de Resgate e Fator Spread, preparado conforme os modelos constantes dos Anexos I e II deste Regulamento.





"Taxa DI": é a taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP.

"Taxa DI Futura": tem o significado que lhe é atribuído na Cláusula 6.1 do Contrato de Cessão.

"Termo de Cessão": é o documento preparado na forma do Anexo VI ao Contrato de Cessão.

"Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento": é o documento pelo qual os Quotistas (i) declaram estar cientes dos riscos envolvidos no investimento nas Quotas do Fundo; e (ii) aderem ao Regulamento.

"Valor Unitário de Emissão": é o valor unitário de cada Quota na respectiva 1ª Data de Emissão.

## 2. FUNDO

2.1 O CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA é regido pelo presente Regulamento e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

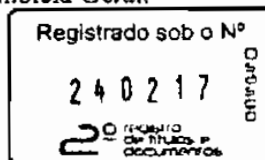
2.2 Para os fins deste Regulamento e seus Anexos, os termos e expressões neles não definidos terão o significado que lhes é atribuído no item 1 acima, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

2.3 No prazo de até 20 (vinte) dias contado (i) de sua aprovação pelo Administrador, o Regulamento e os Suplementos; e (ii) de sua aprovação pela Assembleia Geral, os eventuais aditamentos ao Regulamento serão registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

2.3.1 As alterações do Regulamento vigorarão a partir da data do protocolo na CVM (i) da lista de Quotistas presentes na Assembleia Geral realizada com essa finalidade; (ii) da cópia da ata da referida Assembleia Geral; e (iii) do exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na forma determinada pelo artigo 25 da Instrução CVM 356/01.

2.4 O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, ou seja, as Quotas somente poderão ser resgatadas ao término do Prazo de Duração, ou em virtude da liquidação antecipada do Fundo, conforme o disposto no item 18.2 abaixo.

2.5 É admitida, ainda, a amortização de Quotas, nos termos dos itens 14 abaixo e 19 abaixo ou por decisão da Assembleia Geral.



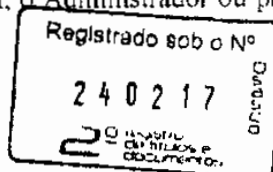
- 2.6 Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, os Investidores Qualificados.

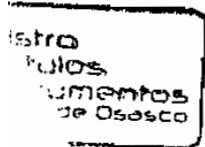
3. PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 3.1 Prazo de duração regular do Fundo será de 36 (trinta e seis) meses contado da 1ª Data de Emissão de Quotas, sem prejuízo do disposto nos itens 3.2 e 3.3 abaixo e no item 18.2 abaixo.
- 3.2 O Prazo de Duração poderá ser prorrogado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembleia Geral.
- 3.3 Na hipótese do Prazo de Duração não se encerrar em Dia Útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente.
- 3.4 Para fins do disposto na Lei n.º 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada, e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 487, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada, o Fundo é classificado como fundo de investimento de longo prazo.

4. ADMINISTRADOR

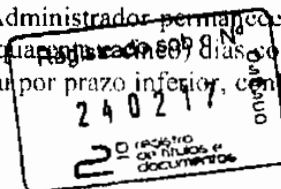
- 4.1 O Fundo é administrado pela BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00 ("Administrador"), devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários.
- 4.1.1 O Administrador deverá administrar o Fundo cumprindo suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da Lei, das normas regulamentares, em especial as da CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembleia Geral; (ii) na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, do disposto no Contrato de Cessão; e (iii) dos deveres de diligência, lealdade, informação aos Quotistas e salvaguarda da integridade dos direitos destes.
- 4.1.2 O Administrador, observadas as limitações deste Regulamento e da regulamentação aplicável, tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, inclusive o de comparecer e votar, em nome do Fundo, nas assembleias gerais ou especiais de interesse do Fundo.
- 4.1.3 Observados os termos e as condições estabelecidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e observada a regulamentação aplicável, o Administrador ou prestadores de





serviços por este contratados nos termos deste Regulamento, independentemente de qualquer procedimento adicional, podem:

- I. iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros ou à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos, observado o disposto no item 22 abaixo;
  - II. celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios ou aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas;
  - III. constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pelo Administrador, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contado da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
  - IV. contratar, às suas expensas, serviços de gestão da carteira do Fundo com suas Partes Relacionadas, desde que devidamente autorizadas pela CVM e observado o disposto no artigo 39 da Instrução CVM 356/01.
- 4.1.4 Caso eventualmente ocorra, por qualquer meio, a transferência do controle acionário, direto ou indireto, do Administrador para uma instituição que não seja uma Instituição Autorizada, o Administrador deverá comunicar esse fato aos Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, e convocar Assembleia Geral para que os mesmos deliberem sobre a substituição do Administrador.
- 4.2 O Administrador poderá ser substituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral, na forma do item 24 abaixo, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.
- 4.3 O Administrador poderá, mediante aviso publicado no periódico referido no item 27.1 abaixo e, adicionalmente, a seu critério, também por meio eletrônico enviado aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 13.2.1 abaixo, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, a ser realizada em até 60 (sessenta) dias contados da referida publicação de renúncia, Assembleia Geral para decidir sobre a indicação do seu substituto ou a liquidação do Fundo, nos termos da legislação aplicável.
- 4.3.1 Na hipótese prevista no item 4.3 acima, o Administrador permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado da data de realização da Assembleia Geral ou por prazo inferior, conforme







determinado pelos Quotistas na respectiva Assembleia Geral, o qual poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, para que a instituição substituta escolhida pelos referidos Quotistas assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Administrador de acordo com os termos e as condições deste Regulamento.

- 4.3.2 Decorridos 60 (sessenta) dias do prazo estabelecido no item 4.3.1 acima sem que os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, tenham deliberado a indicação do substituto do Administrador ou sem que tenha sido instalada a referida Assembleia Geral, o Administrador iniciará os procedimentos para a liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, e comunicará tal fato à CVM.
- 4.3.3 Nas hipóteses de substituição do Administrador e de liquidação do Fundo aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor que dispõem sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade do próprio Administrador.
- 4.4 O Administrador deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Administrador ou por qualquer terceiro envolvido diretamente com a administração do Fundo, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Administrador, nos termos deste Regulamento.

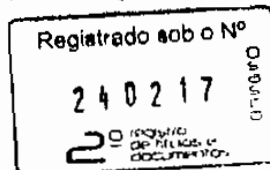
## 5. RESPONSABILIDADES DO ADMINISTRADOR

- 5.1 São, dentre outras previstas neste Regulamento e na legislação aplicável, obrigações do Administrador:
- I. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal: (a) a documentação relativa às operações do Fundo; (b) o registro dos Quotistas; (c) o livro de atas de Assembleias Gerais; (d) o livro de presença de Quotistas; (e) o Prospecto, até o encerramento da oferta pública; (f) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 abaixo; (g) os registros contábeis do Fundo; e (h) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
  - II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante;

12



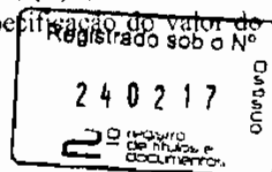
- III. entregar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, do Prospecto e dos relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência de Classificação de Risco, bem como dar-lhes ciência do (a) nome do periódico utilizado para divulgação de informações; e (b) da taxa de administração cobrada;
- IV. sem prejuízo da divulgação de informações a que se refere o item 27.2 abaixo, divulgar, no prazo de 15 (quinze) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, e manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem e os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco;
- V. custear as despesas de propaganda do Fundo;
- VI. fornecer anualmente aos Quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- VII. colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, observado o disposto no item 27.4 abaixo;
- VIII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre o Administrador e o Fundo;
- IX. providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização das classificações de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino pela Agência de Classificação de Risco;
- X. assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o item 5.4 abaixo;
- XI. observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no item 6 abaixo;
- XII. proceder à contratação, em nome do Fundo, dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia, do Contrato de Colocação, do Contrato de Depósito e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;



registro  
de títulos  
e documentos  
óveis de Osasco

- XIII. executar, diretamente ou por meio da contratação do Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações, (a) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (b) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (c) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (d) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro de cada ano, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;
- XIV. fazer a guarda física ou escritural dos seguintes documentos, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, os quais lhe serão encaminhados pelo Custodiante depois de realizada a auditoria anual: (a) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente; (b) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia; (c) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e (d) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- XV. informar à Agência de Classificação de Risco, no Dia Útil imediatamente subsequente ao conhecimento: (a) da substituição do Administrador, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante; (b) da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação; e (c) da celebração de aditamentos ao Contrato de Cessão e/ou ao Contrato de Custódia;
- XVI. providenciar o registro do Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do item 2.3 acima;
- XVII. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- XVIII. comunicar aos Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, a ocorrência da hipótese prevista no item 4.1.4 acima;
- XIX. franquear acesso à Agência de Classificação de Risco, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, (i) aos relatórios referidos nas alíneas (c), (d), (e), e (g), do inciso I, da Cláusula Décima do Contrato de Custódia; (ii) aos relatórios relativos aos Índices de Cobertura (com a especificação do valor do Patrimônio

14





Líquido, o número de Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em circulação e respectivos valores), à média do Percentual de Inadimplência, aos índices a que se referem os incisos XIV e XV do item 18.1 abaixo; e (iii) aos demonstrativos contábeis de lucros e perdas do Fundo;

- XX. elaborar e enviar informativo quinzenal à Cedente e à Agência de Classificação de Risco, indicando a evolução dos Índices de Cobertura;
- XXI. comunicar imediatamente os Quotistas, na forma prevista neste Regulamento, sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ciência de tal fato; e
- XXII. no caso de intervenção ou liquidação extrajudicial de qualquer dos Bancos Cobradores, do Custodiante ou qualquer outra instituição financeira onde estejam depositados Ativos Financeiros ou Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, requerer o imediato direcionamento do fluxo de recursos provenientes de tais Direitos Creditórios ou Ativos Financeiros para outra conta de depósitos de titularidade do Fundo.

5.2 É vedado ao Administrador, em nome próprio:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

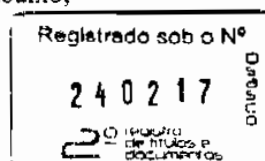
5.2.1 As vedações de que tratam o item 5.2 acima abrangem os recursos próprios das Partes Relacionadas do Administrador, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

5.2.2 Excetuam-se do ora disposto os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, além dos títulos públicos estaduais, integrantes das carteiras do Fundo.

5.3 É vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- II. realizar operações e negociar com ativos financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no item 6 abaixo;

15

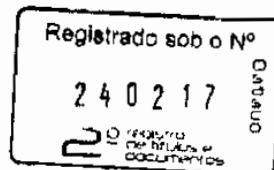


- III. aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- IV. adquirir Quotas do Fundo;
- V. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável e/ou neste Regulamento;
- VI. vender Quotas do Fundo a prestação;
- VII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;
- VIII. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- IX. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- X. efetuar locação ou empréstimo, a qualquer título, dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, no todo ou em parte;
- XI. criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; e
- XII. emitir qualquer classe ou série de Quotas em desacordo com este Regulamento.

5.3.1 Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, é vedado ao Administrador, em nome do Fundo:

- I. celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços além daqueles autorizados por este Regulamento;
- II. celebrar aditamentos ao Contrato de Cessão; e
- III. proceder à abertura de contas correntes bancárias ou de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento, no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia.

5.3.2 Não obstante o disposto no inciso II do item 5.3.1 acima, a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração à Cláusula 1.3, à Cláusula 6 e/ou à Cláusula 9.2 do Contrato de Cessão, dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme disposto no item 24.4.2 abaixo.



5.4 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável, elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição dos Quotistas, que evidencie: (i) que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente; (ii) que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; (iii) os procedimentos de verificação de lastro dos Direitos Creditórios por amostragem estatística no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no período, se for o caso; e (iv) os resultados da última verificação do lastro dos Direitos Creditórios, realizada por amostragem estatística pelo Custodiante, explicitando, dentre o universo analisado, a quantidade e a relevância dos créditos inexistentes porventura encontrados.

5.4.1 Os demonstrativos referidos no item 5.4 acima devem ser enviados à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Quotistas, bem como ser examinados por ocasião da realização de auditoria independente.

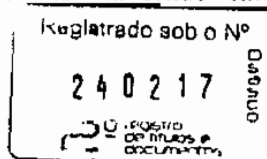
## 6. OBJETIVO DO FUNDO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DE COMPOSIÇÃO E DE DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

6.1 O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira definida neste item 6, valorização de suas Quotas por meio da aquisição pelo Fundo (i) de Direitos Creditórios Elegíveis, do segmento industrial (indústria química e petroquímica), em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente ou cobrança desta, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações assegurados aos titulares de tais Direitos Creditórios, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes e/ou Clientes Especiais à Cedente, tudo nos termos do Contrato de Cessão; e/ou (ii) de Ativos Financeiros.

6.2 Os investimentos do Fundo estarão sujeitos aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observado o disposto neste item 6 e, em especial, o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura.

6.3 O Fundo deverá alocar, em até 90 (noventa) dias da 1ª Data de Emissão de Quotas, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios, observados os Critérios de Elegibilidade ("Alocação Mínima").

6.4 O Fundo poderá, conforme o caso, manter a totalidade do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos



Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicá-lo, exclusivamente, em:

- I. títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
  - II. fundos de investimento classificados como referenciados ou de renda fixa de perfil conservador, com liquidez diária, que tenham seu patrimônio representado por títulos ou ativos de renda fixa, pré ou pós-fixados, emitidos pelo Tesouro Nacional ou pelo Bacen, e que sejam administrados por qualquer das Instituições Autorizadas; ou
  - III. operações compromissadas com lastro nos títulos mencionados no item I acima e cuja contraparte seja uma Instituição Autorizada.
- 6.4.1 Observadas as demais disposições previstas na Instrução CVM 356/01, o limite de concentração para os investimentos nos Ativos Financeiros indicados nos incisos II e III do item 6.4 acima será de, no máximo, 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido por instituição ou entidade.
- 6.5 Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.
- 6.6 Sem prejuízo da responsabilidade do Administrador e do Diretor Designado, o Gestor, cuja remuneração compõe a taxa de administração, prestará os serviços de gestão da carteira do Fundo nos termos do artigo 39, inciso II da Instrução CVM 356/01.
- 6.7 Embora a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo seja direcionada para, além do investimento em Direitos Creditórios, Ativos Financeiros de perfil conservador, eventuais oscilações nos valores dos Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros que compõem a carteira do Fundo podem resultar em perda patrimonial do Fundo. No entanto, não será devida qualquer multa ou penalidade pelo Administrador, pelo Custodiante, pela Cedente e quaisquer de suas Partes Relacionadas, decorrente desse fato.
- 6.8 O Fundo não poderá realizar:
- I. aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável ou atrelados à variação cambial;
  - II. operações em mercado de derivativos;
  - III. operações financeiras, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro em que (a) o Administrador; (b) o Custodiante; (c) a Cedente; ou (d) qualquer de suas Partes Relacionadas, salvo no caso das Instituições Autorizadas, que figure, direta ou indiretamente, como contraparte; e
  - IV. operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.





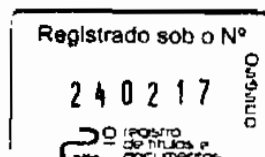
registro  
de títulos  
e documentos  
óveis de Osasco 0.9

O Fundo não adquirirá Direitos Creditórios representados por *warrants*, ou relativos a contratos de venda de Produtos com entrega futura, ou títulos ou certificados representativos desses contratos, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Instrução CVM 356/01.

- 6.10 O Administrador e o Custodiante, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes e/ou Clientes Especiais ou pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros.
- 6.11 A Cedente, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes e/ou dos Clientes Especiais. A Cedente é responsável pela origem, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios por ela cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão.
- 6.12 Os Ativos Financeiros devem ser registrados, custodiados ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as aplicações do Fundo em quotas de fundos de investimento.
- 6.13 Os Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados pela Cedente nos termos do Contrato de Depósito.
- 6.14 Os percentuais e limites referidos neste item 6 serão cumpridos diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.
- 6.15 As aplicações dos Quotistas não contam com qualquer mecanismo de seguro ou a garantia da Cedente, do Administrador, do Gestor, do Custodiante ou de suas Partes Relacionadas, nem mesmo do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

## 7. FATORES DE RISCO

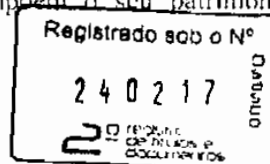
- 7.1 Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado e/ou a riscos de crédito das respectivas contrapartes que poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas. Por este Regulamento, exclusivamente na hipótese a que se refere o item 22.2 abaixo, pode existir a necessidade de realização de aportes de recursos ao Fundo pelos Quotistas, caso aprovado pelos Quotistas nos termos daquele item. A Cedente, o Administrador, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) pela



inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

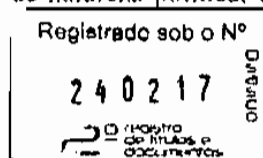
7.2 Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se:

- I. Modalidade de investimento sofisticada. No caso do Fundo, a existência das Quotas Subordinadas Mezanino torna mais complexo e sofisticado o investimento em fundos de investimento em direitos creditórios, uma vez que não haverá a emissão de Quotas Subordinadas Mezanino adicionais para a recomposição dos Índices de Cobertura, a qual, neste caso, será feita mediante (i) emissão e subscrição de Quotas Subordinadas Junior pela Cedente, caso, a seu critério, manifeste tal intenção mediante resposta ao Aviso de Desenquadramento; ou (ii) Amortização Extraordinária de Quotas Seniores. Tal complexidade exige do investidor uma cautela redobrada na avaliação dos riscos inerentes ao investimento nas Quotas.
- II. Limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para efetuar o pagamento das amortizações e/ou resgate das Quotas aos Quotistas, é a liquidação dos Direitos Creditórios pelos Clientes e ou Clientes Especiais e dos Ativos Financeiros pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outras verbas para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas, podendo inclusive, realizar o resgate do saldo das Quotas Seniores e, se for o caso, das Quotas Subordinadas Mezanino mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios, conforme hipótese prevista no item 18.4 abaixo. Caso o Fundo necessite vender os ativos detidos em carteira, poderá não haver mercado comprador e/ou o preço de alienação de tais ativos poderá refletir essa falta de liquidez causando perda patrimonial para o Fundo.
- III. Liquidez relativa aos Ativos Financeiros. Diversos motivos podem ocasionar a falta de liquidez dos mercados nos quais os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo são negociados e/ou outras condições atípicas de mercado. Caso isso ocorra, o Fundo estará sujeito a riscos de liquidez dos Ativos Financeiros detidos em carteira, situação em que o Fundo poderá não estar apto a efetuar pagamentos relativos à amortização e resgate de suas Quotas.
- IV. Amortização e resgate condicionado das Quotas. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos



mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de o Administrador alienar os respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos Clientes e/ou Clientes Especiais e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as Amortizações Periódicas ou Extraordinárias e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

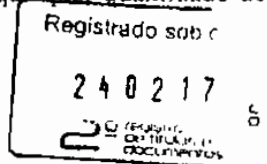
- V. Eventos de Avaliação de Eventos de Liquidação Antecipada do Fundo. O Fundo está sujeito a determinados Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação, prevista no item 18 abaixo. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador (i) comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; e (ii) convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos no Regulamento para um Evento de Liquidação. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. Tais procedimentos de liquidação antecipada somente poderão ser interrompidos pelos votos favoráveis de Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, em primeira convocação, 95% das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% das Quotas presentes para tal aprovação.
- VI. Riscos de mercado e fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica

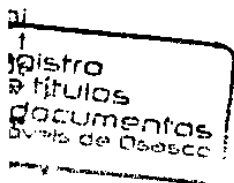




ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste item 7, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pelo Administrador ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

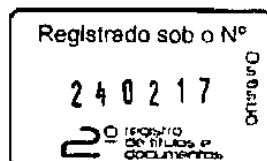
- VII. Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos itens 13.4 e 13.5 abaixo. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas quotas, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, do Administrador, do Gestor, do Custodiante, da Cedente e de suas Partes Relacionadas, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC, em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em qualquer circunstância, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior ao valor delas na respectiva Data de Amortização ou Data de Resgate, o qual representa o seu limite máximo de remuneração.
- VIII. Risco de liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários. O mercado secundário existente no Brasil para negociação de valores mobiliários em geral, e de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios especificamente, apresenta atualmente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Quotas que possibilite aos Quotistas sua alienação caso estes assim decidam. Adicionalmente, em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios, os Quotistas devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo. Dessa forma, os Quotistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Quotas no mercado secundário, sendo que o Fundo, o Administrador, o Cedente, o Custodiante e quaisquer de suas Partes Relacionadas, não estão obrigados a adquirir qualquer quantidade de Quotas dos





Quotistas que manifestarem intenção de resgatar os valores por eles investidos no Fundo.

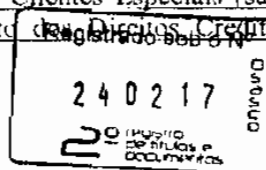
- IX. Descasamento entre as taxas de atualização das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino e dos Ativos Financeiros. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros, que comporão o Patrimônio Líquido. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados de acordo com a taxa pré-fixada que for utilizada para o cálculo do respectivo Preço de Aquisição, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação, sempre observado o disposto no item 17 abaixo. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino será atualizado diariamente utilizando-se a variação da Taxa DI, a qual é uma taxa pós-fixada, na forma do disposto nos itens 13.4 e 13.5 abaixo, poderá ocorrer o descasamento entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino. O Administrador, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor de principal de suas aplicações, em razão de tal descasamento.
- X. Risco de descontinuidade do Fundo em razão de resgate ou amortização antecipada das Quotas. Conforme previsto nos itens 12, 18 e 19 abaixo, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior à respectiva Data de Resgate ou Data de Amortização, conforme o caso, podendo inclusive efetuar tais pagamentos em Direitos Creditórios. Deste modo, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.
- XI. Risco de Descontinuidade do Fundo por insuficiência de Originação de Direitos Creditórios. Não há garantia de que a Cedente conseguirá originar e/ou ceder Direitos Creditórios suficientes para que o Fundo se enquadre à Alocação Mínima. Assim, a existência do Fundo dependerá da cessão de Direitos Creditórios necessários à manutenção e/ou recomposição da Alocação Mínima. O desenquadramento em relação a Alocação Mínima poderá dar causa à amortização compulsória de Quotas Seniores nos termos do item 14.4 abaixo.

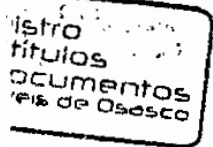


- XII. Risco decorrente da fixação do preço dos Ativos Financeiros. Os Ativos Financeiros serão avaliados de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos para registro e avaliação conforme regulamentação em vigor. Referidos critérios, tais como os de marcação a mercado (*marked-to-market*), poderão causar variações no valor dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução do valor das Quotas.
- XIII. As Quotas Subordinadas Mezanino se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino devem levar em consideração que tais Quotas se subordinam às Quotas Seniores para efeitos de amortização e resgate. Considerando-se a natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis e o risco inerente a eles, bem como aos Ativos Financeiros, e, ainda, a possibilidade de ocorrência de Amortizações Extraordinárias de Quotas Seniores, nos termos do item 19.1 abaixo, tanto o Administrador quanto o Custodiante, bem como suas respectivas Partes Relacionadas, encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devido pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo o Administrador e o Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.
- XIV. Quorum qualificado e necessidade de aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O Regulamento do Fundo estabelece quorum qualificado para a Assembleia Geral deliberar sobre determinadas matérias de interesse dos Quotistas e, ainda, sobre a necessidade de certas matérias dependerem da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior. O quorum qualificado, bem como a dependência da aprovação de certas matérias pelos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino e/ou Quotas Subordinadas Junior, em algumas circunstâncias, poderá acarretar limitações às atividades do Fundo.

7.3 Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se:

- I. Risco de liquidez e inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios. Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo e organizado para os Direitos Creditórios, e da conseqüente falta de liquidez dos Direitos Creditórios; e (ii) de qualquer tipo de coobrigação ou direito de regresso do Fundo contra a Cedente, os Quotistas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- II. Risco de crédito dos Clientes e/ou Clientes Especiais (sacados) e ausência de garantia de pagamento dos Direitos Creditórios. A

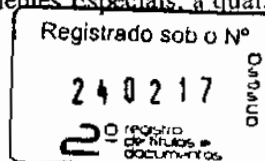




Cedente somente se responsabiliza pela correta constituição, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios Elegíveis com a característica de títulos executivos extrajudiciais. A Cedente, o Administrador e o Custodiante, ou quaisquer de suas Partes Relacionadas, não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Clientes e/ou Clientes Especiais. Assim, a liquidez dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente do efetivo pagamento destes pelos Clientes e/ou Clientes Especiais diretamente ao Fundo, inexistindo, portanto, qualquer garantia, real ou fidejussória, de que o pagamento dos Direitos Creditórios será devidamente efetuado ou, caso o seja, de que será efetuado nos prazos avençados. Adicionalmente, a política de investimento do Fundo estabelece limites de concentração de investimentos em Direitos Creditórios de um mesmo Cliente e/ou Cliente Especial, o que não impede uma concentração maior na carteira do Fundo em Direitos Creditórios de Clientes e/ou Clientes Especiais pertencentes a um mesmo grupo econômico, o que poderá diminuir a eficiência da diluição do risco de concentração da carteira do Fundo. Considerando que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Clientes e/ou Clientes Especiais, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo, inclusive em razão de instauração de pedidos de falência, recuperação judicial, de planos de recuperação extrajudicial ou qualquer outro procedimento de insolvência contra os Clientes e/ou Clientes Especiais, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes a suas Quotas. A Agência de Classificação de Risco analisou o histórico de inadimplência da carteira de direitos creditórios de titularidade da Cedente para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2009 (totalizando 36 (trinta e seis) meses).

- III. Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. A seleção é baseada em critérios de frequência e regularidade dos Clientes e/ou Clientes Especiais, conforme o caso, na realização de compras de Produtos e em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Os Critérios de Elegibilidade foram estruturados com base na análise histórica da carteira de recebíveis da Cedente, de forma a permitir que a carteira de Direitos Creditórios do Fundo apresente características semelhantes àquela, ao menos no que se refere aos níveis de adimplência e pontualidade nos pagamentos. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Clientes e/ou Clientes Especiais, a qual, por sua vez,

25



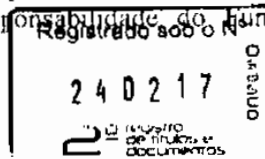


Registro  
de títulos e  
documentos  
da Osesco

está sujeita ao cenário macroeconômico brasileiro. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Clientes e/ou Clientes Especiais.

IV. Constituição sucessiva de Direitos Creditórios. Não obstante os Direitos Creditórios sejam lastreados em operações de compra e venda mercantil já realizadas (créditos "performados"), a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a fabricar e/ou comercializar Produtos, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; (ii) dos Clientes e/ou Clientes Especiais adquirirem os Produtos e efetuarem o respectivo pagamento, e (iii) da oferta de Direitos Creditórios pela Cedente prioritariamente ao Chemical III - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica e ao Chemical IV - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, enquanto houver quotas desses fundos em circulação. A Cedente dispõe da infraestrutura que suporta a continuidade da fabricação e/ou comercialização dos Produtos, o que não é suficiente para assegurar que a produção da Cedente e a demanda pelos Produtos permanecerão nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, a manutenção da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo. Adicionalmente, eventuais pedidos de recuperação judicial ou a implementação de planos de recuperação extrajudicial da Cedente, ou ainda a implementação de procedimentos de natureza similar, também poderão afetar negativamente a capacidade e continuidade da geração de Direitos Creditórios pela Cedente.

V. Necessidade de aporte de recursos adicionais, caso aprovado pela Assembleia Geral, para proceder à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. Nos termos do Contrato de Cessão, o Fundo poderá, a critério da Cedente, utilizar Direitos Creditórios Permutáveis como Contraprestação na aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis. Além disso, a Cedente tem a opção de comprar os Direitos Creditórios Permutáveis e os Direitos Creditórios vencidos e não pagos de titularidade do Fundo. Não obstante as disposições acima, que têm por objetivo reduzir a necessidade de adoção de procedimentos judiciais ou extrajudiciais para cobrança dos Direitos Creditórios vencidos integrantes do seu Patrimônio Líquido, os respectivos custos e despesas, até o limite, por exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00 (noventa e três mil reais), a ser atualizado na menor periodicidade admitida em lei, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Fundo. Este

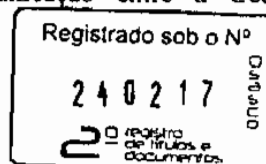


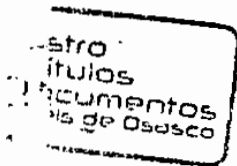
Registro  
de títulos  
e documentos  
do Brasil

percentual será calculado após o respectivo pagamento, pelos Clientes e/ou Clientes Especiais cobrados, dos custos e despesas incorridos na Cobrança Judicial e Extrajudicial. O Fundo, por sua vez, somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança, uma vez ultrapassado o limite referido acima, caso os titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, se o caso, adiantem os valores necessários para a sua adoção e/ou manutenção, o que será deliberado em Assembleia Geral. Caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não aportem os recursos suficientes para tanto, na forma do item 22.2 abaixo, o Administrador e o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não serão responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e por seus Quotistas em decorrência da não propositura ou manutenção de medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios ou à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas.

- VI. Regularidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios. O Custodiante realizará auditoria periódica para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios. Em decorrência da expressiva diversificação de Clientes e Clientes Especiais e significativo volume de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, o Custodiante, nos parâmetros definidos neste Regulamento, verificará por amostragem, de forma trimestral, após a cessão dos Direitos Creditórios, o lastro dos Direitos Creditórios, comunicando o resultado dessa verificação ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo Fundo das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.
- VII. Riscos operacionais e manutenção dos Documentos Comprobatórios pela Cedente e/ou terceiros. As rotinas e procedimentos operacionais estabelecidos no Contrato de Cessão, no Regulamento, no Contrato de Custódia e nos Convênios de Cobrança Bancária, estão sujeitos a falhas operacionais, tais como, mas não se limitando a, falhas nos procedimentos de cadastro, de Cobrança Bancária e/ou Cobrança Judicial e Extrajudicial, atraso na compensação bancária dos Avisos de Vencimento, fixação da política de crédito, controles internos adotados pela Cedente, bem como nos mecanismos de comunicação entre a Cedente, o

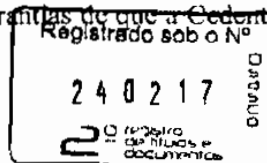
27





Custodiante, os Bancos Cobradores e o Administrador. Ademais, a Cedente será a responsável pela guarda dos Documentos Comprobatórios, na qualidade de depositária, nos termos do Contrato de Depósito. A guarda dos Documentos Comprobatórios pela Cedente, ou por terceiros por ela contratados, pode representar uma limitação em uma eventual necessidade do Fundo ter que realizar a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios, caso estes não sejam pagos pontualmente pelos Clientes e/ou Clientes Especiais.

- VIII. Risco de pagamento dos Direitos Creditórios diretamente à Cedente. Na hipótese de os Clientes e/ou Clientes Especiais realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para a Cedente, tanto no caso de Cobrança Administrativa, como no de Cobrança Judicial e Extrajudicial, a Cedente deverá repassar tais valores ao Fundo, nos termos do Contrato de Cessão e do Contrato de Cobrança. Não há garantia de que a Cedente repassará tais recursos ao Fundo, na forma estabelecida em tais contratos, situação em que o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.
- IX. Alterações na Política de Concessão de Crédito. A política de concessão de crédito da Cedente, constante do "Anexo III - Política de Crédito da Cedente", é determinada e periodicamente reavaliada pelos comitês de crédito da Cedente. Tais critérios de concessão de crédito constituem etapa relevante do processo de originação dos Direitos Creditórios e podem interferir na qualidade e/ou nos níveis de inadimplência de tais Direitos Creditórios. Eventuais alterações na política de concessão de crédito da Cedente não estão sujeitas à aprovação e/ou ratificação dos Quotistas, mas apenas aos procedimentos internos de aprovação pelos órgãos societários e/ou comitês aplicáveis da Cedente. Sendo assim, a alteração na política de concessão de crédito da Cedente poderá interferir no processo de originação e no perfil da carteira de Direitos Creditórios a ser cedida ao Fundo, o que poderá afetar o rendimento e/ou gerar perdas para o Fundo e seus Quotistas.
- X. Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios. A titularidade dos Direitos Creditórios é do Fundo e, portanto, somente o Fundo detém os direitos de cobrar os respectivos Clientes e/ou Clientes Especiais inadimplentes. Todavia, a Cedente foi contratada pelo Fundo para a realização da Cobrança Judicial e Extrajudicial dos respectivos Direitos Creditórios, e a Cedente dispõe de poderes para cobrar os Clientes e/ou Clientes Especiais inadimplentes extra e judicialmente. O Contrato de Cobrança estabelece mecanismos de controle quanto à maneira pela qual a cobrança será feita, mas não há garantias de que a Cedente consiga



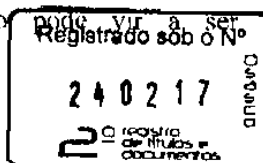


Registro  
de títulos e  
documentos  
móveis de Osasco

receber dos Clientes e/ou Clientes Especiais devedores os créditos inadimplidos. O insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios pode acarretar perdas para o Fundo e seus Quotistas.

- XI. Risco Decorrente da Ausência de Registro dos Termos de Cessão. Apenas o Contrato de Cessão, no qual estão definidos todos os termos, condições e características da cessão dos Direitos Creditórios, será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos na sede do Fundo, na Cidade de Osasco, e da Cedente, na Cidade de Camaçari. Os Termos de Cessão não serão registrados. O artigo 221 do Código Civil estabelece que os efeitos da cessão não se operam a respeito de terceiros antes que tal registro seja efetuado. Sendo assim, a ausência do registro dos Termos de Cessão poderá suscitar questionamentos por parte de terceiros que não sejam partes de tais termos ou que não tenham sido formalmente notificados sobre tal cessão. Adicionalmente, a inexistência de registro dos Termos de Cessão poderá diminuir ou enfraquecer as chances de defesa da Cedente e do Fundo em caso de alegação de invalidade ou ineficácia da cessão de direitos creditórios, conforme fundamentos descritos no fator de risco abaixo.
- XII. Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios. O Administrador e o Custodiante não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios em razão de tais Direitos Creditórios virem a ser alcançados por obrigações da Cedente e/ou de terceiros. A cessão de Direitos Creditórios pode ser invalidada ou tornada ineficaz a pedido de terceiros e/ou por determinação do Poder Judiciário, caso realizada em:
- (i) fraude contra credores, se no momento da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente esteja insolvente ou se em razão da cessão passar a esse estado;
  - (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão dos Direitos Creditórios a Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-la à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendente, na data da cessão, demanda judicial fundada em direito real; e
  - (iii) fraude à execução fiscal, se a Cedente, quando da celebração da cessão dos Direitos Creditórios, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal. Adicionalmente, a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo pode vir a ser objeto de

29





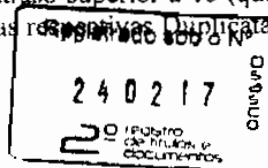
questionamento em decorrência de processos de recuperação judicial ou de falência, ou, ainda, de planos de recuperação extrajudicial ou de processos similares contra a Cedente.

8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

8.1 O Custodiante, por conta e ordem do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Crítérios de Elegibilidade"):

- I. sejam créditos em reais representados por duplicatas de venda mercantil ("Duplicatas") transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- II. depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento);
- III. depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente Especial, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente Especial de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 8% (oito por cento), sendo que o somatório dos Direitos Creditórios Elegíveis de todos os Clientes Especiais não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido;
- IV. não tenham data de vencimento original inferior a 9 (nove) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 (noventa) dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (1) ao encerramento do Prazo de Duração ou (2) à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- V. sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente e/ou Cliente Especial que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento: (a) conste da Relação de Clientes; (b) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% (quinze por cento) do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 (quinze) dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de

30



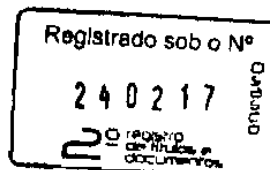
acordo com a Base de Dados; (c) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 (trinta) dias; (d) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para os Clientes e R\$2.000.000,00 (dois milhões reais) para os Clientes Especiais, atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e (f) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

- 8.1.1 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Regulamento e do Contrato de Cessão, será definitiva.
- 8.1.2 A perda, por qualquer motivo, após a aquisição pelo Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível não dará ao Fundo qualquer recurso contra a Cedente.
- 8.1.3 Caso a Cedente, direta ou indiretamente, antes ou após a constituição do Fundo e registro original deste Regulamento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, tenha constituído ou adquirido o controle ou venha a constituir ou adquirir o controle de uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente, uma Cedente para todos os fins e efeitos do Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições do Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições do Contrato de Cessão e deste Regulamento. A Cedente e o Fundo deverão celebrar aditamento ao Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.

9. INCLUSÃO DE NOVOS CLIENTES

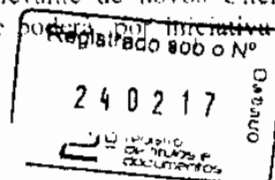
- 9.1 Para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes, a Cedente deverá encaminhar ao Custodiante um relatório e arquivo eletrônico preparados por empresa de auditoria independente de renome internacional, nos quais constem as seguintes informações sobre o Novo Cliente, apuradas em período não inferior a 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de elaboração do relatório ("Relatório Especial de Revisão"): (i) a razão social e CNPJ/MF do Novo Cliente; (ii) valor total de compras do Novo Cliente; e (iii) dados detalhados e individualizados relativos às Notas

31



Fiscais Fatura emitidas, incluindo data de emissão, data de vencimento e data de efetivo pagamento.

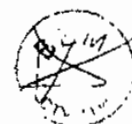
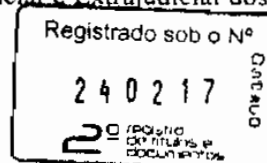
- 9.1.1 Após receber as informações mencionadas no item 9.1 acima, o Custodiante verificará, com base no Relatório Especial de Revisão, se o Novo Cliente: (i) apresenta títulos vencidos e não pagos (em aberto), respeitado o Prazo Máximo de Atraso; (ii) não tenha atrasado mais de 20% (vinte por cento) do total faturado para o respectivo Novo Cliente; (iii) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e (iv) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si. O Custodiante terá até 10 (dez) Dias Úteis, a partir do recebimento do Relatório Especial de Revisão, para realizar os procedimentos de verificação mencionados acima e, desde que satisfeitas as condições aqui previstas, incluir o Novo Cliente na Relação de Clientes.
- 9.1.2 Na hipótese de (i) fusão de um Cliente com uma ou mais empresas que não constem da Relação de Clientes; ou (ii) incorporação de um Cliente por uma empresa que não conste da Relação de Clientes, a inclusão (1) da empresa que resultar da fusão; ou (2) da incorporadora, na Relação de Clientes, observará o procedimento estabelecido neste item para a inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes.
- 9.1.3 Não será permitida a inclusão de novo Cliente Especial na Relação de Clientes, salvo se expressamente solicitada pela Cedente e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do item 24 abaixo.
- 9.2 Na hipótese de fusão ou incorporação de 2 (dois) ou mais Clientes ou Clientes Especiais que constem da Relação de Clientes, a empresa resultante da fusão ou a incorporadora será incluída na Relação de Clientes com base nas informações consolidadas dos Clientes e/ou Clientes Especiais que lhe deram origem constantes da Base de Dados, observado que, no caso da empresa ser resultante da fusão ou incorporação de um Cliente e um Cliente Especial, ou de dois Clientes Especiais, a sua inclusão na Relação de Clientes dependerá da manutenção da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, as quais serão informadas pela Agência de Classificação de Risco ao Administrador, após as Cedentes terem enviado comunicação para a Agência de Classificação de Risco acerca da fusão ou incorporação aqui referida.
- 9.3 Na hipótese de fusão, incorporação, aquisição ou outro processo de reestruturação societária envolvendo a Cedente e outra sociedade ou companhia que resulte num número relevante de novos Clientes e/ou Clientes Especiais potenciais, a Cedente poderá, por iniciativa e custos



próprios, incluir tais novos Clientes e/ou Clientes Especiais na Relação de Clientes, mediante o procedimento estabelecido no item 9.1 acima.

10. ORIGINAÇÃO, CESSÃO E COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 10.1 A política de crédito da Cedente com relação aos Clientes e/ou Clientes Especiais é aquela que consta do "Anexo III - Política de Crédito da Cedente", observado que eventuais alterações na referida política deverão ser informadas pela Cedente ao Administrador e à Agência de Classificação de Risco.
- 10.2 Os procedimentos de oferta, aquisição e cobrança dos Direitos Creditórios observará os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança, e o disposto nos itens abaixo.
- 10.3 A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo será considerada formalizada na Data de Aquisição e Pagamento, ocasião em que o Custodiante enviará por meio eletrônico, ao Fundo e à Cedente, o Termo de Cessão, observados os procedimentos definidos no Contrato de Cessão. Os Direitos Creditórios serão considerados cedidos, nos termos do Contrato de Cessão, no momento da confirmação, por meio eletrônico, do recebimento do Termo de Cessão pela Cedente. O Contrato de Cessão, nos termos do qual a promessa e a cessão de Direitos Creditórios são formalizadas, será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos para fins de validade perante terceiros, sendo que nenhum outro documento (inclusive o Termo de Cessão) será registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos e nenhum procedimento adicional será necessário para a perfeita cessão dos Direitos Creditórios.
- 10.4 A Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios será feita pelos Bancos Cobradores, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, por meio da emissão dos respectivos Avisos de Vencimento aos Clientes e/ou Clientes Especiais.
- 10.5 Em virtude da relação comercial existente entre a Cedente e os Clientes e/ou Clientes Especiais, a Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, será feita pela Cedente conforme o Contrato de Cobrança, observado o disposto no Item 22.2 abaixo.
- 10.6 A Cedente adotará os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cobrança para efetuar a cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos, integrantes do Patrimônio Líquido, dentre os quais se incluem: (a) ligação telefônica e/ou e-mail de cobrança no caso dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis; (b) protesto dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis; e (c) Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos





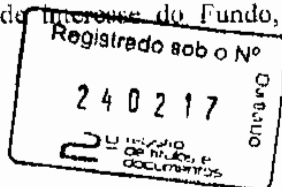
Registro  
de títulos  
e documentos  
valores de Osasco

Creditórios vencidos e não pagos em prazo superior a 90 (noventa) Dias Úteis.

- 10.7 Nos termos da Cláusula 6.4 do Contrato de Cessão, a Cedente tem a opção de recomprar Direitos Creditórios integrantes do Patrimônio Líquido pelo seu valor nominal mediante a utilização de moeda corrente nacional ou Direitos Creditórios Elegíveis.
- 10.8 O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos títulos representativos dos Direitos Creditórios a protesto, ou pela inscrição dos Clientes e/ou Clientes Especiais inadimplentes em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado por seu Administrador, ou terceiro por ele indicado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

#### 11. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DO FUNDO

- 11.1 O Administrador cobrará taxa de administração correspondente a (i) 0,18% (dezoito centésimos por cento) ao ano incidente sobre o Patrimônio Líquido, acrescida de (ii) um montante fixo de R\$1.666,67 (um mil seiscentos e sessenta e sete reais) por mês, sendo que o montante mensal da remuneração do Administrador não poderá ser inferior a R\$16.666,67 (dezesseis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos). A taxa de administração inclui a taxa de custódia dos ativos integrantes da carteira do Fundo e será calculada e provisionada diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e o seu pagamento ocorrerá até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário. O primeiro pagamento da taxa de administração ocorrerá no 5º (quinto) Dia Útil do mês imediatamente subsequente à 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e o último dia do mês a que se referir o pagamento da taxa de administração. Não será cobrada taxa de performance.
- 11.2 Constituem encargos do Fundo, além da taxa de administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):
- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
  - II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
  - III. despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicação aos Quotistas;

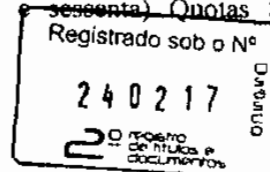




- IV. honorários e despesas devidos à Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das documentações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação do Administrador;
  - V. emolumentos e comissões pagos sobre as operações do Fundo, os quais deverão sempre observar condições e parâmetros de mercado;
  - VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido, observado o disposto no item 22 abaixo;
  - VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
  - VIII. contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
  - IX. honorários e despesas devidos à Agência de Classificação de Risco.
- 11.3 Caso o montante total dos Encargos do Fundo ultrapassem 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido, em um período de 12 (doze) meses anterior a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Administrador convocará a Assembleia Geral para que os Quotistas definam as providências a serem adotadas pelo Administrador.
- 11.4 Quaisquer despesas não previstas neste item 11 como Encargos do Fundo correrão por conta do Administrador.
- 11.5 O Administrador poderá estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por este contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração fixada no item 11.1 acima.
- 11.6 Sem prejuízo das responsabilidades do Administrador e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou do próprio Administrador, observado que tais órgãos não poderão ser remunerados.

## 12. QUOTAS

- 12.1 O Fundo emitirá, para distribuição pública, uma classe, em série única, de 272.400 (duzentas e setenta e dois mil e quatrocentas) Quotas Seniores, mediante preenchimento do respectivo Suplemento, na forma do Anexo I a este Regulamento.
- 12.1.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 40.860 (quarenta mil oitocentas e sessenta) Quotas Seniores



suplementares, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da oferta, não tendo havido tal emissão.

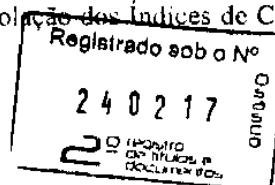
12.1.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Seniores inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Seniores Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 54.480 (cinquenta e quatro mil quatrocentas e oitenta) Quotas Seniores adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Seniores Adicionais"), não tendo havido tal emissão.

12.1.3 As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- I. prioridade de amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto neste Regulamento;
- II. Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais);
- III. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.4 abaixo;
- IV. direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, observadas as disposições deste Regulamento, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto; e
- V. o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Sênior no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

12.1.4 Fator *Spread* das Quotas Seniores, conforme indicado no respectivo Suplemento, será apurado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Colocação.

12.1.5 As Quotas Seniores somente serão subscritas e integralizadas depois de subscritas e integralizadas as Quotas Subordinadas Junior e as Quotas Subordinadas Mezanino, de forma que o Fundo atenda, a partir da 1ª Data de Emissão, na forma prevista no Regulamento, aos Índices de Cobertura. Na hipótese de durante o período de distribuição não serem subscritas e integralizadas Quotas Subordinadas Junior e Quotas Subordinadas Mezanino em montante que permita a subscrição e distribuição do montante de Quotas Seniores estabelecido neste item 12.1, o saldo de Quotas Seniores excedente ao número de Quotas Seniores passíveis de subscrição e distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral. As Quotas Seniores passíveis de subscrição sem a violação dos Índices de Cobertura



que não forem colocadas junto a investidores serão integralmente subscritas pelos Coordenadores.

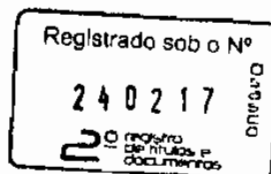
12.2 O Fundo emitirá duas classes de quotas subordinadas, sendo: (i) 21.600 (vinte e um mil e seiscentas) Quotas Subordinadas Mezanino, que também serão objeto de distribuição pública; e (ii) a qualquer tempo, durante o Prazo de Duração, um número indeterminado de Quotas Subordinadas Junior, que não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas pela Cedente e/ou suas Partes Relacionadas.

12.2.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 3.240 (três mil duzentas e quarenta) Quotas Subordinadas Mezanino suplementares, nas mesmas condições das Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Mezanino Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da oferta, não tendo havido tal emissão.

12.2.2 Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino inicialmente ofertada (sem considerar as Quotas Subordinadas Mezanino) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 4.320 (quatro mil trezentas e vinte) Quotas Subordinadas Mezanino adicionais, nas mesmas condições das Quotas Seniores inicialmente ofertadas ("Quotas Subordinadas Mezanino Adicionais"), não tendo havido tal emissão.

12.2.3 As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

- I. subordinam-se apenas às Quotas Seniores para efeito de amortização e resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- II. serão amortizadas e resgatadas conforme o item 14.3.2 abaixo e respectivo Suplemento, observada a prioridade das Quotas Seniores, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do item 18.4 abaixo e/ou no término do Prazo de Duração;
- III. Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais);e
- IV. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.5 abaixo;
- V. observado o disposto no item 24 abaixo, direito de votar nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto;



VI. ressalvada a preferência das Quotas Seniores, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinada Mezanino;

VII. o valor mínimo da primeira aplicação de cada Quotista Subordinado Mezanino no Fundo será de R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

12.2.4 O Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme indicado no respectivo Suplemento, será apurado por instituição financeira integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Colocação.

12.2.5 Os termos e condições das Quotas Subordinadas Mezanino devem estar, necessariamente, previstos no respectivo Suplemento, na forma do Anexo II a este Regulamento.

12.2.6 O saldo não colocado das Quotas Subordinadas Mezanino durante o período de distribuição será cancelado pelo Administrador independentemente de deliberação pela Assembleia Geral.

12.3 As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:

I. subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, respectivamente, para efeito de amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;

II. somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, admitindo-se o resgate mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios, nos termos do item 18.4 abaixo e/ou no término do Prazo de Duração;

III. Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil reais);

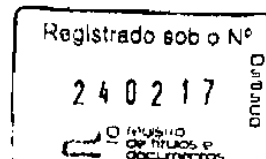
IV. seu valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, observados os critérios definidos no item 13.6 abaixo;

V. observado o disposto no item 24 abaixo, direito de votar nas Assembleias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto; e

VI. ressalvada a preferência das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, é expressamente vedado qualquer tipo de subordinação ou tratamento não igualitário entre os titulares de Quotas Subordinadas Junior.

12.4 As Quotas são transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

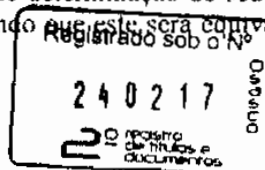
12.5 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidação, nos termos do item 18.2 abaixo.



- 12.6 O somatório do valor das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.
- 12.7 O somatório do valor total das Quotas Subordinadas Junior e das Quotas Subordinadas Mezanino deverá representar, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, no mínimo, 9,20% (nove inteiros e vinte centésimos por cento).

13. EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

- 13.1 As Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior serão emitidas por seu valor calculado na forma dos itens 13.4, 13.5 e 13.6 abaixo, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota na respectiva Data de Emissão), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen, exclusivamente na Conta Corrente Autorizada do Fundo indicada pelo Administrador, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.
- 13.1.1 Observados os termos do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, a aplicação em Quotas Subordinadas Junior poderá ser efetuada pela Cedente também em Direitos Creditórios Elegíveis.
- 13.2 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com o Administrador, observado o disposto no item 13.1 acima e as normas e regulamentos aplicáveis.
- 13.2.1 Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o Termo de Ciência de Risco e Adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pelo Administrador ou pelo Custodiante nos termos deste Regulamento, quando aplicável.
- 13.2.2 O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação do Administrador, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- 13.3 Não serão cobradas taxas de performance, ingresso ou de saída pelo Administrador.
- 13.4 A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo este será equivalente ao





menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQS_T = (VQS_{T-1} - VAE_{T-1} - VAP_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Sn}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQS_T$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado na data "T";

$VQS_{T-1}$  valor unitário de cada Quota Sênior calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQS_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior;

$VAE_{T-1}$  valor unitário da Amortização Extraordinária efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$VAP_{T-1}$  valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

$DI_{T-1}$  Taxa DI referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DI_{T-1} = 12,00$ ; e

$Spread_{Sn}$  Fator *Spread* das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 0,50% ao ano, então  $Spread_{Sn} = 0,50$ .

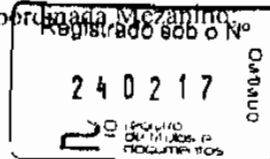
- 13.5 Nas mesmas datas de cálculo do valor unitário das Quotas Seniores, o valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino será calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este será equivalente ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido subtraído do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo respectivo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; e (ii) o valor obtido através da seguinte fórmula:

$$VQSM_T = (VQSM_{T-1} - VAPM_{T-1}) \times \left[ \left( \frac{DI_{T-1}}{100} + 1 \right) \times \left( \frac{Spread_{Me}}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$VQSM_T$  valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado na data "T";

$VQSM_{T-1}$  valor unitário de cada Quota Subordinada Mezanino calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data "T". Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão,  $VQSM_{T-1}$  será igual ao Valor Unitário de Emissão da Quota Subordinada Mezanino;





$VAPM_{T-1}$  valor unitário da Amortização Periódica efetivamente pago aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino, no Dia Útil imediatamente anterior à data "T";

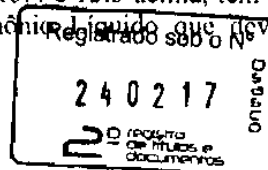
$DI_{T-1}$  Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data "T". Exemplo: Se a Taxa DI for 12,00%, então  $DI_{T-1} = 12,00$ ; e

$Spread_{M_2}$  Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: Se o Fator *Spread* for 3,00% ao ano, então  $Spread_{M_2} = 3,00$ .

13.5.1 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinada Mezanino, será utilizada, em substituição, a última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos Quotistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI aplicável.

13.5.2 Na hipótese de extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI para definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, ou de ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis consecutivos, ou a 15 (quinze) Dias Úteis alternados durante o período de 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anterior à última data em que se verificar a ocorrência de qualquer desses eventos, o Administrador deverá convocar Assembleia Geral, dentro de 2 (dois) Dias Úteis, para que seja deliberado pelos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, o(s) respectivo(s) novo(s) parâmetro(s) a ser(em) utilizado(s) para a definição do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino. Neste caso, os titulares das Quotas Subordinadas Junior poderão sugerir parâmetro(s) alternativo(s), sendo certo, entretanto, que caso os titulares de Quotas Subordinadas Junior não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) aprovado(s) na Assembleia Geral, terão o poder de vetar a adoção do(s) referido(s) parâmetro(s), observado o quorum de deliberação estabelecido no item 24.5 abaixo. Da mesma forma, caso os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não concordem com o(s) novo(s) parâmetro(s) definido pelo titulares das Quotas Seniores para definição do valor dessa classe de Quotas, poderão vetar sua adoção, observado o quorum de deliberação estabelecido no item 24.4.2 abaixo. Até a data de deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s) será utilizada, para cálculo do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino, quando da deliberação do(s) novo(s) parâmetro(s).

13.5.3 Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definidos nos itens 13.4 e 13.5 acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio líquido que deve ser



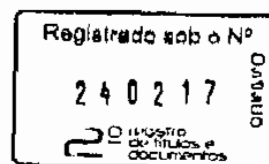


prioritariamente alocada, respectivamente, aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino na hipótese de amortização e/ou resgate de suas quotas, e não representam nem deverão ser considerados, em hipótese alguma, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Cedente, do Administrador ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar remuneração aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus, em hipótese alguma, quando da amortização ou resgate de suas quotas, a uma remuneração superior às estabelecidas, respectivamente, nos itens 13.4 e 13.5 acima, as quais representam o limite máximo de remuneração possível para estas classes de quotas.

- 13.6 Nas mesmas datas referidas nos itens 13.4 e 13.5 acima, as Quotas Subordinadas Junior terão o seu respectivo valor unitário calculado para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, sendo que este valor será equivalente à divisão do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor total das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, pelo número de Quotas Subordinadas Junior em circulação.
- 13.7 O Fundo somente poderá emitir as Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino caso atenda aos Índices de Cobertura, depois de computada, *pro forma*, às referidas emissões.

14. AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE

- 14.1 Observadas as disposições deste Regulamento, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino serão resgatadas integralmente pelo Fundo nas respectivas Datas de Resgate.
- 14.2 A Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ocorrerão, respeitado o disposto no item 14.3 abaixo, nas datas "T" indicadas nos respectivos Suplementos ("Datas de Amortização").
- 14.3 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, e desde que o Patrimônio Líquido assim o permita e o Fundo possua Disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à Amortização Periódica das Quotas Seniores e, posteriormente, desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior, à Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, de acordo com as seguintes fórmulas:



#### 4.3.1 para Quotas Seniores:

$$VAP_T = VQS_T - ([R\$1.000] - SAM_{T-1} - SVAE_{T-1}) + AM_T,$$

onde:

$VAP_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$VQS_T$  valor unitário da Quota Sênior na Data de Amortização "T";

$SAM_{T-1}$  somatório de  $AM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$SVAE_{T-1}$  somatório dos valores unitários das Amortizações Extraordinárias, referentes ao valor nominal (principal) das Quotas, efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

$PPS_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento.

$AM_T$   $AMT$  apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AM_T = [R\$1.000] \times PPS_T$$

#### 14.3.2 para as Quotas Subordinadas Mezanino:

$$VAPM_T = VQSM_T - ([R\$1.000] - SAMM_{T-1}) + AMM_T,$$

onde:

$VAPM_T$  valor unitário da Amortização Periódica de cada Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

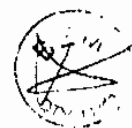
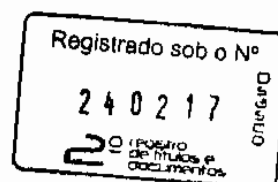
$VQSM_T$  valor unitário da Quota Subordinada Mezanino na Data de Amortização "T";

$SAMM_{T-1}$  somatório de  $AMM_T$  efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Subordinada Mezanino até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de Amortização "T";

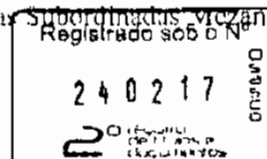
$PPM_T$  percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado na Data de Amortização "T", conforme definido no respectivo Suplemento;

$AMM_T$   $AMM_T$  apurado na Data de Amortização "T" e calculado através da seguinte expressão:

$$AMM_T = [R\$1.000] \times PPM_T$$



- 14.3.3 As Amortizações Periódicas das Quotas Subordinadas Mezanino serão realizadas desde que respeitado, *pro forma*, o Índice de Cobertura Sênior.
- 14.3.4 Na hipótese de diferimento do pagamento de qualquer Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino devido ao não atendimento do Índice de Cobertura Sênior, o pagamento será feito em data posterior, assim que for verificado o atendimento, *pro forma*, do Índice de Cobertura Sênior. Neste caso, para efeitos de cálculo do valor a ser pago a título de Amortização Periódica será aplicada a fórmula do item (b) acima considerando a data do efetivo pagamento como data "1".
- 14.3.5 Na sequência da ocorrência de um diferimento no pagamento da Amortização Periódica das Quotas Subordinadas Mezanino, o Administrador verificará o Índice de Cobertura Sênior diariamente até que o pagamento da referida Amortização Periódica seja realizado.
- 14.4 Sempre que o Fundo deixar de atender à Alocação Mínima, apurada diariamente pelo Administrador, o Fundo deverá, conforme previsto no item 19.1 abaixo, promover a amortização compulsória de parcela do valor das Quotas Seniores, de forma que, computada, *pro forma*, a referida amortização, o Fundo volte a atender à Alocação Mínima, sempre observado o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, na forma do item 20 abaixo.
- 14.5 Os titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 14.6 O Administrador deverá constituir reserva monetária ("Reserva de Amortização e Resgate") formada com as disponibilidades diárias havidas com o recebimento (i) do valor de integralização das Quotas; e/ou (ii) do valor dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo ("Disponibilidades"), destinada ao pagamento da próxima Amortização Periódica das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino ou do resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, conforme o caso, de acordo com o cronograma abaixo:
- I. até 30 (trinta) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 30% (trinta por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino; e
  - II. até 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização e até 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, o saldo da Reserva de Amortização e Resgate deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do valor estimado da respectiva Amortização Periódica ou resgate das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino.



- 14.6.1 Na determinação dos montantes a serem segregados na Reserva de Amortização e Resgate, será sempre considerado o valor integral estimado da próxima Amortização Periódica na respectiva Data de Amortização, sendo o Fator *Spread* das Quotas Seniores e o Fator *Spread* das Quotas Subordinadas Mezanino aplicados, neste caso, sobre a Taxa DI Futura para o cálculo do rendimento projetado.
- 14.7 Observado o disposto neste item 14, as aplicações financeiras dos recursos segregados na Reserva de Amortização e Resgate deverão ser realizadas, preferencialmente, por períodos completos compreendidos entre a data em que os recursos transferidos à Reserva de Amortização e Resgate estiverem disponíveis para aplicação e, para fins de resgate da respectiva aplicação financeira, as Datas de Disponibilidade. Tais aplicações financeiras não poderão ter data de resgate posterior à Data de Disponibilidade (inclusive).
- 14.8 A partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, 10 (dez) Dias Úteis antes de cada Data de Amortização ou 10 (dez) Dias Úteis antes das Datas de Resgate, conforme o caso, ("Data de Verificação de Amortização"), o Custodiante, por ordem e conta do Fundo, verificará se o saldo da Reserva de Amortização e Resgate atende ao disposto no item 14.6 acima.
- 14.8.1 Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate não atender ao disposto no item 14.6 acima, o Custodiante comunicará imediatamente o fato ao Administrador que deverá, a partir da respectiva Data de Verificação de Amortização, inclusive, (i) interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, e (ii) destinar todas as Disponibilidades para recomposição da Reserva de Amortização e Resgate, até que esta atenda ao disposto no item 14.6 acima. Se, em cada Data de Verificação de Amortização, a Reserva de Amortização e Resgate atender ao disposto no item 14.6 acima, o valor excedente da Reserva de Amortização e Resgate será destinado à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.
- 14.8.2 Para verificação do saldo da Reserva de Amortização e Resgate, serão considerados (i) o saldo dos recursos financeiros ali segregados; e (ii) o valor de resgate dos investimentos realizados com tais recursos, líquido de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza, sempre considerando as taxas e os critérios de remuneração dos respectivos investimentos. No caso de aplicações financeiras remuneradas a taxas pré-fixadas, será considerado o valor de resgate das respectivas aplicações, e no caso das aplicações financeiras remuneradas a taxas pós-fixadas, serão consideradas (i) a taxa de remuneração da respectiva aplicação no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Verificação de Amortização; e/ou (ii) a variação diária de quota de fundo de investimento, projetando-se as mesmas até a respectiva Data de Disponibilidade.



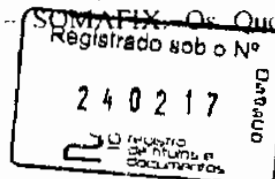


15. PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

- 15.1 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, o Administrador deverá, conforme o caso, transferir ou creditar, na Data de Disponibilidade, as Disponibilidades (i) segregadas na Reserva de Amortização e Resgate; (ii) depositadas na Conta Corrente Autorizada do Fundo; sendo que as verbas ali creditadas serão transferidas aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas respectivas Datas de Amortização ou Datas de Resgate, conforme o caso, no montante apurado conforme os itens 13.4, 13.5 e 14.3 acima.
- 15.1.1 O Administrador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo Bacen.
- 15.1.2 Os recursos depositados nas Contas Correntes Autorizadas do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriurador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.
- 15.1.3 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no item 21 abaixo, os pagamentos serão efetuados em moeda corrente nacional ou, na hipótese prevista no item 18.4 abaixo, mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em circulação, conforme o caso. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do âmbito da CETIP.
- 15.1.4 Caso a Data de Disponibilidade não seja um Dia Útil, tais recursos deverão estar disponíveis até o 1º (primeiro) Dia Útil anterior. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Administrador efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

16. REGISTRO PARA NEGOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

- 16.1 As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para distribuição no MDA - Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica dessas quotas.
- 16.2 As Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino serão registradas para negociação no SF- Módulo Fundos, administrado e operacionalizado pela CETIP e, a critério do Administrador, no sistema de negociação de títulos privados de renda fixa BOVESPAFIX, da BM&F Bovespa, e em seu mercado de balcão organizado - SOMAFIX. Os Quotistas serão





responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas.

16.2.1 Caso as Quotas Seniores e/ou as Quotas Subordinadas Mezanino sejam registradas nos termos do item 16.2 acima, caberá exclusivamente aos eventuais intermediários assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

16.3 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino em entidade integrante do mercado secundário, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista observará os procedimentos estabelecidos pela respectiva entidade de mercado de balcão organizado em que as Quotas estejam admitidas à negociação, observando-se que o intermediário deverá verificar a condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

17. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

17.1 Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios devem ser registrados pelo valor efetivamente pago.

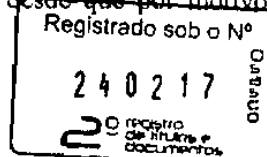
17.2 Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

17.3 A provisão de perda dos Direitos Creditórios do Fundo será calculada aplicando-se os dispositivos do Plano Contábil. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da carteira do Fundo deverão ser integralmente provisionados no 20º (vigésimo) dia após o respectivo vencimento, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

17.4 Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Administrador e aceitos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

17.4.1 Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no Plano Contábil.

17.5 As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no Plano Contábil. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado



subseqüente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

17.6 É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras do Fundo, de informações que abranjam, além daqueles previstos na Instrução CVM 356/01 e demais legislação e regulamentação aplicáveis, os seguintes aspectos:

- (i) atendimento, pelo Fundo, aos Índices de Cobertura, nos termos deste Regulamento, e à Alocação Mínima, no período a que se referirem as respectivas demonstrações financeiras; e
- (ii) comportamento e perfil de inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

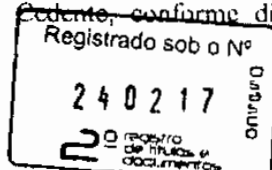
#### 18. EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

18.1 São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. inobservância, pelo Administrador, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação, verificada pelo Custodiante, desde que, se notificado por este para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do recebimento da referida notificação;
- II. inobservância, pelo Custodiante, de seus deveres e obrigações previstos neste Regulamento e no Contrato de Custódia, que não seja um Evento de Liquidação, desde que, notificado pelo Administrador para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado do prazo do recebimento da referida notificação;
- III. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- IV. ocorrência de graves alterações nas condições econômicas e financeiras do País ou o início de vigência ou alteração de normas legais e/ou regulamentares, em especial as de natureza fiscal e relativas ao funcionamento do mercado financeiro, que possam onerar excessivamente, dificultar ou prejudicar o curso normal das aquisições de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo e o cumprimento de suas obrigações perante os Quotistas nos termos deste Regulamento;



- V. aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, em percentual superior a 0,50% (cinquenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido, conforme vier a ser apurado pela Empresa de Auditoria, de forma cumulativa, desde a primeira Data de Aquisição e Pagamento;
- VI. não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Amortização e Resgate, em 2 (duas) Datas de Verificação de Amortização consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação de Amortização alternadas;
- VII. caso a Taxa DI seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- VIII. amortização de Quotas Subordinadas Mezanino ou Quotas Subordinadas Junior em desacordo com o disposto no Regulamento;
- IX. rescisão do Contrato de Custódia nos termos do referido instrumento;
- X. ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, conforme definidos no Contrato de Cessão;
- XI. não observância, por parte da Cedente, dos deveres e obrigações previstos no Contrato de Cobrança;
- XII. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo eventualmente pagos pelos Clientes e/ou Clientes Especiais diretamente à Cedente, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura, não obstante a obrigação assumida pela Cedente de transferi-los ao Fundo nos termos da alínea (v), da Cláusula 8.1 do Contrato de Cessão;
- XIII. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, venha a ser recusado pelo respectivo Cliente e/ou Cliente Especial em virtude (1) de rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, e/ou (2) do não recebimento dos Produtos, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, representem ou ultrapassem 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, mediante informação disponibilizada pela Cedente, conforme disposto no



Contrato de Cessão, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura;

- XIV. se, por 2 (duas) vezes consecutivas ou 3 (três) vezes alternadas, os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos como Contraprestação, pela Cedente, nos termos da Cláusula 6.2, item (i), do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior, for igual ou superior a 12% (doze por cento) do Patrimônio Líquido, a ser verificado, pelo Custodiante, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, a partir da 3ª Data de Verificação dos Índices de Cobertura; e
- XV. não realização da Amortização Extraordinária das Quotas Seniores, nos termos previstos no item 19 abaixo.

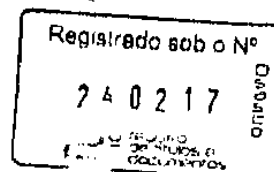
18.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, o Administrador comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do item 27.1 abaixo, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso.

18.1.2 O Administrador convocará, no Dia Útil subsequente ao dia em que tomar ciência do Evento de Avaliação, uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Neste caso, o Administrador, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembleia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos definidos nos item 18.2.1, 18.2.2 e 18.2.3 abaixo.

18.1.3 Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembleia Geral prevista no item 18.1.2 acima, a referida Assembleia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação antecipada do Fundo.

18.2 São considerados eventos de liquidação do Fundo, para efeitos do artigo 24 da Instrução CVM 356/01 ("Eventos de Liquidação"), quaisquer das seguintes ocorrências:

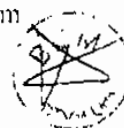
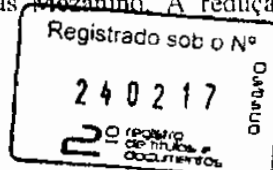
- I. não pagamento, em até 3 (três) Dias Úteis contados das Datas de Amortização e/ou das Datas de Resgate, do valor da Amortização Periódica e/ou do valor de resgate das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino;



istro  
títulos  
documentos  
veis de Osasco

- II. cessação pelo Custodiante, a qualquer tempo até a data de liquidação do Fundo, por qualquer motivo, da prestação dos serviços objeto do Contrato de Custódia, sem que tenha havido sua substituição por outra instituição, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- III. caso não seja determinado pelos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, e devidamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas Junior, novo(s) parâmetro(s) de apuração do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI, na Assembleia Geral a ser realizada conforme previsto nos itens 13.5.1 e 13.5.2 acima;
- IV. caso quaisquer dos titulares das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino não disponibilizem ao Fundo os recursos aprovados em Assembleia Geral para a adoção dos procedimentos referidos no item 22 abaixo, na forma ali estabelecida;
- V. resilição do Contrato de Cessão ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos referidos instrumentos;
- VI. caso a Cedente deixe de comunicar ao Custodiante a ocorrência de um Evento de Avaliação que seja do conhecimento desta;
- VII. caso os titulares das Quotas Seniores ou, caso aplicável, das Quotas Subordinadas Mezanino, venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação nos termos do item 18.1.2 acima;
- VIII. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.1.4 acima;
- IX. caso não ocorra a substituição do Administrador nos termos do item 4.3 acima;
- X. ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição do Contrato de Cessão;
- XI. caso o Percentual de Inadimplência alcance nível igual ou superior a 2% (dois por cento) por 2 (duas) Datas de Verificação dos Índices de Cobertura consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação dos Índices de Cobertura alternadas;
- XII. não reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura, observados os prazos estabelecidos no item 20 abaixo; e
- XIII. redução de mais de 3 (três) níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores ou de mais de 2 (dois) níveis na classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino. A redução de um

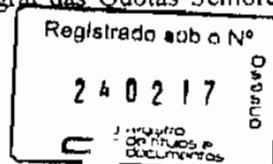
51





nível, de dois níveis ou de três níveis na classificação de risco inicial das Quotas Seniores não caracterizará Evento de Avaliação. Da mesma forma a redução de um nível ou de dois níveis na classificação das Quotas Subordinadas Mezanino não caracterizará Evento de Avaliação.

- 18.2.1 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, o Administrador deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior em curso, conforme o caso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no item 27.1 abaixo; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, definidos nos itens 18.2.2 abaixo e seguintes.
- 18.2.2 Na ocorrência da hipótese prevista no item 18.2.1 acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem acerca da interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo. A instalação da referida Assembleia Geral dependerá, em primeira convocação, da presença de Quotistas representantes de 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas em circulação, e, em segunda convocação, de qualquer número de Quotistas. A deliberação da interrupção dos procedimentos de liquidação deverá observar o quorum estabelecido no item 24.4.4 abaixo. É assegurado aos titulares de Quotas Seniores, no caso de decisão pela interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos titulares de Quotas Seniores dissidentes, pelo seu respectivo valor, calculado de acordo com o item 13.4 acima.
- 18.2.3 Na hipótese de não ser aprovada a interrupção dos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do item 18.2.2 acima, o Administrador deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas.
- 18.2.4 Observada a ordem de alocação dos recursos definida no item 21 abaixo e a deliberação dos Quotistas na Assembleia Geral referida no item 18.2.2 acima, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo (i) resiliará o Contrato de Cessão; e (ii) procederá ao resgate antecipado, total ou parcial, das Quotas Seniores, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo que, quando os recursos depositados na Conta Corrente Autorizada do Fundo forem equivalentes ao menor valor entre (a) o valor de resgate das Quotas Seniores e (b) R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), o Administrador debitará a Conta Corrente Autorizada do Fundo.
- 18.3 Os procedimentos descritos no item 18.2 acima somente poderão ser interrompidos (i) após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o





Registro  
Títulos  
Documentos  
de Osasco

Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, seguindo as mesmas prerrogativas definidas para as Quotas Seniores, e, posteriormente, das Quotas Subordinadas Junior ou (ii) mediante a deliberação de Quotistas em Assembleia Geral, nos termos do item 18.2.3 acima.

18.4 Caso, 60 (sessenta) dias após a última data de vencimento de Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo e observadas as deliberações da Assembleia Geral referida no item 18.2.2 acima, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas, o Administrador realizará o resgate do saldo das Quotas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação. No caso de dação em pagamento de Direitos Creditórios, tal operação se dará fora do âmbito da CETIP.

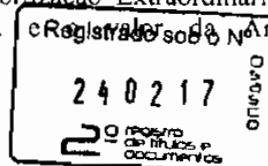
18.4.1 Para fins do disposto no item 18.4 acima, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas serão calculadas de acordo com a proporção das respectivas Quotas detidas por cada titular sobre o valor total das Quotas em circulação, respeitada a subordinação entre as classes das Quotas. O Administrador deverá notificar os Quotistas, na forma do item 27.1 abaixo, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil; e (ii) informar a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas fizer jus.

18.4.2 Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria das Quotas Seniores em circulação.

#### 19. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

19.1 O Administrador, a seu exclusivo critério e sem que haja qualquer imputação de qualquer multa, compensatória ou punitiva, poderá proceder à amortização antecipada, integral ou parcial, das Quotas Seniores em circulação, exclusivamente para fins de enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e/ou à Alocação Mínima, observado o disposto no item 20 abaixo e no item 14.4 acima, respectivamente ("Amortização Extraordinária"). O Administrador informará imediatamente aos titulares das Quotas Seniores, por meio de comunicação aos seus representantes indicados na forma do item 13.2.1 acima ("Aviso de Amortização Extraordinária"), da realização da Amortização Extraordinária, o valor total da Amortização Extraordinária e Registrar sob a Amortização

53.



registro  
de títulos  
e documentos  
de imóveis de Osasco

Extraordinária relativa as Quotas Seniores de titularidade do respectivo Quotista, conforme o caso.

- 19.1.1 A Amortização Extraordinária das Quotas Seniores será realizada impreterivelmente a partir do 5º (quinto) Dia Útil contado do encaminhamento do Aviso de Amortização Extraordinária, observado, no que for aplicável, o disposto nos itens 15 acima, 20 e 21 abaixo.
- 19.1.2 A Amortização Extraordinária beneficiará todos os titulares de Quotas Seniores sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação.
- 19.1.3 Na hipótese prevista no item 19.1 acima, a Amortização Extraordinária será feita, prioritariamente, sobre o valor nominal da respectiva Quota.

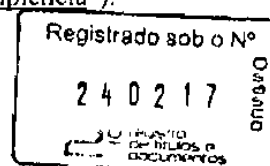
## 20. ENQUADRAMENTO AOS ÍNDICES DE COBERTURA

- 20.1 Desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, o Administrador verificará, em cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura, se (i) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o valor total das Quotas Seniores se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Sênior") e, da mesma forma, (ii) a relação entre (a) o valor do Patrimônio Líquido e (b) o somatório do valor total das Quotas Seniores e do valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, calculada com cinco casas decimais, se encontra em um nível não inferior ao respectivo índice de cobertura ("Índice de Cobertura Mezanino" e, conjuntamente com o Índice de Cobertura Sênior, "Índices de Cobertura"), estabelecidos nas tabelas abaixo:

Índice de Cobertura Sênior	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
110%	$MI(\%) < 1,5\%$
112%	$1,5\% \leq MI(\%) < 2,0\%$
115%	$MI(\%) \geq 2,0\%$
*: MI(%) - é a média aritmética do I(%) dos últimos 3 (três) meses	

Índice de Cobertura Mezanino	Média do Percentual de Inadimplência (MI(%))*
102,041%	Não aplicável

- 20.1.1 A apuração do percentual de inadimplência a que se refere a tabela supra será realizada pelo Custodiante a partir da Base de Dados de acordo com a seguinte expressão ("Percentual de Inadimplência"):



Registro  
de Títulos  
e Documentos  
da Osesco

$$I(\%) = \frac{D_i}{D_t}$$

onde:

$I(\%)$  é o Percentual de Inadimplência;

$D_i$  é o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo vencidos e não pagos a mais de 19 (dezenove) dias na Data de Verificação dos Índices de Cobertura, acrescido do somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios vencidos a mais de 19 (dezenove) dias que foram aceitos, pela Cedente, após este prazo, como Contraprestação, nos termos do Contrato de Cessão, entre a Data de Verificação dos Índices de Cobertura e a Data de Verificação dos Índices de Cobertura anterior; e

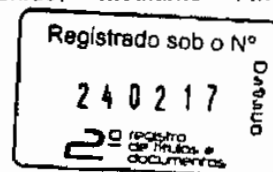
$D_t$  é o somatório do valor nominal de todos os Direitos Creditórios que compõem a carteira do Fundo na Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

20.1.2 O Índice de Cobertura Senior será, obrigatoriamente, de 110% (cento e dez por cento) no período de 90 (noventa) dias contado da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, devendo, após o decurso deste prazo, ser calculado a cada Data de Verificação dos Índices de Cobertura.

20.1.3 Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o Fundo não atenda à qualquer dos Índices de Cobertura, o Administrador deverá notificar a Cedente, por meio eletrônico, de acordo com o modelo constante do Anexo I ao Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior ("Aviso de Desenquadramento"). A Cedente deverá, observado o disposto no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, devolver ao Administrador, com cópia para o Custodiante, o Aviso de Desenquadramento, indicando:

- I. que procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis em número suficiente para (a) o reenquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura; e (b) a manutenção da totalidade de Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
- II. que procederá à integralização parcial de Quotas Subordinadas Junior em moeda corrente nacional e/ou Direitos Creditórios Elegíveis, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura;
- III. que não procederá à integralização de Quotas Subordinadas Junior, hipótese em que será reduzido, mediante Amortização

55



Extraordinária, o valor das Quotas Seniores em circulação, de modo que o Fundo atenda aos Índices de Cobertura.

IV. que resiliará o Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, observado o disposto no mesmo.

20.1.4 Na hipótese dos incisos I e II do item 20.1.3 acima, a integralização das Quotas Subordinadas Junior será efetivada na forma indicada pela Cedente e observados os procedimentos estabelecidos no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, de forma que considerada, pro forma, a integralização pretendida, o Fundo volte a atender aos Índices de Cobertura.

20.1.5 Na hipótese do inciso IV do item 20.1.3 acima, o Administrador procederá à liquidação antecipada do Fundo, conforme os procedimentos estabelecidos nos itens 18.2.1 a 18.2.4 acima.

20.1.6 Caso a Cedente não devolva o Aviso de Desenquadramento nos termos do item 20.1.3 acima, o Administrador adotará os procedimentos previstos no item 19 acima com vistas à Amortização Extraordinária das Quotas Seniores até que o Fundo volte a atender aos Índices de Cobertura.

20.2 Caso, em qualquer Data de Verificação dos Índices de Cobertura, o resultado da relação a que se refere o item (ii) do item 20.1 acima seja superior ao Índice de Cobertura Mezanino ("Excesso de Cobertura"), o Fundo deverá aplicar o valor correspondente ao Excesso de Cobertura para:

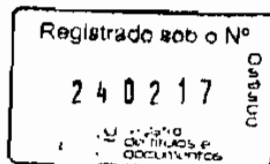
- I. adquirir Direitos Creditórios Elegíveis ou Ativos Financeiros, nos termos do item 6.1 acima; e
- II. desde que o Índice de Cobertura Mezanino seja maior que 102,881%, amortizar as Quotas Subordinadas Junior em montante tal que, após referida amortização, o Índice de Cobertura Mezanino seja igual ou maior que 102,249%.

20.2.1 O Fundo somente procederá à amortização das Quotas Subordinadas Junior, conforme estabelecido no inciso II acima, desde que atenda, pro forma, ao Índice de Cobertura Sênior.

## 21. ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

21.1 Diariamente, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores e até a liquidação do Fundo, o Administrador obriga-se a utilizar as Disponibilidades para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- I. pagamento dos Encargos do Fundo;
- II. formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário

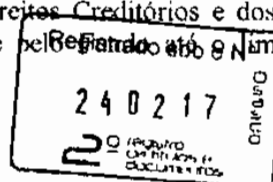


imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- III. devolução aos titulares de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas Mezanino dos valores aportados ao Fundo nos termos do item 22 abaixo, por meio do resgate ou amortização de Quotas Seniores, na proporção de suas respectivas contribuições;
- IV. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Seniores, observado o disposto no item 14 acima;
- V. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- VI. constituição da Reserva de Amortização e Resgate referente às Quotas Subordinadas Mezanino, observado o disposto no item 14 acima;
- VII. pagamento dos valores referentes à Amortização Periódica e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Mezanino;
- VIII. pagamento do Preço de Aquisição;
- IX. formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas a liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- X. pagamento dos valores referentes à amortização e/ou ao resgate das Quotas Subordinadas Junior.

## 22. CUSTOS REFERENTES À COBRANÇA DOS ATIVOS DO FUNDO

- 22.1 Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão de inteira responsabilidade do Fundo ou dos Quotistas, observado o disposto no Item 22.2 abaixo, não estando a Cedente, o Administrador, o Gestor ou o Custodiante de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos seus ativos. A Cedente, o Administrador, o Gestor e o Custodiante não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos que o Fundo venha a iniciar em face de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados pelo próprio Fundo ou diretamente pelos Quotistas, observado o disposto no item 22.2 abaixo.
- 22.2 As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros serão suportadas diretamente pelo Fundo até o limite, por



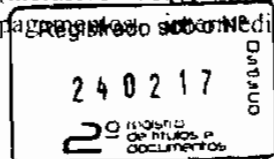


registro  
de títulos  
e documentos  
do Fundo de Quotas

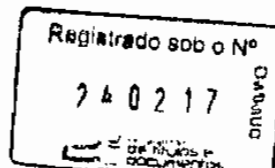
exercício anual do Fundo, de R\$93.000,00 (noventa e três mil reais), o qual será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da 1ª Data de Emissão, pela variação acumulada do IGP-M. A parcela que exceder a este limite deverá ser previamente aprovada pelos titulares das Quotas Seniores em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim, hipótese em que os titulares das Quotas Seniores aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Seniores, considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, na data da respectiva aprovação. Caso os titulares das Quotas Seniores decidirem por não aportar tais recursos, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino reunidos em Assembleia Geral convocada especialmente para este fim poderão decidir por fazê-lo, hipótese em que os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino aportarão tais recursos diretamente ao Fundo, por meio da subscrição e integralização de Quotas Senior, considerando o valor da participação de cada Quotista Mezanino no valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, na data da respectiva aprovação. Os recursos aportados ao Fundo nos termos acima serão reembolsados por meio do resgate ou amortização das Quotas Seniores então integralizadas, de acordo com os procedimentos previstos neste Regulamento e observado o disposto no item 21 acima. Não obstante o acima disposto, os titulares de Quotas Seniores e os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino poderão, em comum acordo, decidir por aportarem conjuntamente a parcela necessária para os fins acima mencionados, na proporção das respectivas participações no Fundo.

22.2.1 Fica, desde já, estabelecido que, observada a manutenção do regular funcionamento do Fundo, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pelo Fundo antes (i) do recebimento integral do adiantamento a que se refere o item 22.2 acima; e (ii) da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de eventual verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser condenado. O Administrador e o Custodiante não serão responsáveis por qualquer dano ou prejuízo, direto ou indireto, sofrido pelo Fundo e/ou por qualquer dos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento), pelo Fundo, de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas, inclusive caso os Quotistas não aportem os recursos suficientes para tanto na forma deste item 22.

22.2.2 Todos os valores aportados pelos Quotistas ao Fundo nos termos do item 22.2 acima deverão ser feitos em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições e/ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais valores, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou contribuições (inclusive sobre movimentações financeiras) incidentes sobre os pagamentos sob o NE diários, independentemente de quem seja o



58





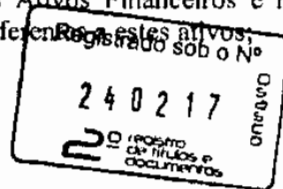
Registro  
Títulos  
e Documentos  
Fundo de Investimento

contribuinte e de forma que o Fundo receba as referidas verbas pelos seus valores integrais e originais, acrescidos dos valores necessários para que o Fundo possa honrar integralmente suas obrigações nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

23. CUSTODIANTE

23.1 Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Custódia e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- I. zelar pela boa ordem, operacionalizar e executar, por meio de sistema especialmente elaborado para tal fim, todos os procedimentos e rotinas definidos no Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão, que sejam de sua responsabilidade;
- II. receber e fazer a guarda e custódia física, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal, dos registros eletrônicos da Base de Dados;
- III. receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria e encerramento do exercício de balanço, por parte do Administrador, que ocorrerá, no máximo, anualmente:
  - (i) extratos da Conta Corrente Autorizada do Fundo e dos comprovantes de pagamentos de valores creditados pelo Custodiante nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente;
  - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão, no Contrato de Custódia;
  - (iii) documentos comprobatórios referentes aos Ativos Financeiros; e
  - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- IV. sistematizar e organizar, em ordem cronológica, a documentação referida na alínea (ii) acima identificada por Cliente e/ou Cliente Especial;
- V. efetuar a liquidação financeira dos Ativos Financeiros e receber quaisquer rendimentos ou valores referentes a estes ativos, registrados sob o Nº



- VI. receber e realizar a Cobrança Bancária, por si ou terceiros contratados para este fim, dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, bem como efetuar a liquidação física e financeira destes, nos termos do Contrato de Custódia;
- VII. efetuar o controle do fluxo de caixa do Fundo, com registro dos respectivos lançamentos em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
- VIII. efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, de acordo com as instruções do Administrador, nos termos da legislação aplicável;
- IX. verificar o atendimento dos Direitos Creditórios a serem ofertados pela Cedente ao Fundo aos Critérios de Elegibilidade a cada cessão, com base em arquivos eletrônicos enviados pela Cedente;
- X. informar à Agência de Classificação de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, a ocorrência (i) de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação e (ii) o descumprimento, pelo Administrador, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento, no Contrato de Cessão ou no Contrato de Custódia ou no Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- XI. notificar o Administrador, no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar da ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações originárias do Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior; e
- XII. monitorar, por amostragem estatística trimestral, a existência do lastro dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos estabelecidos no item 23.1.1 abaixo.

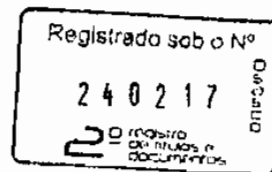
23.1.1 A determinação do tamanho da amostra e a seleção dos Direitos Creditórios Elegíveis para verificação nos termos do item XII do item 23.1 acima será realizada por meio da aplicação da seguinte fórmula matemática:

$$n = \frac{N \times \frac{1}{E_0^2}}{N + \frac{1}{E_0^2}}$$

onde:

$E_0$

Erro Amostral Tolerável (o erro amostral tolerável será de 10,0% (dez por cento), considerando principalmente os



registro  
de títulos  
e documentos  
níveis de Osasco

N

seguintes aspectos: natureza dos Direitos Creditórios Elegíveis; qualidade da Cedente; quantidade de verificações do lastro dos Direitos Creditórios Elegíveis já realizadas e respectivos resultados observados); e

tamanho da população (o universo de amostragem a ser utilizado compreenderá exclusivamente os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo desde a última verificação, exceto para a primeira verificação, que compreenderá a totalidade dos Direitos Creditórios Elegíveis).

23.2 No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Administrador:

- I. a abrir e movimentar, em nome do Fundo, (i) as Contas Correntes Autorizadas do Fundo; (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC, (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Ativos Financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- II. a dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e
- III. a efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto e observado o disposto no item 21 acima.

#### 24. ASSEMBLEIA GERAL

24.1 Sem prejuízo das demais competências previstas neste Regulamento, a Assembleia Geral compete privativamente, observados os respectivos quora de deliberação definidos neste Regulamento:

- I. tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pelo Administrador;
- II. alterar o Regulamento;
- III. deliberar sobre a substituição do Administrador e/ou do Custodiante e/ou da Agência de Classificação de Risco;



- IV. deliberar sobre a elevação da taxa de administração e encargos cobrados pelo Administrador, inclusive na hipótese de restabelecimento da que tenha sido objeto de redução;
- V. deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo ou prorrogação do Prazo de Duração; e
- VI. deliberar sobre os procedimentos a serem adotados para resgate das Quotas do Fundo mediante dação em pagamento de Direitos Creditórios.

24.1.1 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes ou entidades do mercado de balcão organizado em que as Quotas do Fundo sejam admitidas à negociação, bem como de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis contado da divulgação do fato aos Quotistas.

24.2 A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias de antecedência, no mínimo, quando em segunda convocação, e far-se-á por meio de carta registrada com aviso de recebimento ou correio eletrônico enviados aos representantes dos Quotistas indicados na forma do item 13.2.1 acima, e, a critério do Administrador, por meio de aviso publicado no periódico mencionado no item 27.1 abaixo, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

24.2.1 A Assembleia Geral poderá ser convocada (i) pelo Administrador ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

24.2.2 A Assembleia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

24.2.3 A presidência da Assembleia Geral caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Administrador; ou (ii) ao Quotista eleito pelos titulares das Quotas Seniores presentes, ou, na sua ausência, dos Quotistas Subordinados Mezanino presentes.



- 24.2.4 Sem prejuízo do disposto no item 24.2.5 abaixo, o Administrador e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer terceiros, para participar das Assembleias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.
- 24.2.5 Independentemente de quem tenha convocado, o representante do Administrador deverá comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 24.3 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede do Administrador no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.
- 24.4 Ressalvado o disposto nos itens 24.4.1 a 24.4.4 abaixo e no item 24.5 abaixo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pela maioria dos votos dos titulares das Quotas presentes à Assembleia Geral.
- 24.4.1 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem:
- I. 90% (noventa por cento) das Quotas Seniores em circulação, para alteração dos itens 8 (Critérios de Elegibilidade), 12 (Quotas), 13 (Emissão, Integralização e Valor das Quotas) e 14 acima (Amortização e Resgate), deste inciso I e do inciso II abaixo;
  - II. 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em circulação para:
    - (a) a aprovação de alteração dos quora de instalação ou deliberação estabelecidos neste Regulamento, ressalvado o disposto no inciso I acima;
    - (b) a aprovação de alteração dos itens 6 (Objetivo do Fundo e Política de Investimento), 18 (Eventos de Avaliação e Eventos de Liquidação), 19 (Amortização Extraordinária), 20 (Índices de Cobertura) e 21 acima (Ordem de Alocação de Recursos); e
    - (c) a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão, exceto no caso de aditamento para inclusão de nova Cedente, nos termos do item 8.1.3 acima.
  - III. mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a deliberação a que se refere o item 22.2 acima (aporte adicional de recursos);



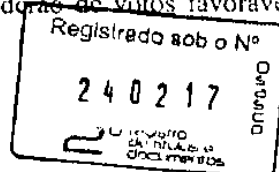
Registro  
títulos  
documentos  
vols de Osasco

- IV. mais da metade das Quotas Seniores em circulação para a qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada; e
- V. mais da metade das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral para aprovação de qualquer matéria de interesse dos titulares de Quotas Seniores para o qual não exista outro quorum previsto no presente Regulamento.

24.4.2 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão dos votos favoráveis de Quotistas que representem mais da metade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação para:

- I. as deliberações a que se referem os itens 5.3.2 (direito de voto das Quotas Subordinadas Mezanino), 13.5.2 (extinção da Taxa DI) e 22.2 acima (aporte adicional de recursos);
- II. a aprovação para a assinatura de qualquer aditamento ao Contrato de Cessão que importe em alteração às Cláusulas 1.3 (promessa de cessão de Direitos Creditórios em quantidades mínimas), 6 (Preço de Aquisição) e 9.2 (Eventos de Resilição) do Contrato de Cessão;
- III. a aprovação de alterações nos itens 8 (Critérios de Elegibilidade), 9.1 (inclusão de Novo Cliente na Relação de Clientes), 12.2 (emissão de Quotas Subordinadas e características das Quotas Subordinadas Mezanino), 12.3 (características das Quotas Subordinadas Junior), 13.5 (valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.1 (resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.2 (Datas de Amortização), 14.3.2 (amortização das Quotas Subordinadas Mezanino), 14.4 (amortização compulsória de Quotas Seniores), 14.5 (amortização e resgate de Quotas limitadas às hipóteses previstas no Regulamento), 14.6 (Reserva de Amortização e Resgate), 14.8 (Data de Verificação de Amortização), 17.3 (critério de provisionamento dos Direitos Creditórios), 17.5 (perdas e provisões com Ativos Financeiros), 18.1 (Eventos de Avaliação), 18.2 (Eventos de Liquidação), 20.1 (Índices de Cobertura), 20.2 (Excesso de Cobertura), 21.1 (ordem de alocação de recursos), 24.5 acima (direitos de voto das Quotas Subordinadas Junior) e neste item 24.4.2;
- IV. ratificar a deliberação de qualificação de nova instituição financeira como Instituição Autorizada, tomada pelos titulares das Quotas Seniores nos termos do inciso IV do item 24.4.1 acima; e
- V. o aumento na remuneração das Quotas Seniores.

24.4.3 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, as seguintes deliberações das Assembleias Gerais dependerão de votos favoráveis de





Quotistas que representem, em primeira convocação, a maioria das Quotas em circulação e, em segunda convocação, a maioria das Quotas presentes:

- I. deliberações a que se referem os itens 4.1.4, 4.2 e 4.3 acima (substituição ou renúncia do Administrador);
- II. aprovação de alteração ao item 11 acima (Taxa de Administração e Encargos do Fundo); e
- III. aprovação de incorporação, fusão, cisão ou liquidação do fundo.

24.4.4 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, a interrupção dos procedimentos de liquidação a ser deliberada na Assembleia Geral prevista no item 18.2.2 acima dependerá de votos favoráveis de Quotistas que representem, em primeira convocação, 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas em circulação e, em segunda convocação 95% (noventa e cinco por cento) das Quotas presentes.

24.4.5 Para efeito da constituição de quaisquer dos quorá de deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino de titularidade da Cedente e/ou de suas Partes Relacionadas, assim como de agentes ou representantes de quaisquer dessas pessoas, caso a Cedente e/ou suas Partes Relacionadas venham a ser titulares de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino.

24.5 Independentemente do disposto no item 24.4 acima, a deliberação a que se refere o item 13.5.2 acima (extinção da Taxa DI), o aumento na remuneração das Quotas Seniores e/ou das Quotas Subordinadas Mezanino, bem como aquelas que impliquem alterações: (a) dos Eventos de Avaliação; (b) dos Eventos de Liquidação; (c) do item 8 (Critérios de Elegibilidade); e/ou (d) das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas Junior dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas Junior em circulação.

24.6 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quorá estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na mesma.

24.7 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse.

24.8 Ao tratar dos quoruns aplicáveis para a aprovação de matérias pela Assembleia Geral, as referências a itens deste Regulamento e a cláusulas do Contrato de Cessão estão acompanhadas de textos explicativos inseridos entre parênteses, os quais possuem finalidade meramente elucidativa. Havendo conflito entre tais textos explicativos e as referências a itens deste Regulamento e a cláusulas do Contrato de Cessão, deverão prevalecer as referências a tais itens e cláusulas.



25. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

25.1 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas no Plano Contábil e na legislação aplicável.

25.2 As demonstrações financeiras do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria. Observadas as disposições legais aplicáveis, deverão necessariamente constar de cada relatório de auditoria os seguintes itens:

- I. opinião se as demonstrações financeiras examinadas refletem adequadamente a posição financeira do Fundo, de acordo com as regras do Plano Contábil;
- II. demonstrações financeiras do Fundo, contendo o balanço analítico e a evolução de seu Patrimônio Líquido, elaborados de acordo com a legislação em vigor; e
- III. notas explicativas contendo as informações referidas no item 17.6 acima e outras informações julgadas pela Empresa de Auditoria como indispensáveis para a interpretação das demonstrações financeiras.

25.2.1 A Empresa de Auditoria deverá examinar, quando da realização da auditoria anual, os demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do item 5.4 acima.

25.3 O exercício social do Fundo terá a duração de 1 (um) ano, encerrando-se em 28 de fevereiro de cada ano.

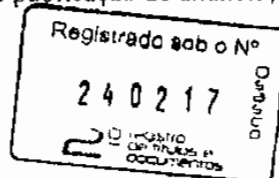
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 O Patrimônio Líquido corresponderá ao somatório dos valores das disponibilidades em moeda corrente nacional, dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, apurados na forma do item 17 acima, menos as exigibilidades referentes aos Encargos do Fundo e as provisões referidas nos itens 17.3 e 17.5 acima.

26.1.1 Todos os recursos que o Fundo vier a receber, a qualquer tempo, da Cedente e/ou de qualquer terceiro a título, entre outros, de multas, indenizações ou verbas compensatórias serão incorporados ao Patrimônio Líquido.

27. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

27.1 A convocação de Assembleia Geral, bem como quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio de publicação de anúncio, em

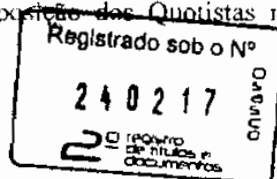


forma de aviso, no jornal Gazeta Mercantil, ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente

- 27.1.1 As publicações referidas no item 27.1 acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador e das instituições que distribuírem Quotas.
- 27.1.2 Qualquer mudança no periódico referido no item 27.1 acima deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, observado o quorum residual da alínea V do item 24.4.1 acima.
- 27.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, deverão ser colocadas à disposição dos Quotistas, na sede e agências do Administrador, informações sobre:
- I. o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;
  - II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e
  - III. o comportamento da carteira de Direitos Creditórios do Fundo e dos Ativos Financeiros, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 27.3 Todo o material de divulgação do Fundo deverá apresentar as notas conferidas pela Agência de Classificação de Risco às Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.
- 27.4 O Administrador deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:
- I. de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
  - II. de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.
- 27.5 As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM e vem observar as regras aplicáveis sobre publicidade de informações relativas ao Fundo.

## 28. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- 28.1 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Seniores Mezanino. As classificações de risco deverão ser atualizadas, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências do Administrador.



Registro  
títulos  
documentos  
Cedente de Osasco

28.1.1 Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1 Não obstante o previsto no item 13.5.3 acima, em caso de recebimento, pelo Fundo, de quaisquer valores pagos pela Cedente a título de penalidade, conforme previsto na Cláusula 11 do Contrato de Cessão, o Administrador deverá repassar diretamente tais valores aos titulares das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, na proporção das respectivas participações no Fundo.
- 29.2 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.
- 29.3 Fica eleito o foro da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



registro  
de títulos  
e documentos  
móveis de Osasco

REGULAMENTO DO CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

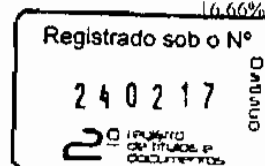
ANEXO I

MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO - QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas R\$272.400.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil reais)  
Seniores:  
Quantidade de Quotas 272.400 (duzentas e setenta e dois mil e quatrocentas)  
Seniores:  
1ª Data de Emissão: Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas  
Data de Resgate: 36 (trinta e seis) meses a contar da 1ª Data de Emissão  
Fator Spread das Quotas 1,25%  
Seniores:  
Amortização Periódica: 5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)"
-------------------------	---

1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%



Registro  
de títulos  
e documentos  
da Osasco

7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização **	16,7%

\*\* Data de Resgate

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239.170, conforme aditado.)





Registro  
de Títulos  
e Documentos  
da B3

REGULAMENTO DO CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO II

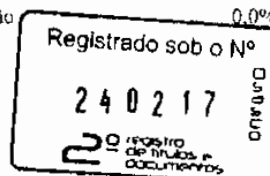
MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO - QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

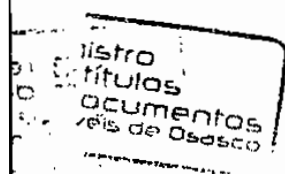
Montante das Quotas Subordinadas Mezanino	R\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais)
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	21.000 (vinte e um mil e seiscentas)
1ª Data de Emissão	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate	36 (trinta e seis) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Subordinadas Mezanino	5,80%
Amortização Periódica	5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)"
-------------------------	--

1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%

71





5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%
7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização (*)	16,7%

(\*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239.170, conforme aditado.)



REGULAMENTO DO CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS  
CREDITÓRIOS - INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

ANEXO III

POLÍTICA DE CRÉDITO DA CEDENTE

A política de crédito da Cedente é determinada e periodicamente reavaliada pelos seus respectivos comitês de crédito que se dividem em (i) Comitê Corporativo, com funções normativas e estratégicas; e (ii) os Comitês de Alçadas, com funções operacionais.

*Comitê Corporativo de Gestão de Risco de Crédito*

Comitê formado pelo Diretor Presidente ("DP"), pelos responsáveis pelas Unidades de Negócios ("RUN"), pelo responsável por Finanças e Relações com Investidores ("RFRI"), pela Diretora Financeira ("DF"), pelo responsável pela Gestão de Crédito ("RGC"), pelo responsável por Apoio Funcional Jurídico ("RAFJ") e representante da área de Gestão de Riscos, que se reúne periodicamente, tendo por objetivos:

1. atualizar permanentemente as diretrizes constantes nesta Política, analisando e aprovando propostas de alterações, contribuições e sugestões advindas da sua prática;
2. deliberar acerca de ações específicas que visem à preservação da saúde financeira da companhia, no tocante ao risco de crédito;
3. definir e acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira de clientes;
4. acompanhar e avaliar a performance de pagamento da carteira de clientes, definindo metas de Inadimplência e Insolvência;
5. analisar e aprovar as informações sobre risco de crédito a serem incorporadas às Demonstrações Financeiras da companhia.

*Comitês de Alçada*

Os Comitês de Alçada são responsáveis pelas aprovações dos limites de crédito dos clientes. As alçadas são estabelecidas levando em consideração o montante do limite de crédito a ser concedido, conforme estabelecido na tabela a seguir:



### Definição dos Comitês e Participantes das Alçadas

Comitês de Alçada	AC	GC	RGC	DC+D F	RUN RFR1	DP
1 - Até R\$800 mil	X	X				
2 - Entre R\$800 mil e R\$5 milhões	X	X	X			
3 - Entre R\$5 milhões e R\$12 milhões	X	X	X	X		
4 - Acima de R\$12 milhões	X	X	X	X	X	
5 - Será acionada em caso de não concordância no valor de alçada <sup>4</sup>	X	X	X	X	X	X

AC - Analista de Crédito, GC - Gerente de Conta, RGC - Resp. Gestão de Crédito, DC - Diretoria Comercial, DF - Diretoria Financeira, RUN - Responsável pela Unidade de Negócios, RFR1 - Resp por Finanças e Relações com Investidores, DP - Diretor Presidente.

Os Comitês de Alçada reúnem-se periodicamente de acordo com a necessidade de análise de processos de concessão de crédito.

#### *Procedimentos para a Concessão do Crédito*

O processo de concessão de crédito da Cedente inicia-se pela definição do Risco Técnico dos Clientes e determinação do Limite Técnico para a realização de compras a prazo, seguindo o seguinte fluxo:

- (i) coleta das informações cadastrais dos clientes;
- (ii) levantamento das informações históricas e de relacionamento junto ao mercado;
- (iii) avaliação destas informações pelos gerentes comerciais e pela área de gestão de crédito;
- (iv) análise para definição do risco e limite técnico dos clientes pela área de gestão de crédito; e
- (v) envio da análise para a definição do limite de crédito pela alçada competente.

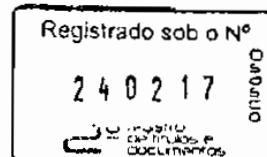
#### *Definição do Risco Técnico dos Clientes e/ou Clientes Especiais*

É composta por duas análises distintas e complementares: a qualitativa e a financeira.

#### Análise Qualitativa

A análise qualitativa envolve os seguintes aspectos explorando os "C's" da análise de crédito: ambiente econômico e financeiro; competência empresarial; garantias, intenção de pagamento, grupo econômico a que pertence, relacionamento com a Braskem e relatório de visita da área de crédito.

Nesta análise participa a área comercial através do Gerente Comercial e a área de crédito através do Analista de Crédito.



### Análise Financeira

O resultado da análise financeira é a probabilidade de insolvência do cliente, combinada com o resultado do score financeiro, que será obtida através da aplicação de modelos estatísticos. Essa análise será de responsabilidade da área de crédito, que também deve garantir a qualidade dos dados utilizados nos modelos.

Para a análise financeira serão utilizados os seguintes modelos:

- (i) Modelo SERASA: probabilidade de insolvência calculada e atribuída pelo SERASA (Rating/Scoring);
- (ii) Modelo Braskem: previsão de insolvência, calculado conforme modelo estatístico baseado no histórico da carteira de clientes.

A probabilidade de insolvência a ser adotada será o resultado mais conservador obtido da análise dos dois modelos.

Para análise do score financeiro se utiliza um modelo baseado em indicadores calculados dos balanços e demonstrativos de resultados das empresas.

A cada indicador foi atribuída uma nota de 1 a 5. Essa nota é definida adequando o indicador da empresa à distribuição dos indicadores de toda a base, identificando assim os padrões comparáveis de mercado.

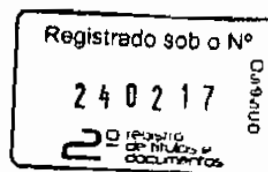
O risco técnico final de cada cliente será a combinação da análise qualitativa, da probabilidade de insolvência e da avaliação gerada pelo *score* financeiro. Sua representação será por faixas de nível de risco de 1 a 5, conforme demonstrado na tabela abaixo:

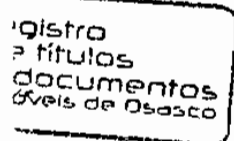
<u>Nível de Risco</u>	<u>Grau de Risco</u>
Nível 1	Mínimo
Nível 2	Baixo
Nível 3	Médio
Nível 4	Alto
Nível 5	Muito Alto

### Definição do Limite Técnico do Cliente e Cliente Especial

O limite técnico é o resultado da menor de três variáveis:

- (i) necessidade de crédito do cliente – onde se aplica um percentual de 12% sobre o faturamento anual líquido dos clientes. Este indicador foi definido estimando-se, através de regressão estatística, o histórico de volume de crédito utilizado pelos clientes;





- (ii) capacidade de transformação do cliente – trata-se do consumo mensal máximo que o cliente pôde utilizar do produto fornecido pela Cedente; e
- (iii) pleito do gerente comercial – trata-se do volume mensal máximo que o gerente negociou com o cliente.

A definição do limite técnico determina, com base nas faixas de alçadas, qual alçada aprovará o limite de crédito final.

#### *Relação entre Risco e Limite*

Depois de calculado o risco técnico este é comparado ao risco aceitável da Cedente, como uma referência para solicitação ou não de garantias sobre o limite de crédito final.

#### *Risco Aceitável (RA)*

É a perda provável máxima aceita por cliente. Foi definido com base no risco histórico da carteira e ratificada pelo comitê corporativo como nível de risco 3.

#### *Segmentação da Carteira de Clientes e Clientes Especiais*

Com o objetivo de estabelecer critérios diferenciados para a análise de risco de crédito de clientes e para o gerenciamento do risco da carteira de crédito, os clientes da Braskem são segmentados das seguintes formas:

- (i) Segmentação por porte;
- (ii) Segmentação por origem de capital;
- (iii) Segmentação por área de negócio;
- (iv) Segmentação por região de atuação; e
- (v) Aplicação do cliente.

#### *Operacionalização da liberação de crédito*

Com base nos limites de crédito disponíveis são determinados os procedimentos para a liberação e operacionalização da venda a prazo.

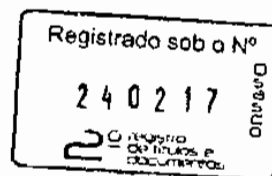
#### *Operações dentro do limite de crédito*

Pedido de venda a prazo é liberado automaticamente pelo sistema informatizado, desde que o valor da operação não seja superior ao limite de crédito estabelecido e, ao mesmo tempo, não haja débito vencido (duplicatas e/ ou juros) há mais de 4 (quatro) dias.

#### *Operações fora do limite de crédito*

Todas as operações que excedam os limites de crédito definidos devem, obrigatoriamente, ser aprovados pelo comitê de alçada competente.

\* \* \* \*





(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Contrato de Cessão**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

São partes deste "Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão"):

I. como cedente:

BRASKEM S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Rua Eteno 1561, e escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. das Nações Unidas 8501, 25º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 42.150.391/0001-70, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Cedente");

II. como cessionário:

CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado de acordo com o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356"), inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 11.809.198/0001-75 ("Fundo" e, em conjunto com a Cedente, "Partes", ou, individualmente, "Parte"), neste ato representado na forma de seu regulamento por BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada equiparada a instituição financeira, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.066.670/0001-00, neste ato representada na forma do seu contrato social ("Administrador"); e

III. como interveniente anuente:

BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Cidade de Deus, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("Custodiante");

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Contrato que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239170, conforme aditado ("Regulamento").)

resolvem celebrar este Contrato, que será regido pelas cláusulas e condições a seguir:

1. PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS
- 1.1 A Cedente declara e assegura que é legítima e única titular dos direitos creditórios que detém e que venha a deter contra seus respectivos Clientes e/ou Clientes Especiais, advindos de operações de venda mercantil a prazo de Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados aos Clientes e/ou Clientes Especiais, representadas por Notas Fiscais Faturas, conforme o modelo constante do Anexo I a este Contrato de Cessão ("Direitos Creditórios"), cujas duplicatas de venda mercantil ("Duplicatas") serão transmitidas por meio eletrônico, conforme arquivo cujo *layout* consta do Anexo II a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações do referido *layout* serão definidas de comum acordo entre as Partes, desde que atendidos, no referido *layout*, os requisitos legais que identifiquem o documento como Duplicata, e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se, a partir de então, o novo *layout* no Anexo II a este Contrato de Cessão.
- 1.2 A Cedente, neste ato e em regular forma de direito, promete, em caráter irrevogável e irretratável, ceder ao Fundo os Direitos Creditórios, representados pelas Duplicatas, e o Fundo se obriga a adquiri-los de acordo com os termos e condições estabelecidos neste Contrato de Cessão e no Regulamento.
- 1.3 Para os fins da Cláusula 1.2 acima, a Cedente obriga-se, também em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, observada a prioridade previamente estabelecida quando da constituição do Chemical III – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica e do Chemical IV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, Direitos Creditórios, para que o Fundo os adquira em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Administrador manter o enquadramento do Fundo aos Índices de Cobertura e à Alocação Mínima, sem prejuízo do disposto na Cláusula 10 abaixo, assim como de qualquer outro direito, faculdade ou prerrogativa da Cedente estabelecidos neste Contrato de Cessão.
- 1.4 As Duplicatas serão cobradas pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, diretamente ou por meio de outras instituições financeiras habilitadas pela Cedente que vierem a ser contratadas pelo Custodiante, com a interveniência do Fundo e da Cedente, para proceder à Cobrança Bancária dos Direitos Creditórios, nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária ("Bancos Cobradores"), por meio de bloqueto de cobrança ("Aviso de Vencimento"), conforme modelos constantes do Anexo III a este Contrato de Cessão, observado que eventuais alterações dos referidos modelos serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência, constituindo-se tais modelos, a partir de então, no Anexo III a este Contrato de Cessão.

- 1.5 Para os fins do artigo 290 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, do Brasil ("Código Civil"), o Aviso de Vencimento servirá como notificação aos Clientes e/ou aos Clientes Especiais acerca da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e será emitido, pelo Custodiante ou diretamente pelos Bancos Cobradores, com as seguintes mensagens, em destaque, no campo apropriado: "DIREITO DE CRÉDITO CEDIDO AO CHEMICAL V - FIDC" e "PAGÁVEL SOMENTE EM BANCO". Nos termos dos Convênios de Cobrança Bancária, o pagamento das Duplicatas referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo será diretamente direcionado para a conta corrente do Fundo que vier a ser indicada pelo Administrador.
- 1.6 A Cedente, assim como suas respectivas Partes Relacionadas, não respondem pela solvência dos Clientes e/ou Clientes Especiais. A Cedente é responsável pela origem, existência, correta constituição e formalização, liquidez e certeza dos Direitos Creditórios cedidos com a característica de títulos executivos extrajudiciais, nos termos do Regulamento e deste Contrato de Cessão.
- 1.7 A obrigação do Fundo de adquirir Direitos Creditórios nos termos deste Contrato de Cessão, observada a existência de recursos e a ordem de alocação de recursos estabelecida no item 21 do Regulamento, é condicionada ao integral cumprimento, pela Cedente, das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão.
- 1.8 Os Direitos Creditórios compreendem, além do direito de crédito decorrente do financiamento da venda mercantil a prazo, todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como reajustes monetários, juros e encargos, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes e/ou Clientes Especiais à Cedente.

## 2. DECLARAÇÕES DAS PARTES

- 2.1 A Cedente declara e assegura ao Fundo e ao Custodiante, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada Data de Aquisição e Pagamento (conforme abaixo definido) que:
- (i) é uma companhia validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação das sociedades por ações em vigor e com as normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias abertas;
  - (ii) a celebração deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes, em especial as relativas à cessão dos Direitos Creditórios e à outorga de mandatos, não dependem e não dependerão de quaisquer autorizações dos seus órgãos deliberativos e executivos (assembleia geral, conselho de administração e diretoria), assim como de



qualquer deliberação prévia de acionistas exigível por força de acordos de acionistas eventualmente arquivados em sua sede;

- (iii) os seus representantes legais que assinam este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão têm e terão poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações neles estabelecidas, bem como para outorgar mandatos a terceiros nos termos aqui definidos e, sendo mandatários, tiveram e terão os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor por ocasião das respectivas assinaturas;
- (iv) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo (a) foram devidamente constituídos de acordo com a legislação brasileira, são de sua legítima e exclusiva titularidade, não estão passíveis a quaisquer discussões comerciais, e estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza, que, de qualquer modo, possam obstar a cessão prometida e o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios por este adquiridos; (b) são representados por Documentos Comprobatórios (conforme definido no item 4.7 abaixo); (c) não foram objeto de cessão a terceiros; e (d) referem-se a Produtos já fabricados e/ou comercializados e despachados pela Cedente;
- (v) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não foram objeto de qualquer contestação judicial, extrajudicial ou administrativa, por parte dos respectivos Clientes, Clientes Especiais e/ou por quaisquer terceiros, que possa, direta ou indiretamente, comprometer a sua característica de títulos líquidos, certos e exigíveis;
- (vi) os respectivos instrumentos contratuais por meio dos quais os Direitos Creditórios foram constituídos não têm qualquer restrição, proibição ou condição para a realização da cessão dos Direitos Creditórios objeto do presente Contrato de Cessão;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM até a data em que esta declaração é feita ou reafirmada, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa o cumprimento das suas obrigações decorrentes deste Contrato de Cessão;
- (viii) os Direitos Creditórios prometidos à cessão ao Fundo não estão sujeitos a qualquer desconto, abatimento, compensação e/ou dedução de qualquer natureza pelo respectivo Cliente e/ou Cliente Especial, quando da cessão ao Fundo;
- (ix) não há quaisquer protestos legítimos de títulos contra a Cedente, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a

R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), que será atualizado na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato de Cessão, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de protesto, a Cedente tiver comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo;

- (x) seu sistema eletrônico para emissão de Notas Fiscais Fatura e Duplicatas dispõe de controles que não permitem a emissão sem lastro e/ou em duplicidade dos referidos documentos;
- (xi) os arquivos preparados de acordo com o modelo constante do Anexo II a este Contrato de Cessão e enviados por meio eletrônico ou magnético ao Custodiante não são e não serão emitidos sem a correspondente operação mercantil subjacente e não são e não serão passíveis de envio em duplicidade para o Custodiante e/ou para terceiros;
- (xii) seus auditores independentes efetuam a revisão limitada trimestral e auditoria anual da conciliação, elaborada pela Cedente, do saldo contábil com o saldo de contas a receber relativo a todas as suas vendas a prazo;
- (xiii) a celebração deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações dele decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, ou a constituição em mora, ou o vencimento antecipado de quaisquer obrigações assumidas pela Cedente decorrentes de (a) quaisquer contratos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à data da assinatura deste Contrato de Cessão, dos quais a Cedente seja parte ou aos quais esteja vinculada, a qualquer título, qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Creditórios; (b) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (c) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial ou administrativa que afete a Cedente, ou qualquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- (xiv) exceto pelo registro deste Contrato de Cessão nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, e pela notificação aos Clientes e/ou aos Clientes Especiais a ser realizada por meio dos Avisos de Vencimento, nos termos da Cláusula 1.2 acima, a

Cedente não está sujeita a qualquer norma legal, regulamentar ou disposição contratual que a obrigue a notificar, arquivar, registrar ou obter qualquer tipo de aprovação ou autorização de qualquer autoridade, credor ou contraparte em contratos celebrados pela Cedente, para assegurar a validade, eficácia e exigibilidade em face da Cedente das obrigações por esta assumidas nos termos deste Contrato de Cessão;

- (xv) todos os Direitos Creditórios prometidos à cessão pela Cedente (a) têm e terão origem em legítimo e efetivo financiamento à venda mercantil de Produtos, realizada com estrita observância aos procedimentos estabelecidos no Anexo IV a este Contrato de Cessão ("Procedimentos de Venda"); e (b) foram e serão gerados pelo sistema eletrônico a que se referem os itens (x) e (xi) acima;
- (xvi) todos os Clientes e/ou Clientes Especiais da Relação de Clientes que constitui o Anexo II ao Contrato de Custódia encontram-se por esta cadastrados e identificados pelo correspondente número de inscrição no CNPJ/MF;
- (xvii) a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Contrato de Cessão não estabelece, direta ou indiretamente, qualquer relação de consumo entre a Cedente e o Fundo e entre a Cedente e o Custodiante, assim como entre o Fundo e os Clientes e/ou Clientes Especiais;
- (xviii) não há em curso nenhum Evento de Revisão com relação à Cedente e não tem conhecimento da ocorrência de nenhum Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação do Fundo na data de assinatura deste Contrato de Cessão e/ou na Data de Aquisição e Pagamento, conforme o caso;
- (xix) não há qualquer ação, demanda ou processo, administrativo ou judicial, ou ainda controvérsias, dúvidas e/ou contestações de qualquer espécie pendentes contra si, ou sobre os Direitos Creditórios e/ou no qual a Cedente esteja envolvida ou seja parte interessada, que de qualquer forma impliquem ou possam implicar impedimento à celebração do presente Contrato de Cessão;
- (xx) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações indispensáveis ao seu funcionamento e cuja falta possa causar um impacto nas atividades da Cedente, inclusive as licenças ambientais relevantes, foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados;  
e
- (xxi) este Contrato de Cessão é, e os Termos de Cessão serão, por ocasião de sua celebração, validamente celebrados, constituindo obrigação legal, válida e vinculante, sendo exequível contra a Cedente de acordo com os seus termos.

- 2.2 O Administrador, devidamente autorizado na forma do Regulamento, declara e assegura, em nome do Fundo e, conforme o caso, em seu próprio nome, na data de assinatura deste Contrato de Cessão e em cada Data de Aquisição e Pagamento, que:
- (i) o Fundo é uma comunhão de interesses validamente constituída sob a forma de condomínio fechado, na forma da Instrução CVM 356, estando apto a cumprir as normas da CVM aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios;
  - (ii) é uma instituição financeira, validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação aplicável e devidamente habilitada e autorizada, nos termos das normas legais e regulamentares vigentes, a administrar fundos de investimento, possuindo todas as condições técnicas e operacionais para prestar os serviços de administração do Fundo;
  - (iii) a celebração deste Contrato de Cessão e a assunção e o cumprimento das obrigações deste decorrentes, assim como dos demais instrumentos legais relacionados com a promessa de cessão de Direitos Creditórios ora avençada, estão devidamente autorizados pelo Regulamento, e/ou pelos atos constitutivos do Administrador, conforme o caso;
  - (iv) os representantes legais do Fundo e do Administrador que assinam este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão têm e terão poderes regulamentares e estatutários para tanto, assim como para assumir, em nome próprio ou por conta e ordem do Fundo, as obrigações deste decorrentes;
  - (v) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, estando, também, devidamente atualizados; e
  - (vi) encontra-se técnica e operacionalmente habilitado e autorizado a prestar os serviços de administração do Fundo, contando com todos os sistemas necessários ao pleno e satisfatório exercício de suas funções, nos termos do Regulamento e da regulamentação aplicável.

### 3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- 3.1 O Custodiante, por ordem e conta do Fundo, somente efetuará a aquisição de Direitos Creditórios se estes atenderem, na respectiva Data de Aquisição e Pagamento, cumulativamente, aos seguintes critérios de elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):

- (i) sejam créditos em reais representados por Duplicatas transmitidas ao Custodiante por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o procedimento estabelecido no Contrato de Custódia;
- (ii) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 3% (três por cento);
- (iii) depois de computada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao valor total, por Cliente Especial, de Direitos Creditórios Elegíveis do respectivo Cliente Especial de titularidade do Fundo, calculado sobre o Patrimônio Líquido, resultar em valor igual ou inferior a 8% (oito por cento), sendo que o somatório dos Direitos Creditórios Elegíveis de todos os Clientes Especiais não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do Patrimônio Líquido;
- (iv) não tenham data de vencimento original inferior a 9 (nove) dias contados da respectiva Data de Aquisição e Pagamento e superior a 90 (noventa) dias contados da data de saque das respectivas Duplicatas, observado que não será admitida a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis cuja data de vencimento original das respectivas Duplicatas seja posterior (a) ao encerramento do Prazo de Duração ou (b) à última Data de Resgate de Quotas em circulação; e
- (v) sejam representados por Duplicatas sacadas contra Cliente e/ou Cliente Especial que, cumulativamente, na Data de Aquisição e Pagamento:
  - (a) conste da Relação de Clientes;
  - (b) não tenha efetuado o pagamento de Direitos Creditórios em montante superior a 15% (quinze por cento) do total de Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, entre a 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores e a Data de Aquisição e Pagamento, com atraso superior a 15 (quinze) dias, contados da data de vencimento das respectivas Duplicatas, tudo de acordo com a Base de Dados;
  - (c) não seja devedor de Direito Creditório de titularidade do Fundo, vencido há mais de 30 (trinta) dias;
  - (d) não tenha registro no cadastro da SERASA de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite, pela Cedente ou por terceiros, ainda que na condição de garantidores, cujo valor do somatório destes títulos protestados seja superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para os Clientes e R\$2.000.000,00 (dois milhões

reais) para os Clientes Especiais, atualizado anualmente pelo Administrador, a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pela variação do IGP-M; e

- (e) não tenha processo de falência ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.
- 3.2 Na hipótese de aquisição de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 5.2, 5.3 e 5.4 abaixo.
- 3.3 A verificação do enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade exclusiva do Custodiante e, desde que observados os termos deste Contrato de Cessão e do Regulamento, será definitiva.
- 3.4 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.2 acima, os Direitos Creditórios Elegíveis adquiridos pelo Fundo nos termos deste Contrato de Cessão que, por qualquer razão e a qualquer tempo, após a respectiva aquisição, deixem de atender aos Critérios de Elegibilidade, não poderão ser reclamados, a qualquer título, pelo Fundo perante a Cedente.
- 4. FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO E CUSTÓDIA DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS
  - 4.1 A Cedente, na data em que ofertar Direitos Creditórios ao Fundo, deverá enviar ao Custodiante, até as 15h (quinze horas), arquivo em formato eletrônico contendo as informações relativas aos Direitos Creditórios Elegíveis ofertados para cessão ao Fundo.
  - 4.2 O Administrador deverá informar à Cedente, mediante envio de correio eletrônico, o montante de recursos disponíveis para aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo.
  - 4.3 A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis da Cedente para o Fundo será considerada formalizada na data (i) da confirmação, pelo Custodiante, do atendimento, pelos Direitos Creditórios, aos Critérios de Elegibilidade; e (ii) do pagamento do Preço de Aquisição ("Data de Aquisição e Pagamento").
  - 4.4 Na Data de Aquisição e Pagamento, o Custodiante enviará ao Fundo e à Cedente, por meio eletrônico, relatório de cessão preparado na forma do modelo constante do Anexo V a este Contrato de Cessão ("Termo de Cessão"). As rotinas e procedimentos operacionais relativos ao envio e recebimento dos Termos de Cessão são aqueles estabelecidos no Contrato de Custódia, observado que a Cedente e o Fundo deverão assinar, no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, os Termos de Cessão com a relação aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo no mês anterior ao da respectiva assinatura.



- 4.5 Ressalvado o disposto na Cláusula 5.1 abaixo, a cessão formalizada será irrevogável e irretratável, com a transferência para o Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Elegíveis, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, exceto quanto às garantias outorgadas pelos Clientes e/ou Clientes Especiais à Cedente.
- 4.6 Para fins de atendimento do artigo 290 do Código Civil, a notificação aos Clientes e/ou Clientes Especiais observará o disposto na Cláusula 1.5 acima.
- 4.7 O Fundo, por intermédio do Custodiante, neste ato, constitui a Cedente como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil e sob as penas ali previstas, e a Cedente obriga-se a manter os documentos abaixo relacionados, por Direito Creditório adquirido pelo Fundo ("Documentos Comprobatórios"), nos termos do Contrato de Depósito e Outras Avenças, firmado entre a Cedente e o Custodiante, com a interveniência do Fundo ("Contrato de Depósito"):
- (i) "Vendas FOB" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):
    - (a) Nota Fiscal Fatura; e
    - (b) tíquete de balança comprovando a entrega dos Produtos aos Clientes e/ou Clientes Especiais;
  - (ii) "Vendas CIF" (Incoterms 2000, Câmara de Comércio Internacional):
    - (a) Nota Fiscal Fatura;
    - (b) Conhecimento de Embarque dos Produtos; e
    - (c) comprovante de entrega dos Produtos aos Clientes e/ou Clientes Especiais; e
  - (iii) "Vendas por Tubovia":
    - (a) Nota Fiscal Fatura; e
    - (b) relatório de leitura do medidor da tubovia.

5. RESOLUÇÃO DA CESSÃO

- 5.1 Considerar-se-á resolvida, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação à Cedente, sem qualquer custo para o Fundo, a cessão (os itens abaixo, em conjunto, "Condições Resolutivas da Cessão"):
- (i) dos Direitos Creditórios Elegíveis cujo pagamento, até a respectiva data de vencimento, não seja efetuado pelo respectivo Cliente e/ou Cliente Especial em virtude de:
    - (a) rejeição ou devolução dos Produtos por alegação de vícios ou defeitos, ocultos ou aparentes, de qualidade ou de quantidade, ou de reclamações razoáveis e comprovadas de qualquer outra natureza e referentes ao cumprimento pela Cedente das suas obrigações em relação aos Direitos Creditórios;
    - (b) não recebimento dos Produtos; e/ou
    - (c) apresentação, pelo Cliente e/ou Cliente Especial, de qualquer exceção, defesa ou outra espécie de embargo ou objeção, judicial ou extrajudicial, ao pagamento, total ou parcial, dos Direitos Creditórios, com fundamento em qualquer ato ou fato de responsabilidade da Cedente;
  - (ii) dos Direitos Creditórios que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios, pela Cedente, previamente à oferta destes à cessão para o Fundo;
  - (iii) dos Direitos Creditórios que decorram de venda de Produtos que tenha sido alterada ou cancelada, total ou parcialmente, por qualquer motivo; ou
  - (iv) dos Direitos Creditórios passíveis de quaisquer discussões comerciais.
- 5.2 Sem prejuízo da resolução da cessão operar-se de pleno direito e sem qualquer outra formalidade, a Cedente deverá notificar o Fundo e o Custodiante da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a ocorrência tiver efetivamente chegado a seu conhecimento.
- 5.3 Na hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, estará a Cedente obrigada a restituir ao Fundo, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que a Cedente receber notificação enviada pelo Fundo ou pelo Custodiante solicitando o seu pagamento, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo, em moeda corrente nacional, mediante depósito na Conta Corrente Autorizada do Fundo, o valor dos Direitos Creditórios cuja cessão tiver sido resolvida, calculado com base no Preço de Aquisição atualizado *pro rata temporis* desde a Data de

Aquisição e Pagamento até a data da restituição integral dos valores devidos pela resolução da cessão.

- 5.4 Para os efeitos desta Cláusula, a Cedente desde já autoriza o Custodiante, em caráter irrevogável e irretratável, a transferir recursos líquidos da Conta Corrente Autorizada da Cedente para a Conta Corrente Autorizada do Fundo até o integral pagamento do montante devido de acordo com a Cláusula 5.3 acima, conforme autorizações firmadas na agência onde a Cedente mantém a Conta Corrente Autorizada da Cedente.

## 6. PREÇO DE AQUISIÇÃO E CONTRAPRESTAÇÕES

- 6.1 Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Custodiante, em nome e por conta do Fundo, pagará à Cedente, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado calculado de acordo com a seguinte fórmula ("Preço de Aquisição"):

$$PA_{y:T} = \frac{VN_y}{\left[ \left( 1 + \frac{DIFT}{100} \right) \times \left( 1 + \frac{\left( \frac{Spread_{Sn} \times M_{Sn:T}}{100} \right) + \left( \frac{Spread_{Mz} \times M_{Mz:T}}{100} \right)}{M_{Sn:T} + M_{Mz:T}} \right) \times \left( 1 + \frac{C}{100} \right) \right]^{\frac{d_y}{252}}}$$

onde:

$y = 1, 2 \dots n$  Direito Creditório Elegível a ser adquirido;

$PA_{y:T}$  Preço de Aquisição do Direito Creditório Elegível "y" na Data de Aquisição "T";

$VN_y$  valor nominal do Direito Creditório Elegível "y" objeto da aquisição;

$DIFT$  cotação da Taxa DI futura, na Data de Aquisição e Pagamento "T", referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo VII a este Contrato de Cessão ("Taxa DI Futura"), a que pertence o respectivo " $d_y$ ", negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição e Pagamento para cada prazo. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 12,00%, então  $DIFT = 12,00$ ;

$Spread_{Sn}$  Fator Spread das Quotas Seniores, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: se o Fator Spread for 0,50% ao ano, então  $Spread_{Sn} = 0,50$ ;

$M_{Sn:T}$  valor da totalidade das Quotas Seniores em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";

$Spread_{Mz}$	Fator Spread das Quotas Subordinadas Mezanino, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no respectivo Suplemento. Exemplo: se o Fator Spread for 3,00% ao ano, então $Spread_{Mz} = 3,00$ ;
$MMz;T$	valor da totalidade das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação na Data de Aquisição e Pagamento "T";
$C$	$C = 2,00$ ; e
$d_y$	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição e Pagamento, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível "y" a ser adquirido pelo Fundo, exclusive.

6.2 Para o pagamento do Preço de Aquisição, o Fundo deverá, compulsoriamente, com a estrita observância da ordem aqui prevista, realizar as seguintes contraprestações ("Contraprestações"):

- (i) dação em pagamento de todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo que não tenham sido liquidados pelo Cliente e/ou Cliente Especial dentro do respectivo Prazo Máximo de Atraso ("Direitos Creditórios Permutáveis"), observados os seguintes procedimentos:
  - (a) o Fundo oferecerá à Cedente, no Dia Útil imediatamente posterior à data em que os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo tornarem-se Direitos Creditórios Permutáveis, por meio de carta preparada na forma do Anexo VI a este Contrato de Cessão ("Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis"), enviada por meio eletrônico, observado que eventuais alterações do referido modelo serão definidas de comum acordo entre as Partes e incorporadas a este Contrato de Cessão mediante correspondência epistolar, constituindo-se, a partir de então, no Anexo VI a este Contrato de Cessão, na referida data, todos os Direitos Creditórios Permutáveis de que dispuser na data da oferta, observado o disposto nas alíneas (g) e (h) abaixo;
  - (b) a Cedente poderá, a seu exclusivo juízo, aceitar ou não a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis referida na alínea (a) acima;
  - (c) caso a Cedente aceite, total ou parcialmente, a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis referida na alínea (a) acima, a Cedente deverá devolver a Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis ao Fundo, por meio eletrônico, no prazo de até 7 (sete) dias contados da data do seu recebimento, indicando quais dos Direitos Creditórios

Permutáveis listados no referido documento são aceitos como Contraprestação;

- (d) decorrido o prazo referido na alínea (c) acima sem manifestação da Cedente, considerar-se-ão recusados todos os Direitos Creditórios Permutáveis oferecidos pelo Fundo;
- (e) caso a Cedente, expressa ou tacitamente, recuse a oferta de Direitos Creditórios Permutáveis, o Fundo, após 15 (quinze) dias da data de vencimento da respectiva Duplicata, tomará as providências definidas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança para cobrança dos valores relativos aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos;
- (f) os Direitos Creditórios Permutáveis aceitos pela Cedente serão utilizados como Contraprestação pelo seu valor nominal na data da devolução da Carta de Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis, se for uma Data de Aquisição e Pagamento, ou na Data de Aquisição e Pagamento imediatamente subsequente à referida data de devolução, quando a cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis à Cedente será considerada perfeita e acabada;
- (g) a utilização dos Direitos Creditórios Permutáveis no pagamento do Preço de Aquisição realizar-se-á sempre a partir daquele com vencimento mais antigo para o mais recente;
- (h) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Permutáveis seja inferior ao Preço de Aquisição a ser pago, o Fundo deverá acrescer moeda corrente nacional a este somatório, até que a soma do valor das duas Contraprestações seja igual ao Preço de Aquisição a ser pago; e
- (i) caso o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Permutáveis seja superior ao Preço de Aquisição a ser pago, o Fundo deverá excluir Direitos Creditórios Permutáveis até que este somatório atinja valor imediatamente inferior ao Preço de Aquisição a ser pago, aplicando-se, então, o disposto na alínea (h) acima; e/ou
- (ii) moeda corrente nacional.

6.3 A cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis, seja em virtude de sua aceitação pela Cedente como Contraprestação, seja em virtude do exercício da opção a que se refere a Cláusula 6.4 abaixo, será considerada irrevogável e irretratável, com a transferência para a Cedente, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, da plena titularidade dos Direitos Creditórios Permutáveis, juntamente

com todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados.

- 6.4 A Cedente poderá, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, adquirir Direitos Creditórios Permutáveis, em moeda corrente nacional, pelo seu valor nominal.
- 6.5 Caso a Cedente exerça a opção de compra a que se refere a Cláusula 6.4 acima, a Cedente deverá notificar o Fundo, por intermédio do Custodiante, de sua decisão de adquirir Direitos Creditórios Permutáveis, informando quais os Direitos Creditórios Permutáveis que pretende adquirir. A cessão dos Direitos Creditórios Permutáveis à Cedente será considerada perfeita e acabada na data do recebimento, pelo Custodiante, da referida notificação, o qual fica, desde já, autorizado a transferir, no Dia Útil imediatamente posterior ao recebimento da referida notificação, recursos líquidos da Conta Corrente Autorizada da Cedente para a Conta Corrente Autorizada do Fundo no valor exato do montante total de Direitos Creditórios Permutáveis adquiridos pela Cedente, sem qualquer dedução ou retenção, a qualquer título, observado o disposto na Cláusula 7 abaixo, inclusive no que se refere à quitação do pagamento.
- 6.6 A Cedente poderá, a qualquer tempo entre a data de cessão de qualquer Direito Creditório Elegível ao Fundo e o último dia, inclusive, do Prazo Máximo de Atraso, adquirir tal Direito Creditório pelo seu respectivo valor nominal, mediante (i) pagamento em moeda corrente nacional, aplicando-se, nessa hipótese, *mutatis mutandis*, o disposto na Cláusula 6.4 acima e na Cláusula 7 abaixo; ou (ii) dação em pagamento de novos Direitos Creditórios Elegíveis, aplicando-se, nessa hipótese, *mutatis mutandis*, o disposto na Cláusula 6.1 acima, na Cláusula 6.2 acima, alíneas (h) e (i), e na Cláusula 6.4 acima.

## 7. FORMA DE PAGAMENTO

- 7.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.3 abaixo, todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pela Cedente ao Fundo e por este àquela em razão das obrigações previstas neste Contrato de Cessão deverão ser efetuados por qualquer meio de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, para as seguintes contas correntes:
- (i) quando devidos ao Fundo, mediante crédito na conta corrente n.º 614.443-8, mantida na agência n.º 2856 do Custodiante, valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e, após o efetivo crédito, como recibo de quitação; e
  - (ii) quando devidos à Cedente, mediante crédito na conta corrente de n.º 18741-0, mantida na agência n.º 3203 do Banco Bradesco S.A., valendo o comprovante do crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação.



- 7.2 Todo e qualquer pagamento efetuado em contas correntes outras que não as expressamente relacionadas na Cláusula 7.1 acima ou em qualquer conta corrente de titularidade do Fundo ("Contas Correntes Autorizadas do Fundo") ou da Cedente que vierem a ser expressamente indicadas, respectivamente, pelo Administrador ou pela Cedente ("Contas Correntes Autorizadas da Cedente" e, conjuntamente com as Contas Correntes Autorizadas do Fundo, "Contas Correntes Autorizadas") será considerado ineficaz em relação ao beneficiário do referido pagamento, não valendo o comprovante de depósito, nesse caso, como recibo de quitação. Nesta hipótese, o depositante ficará sujeito à repetição do pagamento na respectiva Conta Corrente Autorizada. No caso dos pagamentos efetuados em cheque, a quitação do pagamento ficará condicionada à efetiva compensação e liquidação do respectivo cheque pelo sistema de compensação.
- 7.3 Quaisquer valores devidos à Cedente, pelo Fundo, a qualquer título, poderão ser pagos mediante a utilização de "cheque OP" ou outro tipo de ordem de pagamento bancária, desde que autorizado pela Cedente, nas respectivas datas em que forem devidos nos termos deste Contrato de Cessão, valendo, nessa hipótese, a confirmação da liquidação da respectiva ordem de pagamento como recibo de quitação.
- 7.4 Quaisquer valores devidos ao Fundo, pela Cedente, e por aquele a esta, nos termos deste Contrato de Cessão e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior, desde que líquidos, certos e exigíveis, poderão ser compensados, nas respectivas datas de pagamento, com créditos que a Parte devedora tenha contra a Parte credora.
- 7.5 O(s) valor(es) que não for(em) compensado(s), no todo ou em parte, será(ão) pago(s) pela Cedente ao Fundo ou por este àquela, nas respectivas datas de pagamento, ficando o Custodiante, desde já, expressamente autorizado pela Cedente e pelo Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, na qualidade de mandatário, a transferir recursos líquidos entre as respectivas Contas Correntes Autorizadas da Cedente e do Fundo, desde que tenha comunicado, por meio de aviso de débito, à Cedente ou ao Fundo, conforme o caso, com antecedência de 1 (um) Dia Útil da data do débito. Caso a Cedente ou o Fundo não disponham de recursos nas Contas Correntes Autorizadas suficientes para débito do(s) respectivo(s) valor(es) não compensado(s), a Cedente ou o Fundo, conforme o caso, deverão, no mesmo prazo, efetuar o pagamento ao Fundo ou à Cedente, em moeda corrente nacional.
- 7.6 Operada a compensação prevista na Cláusula 7.4 acima, o Custodiante enviará comunicação, no prazo de 1 (um) Dia Útil, à Cedente e ao Fundo, informando (i) o valor compensado; e (ii) contra quais créditos foi operada a compensação. A entrega da comunicação referida nesta Cláusula valerá como recibo de quitação do pagamento feito por compensação.

- 7.7 A compensação de que trata a Cláusula 7.4 acima será efetuada somente entre créditos cujos valores tenham sido creditados nas Contas Correntes Autorizadas da Cedente e/ou nas Contas Correntes Autorizadas do Fundo.

8. OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

- 8.1 Sem prejuízo das demais obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, a Cedente expressamente obriga-se a:

- (i) adotar todas as providências para manter válidas e eficazes as declarações contidas na Cláusula 2.1 acima, mantendo o Fundo informado de qualquer ato ou fato que possa afetar a validade de qualquer das referidas declarações e adotando as medidas cabíveis para sanar ou evitar a invalidade da declaração, se o caso;
- (ii) não ceder a terceiros os Direitos Creditórios Elegíveis prometidos à cessão para o Fundo nos termos deste Contrato de Cessão e não alterar os termos e condições dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo;
- (iii) comunicar ao Fundo a ocorrência de quaisquer Eventos de Revisão (conforme definido abaixo) e/ou Eventos de Resilição (conforme definido abaixo) de que venha a tomar conhecimento;
- (iv) cumprir e fazer com que seus diretores, funcionários e prestadores de serviços cumpram os Procedimentos de Venda e todos os termos e condições deste Contrato de Cessão, do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e do Contrato de Custódia;
- (v) transferir ao Fundo e comunicar ao Custodiante, por meio eletrônico, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis da verificação do seu recebimento, por meio da Cedente, quaisquer valores que eventualmente venha a receber de Clientes e/ou Clientes Especiais com relação aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, sem qualquer dedução ou desconto, a qualquer título, sendo certo que a Cedente aceita sua nomeação como depositária, nos termos dos artigos 627 e seguintes do Código Civil, dos referidos valores até a sua efetiva transferência;
- (vi) permitir ao Fundo e ao Custodiante, ou a quem for por estes indicado, por escrito, acesso a todos os dados e informações relacionados aos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos, bem como fornecer, sem qualquer custo adicional, todos os meios e documentos a estes relacionados e adotar todas as medidas, para que os prestadores de serviços por este contratado verifiquem o cumprimento, pela Cedente, dos Procedimentos de Venda, sem qualquer custo para a Cedente;

- (vii) praticar todos os atos que estiverem a seu alcance, com a mesma diligencia que aplica aos próprios créditos, para que os Clientes e Clientes Especiais honrem as obrigações relacionadas com os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança;
- (viii) encaminhar ao Fundo (a) no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do encerramento de cada trimestre do exercício social em curso, cópias de suas demonstrações financeiras trimestrais; e (ii) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados do encerramento de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício social encerrado;
- (ix) entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato de Cessão, cópia (a) do seu estatuto social; e (b) dos instrumentos comprobatórios dos poderes conferidos a seus representantes para assinatura deste Contrato de Cessão;
- (x) sem prejuízo da obrigação a que se refere o item (xii) abaixo, entregar ao Fundo, na data da assinatura deste Contrato e sempre que houver uma atualização, cópia (a) do seu estatuto social atualizado; e (b) dos instrumentos comprobatórios dos poderes conferidos a seus representantes que representarem a Cedente na assinatura de cada Termo de Cessão;
- (xi) encaminhar ao Fundo, na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, cópia do parecer jurídico favorável de seu assessor legal contratado para a assessoria jurídica na constituição do Fundo, abordando os aspectos relativos à (a) regularidade da constituição do Fundo, e (b) regularidade dos documentos que formalizam a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo;
- (xii) encaminhar ao Fundo, no prazo de 15 (quinze) dias de sua aprovação, cópias (a) das deliberações relativas a qualquer alteração no seu objeto social preponderante; e (b) de qualquer alteração nos instrumentos comprobatórios de poderes nos termos deste Contrato de Cessão, do Contrato de Custódia ou do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior;
- (xiii) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 3 (três) dias contado da data em que estiverem disponíveis ao público, quaisquer deliberações societárias que possam afetar o cumprimento de qualquer de suas obrigações assumidas neste Contrato de Cessão;
- (xiv) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data do recebimento da citação, cópia de pedido de falência contra si apresentado por terceiros ou cópia do pedido de recuperação judicial por si ajuizado;
- (xv) encaminhar ao Fundo, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da respectiva deliberação, cópia de qualquer proposta de pedido de

autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução e/ou liquidação aprovada por seus órgãos societários;

- (xvi) entregar ao Fundo, na data de assinatura deste Contrato de Cessão, cópia da sua política de crédito vigente e, se alterada, cópia da respectiva alteração, no prazo de até 15 (quinze) dias do início da vigência da referida alteração;
- (xvii) diligenciar e tomar todas as medidas necessárias para que seus diretores, funcionários e prestadores de serviços façam cumprir, no que tange à concessão de crédito a Clientes e/ou Clientes Especiais, a sua política de crédito e cobrança vigente;
- (xviii) efetuar, de acordo com as práticas contábeis praticadas no Brasil, os respectivos lançamentos contábeis necessários à caracterização da cessão irrevogável e irretratável dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo; e
- (xix) observar os procedimentos para inclusão de Novo Cliente conforme estabelecidos no item 9 do Regulamento.

8.2 As obrigações previstas na Cláusula 8.1 acima para as quais não tenha sido estabelecido prazo específico serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Cedente, de notificação enviada pelo Custodiante ou pelo Fundo, nos termos da Cláusula 13 abaixo, exigindo o cumprimento da obrigação respectiva.

## 9. EVENTOS DE REVISÃO E EVENTOS DE RESILIÇÃO

9.1 São considerados eventos de revisão ("Eventos de Revisão") quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) descumprimento, pela Cedente, de qualquer das declarações, das obrigações de fazer e/ou não fazer deste Contrato de Cessão que não seja um Evento de Resilição e que, a critério do Fundo, possa comprometer (a) a aquisição sucessiva dos Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou (b) a capacidade do Fundo de cumprir com seus pagamentos e demais compromissos perante os Quotistas, desde que a Cedente tenha sido notificada para regularizar tal descumprimento e não o façam no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do recebimento da referida notificação;
- (ii) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Cedente;
- (iii) protesto legítimo de títulos contra a Cedente ou qualquer Controlada, cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado mensalmente, a partir da 1ª Data de Emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas, salvo se, no prazo máximo de 30

(trinta) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Administrador que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo. Para os fins deste item e dos itens abaixo, considera-se "Controlada" qualquer sociedade, entidade ou pessoa jurídica (1) na qual a Cedente detenha, direta e isoladamente, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota com direito a voto; e (2) em relação à qual a Cedente detenha o poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da respectiva sociedade, entidade ou pessoa jurídica;

- (iv) não pagamento pela Cedente ou por qualquer Controlada, de qualquer Dívida (conforme definido abaixo) cujo valor, unitário ou agregado, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), atualizado mensalmente a partir da 1ª Data de Emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de vencimento de tal Dívida, antecipada ou prevista no respectivo contrato (incluindo, se aplicável, o eventual prazo de cura previsto no respectivo contrato) ressalvado que não será considerada vencida qualquer Dívida que seja objeto de contestação legítima e de boa-fé por parte da Cedente ou Controlada (conforme o caso). Para os fins deste item, considera-se "Dívida" qualquer obrigação pecuniária classificada como empréstimos, financiamentos ou emissões públicas ou privadas de títulos e valores mobiliários, conversíveis ou não, no mercado local e/ou internacional, conforme reportado nas mais recentes demonstrações financeiras consolidadas disponíveis da Cedente, elaboradas segundo os princípios contábeis determinados pela legislação brasileira e pela regulamentação da CVM; e
- (v) caso ocorra qualquer dos Eventos de Avaliação, nos termos do Regulamento.

9.1.1 Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Revisão, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 18.1 e seguintes do Regulamento para os Eventos de Avaliação do Fundo e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

9.2 São considerados eventos de resilição ("Eventos de Resilição"), quaisquer das seguintes ocorrências:

- (i) decretação de falência da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Cedente;
- (ii) dissolução e/ou liquidação da Cedente;

- (iii) existência de evidências de que a Cedente tenha (a) emitido ou, por comprovada negligência, tenha permitido a terceiros emitir Notas Fiscais Fatura e/ou Duplicatas sem lastro e/ou em duplicidade; ou (b) oferecido ao Fundo Direitos Creditórios sobre os quais recaiam quaisquer discussões comerciais, ônus, encargos ou gravames, que tenham sido constituídos prévia ou concomitantemente à oferta ao Fundo;
  - (iv) decretação de falência de qualquer das sociedades controladoras da Cedente, requerimento de autofalência ou protocolização de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial por qualquer uma das sociedades controladoras da Cedente, de modo a, necessariamente, a critério da Administradora e dos Quotistas reunidos em assembleia geral, (a) implicar na incapacidade técnica da Cedente em continuar suas atividades industriais e, por consequência, afetar a geração de Direitos Creditórios Elegíveis para cessão ao Fundo; (b) causar prejuízos notórios e comprovados à imagem e à credibilidade da Cedente perante seus investidores, afetando a atratividade do Fundo perante o mercado; (c) obstar ou impedir a capacidade da controladora da Cedente em aportar os recursos financeiros de que a Cedente efetivamente necessite para viabilizar a continuidade de suas atividades industriais durante o prazo de vigência do Fundo; ou (d) obstar ou impedir, à luz da legislação vigente, a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo pela Cedente; ou
  - (v) caso ocorra qualquer dos Eventos de Liquidação, nos termos do Regulamento.
- 9.2.1 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Resilição facultará ao Fundo a imediata resilição deste Contrato de Cessão, devendo este observar o disposto nos itens 18.2 e seguintes do Regulamento.
- 9.2.2 O exercício da faculdade referida na Cláusula 9.2.1 acima não acarretará qualquer ônus ou penalidade de qualquer natureza ao Fundo e não obstará a aplicação, nos termos deste Contrato de Cessão, das penalidades previstas na Cláusula 11 abaixo, cujos termos sobreviverão ao término deste Contrato de Cessão.

## 10. RESILIÇÃO PELA CEDENTE

- 10.1 A Cedente poderá resilir este Contrato de Cessão mediante comunicação ao Fundo, com cópia para o Custodiante, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de resilição, sem qualquer ônus, encargo ou penalidade para a Cedente, somente na hipótese de:
- (i) criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, bem como



mudança na interpretação da legislação tributária por autoridade competente que, da mesma forma, implique em oneração relevante no processo de originação de Direitos Creditórios Elegíveis ou das operações previstas neste Contrato de Cessão;

- (ii) modificações do Regulamento aprovadas pelos Quotistas reunidos em assembleia geral que, comprovadamente, alterem o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato de Cessão e/ou que tornem o negócio jurídico pactuado excessivamente oneroso para a Cedente; ou
- (iii) alteração na legislação aplicável ao Fundo que acarrete mudança prejudicial na forma de contabilização da cessão de Direitos Creditórios ora pactuada pela Cedente.

10.2 O exercício do direito de rescisão de que trata esta Cláusula 10 não eximirá a Cedente do integral e pontual cumprimento (i) das obrigações assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, dos Termos de Cessão celebrados e do Contrato de Promessa de Subscrição de Quotas Subordinadas Junior e que sejam exigíveis na data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 10.1 acima, assim como não prejudicará o direito do Fundo de exigir, por todos os meios estabelecidos nos referidos instrumentos contratuais, o cumprimento de tais obrigações; ou (ii) das obrigações decorrentes das Condições Resolutivas da Cessão referentes a Direitos Creditórios cedidos até a data data do recebimento, pelo Fundo, da comunicação referida na Cláusula 10.1 acima.

10.3 Na hipótese de rescisão nos termos desta Cláusula 10, o Fundo adotará as providências estabelecidas nos itens 18.2 e seguintes do Regulamento.

## 11. PENALIDADES

11.1 O inadimplemento, por qualquer das Partes, de quaisquer das obrigações de pagamento previstas neste Contrato de Cessão caracterizará, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso ou notificação, a mora da Parte inadimplente, sujeitando-a ao pagamento dos seguintes encargos pelo atraso: (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata temporis desde a data em que o pagamento era devido até o seu integral recebimento pela Parte credora; e (ii) multa convencional, não compensatória, de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor devido.

11.2 A Cedente não será, todavia, penalizada em virtude de inadimplemento que tenha sido causado por falhas de sistema e/ou de comunicação atribuídos ao Custodiante e/ou ao Fundo.

11.3 O inadimplemento pelo Fundo das obrigações, de qualquer natureza, previstas neste Contrato de Cessão só será penalizado na forma da Cláusula 11.1 acima se a Cedente comprovar a ocorrência de culpa, dolo ou má-fé do Administrador e/ou do Custodiante no descumprimento de

tais obrigações. Não serão penalizáveis quaisquer atrasos que decorram de falhas de sistema e/ou de comunicação do Custodiante e/ou do Administrador, os quais, não obstante, deverão diligenciar para a imediata correção de tais falhas.

- 11.4 O inadimplemento, pela Cedente, de qualquer das obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas nos termos deste Contrato de Cessão, do qual tenham sido notificadas para regularizar e não o façam no prazo assinado na respectiva notificação e/ou aviso, prazo este que, em nenhuma hipótese, será inferior a 5 (cinco) Dias Úteis, obrigará a Cedente ao pagamento ao Fundo de uma multa convencional, não compensatória, de R\$1.000,00 (um mil reais), valor que será atualizado, na menor periodicidade admitida em lei, a partir da data de assinatura deste Contrato de Cessão, pela variação acumulada do IGP-M, por dia de atraso no cumprimento de tais obrigações, sem prejuízo do disposto na Cláusula 11.1 acima, na Cláusula 9 acima e da cobrança de perdas e danos incorridos pelo Fundo em decorrência de tal inadimplemento e que execerem o valor da multa convencional.

## 12. CONFIDENCIALIDADE

- 12.1 Cada uma das Partes e o Custodiante (em conjunto, "Partes Obrigadas" e, individualmente, "Parte Obrigada") obrigam-se a manter em sigilo e respeitar a confidencialidade dos dados e informações, verbais ou escritas, relativos às operações e negócios das outras Partes Obrigadas (incluindo, sem limitação, todos os segredos e/ou informações financeiras, operacionais, econômicas, técnicas e jurídicas), dos contratos, pareceres e outros documentos, bem como, de quaisquer cópias ou registros dos mesmos, contidos em qualquer meio físico a que a referida Parte Obrigada tiver acesso em virtude deste Contrato de Cessão e do Regulamento ("Informações Confidenciais"), ficando desde já estabelecido que (i) as Informações Confidenciais somente poderão ser divulgadas a seus sócios, administradores, procuradores, consultores, prepostos e empregados, presentes ou futuros, que precisem ter acesso às Informações Confidenciais em virtude do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato de Cessão ("Representantes") e (ii) que a divulgação a terceiros, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, isolada ou conjuntamente, no Brasil ou no exterior, por qualquer meio, de quaisquer Informações Confidenciais dependerá de prévia autorização, por escrito, das demais Partes Obrigadas.
- 12.2 As Partes Obrigadas obrigam-se a não utilizar qualquer das Informações Confidenciais em proveito próprio ou de quaisquer terceiros e responsabilizam-se pela violação das obrigações previstas nesta Cláusula por parte de quaisquer dos Representantes.
- 12.3 Caso qualquer das Partes Obrigadas ou qualquer de seus Representantes seja obrigado, em virtude de lei, de decisão judicial, do Regulamento ou

por determinação de qualquer autoridade governamental, a divulgar quaisquer das Informações Confidenciais, sem prejuízo do atendimento tempestivo à determinação legal ou administrativa e desde que tais determinações não exijam sigilo específico com relação à outra Parte Obrigada, tal Parte Obrigada deverá comunicar imediatamente as outras Partes Obrigadas a respeito dessa obrigação, de modo que as Partes Obrigadas, se possível e em mútua cooperação, possam intentar as medidas cabíveis, inclusive judiciais, para preservar as Informações Confidenciais. Caso as medidas tomadas para preservar as Informações Confidenciais não sejam tempestivas ou não tenham êxito, deverá ser divulgada somente a parcela das Informações Confidenciais necessária à satisfação do atendimento do dever legal de divulgação das informações requisitadas.

- 12.4 Excluem-se do compromisso de confidencialidade aqui previsto as informações (i) disponíveis para o público de outra forma que não pela divulgação das mesmas por qualquer das Partes Obrigadas ou por qualquer de seus Representantes; e (ii) que comprovadamente já eram do conhecimento de uma ou de todas as Partes Obrigadas ou de qualquer de seus Representantes antes da referida Parte Obrigada ou seus Representantes terem acesso em função deste Contrato de Cessão.
- 12.5 O dever de confidencialidade a que se refere esta Cláusula não se aplicará à utilização, pelo Fundo, de Informações Confidenciais para (i) a elaboração dos documentos necessários à concretização da emissão e distribuição pública das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino de emissão do Fundo, se o caso, (ii) elaboração de quaisquer documentos relacionados à constituição ou ao regular funcionamento do Fundo; ou (iii) a cobrança em juízo e/ou execução do presente Contrato de Cessão.
- 12.6 O dever de confidencialidade previsto nesta Cláusula 12 sobreviverá ao término deste Contrato de Cessão pelo prazo de 5 (cinco) anos, inclusive após a extinção ou a rescisão deste Contrato de Cessão.

### 13. COMUNICAÇÕES

- 13.1 Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das Partes e pelo Custodiante nos termos deste Contrato de Cessão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) para a Cedente:
- Braskem S.A.  
Avenida das Nações Unidas 8.501 – 25º andar  
05425-070 São Paulo, SP  
At.: Rodrigo Menck  
Marcelo Rossini  
Julcimar Ferreira  
Marcelle Vieira  
Fac-símile: (11) 3576-9532  
Correio Eletrônico: [rodrigo.menck@braskem.com.br](mailto:rodrigo.menck@braskem.com.br)  
[marcelo.rossini@braskem.com.br](mailto:marcelo.rossini@braskem.com.br)  
[julcimar.ferreira@braskem.com.br](mailto:julcimar.ferreira@braskem.com.br)  
[marcelle.vieira@braskem.com.br](mailto:marcelle.vieira@braskem.com.br)
- Fac-símile: (11) 3576-9532
- (ii) para o Administrador:
- BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar  
06029-900 Osasco, SP  
At.: Sr. André Bernardino da Cruz Filho  
Telefone: (11) 3684-4522  
Fac-símile: (11) 3684-5645  
Correio Eletrônico: [bemdtvm@bradesco.com.br](mailto:bemdtvm@bradesco.com.br)
- (iii) para o Custodiante:
- Banco Bradesco S.A.  
Departamento de Ações e Custódia  
Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara  
06029-900 Osasco, SP  
At.: Luis Cláudio de Freitas Coelho Pereira  
Telefone: (11) 3684-4522  
Fac-símile: (11) 3684-5645  
Correio Eletrônico: [bradescocustodia@bradesco.com.br](mailto:bradescocustodia@bradesco.com.br)
- (iv) para a Agência de Classificação de Risco (sempre com cópia para a Administradora):
- Moody's América Latina Ltda.  
Avenida das Nações Unidas 12.551, 16º andar, cj. 1601  
04571-010 São Paulo, SP  
At.: Martín Fernández Romero  
Fac-símile: (11) 4816.2345  
Correio Eletrônico: [Martin.Fernandez-Romero@moodys.com](mailto:Martin.Fernandez-Romero@moodys.com)

- 13.2 Todas as comunicações, cartas ou notificações enviadas ao Fundo nos termos deste Contrato de Cessão devem ser emitidas com cópia para o Custodiante, sob pena de não serem consideradas recebidas pelo Fundo.
- 13.3 Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados recebidos quando entregues, sob protocolo ou mediante "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços acima, ou quando da confirmação do recebimento da transmissão via fac-símile (*answer back*), via *e-mail* ou outro meio de transmissão eletrônica. Para os fins desta Cláusula, será considerada válida a confirmação do recebimento via fac-símile ou via *e-mail* ainda que emitida pela Parte que tenha transmitido a mensagem, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação, bem como da data do envio.

#### 14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 As partes reconhecem este Contrato de Cessão e os Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, como título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585, inciso II, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 14.2 Para os fins deste Contrato de Cessão e dos Termos de Cessão, quando celebrados na forma estabelecida por este Contrato de Cessão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil.
- 14.3 Observados os prazos específicos estabelecidos neste Contrato, as obrigações de fazer e não fazer previstas neste Contrato de Cessão que não tenham prazo específico estipulado serão exigíveis no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Cedente ou pelo Fundo, da notificação que constituir a respectiva Parte em mora, ficando facultada à Parte credora a adoção das medidas judiciais necessárias (i) à tutela específica; ou (ii) à obtenção do resultado prático equivalente, por meio das medidas a que se refere o artigo 461, parágrafo 5º, do Código de Processo Civil.
- 14.4 As Partes desde já expressamente reconhecem que o comprovante de recebimento da notificação mencionada na Cláusula 14.3 acima, acompanhado dos documentos que a tenham fundamentado, será bastante para instruir o pedido de tutela específica da obrigação.
- 14.5 O presente Contrato de Cessão vigorará pelo Prazo de Duração do Fundo.

- 14.6 Caso a Cedente, direta ou indiretamente, antes ou após a constituição do Fundo e registro original do Regulamento no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, tenha constituído ou adquirido o controle ou venha a constituir ou adquirir o controle de uma sociedade ou colocar em operação uma sociedade já existente, cujo objeto social seja substancialmente semelhante ao da Cedente, tal sociedade será considerada, a critério da Cedente, uma Cedente para todos os fins e efeitos deste Contrato de Cessão, a partir da data em que o Fundo receber uma notificação da Cedente, acompanhada de termo de adesão dessa nova sociedade aos termos e condições deste Contrato de Cessão. Tal nova Cedente estará sujeita, sem qualquer restrição, aos termos e condições deste Contrato de Cessão e do Regulamento. As Partes deverão celebrar aditamento a este Contrato de Cessão para incluir tal nova Cedente.
- 14.7 Em caso de inclusão de nova Cedente nos termos da Cláusula 14.6 acima, cada uma das Cedentes será solidariamente responsável, nos termos dos artigos 264, 265 e 275 e seguintes do Código Civil, pelo cumprimento das obrigações assumidas pelas demais nos termos deste Contrato de Cessão.
- 14.8 Os Direitos Creditórios ofertados e que não forem adquiridos pelo Fundo, assim como os Direitos Creditórios que venham a ser adquiridos pela Cedente nos termos deste Contrato de Cessão, poderão ser utilizados livremente pela Cedente em qualquer tipo de transação ou negócio.
- 14.9 A Cedente declara ter recebido, na data de assinatura deste Contrato de Cessão, uma cópia autenticada (i) do Regulamento; e (ii) do Prospecto, conhecendo seu inteiro teor e estando de pleno acordo com os termos e condições neles estabelecidos, especialmente com relação aos dispositivos dos mencionados documentos referidos neste Contrato de Cessão, reconhecendo como válidos todos os deveres e obrigações previstos nos instrumentos ora referidos, cujo cumprimento dependa do adimplemento das obrigações assumidas pela Cedente nos termos deste Contrato de Cessão.
- 14.10 Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 1.1, 1.4 e 6.2 acima, item (i), alínea (a), toda e qualquer modificação deste Contrato de Cessão somente será válida e eficaz se feita por escrito, por meio de aditamento assinado pelas Partes e pelo Custodiante, salvo as promovidas nos Anexos II e III, que poderão ser substituídos, desde que devidamente firmados por todas as Partes e pelo Custodiante.
- 14.11 Exceto pelas relações comerciais e obrigacionais ora estabelecidas, este Contrato de Cessão não cria nem estabelece qualquer outra relação comercial entre a Cedente e o Fundo.
- 14.12 As Partes celebram este Contrato de Cessão em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores e cessionários, a qualquer título.



- 14.13 Os anexos a este Contrato de Cessão ("Anexos") são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato de Cessão e seus Anexos prevalecerão as disposições do Contrato de Cessão, dado o caráter complementar dos Anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e incindibilidade das disposições do Contrato de Cessão e dos Anexos, que deverão ser interpretados de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.
- 14.14 A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remissão, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato de Cessão, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato de Cessão.
- 14.15 O presente Contrato de Cessão constitui o único e integral acordo entre as Partes, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.
- 14.16 Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato de Cessão, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.
- 14.17 Este Contrato de Cessão e seus aditamentos, se houver, serão registrados em Ofício de Títulos e Documentos da Comarca de Camaçari, Estado da Bahia (às expensas da Cedente), e na Comarca de Osasco, Estado de São Paulo (às expensas do Fundo), dentro do prazo de 20 (vinte) dias da data das respectivas assinaturas.
- 14.18 Todas as disposições contidas neste Contrato de Cessão que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a ser cumprida pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva do Administrador.
- 14.19 As Partes declaram, conjunta e expressamente, que o presente Contrato de Cessão foi celebrado respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.
- 14.20 Se, em decorrência de qualquer decisão judicial irrecorrível, qualquer disposição ou termo deste Contrato de Cessão for declarada nula ou for anulada, tal nulidade ou anulabilidade não prejudicará a vigência das demais cláusulas deste Contrato de Cessão não atingidas pela declaração de nulidade ou pela anulação.

15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou que possa vir a ser, para dirimir as questões porventura resultantes deste Contrato de Cessão ou de qualquer Termo de Cessão.

E, por estarem justas e contratadas, firmam este Contrato de Cessão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, 9 de junho de 2010.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 9 de junho de 2010 entre Chemical V - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 1/4).

BRASKEM S.A.

  
\_\_\_\_\_

Nome:

Cargo:

**Marcela Drehmer**  
Vice-Presidente Financeira e  
de Relação com Investidores

Nome:


Cargo:

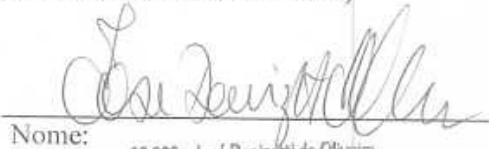
  
**Guilherme A. Melegre**  
Diretoria de Controladoria



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 9 de junho de 2010 entre Chemical V - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a intervenção do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 2/4).

CHEMICAL V- FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA  
(REPRESENTADO POR  
BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.)

Nome:   
Cargo: 66.388 - José Carlos da Silva

Nome:   
Cargo: 36.300 - José Donizetti de Oliveira



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 9 de junho de 2010 entre Chemical V - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 3/4).

BANCO BRADESCO S.A.

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: 86388 - José Carlos da Silva

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: 36.300 - José Donizetti de Oliveira



Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças, celebrado em 9 de junho de 2010 entre Chemical V - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, e Braskem S.A., com a interveniência do Banco Bradesco S.A. (Página de Assinaturas 4/4).

Testemunhas:

Nome:

Id.:

CPF/MF: 151.003.003-27

Nome:

Id.:

CPF/MF 083.586.748-05





## NOTAS FISCAIS FATURA DA CEDENTE

218

**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

**ANEXO II**

**LAYOUT DO ARQUIVO**

**Layout do Arquivo Remessa Aquisição – "Header Label"**

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	0
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO REMESSA	002 002	N(001)	1
LITERAL REMESSA	003 009	A(007)	REMESSA
CÓDIGO DE SERVIÇO	010 011	N(002)	01
LITERAL SERVIÇO	012 026	A(015)	FUNDO RECEBÍVEL
CÓDIGO DA EMPRESA	027 046	N(020)	ZEROS A ESQUERDA
NOME DA EMPRESA	047 076	A(030)	
NÚMERO DO BRADESCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077 079	N(003)	237
NOME DO BANCO POR EXTENSO	080 094	A(015)	BRADESCO
DATA DA GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095 100	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	101 108	A(008)	
IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA	109 110	A(002)	MX - PAG 19
N.º SEQUENCIAL DO ARQUIVO	111 117	N(007)	SEQUENCIAL – PAG 19
CÓDIGO DO BANCO CUSTODIANTE DOS RECEBÍVEIS	118 120	N(003)	
CÓDIGO DO FUNDO	121 131	A(011)	FDCCHEMICAL
CNPJ/MF DA EMPRESA CEDENTE	132 146	A(015)	
BRANCOS	147 394	A(248)	
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO DE UM EM UM	395 400	N(006)	000001
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO	

**Layout do Arquivo Remessa Aquisição – Registro Transação "Tipo 1"**

NOME DO CAMPO	POSICÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	1
AGÊNCIA DE DÉBITO	002 006	N(005)	PAG 19
DÍGITO DA AGÊNCIA DE DÉBITO	007 007	A(001)	PAG 19
RAZÃO DA CONTA CORRENTE	008 012	N(005)	PAG 19
CONTA CORRENTE	013 019	N(007)	PAG 19
DÍGITO DA CONTA CORRENTE	020 020	A(001)	PAG 19
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CEDENTE NO BANCO	021 037	A(017)	PAG 20
N.º CONTROLE DO PARTICIPANTE	038 062	A(025)	PAG 20
CÓDIGO DO BANCO A SER DEBITADO NA COMPENSAÇÃO	063 065	N(003)	237
ZEROS	066 070	N(005)	00000
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO	071 081	N(011)	NOSSO NUMERO C/ S/ REGISTRO

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
DIGITO DE AUTO CONFERENCIA DO NOSSO NÚMERO	082 082	A(001)	DÍGITO N/N PAG 20
DESCONTO BONIFICAÇÃO POR DIA	083 092	N(010)	
CONDIÇÃO PARA EMISSÃO DA PAPELETA DE COBRANÇA	093 093	N(001)	PAG 22
IDENT. SE EMITE PAPELETA PARA DÉBITO AUTOMÁTICO	094 094	A(001)	N OU <> N
IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO DO BANCO	095 104	A(010)	
INDICADOR RATEIO CRÉDITO	105 105	A(001)	R PAG 22
ENDEREÇAMENTO PARA AVISO DO DÉBITO AUTOMÁTICO EM C/C	106 106	N(001)	PAG 22
BRANCOS	107 108	A(002)	
IDENTIFICAÇÃO OCORRÊNCIA	109 110	N(002)	PAG 22
N.º DO DOCUMENTO	111 120	A(010)	
DATA DO VENCIMENTO DO TÍTULO	121 126	N(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	127 139	N(013)	SEM PONTO E SEM VIRGULA
BANCO ENCARGADO DA COBRANÇA	140 142	N(003)	
AGÊNCIA DEPOSITÁRIA	143 147	N(005)	
ESPECIE DE TÍTULO	148 149	N(002)	NOTA 01
IDENTIFICAÇÃO	150 150	A(001)	A – ACEITO / N – NÃO ACEITO
DATA DA EMISSÃO DO TÍTULO	151 156	N(006)	DDMMAA
1a INSTRUÇÃO	157 158	N(002)	PAG 23
2a INSTRUÇÃO	159 160	N(002)	PAG 23
VALOR A SER COBRADO POR DIA DE ATRASO	161 173	N(013)	PAG 23
DATA LIMITE P/ CONCESSÃO DE DESCONTO	174 179	N(006)	DDMMAA
VALOR DO DESCONTO	180 192	N(013)	
VALOR DO IOF	193 205	N(013)	
VALOR DO ABATIMENTO A SER CONCEDIDO OU CANCELADO	206 218	N(013)	
IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE INSCRIÇÃO DO SACADO	219 220	N(002)	
N.º INSCRIÇÃO DO SACADO	221 234	N(014)	CNPJ / CPF
NOME DO SACADO	235 274	A(040)	
ENDEREÇO COMPLETO	275 314	A(040)	
1a MENSAGEM	315 326	A(012)	
CEP	327 331	N(005)	
SUFIXO DO CEP	332 334	N(003)	
SACADOR / AVALISTA OU 2a MENSAGEM	335 394	A(060)	
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO	395 400	N(006)	
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO	

### Layout do Arquivo - Remessa – "Registro Trailer"

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO	PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001 001	N(001)	"9"
BRANCOS	002 394	A(393)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL DE	395 400	N(006)	N.º SEUQNCIAL DO ÚLTIMO

REGISTRO				REGISTRO
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA N = NUMÉRICO ALTA				

*Layout do Arquivo - Retorno - Registro "Header Label"*

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001	001	N(001)	0
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO RETORNO	002	002	N(001)	2
LITERAL RETORNO	003	009	A(007)	RETORNO
CÓDIGO DE SERVIÇO	010	011	N(002)	01
LITERAL SERVIÇO	012	026	A(015)	FUNDO RECEBÍVEL
CÓDIGO DA EMPRESA	027	046	N(020)	ZEROS ESQUERDA A
NOME DA EMPRESA	047	076	A(030)	RAZÃO SOCIAL
NÚMERO DO BRADESCO NA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO	077	079	N(003)	237
NOME DO BANCO POR EXTENSO	080	094	A(015)	BRADESCO
DATA DA GRAVAÇÃO DO ARQUIVO	095	100	N(006)	DDMMAA
ZEROS	101	108	N(008)	ZEROS
N.º AVISO BANCÁRIO	109	113	N(005)	N.º AVISO
BRANCOS	114	379	(266)	BRANCOS
DATA DO CRÉDITO	380	385	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	386	394	(009)	BRANCOS
N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO DE UM EM UM	395	400	N(006)	000001
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA N = NUMÉRICO				

*Layout do Arquivo Retorno - Registro de Transação "Tipo 1"*

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO (*)	001	001	N(001)	1
TIPO DE INSCRIÇÃO EMPRESA (*)	002	003	N(002)	01-CPF / 02 – CNPJ / 99-OUTROS
NÚMERO INSCRIÇÃO DA EMPRESA (*)	004	017	N(014)	CNPJ/CPF N.º FILIAL CONTROLE
ZEROS	018	020	A(003)	ZEROS
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA CEDENTE NO BANCO (*)	021	037	A(017)	ZERO / CARTEIRA / AGÊNCIA / C/C
N.º CONTROLE DO PARTICIPANTE	038	062	A(025)	USO DA EMPRESA
ZEROS	063	070	N(008)	ZEROS
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO (*)	071	082	A(012)	
USO DO BANCO	083	092	A(010)	BRANCOS
USO DO BANCO	093	104	A(012)	ZEROS
INDICADOR DE RATEIO CRÉDITO	105	105	(001)	"R"
ZEROS	106	107	N(002)	ZEROS
CARTEIRA	108	108	N(001)	CARTEIRA
IDENTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIA (*)	109	110	N(002)	
DATA OCORRÊNCIA NO BANCO (*)	111	116	N(006)	DDMMAA
NÚMERO DO DOCUMENTO	117	126	A(010)	NÚMERO DO DOCUMENTO

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO TÍTULO NO BANCO (*)	127	146	A(020)	
DATA VENCIMENTO DO TÍTULO	147	152	N(006)	DDMMAA
VALOR DO TÍTULO	153	165	N(013)	VALOR DO TÍTULO
BANCO COBRADOR	166	168	N(003)	CÓDIGO DO BANCO COMPENSAÇÃO
AGÊNCIA COBRADORA (*)	169	173	N(005)	CÓDIGO DA AGÊNCIA BANCO COBRADOR
ESPÉCIE DO TÍTULO	174	175	A(002)	BRANCO
DESPESAS DE COBRANÇA PARA OS CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA 02 - ENTRADA CONFIRMADA 28 - DÉBITO DE TARIFAS	176	188	N(013)	VALOR DESPESA
OUTRAS DESPESAS CUSTAS DE PROTESTO	189	201	N(013)	VALOR OUTRAS DESPESAS
JUROS OPERAÇÃO EM ATRASO	202	214	N(013)	
IOF DEVIDO	215	227	N(013)	VALOR DO IOF
ABATIMENTO CONCEDIDO SOBRE O TÍTULO	228	240	N(013)	VALOR ABATIMENTO CONCEDIDO
DESCONTO CONCEDIDO	241	253	N(013)	VALOR DESCONTO CONCEDIDO
VALOR PAGO	254	266	N(013)	VALOR PAGO
JUROS DE MORA	267	279	N(013)	JUROS DE MORA
OUTROS CRÉDITOS	280	292	N(013)	
BRANCOS	293	294	A(002)	BRANCOS
MOTIVO DO CÓDIGO DE OCORRÊNCIA 19 (CONFIRMAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROTESTO)	295	295	A(001)	A - ACEITO / D - DESPREZADO
DATA DO CRÉDITO	296	301	N(006)	DDMMAA
BRANCOS	302	318	A(017)	BRANCOS
MOTIVOS DAS REJEIÇÕES PARA OS CÓDIGOS DE OCORRÊNCIA DA POSIÇÃO 109 A 110	319	328	N(010)	MOTIVO
BRANCOS	329	394	(066)	BRANCOS
N.º SEQUENCIAL DE REGISTRO	395	400	N(006)	NÚMERO SEQUENCIAL REGISTRO
A = ALFA NUMÉRICO – CAIXA ALTA		N = NUMÉRICO		

*Layout do Arquivo Retorno - Registro "Trailer"*

NOME DO CAMPO	POSIÇÃO		PICTURE	CONTEÚDO
IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO	001	001	N(001)	"9"
IDENTIFICAÇÃO DO RETORNO	002	002	N(001)	2
IDENTIFICAÇÃO TIPO DE REGISTRO	003	004	N(002)	01
CÓDIGO DO BANCO	005	007	N(003)	237
BRANCOS	008	017	A(010)	BRANCOS
QUANTIDADE DE TÍTULOS EM COBRANÇA	018	025	N(008)	QTDE TÍTULOS DE COBRANÇA
VALOR TOTAL EM COBRANÇA	026	039	N(014)	VALOR TOTAL EM COBRANÇA
N.º DO AVISO BANCÁRIO	040	047	N(008)	N.º DO AVISO BANCÁRIO
BRANCOS	048	057	A(010)	BRANCOS
QTDE DE REGISTROS-OCORRÊNCIA 02 - CONFIRMAÇÃO DE ENTRADAS	058	062	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 02 - CONFIRMAÇÃO DE ENTRADAS	063	074	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 06 - LIQUIDAÇÃO	075	086	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 06 - LIQUIDAÇÃO	087	091	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 06	092	103	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 09 E 10-TÍTULOS BAIXADOS	104	108	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 09 E 10 - TÍTULOS BAIXADOS	109	120	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DE REGISTROS - OCORRÊNCIA 13 - ABATIMENTO CANCELADO	121	125	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 13 - ABATIMENTO CANCELADO	126	137	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 14 - VENCIMENTO ALTERADO	138	142	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 14 - VENCIMENTO ALTERADO	143	154	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 12 - ABATIMENTO CONCEDIDO	155	159	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 12 - ABATIMENTO CONCEDIDO	160	171	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
QUANTIDADE DOS REGISTROS-OCORRÊNCIA 19-CONFIRMAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROTESTO	172	176	N(005)	QUANTIDADE REGISTROS
VALOR DOS REGISTROS - OCORRÊNCIA 19 - CONFIRMAÇÃO DA INSTRUÇÃO DE PROTESTO	177	188	N(012)	VALOR DOS REGISTROS
BRANCOS	189	362	A(174)	BRANCOS
VALOR TOTAL DOS RATEIOS EFETUADOS	363	377	N(015)	VALOR TOTAL RATEIOS
QUANTIDADE TOTAL DOS RATEIOS EFETUADOS	378	385	N(008)	QUANTIDADE RATEIOS EFETUADOS
BRANCOS	386	394	A(009)	BRANCOS
NÚMERO SEQUENCIAL DO REGISTRO	395	400	N(006)	N.º SEQUENCIAL DO REGISTRO



**CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS**

**ANEXO III**

**AVISOS DE VENCIMENTO**

<b>Itaú</b> Banco Itaú S.A. [341-7]					<b>RECIBO DO SACADO</b>	
Local de Pagamento: ATE O VENCIMENTO, PREFERENCIALMENTE NO ITAÚ APÓS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ						Vencimento
Cedente						Agência/Código Cedente
Data do documento	No. do documento	Espécie doc.	Acerto	Data Processamento	Nosso Número	
Use do Banco	Carteira	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(R) Valor do Documento	
Instruções (Todas informações deste bloquete são de exclusiva responsabilidade do cedente). APÓS O VENCIMENTO COBRAR MORA DE R\$ ..... 40 DIA						(-) Descontos/Abatimento
Direito de Crédito cedido ao Chemical V – FIDC Pagável Somente em Banco						(+) Mora/Multa
						(=) Valor Cobrado
Sacado				CNPJ/CPF		
Sacador/Avalista: BRASKEM S.A.				CNPJ/CPF 042150391000170		Autenticação mecânica

<b>Itaú</b> Banco Itaú S.A. [341-7] 34191.12879 74663.782931 80121.310009 2 29710004767361					<b>Ficha de Compensação</b>	
Local de Pagamento: ATE O VENCIMENTO, PREFERENCIALMENTE NO ITAÚ APÓS O VENCIMENTO, SOMENTE NO ITAÚ						Vencimento
Cedente						Agência/Código Cedente
Data do documento	No. do documento	Espécie doc.	Acerto	Data Processamento	Nosso Número	
Use do Banco	Carteira	Espécie R\$	Quantidade	Valor	(R) Valor do Documento	
Instruções (Todas informações deste bloquete são de exclusiva responsabilidade do cedente). APÓS O VENCIMENTO COBRAR MORA DE R\$ ..... AO DIA						(-) Descontos/Abatimento
Direito de Crédito cedido ao Chemical V – FIDC Pagável Somente em Banco						(+) Mora/Multa
						(=) Valor Cobrado
Sacado				CNPJ/CPF		
Sacador/Avalista: BRASKEM S.A.				CNPJ/CPF 042150391000170		Autenticação mecânica



CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO IV

PROCEDIMENTOS DE VENDA E CONSTITUIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

1. Área Comercial

1.1 Formalização das Ordens

1.1.1 As vendas dos Produtos são efetuadas mediante pedidos apresentados pelos Clientes e/ou Clientes Especiais ("Ordens") diretamente aos assistentes de vendas da Cedente ("Assistentes Comerciais"), que são os responsáveis pelo recebimento e pela inserção das Ordens no sistema integrado de controle de recebimento de matéria-prima, estoque, faturamento, finanças e contabilidade da Cedente ("SAP").

1.1.2 Na venda de petroquímicos básicos e utilidades, em geral realizada mediante contratos de fornecimento, as Ordens são inseridas mensalmente no SAP com base em um planejamento anual de vendas definido diretamente com cada Cliente e/ou Cliente Especial. As Ordens referentes aos demais Produtos são recebidas por meio de ligação telefônica, fax, e-mail ou pelo portal da Cedente na Internet ou, ainda, por meio de contato direto do Cliente e/ou Cliente Especial com os gerentes de conta da Cedente ("GC"), que as encaminham a seus Assistentes Comerciais para inserção no SAP. Estas Ordens são inseridas no SAP com numeração sequencial e, se atenderem aos parâmetros de crédito previamente definidos e à disponibilidade de Produtos em estoque, são confirmadas.

1.2 Bloqueio de Ordens

1.2.1 As Ordens não confirmadas são bloqueadas pelo SAP. O bloqueio de Ordens ocorre nas seguintes hipóteses:

- (i) limite de crédito excedido: automaticamente o sistema (SAP) bloqueia as Ordens quando o somatório destas, adicionado ao somatório das Duplicatas em aberto (vencidas ou vincendas), for superior ao limite de crédito apurado e aprovado internamente para o referido Cliente e/ou Cliente Especial; e
- (ii) títulos em aberto: automaticamente o sistema (SAP) bloqueia as Ordens, quando o Cliente e/ou Cliente Especial possuir Duplicatas em atraso perante a Cedente por prazo igual ou superior a 4 (quatro) dias.

1.3 Liberação das Ordens

1.3.1 As Ordens bloqueadas pelo SAP são verificadas pela Área de Gestão de Crédito.

1.3.2 A liberação das Ordens bloqueadas pode ser autorizada, caso a caso, dependendo das condições que provocaram o bloqueio e de acordo com as alçadas estabelecidas na política de crédito e cobrança da Cedente.

## 2. Unidades de Produção e Faturamento

### 2.1 Identificação das Ordens e Contratação do Transporte

2.1.1 As unidades de produção e faturamento da Cedente ("UPF"), atualmente em número total de 25, identificam as Ordens processadas e liberadas e verificam, por meio do SAP, a forma contratada para o transporte dos Produtos, conforme segue:

#### (i) Unidade de Insumos Básicos

- (a) Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- (b) Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente e/ou Cliente Especial;
- (c) Vendas por Cabotagem: a UPF procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima; e
- (d) Vendas por Tubovia: a UPF fornece os Produtos diretamente ao Cliente e/ou Cliente Especial através de dutos.

#### (ii) Unidade de Vinílicos e Unidade de Poliolefinas

- (a) Vendas CIF: a UPF procede à contratação de transportadora;
- (b) Vendas FOB: a UPF aguarda a chegada do transportador contratado pelo Cliente e/ou Cliente Especial; e
- (c) Vendas por Cabotagem: a UPF usualmente procede à contratação de transportadora, que realiza o transporte por via marítima.

## 3. Carregamento dos Produtos e Faturamento

O carregamento dos Produtos só é autorizado pelo SAP caso o Cliente e/ou Cliente Especial não possua qualquer restrição creditícia que tenha surgido após o processamento e liberação da respectiva Ordem.

### 3.1 Transporte em Caminhões

3.1.1 Qualquer que seja a modalidade de venda (CIF ou FOB), o carregamento dos Produtos no caminhão é feito no armazém de produto acabado da respectiva UPF.

3.1.2 Concluído o carregamento, caso a venda tenha sido contratada na modalidade CIF, é emitido o comprovante de embarque dos Produtos. O caminhão carregado passa pela balança para pesagem e registro eletrônico dos dados da transportadora na UPF. No ato da pesagem, é emitido um ticket de balança que registra a quantidade de Produtos embarcada, sendo

entregue ao motorista do caminhão responsável pelo transporte uma via do respectivo tíquete.

- 3.1.3 No caso das vendas na modalidade CIF, o recibo de entrega dos Produtos é entregue ao motorista, que deverá colher a assinatura do Cliente e/ou Cliente Especial no referido comprovante quando da efetiva entrega.
- 3.1.4 No caso das vendas na modalidade FOB, o recibo de entrega dos Produtos é firmado pelo próprio motorista que efetuará o transporte até o destino final. O recibo de entrega fica retido na UPF.
- 3.1.5 A emissão da Nota Fiscal Fatura de cada venda realizada é feita em 5 (cinco) vias. O SAP só emite as Notas Fiscais Fatura após a conclusão do carregamento dos Produtos e não registra mais de uma Nota Fiscal Fatura com o mesmo número.

### 3.2 Transporte por Cabotagem

- 3.2.1 Nas vendas cujo transporte ocorre por cabotagem, os Produtos são transferidos por tubovia ou caminhões desde a respectiva UPF até o Porto de Aratú ou até o píer privado da Cedente, localizado em Maceió.
- 3.2.2 Após a chegada dos Produtos, estes são transportados por via marítima até outros portos no Brasil, por transportadora contratada pela Cedente. A modalidade das vendas por cabotagem é usualmente CIF até o porto de destino, onde os Clientes e/ou Clientes Especiais retiram os Produtos.
- 3.2.3 A emissão da Nota Fiscal Fatura pode ocorrer tanto na UPF de origem quanto no porto de destino, sempre de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima. O comprovante de entrega dos Produtos é firmado pelo motorista da transportadora contratada pelo Cliente e/ou Cliente Especial, quando da retirada dos Produtos no porto de destino.

### 3.3 Transporte por Tubovia

- 3.3.1 Nas vendas cuja entrega dos Produtos é realizada por tubovia, a cada decêndio ou diariamente, dependendo do caso, é feita a leitura do medidor da tubovia para verificação da quantidade de Produto que foi bombeada. O Cliente e/ou Cliente Especial assina a leitura do medidor, que vale como recibo de entrega dos Produtos, e, em seguida, é emitida a Nota Fiscal Fatura, de acordo com o procedimento descrito no sub-item "Transporte por Caminhões" acima.

## 4. Área Financeira

- 4.1 As vendas a prazo com vencimento superior a 9 (nove) dias são selecionadas e as respectivas Duplicatas são transmitidas, por meio eletrônico ou magnético, ao Custodiante, que efetuará a cobrança por meio dos Avisos de Vencimento. Através do SAP, a área financeira pode consultar, em tempo real, o registro de todas as Duplicatas enviadas para cobrança.

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO V

TERMO DE CESSÃO

Termo de Cessão n.º [•]

Cedente:

Braskem S.A.

Endereço: Rua Eteno 1.561, Camaçari, BA

CNPJ/MF n.º 42.150.391/0001-70

Cessionário:

Chemical V – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria

Petroquímica

CNPJ/MF n.º 11.809.198/0001-75

Administrador:

BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, Osasco, SP

CNPJ/MF n.º: 00.066.670/0001-00

(Termos iniciados por letra maiúscula utilizados neste Termo de Cessão que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239170, conforme aditado ("Regulamento").)

Preço de Aquisição: R\$[•] ([•]).

1. O presente Termo de Cessão, firmado por meio eletrônico entre a Cedente e o Fundo, conforme o disposto na Cláusula 4 do Contrato de Cessão, formaliza a cessão, pela Cedente ao Cessionário, sem qualquer direito de regresso ou coobrigação da Cedente, dos Direitos Creditórios descritos na relação de Direitos Creditórios Cedidos, anexa ao presente Termo de Cessão, pelo Preço de Aquisição acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente Autorizada da Cedente, pelo que a Cedente outorga ao Cessionário a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar, seja a que tempo e título for.
2. A entrega dos Documentos Comprobatórios deverá observar os termos e condições do Contrato de Depósito.
3. Todas as condições relativas à presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritas no Contrato de Cessão.

4. A Cedente reitera, por meio da assinatura do presente Termo de Cessão, a veracidade, validade e eficácia da totalidade das declarações prestadas ao Fundo na Cláusula 2.1 do Contrato de Cessão.

Sem prejuízo da formalização deste Termo de Cessão por meio eletrônico, as Partes, ora o firmam em 4 (quatro) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Osasco, [•] de [•] de [•].

Braskem S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Chemical V -

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica  
(Representado por BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Id.:

CPF/MF

\_\_\_\_\_  
Nome:

Id.:

CPF/MF



ANEXO AO TERMO DE CESSÃO N.º [•] DE [•] DE [•] DE [•].

(Nome do Fundo)

(CNPJ da Cedente) (Nome da Cedente)

N.º REGISTRO COBRANÇA BANCÁRIA	CPF/CNPJ	NOME DO SACADO	DATA DE EMIÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR FACE (R\$)	VALOR DE AQUISIÇÃO (R\$)
TOTAIS:					Qtde de Títulos: [•]	

TAXA DE DESCONTO: [•],[•]%

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VI

CARTA DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS PERMUTÁVEIS

[LOGO]

[Local e Data]

À Braskem S.A.  
Av. das Nações Unidas 8501, 25º andar  
05425-070 São Paulo, SP

At.: Rodrigo Menck  
Marcelo Rossini  
Julcimar Ferreira  
Renata Guedes

Ref.: Oferta de Direitos Creditórios Permutáveis

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre a Braskem S.A. ("Cedente") e o Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica, com a interveniência do Banco Bradesco S.A. ("Custodiante") ("Contrato de Cessão").

Serve a presente para apresentar-lhes, nos termos da alínea 6.2(i)(a) da Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão, o quadro abaixo contendo a lista dos Direitos Creditórios Permutáveis que oferecemos a V. Sas. para utilização como Contraprestação.

Os Direitos Creditórios Permutáveis que forem aceitos por V. Sas. deverão ser assinalados com um "X" na coluna "De Acordo".

Possível Data de Aquisição e Pagamento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sacado	Cedente	Data de Emissão NF	Data de Vencimento da Duplicata	Valor Nominal (R\$)	Data Limite para Utilização	De Acordo
TOTAL						

Ante o exposto, solicitamos a manifestação de V. Sas. acerca dos Direitos Creditórios Permutáveis a serem aceitos como Contraprestação, nos termos da alínea 6.2(i)(f) da Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão, por meio do retorno desta correspondência devidamente assinada, por meio eletrônico, no prazo de até 7 (sete) dias contados do recebimento desta carta.

Os termos e expressões definidas referidos neste instrumento e aqui não definidos, terão o significado que lhes é atribuído no Contrato de Cessão ou no Regulamento.

Sendo o que se apresentava, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

CHEMICAL V – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS –  
INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

De Acordo:

BRASKEM S.A.

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

\_\_\_\_\_  
Nome:

Cargo:

CONTRATO DE PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE  
DIREITOS DE CRÉDITO E OUTRAS AVENÇAS

ANEXO VII

FAIXAS DE VENCIMENTO E TAXA DI FUTURA

Para a definição da Taxa DI Futura que será utilizada para o cálculo do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos da Cláusula 6.2 do Contrato de Cessão, o Administrador observará a tabela a seguir:

Faixas de Vencimento do dy	Referência para Taxa DI Futura
Entre 8 e 37 dias	Contratos com prazo de 30 dias
Entre 38 e 52 dias	Interpolação entre contratos com prazo de 30 dias e contratos com prazo de 60 dias
Entre 53 e 67 dias	Contratos com prazo de 60 dias
Entre 68 e 82 dias	Interpolação entre contratos com prazo de 60 dias e contratos com prazo de 90 dias
Entre 83 e 90 dias	Contratos com prazo de 90 dias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Suplemento Único das Quotas Seniores**

---



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SENIORES

Montante das Quotas Seniores:	R\$272.400.000,00 (duzentos e setenta e dois milhões e quatrocentos mil reais).
Quantidade de Quotas Seniores:	272.400 (duzentas e setenta e dois mil e quatrocentas).
1ª Data de Emissão:	Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate:	36 (trinta e seis) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores:	1,25%
Amortização Periódica:	5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.1 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Seniores a ser amortizado (PPST) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado (PPST)"
-------------------------	---

1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%
7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização (*)	16,7%

(\*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239.170, conforme aditado.)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

### **Suplemento Único das Quotas Subordinadas Mezanino**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

Montante das Subordinadas Mezanino	Quotas	R\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais).
Quantidade de Subordinadas Mezanino	Quotas	21.000 (vinte e um mil e seiscentas).
1ª Data de Emissão		Primeira data da efetiva subscrição e integralização de Quotas.
Data de Resgate		36 (trinta e seis) meses a contar da 1ª Data de Emissão.
Fator <i>Spread</i> das Subordinadas Mezanino	Quotas	5,80%
Amortização Periódica		5 (cinco) amortizações semestrais seguidas de 6 (seis) amortizações mensais, sendo que nas 5 (cinco) primeiras amortizações, o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT), utilizado para cálculo do valor unitário da Amortização Periódica, será de 0,0%. Dessa forma, conforme previsto no item 14.3.2 do Regulamento, as 5 (cinco) primeiras datas (T) representam amortizações semestrais da remuneração. A partir do 31º (trigésimo primeiro) mês, inclusive, o valor unitário das 5 (cinco) Amortizações Periódicas seguintes será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,66%, e o valor unitário da última amortização será calculado utilizando o Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT) equivalente a 16,7%, conforme tabela abaixo.

Data de Amortização (T)	"Percentual do Valor Unitário de Emissão das Quotas Subordinadas Mezanino a ser amortizado (PPMT)"
-------------------------	--

1ª Amortização	0,0%
2ª Amortização	0,0%
3ª Amortização	0,0%
4ª Amortização	0,0%
5ª Amortização	0,0%
6ª Amortização	16,66%
7ª Amortização	16,66%
8ª Amortização	16,66%
9ª Amortização	16,66%
10ª Amortização	16,66%
11ª Amortização (*)	16,7%

(\*) Data de Resgate.

(Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no "Regulamento do Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica", registrado no 2º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Osasco, Estado de São Paulo, em 8 de abril de 2010, sob o n.º 239.170, conforme aditado.)



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Declaração do Administrador, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO**

**PARA FINS DO ARTIGO 56  
DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03**

A **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento, com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Prédio Novíssimo, 4º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 00.066.670/0001-00, representada na forma de seu Contrato Social, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, na qualidade de Administradora (a “Administradora”) do **CHEMICAL V - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – INDÚSTRIA PETROQUÍMICA** (o “**FUNDO**”), vem nos termos do artigo 56, da Instrução n.º 400, de 29 de dezembro de 2003 e posteriores alterações, da Comissão de Valores Mobiliários, **DECLARAR** que:

- (a) o Prospecto da Oferta: (i) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Cotas, do Fundo, das Cedentes e das suas atividades, bem como dos riscos inerentes às atividades das Cedentes e ao investimento nas Cotas Seniores, no contexto da Oferta;
- (b) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução n.º 400 da Comissão de Valores Mobiliários.

Osasco, 08 de abril de 2010.

97239 - Fabiano Bottignon Kosaka

**BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

74.822 - Gleyson dos Santos



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400**

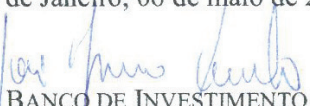


(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## DECLARAÇÃO

BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas 105, 36º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.933.830-0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), na qualidade de coordenador líder da distribuição pública de 272.400 (duzentas e setenta e duas mil e quatrocentas) Quotas Seniores e 21.600 (vinte e uma mil e seiscentas) Quotas Subordinadas Mezanino, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Oferta"), do "Chemical V – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Indústria Petroquímica" ("Fundo"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar, exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta perante a CVM, que (i) o prospecto relativo à Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e do Fundo, da sua política de investimento, dos critérios de avaliação dos ativos, da composição da sua carteira e da taxa de administração devida à instituição administradora, bem como dos riscos inerentes ao investimento no Fundo e quaisquer outras informações relevantes, e permite uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes e (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que as informações prestadas a respeito Fundo no âmbito da Oferta fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

Rio de Janeiro, 06 de maio de 2010.

  
BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A.

**José Maurício Pereira Coelho**  
Diretor Gerente

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Relatório de Revisão Especial da Carteira de Direitos Creditórios da KPMG**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RISK ADVISORY SERVICES

## Grupo Braskem

Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados  
31 de dezembro de 2009

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

- 
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pelo Grupo Braskem. É importante ressaltar que o comportamento passado da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou a sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira de direitos creditórios cedidos ao Fundo. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando todas as informações contidas no prospecto.





**KPMG Risk Advisory Services Ltda.**  
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33  
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil  
Caixa Postal 2467  
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel  
Fax Nacional  
Internacional  
Internet

55 (11) 2183-3000  
55 (11) 2183-3001  
55 (11) 2183-3034  
www.kpmg.com.br

À

**Braskem S.A.**  
São Paulo - SP

3 de maio de 2010

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 10 de fevereiro de 2010, apresentamos as nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis da empresa Braskem S.A. ("Braskem" ou "Originador"). Tais recebíveis são representados por duplicatas comerciais originadas pela Braskem e/ou por suas controladas e/ou coligadas decorrentes de vendas a prazo, por meio da constituição de um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("FIDC" ou "Fundo").

Nossos trabalhos tiveram como objetivo apresentar as nossas constatações sobre a *performance* dos pagamentos dos clientes, bem como levantar informações sobre procedimentos operacionais e respectivos controles relacionados a faturamento e cobrança dos recebíveis.

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pelo Originador, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2009. Indicamos ainda neste relatório as fontes das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados, além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 15 de março de 2010 a 3 de maio de 2010 e basearam-se no sistema de controles internos vigente durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados foram definidos com representantes do Grupo Braskem e limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos o apoio da Braskem S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

  
Pedro Vitor Zago  
Sócio

  
Ronaldo Fuzinato  
Gerente sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada, e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

## Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago  
Diretor  
Tel.: 55 (11) 2183-3290  
Fax: 55 (11) 2183-3001  
pzago@kpmg.com.br

Ronaldo Fuzinato  
Gerente sênior  
Tel.: 55 (11) 2183-3793  
Fax: 55 (11) 2183-3001  
rfuzinato@kpmg.com.br

<b>Descrição</b>	<b>Página</b>
<b>Objetivos do trabalho e base para preparação das informações</b>	<b>4</b>
<b>Apresentação da carteira de recebíveis</b>	<b>5</b>
<b>Seção 3.1</b>	
<b>Conciliação da base de dados e descrição procedimentos de crédito e cobrança</b>	<b>24</b>
<b>Seção 3.2</b>	
<b>Verificação física das características do contrato</b>	<b>26</b>
<b>Seção 3.3</b>	
<b>Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis</b>	<b>27</b>
<b>Anexos</b>	<b>38</b>



## Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

### Objetivos do trabalho

De acordo com as informações fornecidas pelos representantes do Grupo Braskem, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, a distribuição e a *performance* de pagamentos dos recebíveis, por parte dos sacados.
- Levantar os fluxos de origemação e cobrança das originadoras e identificar os seus respectivos controles e aderência às políticas estabelecidas internamente, por meio de testes por amostragem.

### Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de uma base de dados fornecida pela área de Tecnologia do Grupo Braskem, compreendendo recebíveis gerados pelas faturas emitidas pelas empresas do Originador, para um período de 36 meses, compreendido entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2009.
- Desta forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo estabelecidos com os representantes do Originador, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos por parte dos consumidores eleitos, foram definidos, em comum acordo com os representantes do Originador, critérios para a apuração dos percentuais de inadimplência no pagamento das faturas de venda a prazo, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
  - *Aging* de pagamentos: o *aging* de pagamentos apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da fatura e a data de pagamento pelo consumidor.
  - Matriz triangular: apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando-se as faturas vincendas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.
- Foram elaboradas informações sobre os volumes mensais das vendas a clientes relativas ao período de competência, distribuição do volume financeiro de vendas por prazo médio de vendas, distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor para fins de apuração de concentração de clientes, no período sob análise.
- As informações contidas neste relatório, relativas às políticas e aos procedimentos de origemação e cobrança dos recebíveis, foram obtidas por meio de procedimentos de indagação aos responsáveis pelas áreas de Faturamento e Cobrança, bem como de observação dos fluxos de origemação executados com base em testes por amostragem.

## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.1 - Identificação do faturamento sujeito à securitização (FLS)

Descrição	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%Acum.
Total Base de Dados	44.809.433	100,0%		699.144	100,0%
<b>Eliminações</b>					
(-) Outros faturamentos não analisados(i)	1.539.130	3,4%	3,4%	16.552	2,4%
Operações Intercompany:					
(-) Copesul - Cia Petroquímica do Sul - CNPJ 88.948.492/0001	498.791	1,1%	4,5%	157	0,0%
(-) Ipiranga Química S.A - CNPJ 62.227.509/0012-81	357.459	0,8%	5,3%	5.840	0,8%
(-) Ipiranga Comercial Química S.A - CNPJ 62.227.509/0004-7	18.244	0,0%	5,4%	128	0,0%
(-) Ipiranga Petroquímica S.A - CNPJ 88.939.236/0001-39	39.537	0,1%	5,5%	219	0,0%
(-) Braskem Distribuidora Ltda. - CNPJ 01.944.031/0003-25	230.789	0,5%	6,0%	1.858	0,3%
(-) Braskem S/A - CNPJ 42.150.391/0018-19	1.201	0,0%	6,0%	15	0,0%
(-) Cia. Alagoas Industrial Cinal - CNPJ 08.444.655/0001-60	2.022	0,0%	6,0%	72	0,0%
(-) Variet Distribuidora - Cnpj Raiz 10140883	73.393	0,2%	6,2%	1.429	0,2%
(-) Petroquímica Triunfo S.A. - Cnpj Raiz 90751025	189.494	0,4%	6,6%	450	0,1%
(-) Faturas emitidas fora do período de análise (ii)	25.406	0,1%	6,6%	486	0,1%
(-) Faturas com referência despadronizada	27.678	0,1%	6,7%	371	0,1%
(-) Faturas com data vencimento inferior a Data de Emissão	46.394	0,1%	6,8%	391	0,1%
(-) Faturas canceladas / outras identificadas (iii)	1.357.082	3,0%	9,8%	14.526	2,1%
<b>Total FLS</b>	<b>40.402.814</b>	<b>90,2%</b>		<b>656.650</b>	<b>93,9%</b>

(i) Faturas não analisadas com códigos de tipo de documento: DS (recompra); DP (notas manuais - serviços); DA (novação de dívida); DZ (pagamentos parciais); DB (títulos com desconto concedido); entre outros.

(ii) Faturas não analisadas neste relatório referentes ao período compreendido entre novembro de 2005 e dezembro de 2006.

(iii) Faturas canceladas identificadas referem-se a cancelamentos, devoluções ou erros operacionais identificadas na base de dados.

## Apresentação da carteira de recebíveis

**Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis**

Características	
Período sob análise	Janeiro de 2007 a dezembro de 2009 ( 36 meses)
Somatório do valor das faturas - R\$(000)	40.402.815
Média mensal de origemação - R\$(000)	1.122.300
Quantidade de faturas	656.650
Média de faturas originadas por mês	18.240
<i>Ticket</i> médio das faturas - R\$	61.529
Prazo médio mensal das faturas - em dias	30

## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.3 - Distribuição do volume financeiro

Período	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.
jan/07	848.203	2,10%	11.557	1,76%
fev/07	889.335	2,20%	11.906	1,81%
mar/07	1.201.226	2,97%	16.012	2,44%
abr/07	1.005.855	2,49%	15.484	2,36%
mai/07	1.019.793	2,52%	16.003	2,44%
jun/07	1.213.995	3,00%	16.317	2,48%
jul/07	1.084.942	2,69%	16.326	2,49%
ago/07	1.221.059	3,02%	18.694	2,85%
set/07	1.125.475	2,79%	15.947	2,43%
out/07	1.099.851	2,72%	18.069	2,75%
nov/07	1.102.171	2,73%	17.688	2,69%
dez/07	1.113.548	2,76%	16.354	2,49%
jan/08	1.035.424	2,56%	15.421	2,35%
fev/08	763.821	1,89%	11.667	1,78%
mar/08	1.137.138	2,81%	18.173	2,77%
abr/08	1.013.378	2,51%	15.737	2,40%
mai/08	1.115.442	2,76%	17.090	2,60%
jun/08	1.182.825	2,93%	19.139	2,91%
jul/08	1.230.292	3,05%	16.889	2,57%
ago/08	1.252.014	3,10%	17.089	2,60%
set/08	1.496.713	3,70%	20.722	3,16%
out/08	1.674.747	4,15%	22.850	3,48%
nov/08	1.219.122	3,02%	16.343	2,49%
dez/08	1.029.674	2,55%	15.785	2,40%
jan/09	822.422	2,04%	16.607	2,53%
fev/09	854.573	2,12%	18.447	2,81%
mar/09	1.024.056	2,53%	22.148	3,37%
abr/09	989.885	2,45%	19.650	2,99%
mai/09	1.026.555	2,54%	20.510	3,12%
jun/09	1.234.718	3,06%	22.539	3,43%
jul/09	1.205.770	2,98%	23.156	3,53%
ago/09	1.238.642	3,07%	23.308	3,55%
set/09	1.283.172	3,18%	24.517	3,73%
out/09	1.285.866	3,18%	22.791	3,47%
nov/09	1.154.976	2,86%	22.951	3,50%
dez/09	1.206.139	2,99%	22.764	3,47%

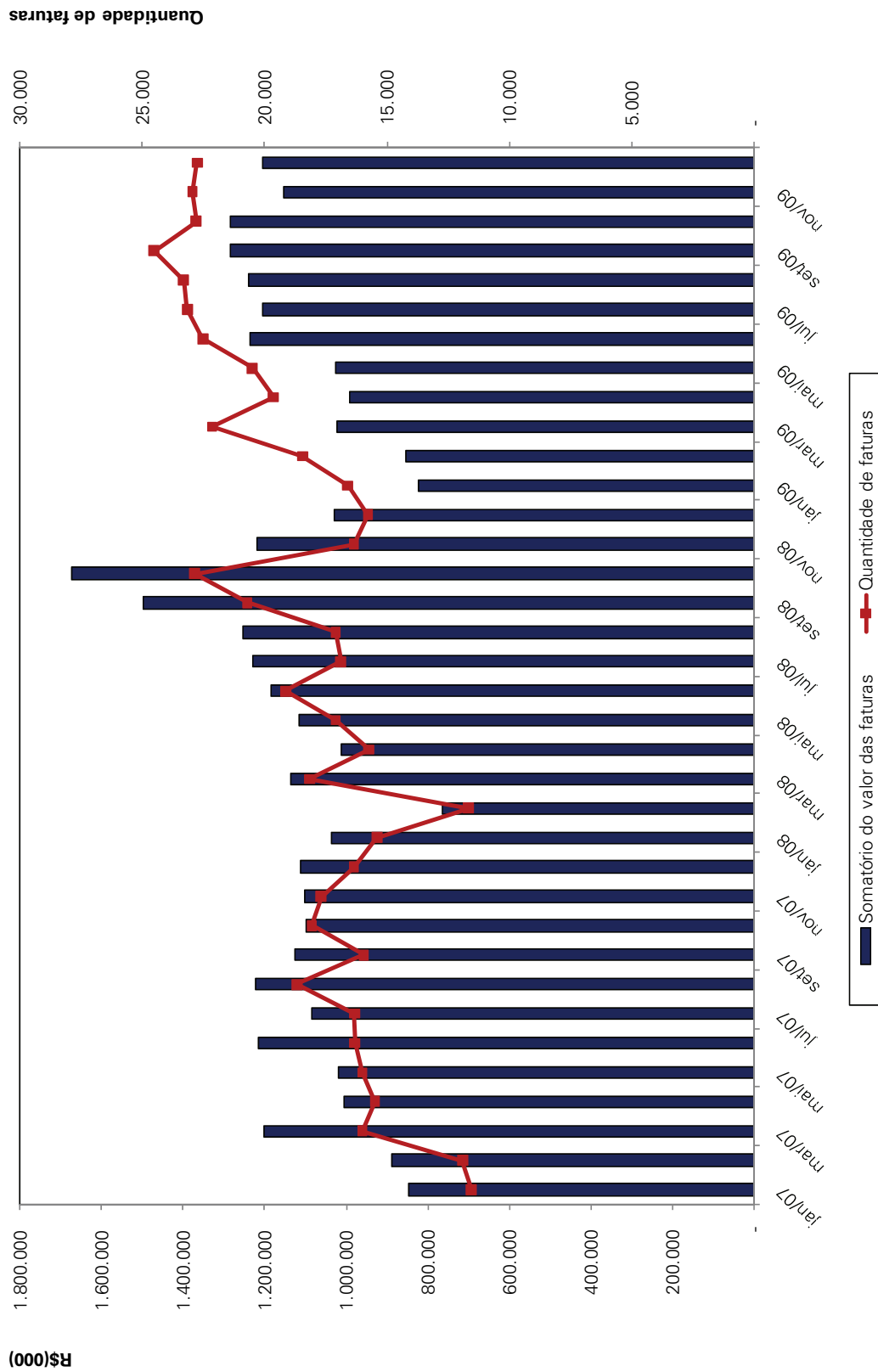
**Total** **40.402.815** **100,00%** **656.650** **100,00%**

© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.1 - Distribuição do volume financeiro - Consolidado



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



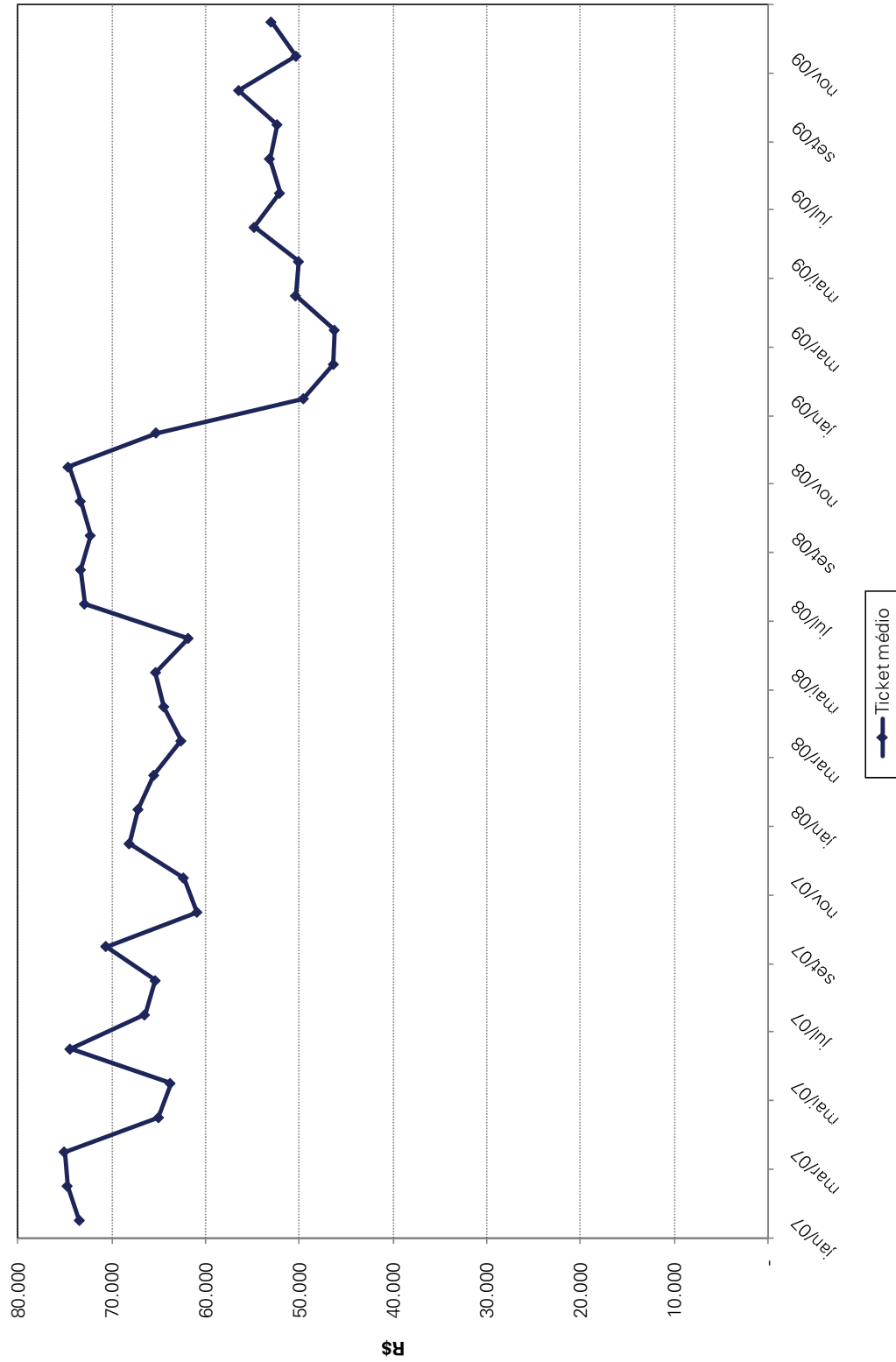
## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.4 - Ticket médio mensal das faturas

Período	Ticket médio - R\$	Período	Ticket médio - R\$
jan/07	73.393	ago/08	73.264
fev/07	74.696	set/08	72.228
mar/07	75.020	out/08	73.293
abr/07	64.961	nov/08	74.596
mai/07	63.725	dez/08	65.231
jun/07	74.401	jan/09	49.523
jul/07	66.455	fev/09	46.326
ago/07	65.318	mar/09	46.237
set/07	70.576	abr/09	50.376
out/07	60.869	mai/09	50.051
nov/07	62.312	jun/09	54.781
dez/07	68.090	jul/09	52.072
jan/08	67.144	ago/09	53.142
fev/08	65.468	set/09	52.338
mar/08	62.573	out/09	56.420
abr/08	64.395	nov/09	50.324
mai/08	65.269	dez/09	52.984
jun/08	61.802		
jul/08	72.846	<b>Total</b>	<b>61.529</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.2 - Ticket médio mensal das faturas - Consolidado



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



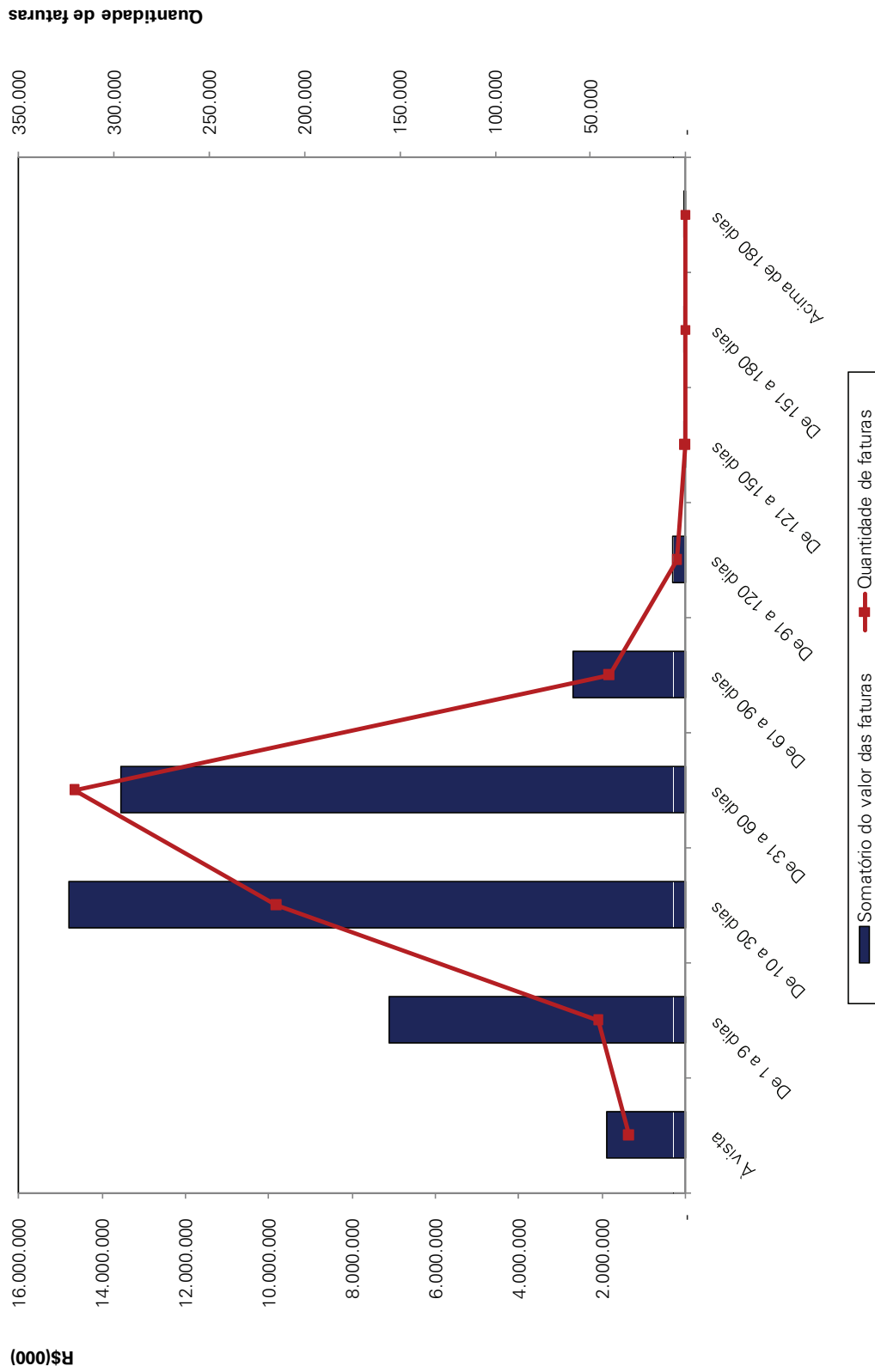
## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.5 - Distribuição do volume financeiro das vendas por prazo médio de vendas

Prazo médio ( em dias)	Somatório do valor das faturas - R\$(000)			% Acum.			% Acum.		
À vista	1.901.807	4,71 %	4,71 %	29.889	4,55 %	4,55 %			
De 1 a 9 dias	7.106.237	17,59 %	22,30 %	45.889	6,99 %	11,54 %			
De 10 a 30 dias	14.785.485	36,60 %	58,89 %	214.805	32,71 %	44,25 %			
De 31 a 60 dias	13.545.448	33,53 %	92,42 %	320.776	48,85 %	93,10 %			
De 61 a 90 dias	2.698.451	6,68 %	99,10 %	40.189	6,12 %	99,22 %			
De 91 a 120 dias	327.084	0,81 %	99,91 %	4.583	0,70 %	99,92 %			
De 121 a 150 dias	19.336	0,05 %	99,95 %	303	0,05 %	99,97 %			
De 151 a 180 dias	5.806	0,01 %	99,97 %	50	0,01 %	99,97 %			
Acima de 180 dias	13.160	0,03 %	100,00 %	166	0,03 %	100,00 %			
<b>Total</b>	<b>40.402.815</b>	<b>100,00 %</b>		<b>656.650</b>	<b>100,00 %</b>				
<b>Prazo médio ponderado</b>	<b>30 dias</b>								

## Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.3 - Distribuição do volume financeiro das vendas por prazo médio de vendas - Consolidado



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



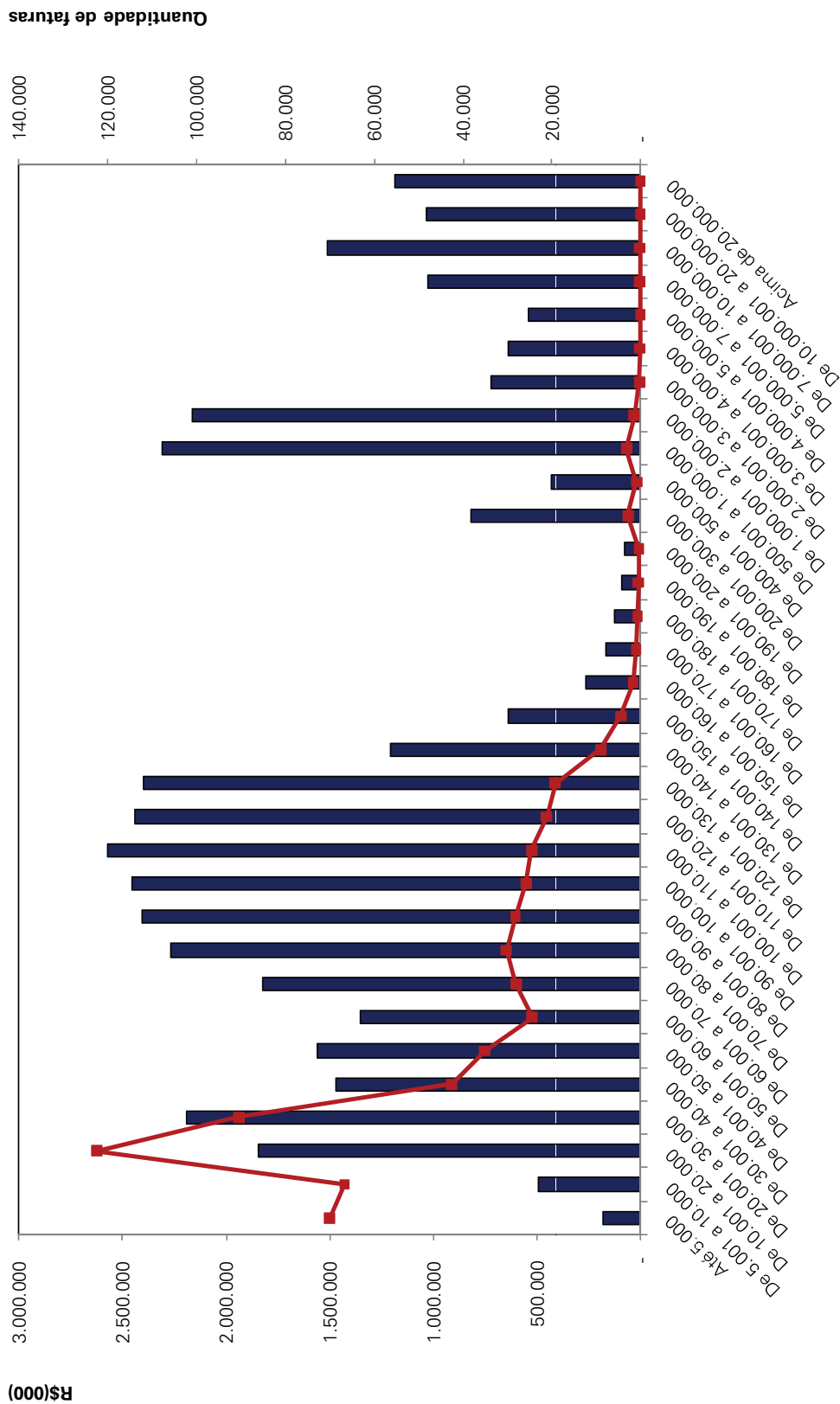
## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.6 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor

Faixas	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	% Acum.	Quantidade de faturas	% Acum.
Até 5.000	185.416	0,46%	70.013	10,66%
De 5.001 a 10.000	492.693	1,22%	66.674	10,15%
De 10.001 a 20.000	1.846.971	4,57%	122.505	18,66%
De 20.001 a 30.000	2.189.433	5,42%	90.506	13,78%
De 30.001 a 40.000	1.471.054	3,64%	42.543	6,48%
De 40.001 a 50.000	1.559.006	3,86%	35.057	5,34%
De 50.001 a 60.000	1.349.282	3,34%	24.483	3,73%
De 60.001 a 70.000	1.825.579	4,52%	28.074	4,28%
De 70.001 a 80.000	2.264.163	5,60%	30.261	4,61%
De 80.001 a 90.000	2.403.572	5,95%	28.243	4,30%
De 90.001 a 100.000	2.454.804	6,08%	25.842	3,94%
De 100.001 a 110.000	2.572.344	6,37%	24.496	3,73%
De 110.001 a 120.000	2.440.608	6,04%	21.222	3,23%
De 120.001 a 130.000	2.401.104	5,94%	19.244	2,93%
De 130.001 a 140.000	1.207.162	2,99%	8.987	1,37%
De 140.001 a 150.000	642.613	1,59%	4.456	0,68%
De 150.001 a 160.000	266.840	0,66%	1.725	0,26%
De 160.001 a 170.000	169.520	0,42%	1.031	0,16%
De 170.001 a 180.000	124.512	0,31%	713	0,11%
De 180.001 a 190.000	90.760	0,22%	492	0,07%
De 190.001 a 200.000	76.029	0,19%	391	0,06%
De 200.001 a 300.000	818.040	2,02%	2.930	0,45%
De 300.001 a 400.000	428.055	1,06%	948	0,14%
De 400.001 a 500.000	2.308.979	5,71%	3.222	0,49%
De 500.001 a 1.000.000	2.161.959	5,35%	1.517	0,23%
De 1.000.001 a 2.000.000	720.790	1,78%	302	0,05%
De 2.000.001 a 3.000.000	636.237	1,57%	179	0,03%
De 3.000.001 a 4.000.000	543.343	1,34%	122	0,02%
De 4.000.001 a 5.000.000	1.025.740	2,54%	171	0,03%
De 5.000.001 a 7.000.000	1.511.221	3,74%	183	0,03%
De 7.000.001 a 10.000.000	1.031.492	2,55%	79	0,01%
De 10.000.001 a 20.000.000	1.183.492	2,93%	39	0,01%
Acima de 20.000.000				
<b>Total</b>	<b>40.402.815</b>	<b>100,00%</b>	<b>656.650</b>	<b>100,00%</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.4 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor - Consolidado



■ Somatório do valor das faturas — Quantidade de faturas

## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.7 - Identificação dos 30 maiores clientes no período - Consolidado

Cliente	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
Cliente 1	1.936.913	4,79%	4,79%	2.200	0,34%	0,34%
Cliente 2	1.599.599	3,96%	8,75%	953	0,15%	0,48%
Cliente 3	1.253.898	3,10%	11,86%	2.971	0,45%	0,93%
Cliente 4	1.191.170	2,95%	14,80%	1.265	0,19%	1,13%
Cliente 5	1.130.236	2,80%	17,60%	3.432	0,52%	1,65%
Cliente 6	1.127.730	2,79%	20,39%	742	0,11%	1,76%
Cliente 7	964.644	2,39%	22,78%	10.112	1,54%	3,30%
Cliente 8	725.700	1,80%	24,58%	405	0,06%	3,36%
Cliente 9	693.836	1,72%	26,29%	11.410	1,74%	5,10%
Cliente 10	654.405	1,62%	27,91%	8.057	1,23%	6,33%
Cliente 11	611.319	1,51%	29,43%	1.465	0,22%	6,55%
Cliente 12	582.303	1,44%	30,87%	6.270	0,95%	7,51%
Cliente 13	581.407	1,44%	32,31%	5.772	0,88%	8,38%
Cliente 14	452.058	1,12%	33,43%	26.976	4,11%	12,49%
Cliente 15	440.994	1,09%	34,52%	5.245	0,80%	13,29%
Cliente 16	406.005	1,00%	35,52%	817	0,12%	13,42%
Cliente 17	368.223	0,91%	36,43%	3.692	0,56%	13,98%
Cliente 18	352.961	0,87%	37,31%	19.073	2,90%	16,88%
Cliente 19	352.573	0,87%	38,18%	3.445	0,52%	17,41%
Cliente 20	344.009	0,85%	39,03%	6.965	1,06%	18,47%
Cliente 21	321.419	0,80%	39,83%	3.796	0,58%	19,05%
Cliente 22	296.078	0,73%	40,56%	1.387	0,21%	19,26%
Cliente 23	276.766	0,69%	41,25%	3.256	0,50%	19,75%
Cliente 24	263.322	0,65%	41,90%	3.766	0,57%	20,33%
Cliente 25	251.484	0,62%	42,52%	243	0,04%	20,36%
Cliente 26	243.915	0,60%	43,12%	3.738	0,57%	20,93%
Cliente 27	243.036	0,60%	43,72%	2.421	0,37%	21,30%
Cliente 28	218.959	0,54%	44,27%	6.232	0,95%	22,25%
Cliente 29	217.722	0,54%	44,81%	3.288	0,50%	22,75%
Cliente 30	212.269	0,53%	45,33%	2.742	0,42%	23,17%
Total dos 30 maiores client	18.314.954	45,33%	45,33%	152.136	23,17%	23,17%
Demais (2.378 clientes)	22.087.861	54,67%	100,00%	504.514	76,83%	100,00%
<b>Total (2.408 clientes)</b>	<b>40.402.815</b>	<b>100,00%</b>		<b>656.650</b>	<b>100,00%</b>	

\* Cliente Especial, conforme Regulamento do FIDC Chemical V.



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.8 - Concentração dos clientes - Consolidado

Clientes	Somatório do valor das faturas - R\$(000)	%	% Acum.	Quantidade de faturas	%	% Acum.
1 ao 30	18.314.954	45,33%	45,33%	152.136	23,17%	23,17%
31 ao 100	8.135.441	20,14%	65,47%	123.430	18,80%	41,97%
101 ao 200	5.163.790	12,78%	78,25%	98.982	15,07%	57,04%
201 ao 500	5.667.085	14,03%	92,27%	148.581	22,63%	79,67%
501 ao 1.000	2.476.808	6,13%	98,40%	95.858	14,60%	94,26%
Demais (1.407 clientes)	644.737	1,60%	100,00%	37.663	5,74%	100,00%
<b>Total</b>	<b>40.402.815</b>	<b>100,00%</b>		<b>656.650</b>	<b>100,00%</b>	

## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.9 - Aging - Distribuição dos prazos de pagamento das faturas sob análise - Consolidado

Descrição das faixas	Somatório do valor das faturas -		% Acum.
	R\$ (000)	%	
Total sob análise	40.402.815		
(-) Faturas a vencer em 31 de dezembro de 2009	1.288.062		
Faturas vencidas e/ ou liquidadas até 31 de dezembro de 2009	39.114.753		
<b>Faturas liquidadas</b>	<b>38.987.181</b>	<b>99,67%</b>	
Faturas antecipadas acima de 180 dias	6.187	0,02%	0,02%
Faturas antecipadas de 151 a 180 dias	435	0,00%	0,02%
Faturas antecipadas de 121 a 150 dias	1.630	0,00%	0,02%
Faturas antecipadas de 91 a 120 dias	4.676	0,01%	0,03%
Faturas antecipadas de 61 a 90 dias	167.528	0,43%	0,46%
Faturas antecipadas de 31 a 60 dias	492.786	1,26%	1,72%
Faturas antecipadas de 16 a 30 dias	643.674	1,65%	3,37%
Faturas antecipadas de 1 a 15 dias	3.002.418	7,68%	11,04%
Faturas liquidadas no vencimento	29.068.953	74,32%	85,36%
Faturas liquidadas de 1 a 15 dias	4.494.333	11,49%	96,85%
Faturas liquidadas de 16 a 30 dias	606.588	1,55%	98,40%
Faturas liquidadas de 31 a 60 dias	316.839	0,81%	99,21%
Faturas liquidadas de 61 a 90 dias	93.898	0,24%	99,45%
Faturas liquidadas de 91 a 120 dias	36.157	0,09%	99,54%
Faturas liquidadas de 121 a 150 dias	24.808	0,06%	99,61%
Faturas liquidadas de 151 a 180 dias	11.835	0,03%	99,64%
Faturas liquidadas acima de 180 dias	14.436	0,04%	99,67%
<b>Faturas vencidas e não liquidadas em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>127.572</b>	<b>0,33%</b>	
Faturas vencidas e não liquidadas até 6 dias	61.499	0,16%	99,83%
Faturas vencidas e não liquidadas de 7 a 11 dias	4.810	0,01%	99,84%
Faturas vencidas e não liquidadas de 12 a 15 dias	7.407	0,02%	99,86%
Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias	7.537	0,02%	99,88%
Faturas vencidas e não liquidadas de 31 a 60 dias	13.512	0,03%	99,92%
Faturas vencidas e não liquidadas de 61 a 90 dias	4.755	0,01%	99,93%
Faturas vencidas e não liquidadas de 91 a 120 dias	4.954	0,01%	99,94%
Faturas vencidas e não liquidadas de 121 a 150 dias	1.166	0,00%	99,94%
Faturas vencidas e não liquidadas de 151 a 180 dias	1.156	0,00%	99,95%
Faturas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias*	20.777	0,05%	100,00%

\* Aproximadamente R\$ 15.890 mil das faturas vencidas e não liquidadas referem-se ao período de origemão compreendido entre novembro de 2008 e dezembro de 2009.

Nota: Segundo os representantes da Braskem, a cobrança da empresa é realizada em D + 1 e o sistema registra apenas a data em que é processado o movimento e não a data real de pagamento. Em razão dessa limitação do sistema, adicionamos à faixa “faturas liquidadas no vencimento” as faturas liquidadas com atraso de até três dias.

\* Aproximadamente R\$ 15.890 mil das faturas vencidas e não liquidadas referem-se ao período de origemação compreendido entre novembro de 2008 e dezembro de 2009.

Nota: Segundo os representantes da Braskem, a cobrança da empresa é realizada em D + 1 e o sistema registra apenas a data em que é processado o movimento e não a data real de pagamento. Em razão dessa limitação do sistema, adicionamos à faixa “faturas liquidadas no vencimento” as faturas liquidadas com atraso de até três dias.

## Apresentação da carteira de recebíveis

**Tabela 2.10 - Matriz Triangular**

Apresenta o percentual de inadimplência da carteira de recebíveis em ciclos quinzenais, considerando as parcelas vencidas em cada ciclo e o seu efetivo pagamento dentro do respectivo ciclo.

Na tabela ao lado, apresentamos a média de recebimentos entre janeiro de 2007 e dezembro de 2009 em cada ciclo quinzenal.

Quinzenas	Média de recebimentos	Desvio padrão	Quinzenas	Média de recebimentos	Desvio padrão
1a	85,3%	5,4%	37a	100,0%	0,0%
2a	98,0%	1,9%	38a	100,0%	0,0%
3a	98,9%	1,3%	39a	100,0%	0,0%
4a	99,3%	1,0%	40a	100,0%	0,0%
5a	99,6%	0,4%	41a	100,0%	0,0%
6a	99,7%	0,4%	42a	100,0%	0,0%
7a	99,7%	0,3%	43a	100,0%	0,0%
8a	99,8%	0,3%	44a	100,0%	0,0%
9a	99,8%	0,2%	45a	100,0%	0,0%
10a	99,9%	0,2%	46a	100,0%	0,0%
11a	99,9%	0,2%	47a	100,0%	0,0%
12a	99,9%	0,2%	48a	100,0%	0,0%
13a	99,9%	0,1%	49a	100,0%	0,0%
14a	99,9%	0,1%	50a	100,0%	0,0%
15a	99,9%	0,1%	51a	100,0%	0,0%
16a	99,9%	0,1%	52a	100,0%	0,0%
17a	99,9%	0,1%	53a	100,0%	0,0%
18a	99,9%	0,1%	54a	100,0%	0,0%
19a	100,0%	0,1%	55a	100,0%	0,0%
20a	100,0%	0,1%	56a	100,0%	0,0%
21a	100,0%	0,1%	57a	100,0%	0,0%
22a	100,0%	0,1%	58a	100,0%	0,0%
23a	100,0%	0,1%	59a	100,0%	0,0%
24a	100,0%	0,1%	60a	100,0%	0,0%
25a	100,0%	0,1%	61a	100,0%	0,0%
26a	100,0%	0,1%	62a	100,0%	0,0%
27a	100,0%	0,1%	63a	100,0%	0,0%
28a	100,0%	0,1%	64a	100,0%	0,0%
29a	100,0%	0,0%	65a	100,0%	0,0%
30a	100,0%	0,0%	66a	100,0%	0,0%
31a	100,0%	0,0%	67a	100,0%	0,0%
32a	100,0%	0,0%	68a	100,0%	0,0%
33a	100,0%	0,0%	69a	100,0%	0,0%
34a	100,0%	0,0%	70a	100,0%	0,0%
35a	100,0%	0,0%	71a	100,0%	0,0%
36a	100,0%	0,0%	72a	100,0%	0,0%

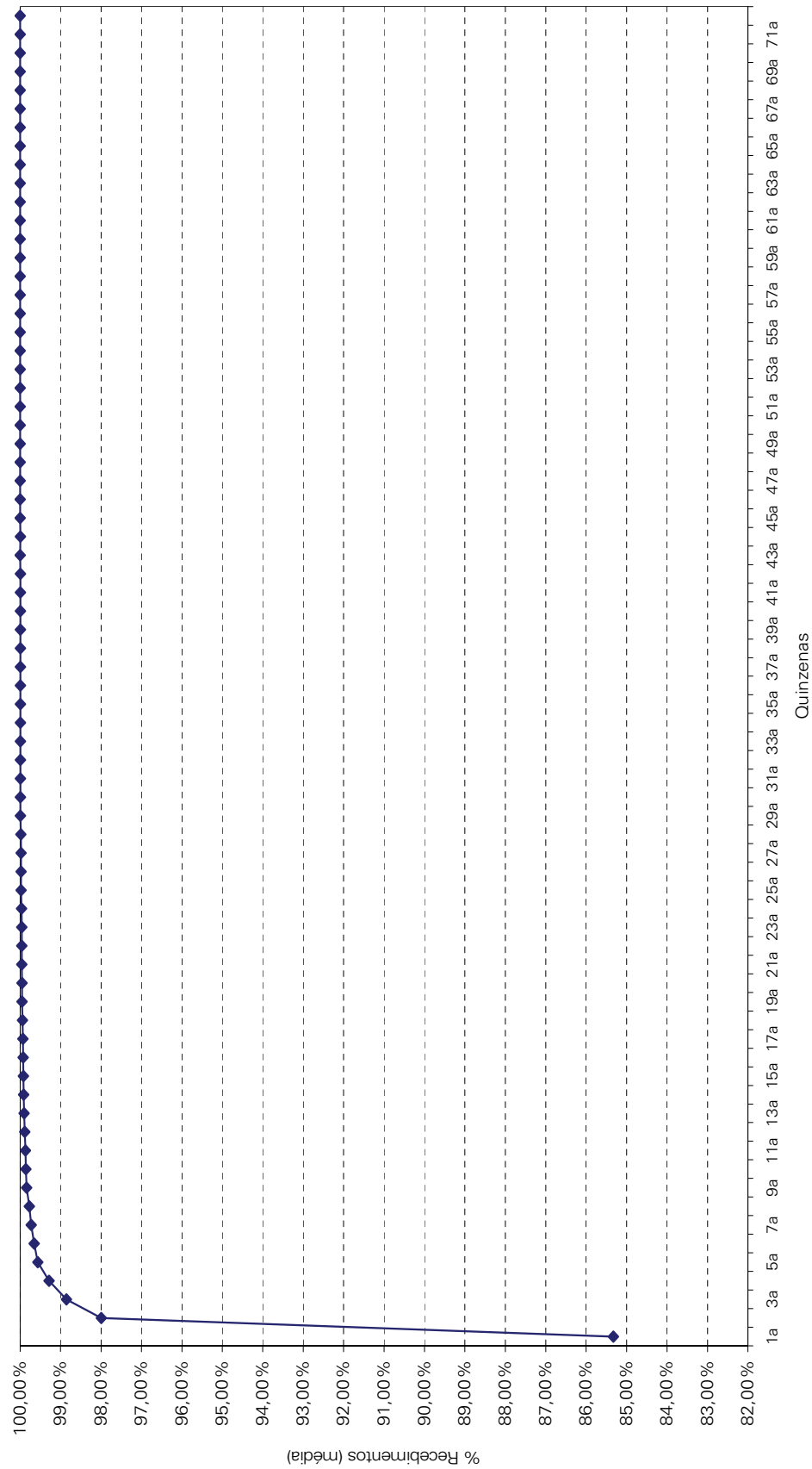
Nos Anexos I e II, apresentamos a “matriz triangular” e os desvios-padrão do período de 36 meses sob análise.

© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative (“KPMG International”), uma entidade suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.5 - Representação gráfica da matriz triangular - Consolidado (36 meses)



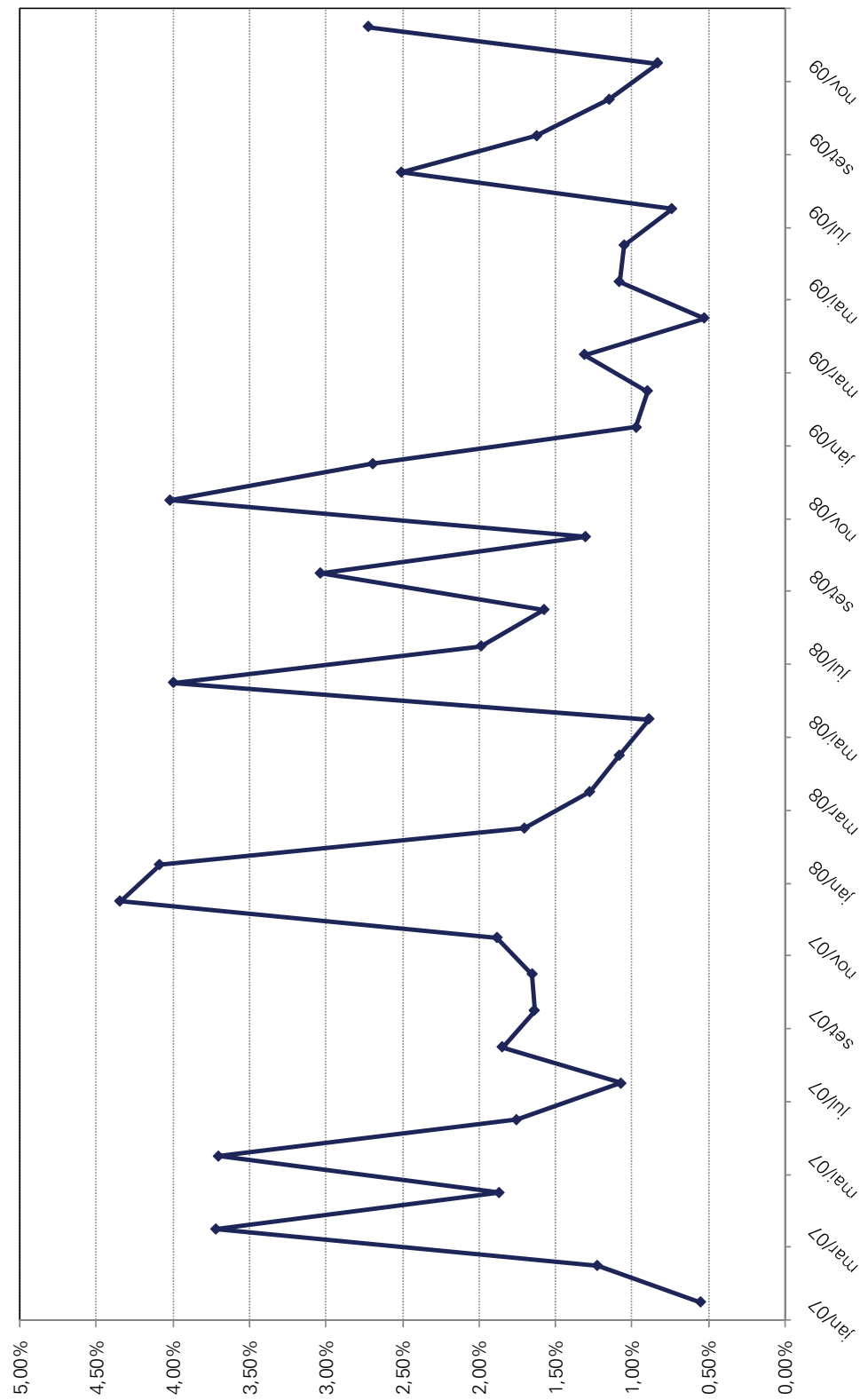
## Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.12 - Eventos de prorrogação de vencimento - Consolidado (36 meses)

Período	Prorrogações					FLS					Prorrogações					FLS				
	Somatório do					Somatório do					Somatório do					Somatório do				
	valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS	Quantidade de faturas	valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS	Quantidade de faturas	valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS	Quantidade de faturas	valor das faturas - R\$(000)	% sob FLS	Quantidade de faturas	% sob FLS	Quantidade de faturas
jan/07	4.673	0,55%	58	0,50%	11.557	848.203					24.421	1,98%	506	3,00%	16.889	1.230.292				
fev/07	10.904	1,23%	199	1,67%	11.906	889.335					19.708	1,57%	413	2,42%	17.089	1.252.014				
mar/07	44.670	3,72%	672	4,20%	16.012	1.201.226					45.442	3,04%	460	2,22%	20.722	1.496.713				
abr/07	18.786	1,87%	420	2,71%	15.484	1.005.855					21.823	1,30%	358	1,57%	22.850	1.674.747				
mai/07	37.754	3,70%	621	3,88%	16.003	1.019.793					48.994	4,02%	653	4,00%	16.343	1.219.122				
jun/07	21.297	1,75%	355	2,18%	16.317	1.213.995					27.728	2,69%	794	5,03%	15.785	1.029.674				
jul/07	11.625	1,07%	235	1,44%	16.326	1.084.942					7.988	0,97%	214	1,29%	16.607	822.422				
ago/07	22.562	1,85%	330	1,77%	18.694	1.221.059					7.677	0,90%	333	1,81%	18.447	854.573				
set/07	18.435	1,64%	415	2,60%	15.947	1.125.475					13.410	1,31%	302	1,36%	22.148	1.024.056				
out/07	18.165	1,65%	315	1,74%	18.069	1.099.851					5.218	0,53%	259	1,32%	19.650	989.885				
nov/07	20.732	1,88%	359	2,03%	17.688	1.102.171					11.116	1,08%	321	1,57%	20.510	1.026.555				
dez/07	48.402	4,35%	732	4,48%	16.354	1.113.548					12.969	1,05%	212	0,94%	22.539	1.234.718				
jan/08	42.324	4,09%	322	2,09%	15.421	1.035.424					8.916	0,74%	269	1,16%	23.156	1.205.770				
fev/08	13.005	1,70%	222	1,90%	11.667	763.821					31.046	2,51%	1.194	5,12%	23.308	1.238.642				
mar/08	14.505	1,28%	304	1,67%	18.173	1.137.138					20.810	1,62%	493	2,01%	24.517	1.283.172				
abr/08	10.963	1,08%	339	2,15%	15.737	1.013.378					14.758	1,15%	225	0,99%	22.791	1.285.866				
mai/08	9.908	0,89%	173	1,01%	17.090	1.115.442					9.612	0,83%	308	1,34%	22.951	1.154.976				
jun/08	47.268	4,00%	1.063	5,55%	19.139	1.182.825					32.837	2,72%	363	1,59%	22.764	1.206.139				
<b>Total</b>											<b>780.451</b>	<b>1,93%</b>	<b>14.811</b>	<b>2,26%</b>		<b>40.402.815</b>				<b>656.650</b>

## Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.6 - Eventos de prorrogação de vencimento - Consolidado (36 meses)



— % sob FLS

© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



## Apresentação da carteira de recebíveis

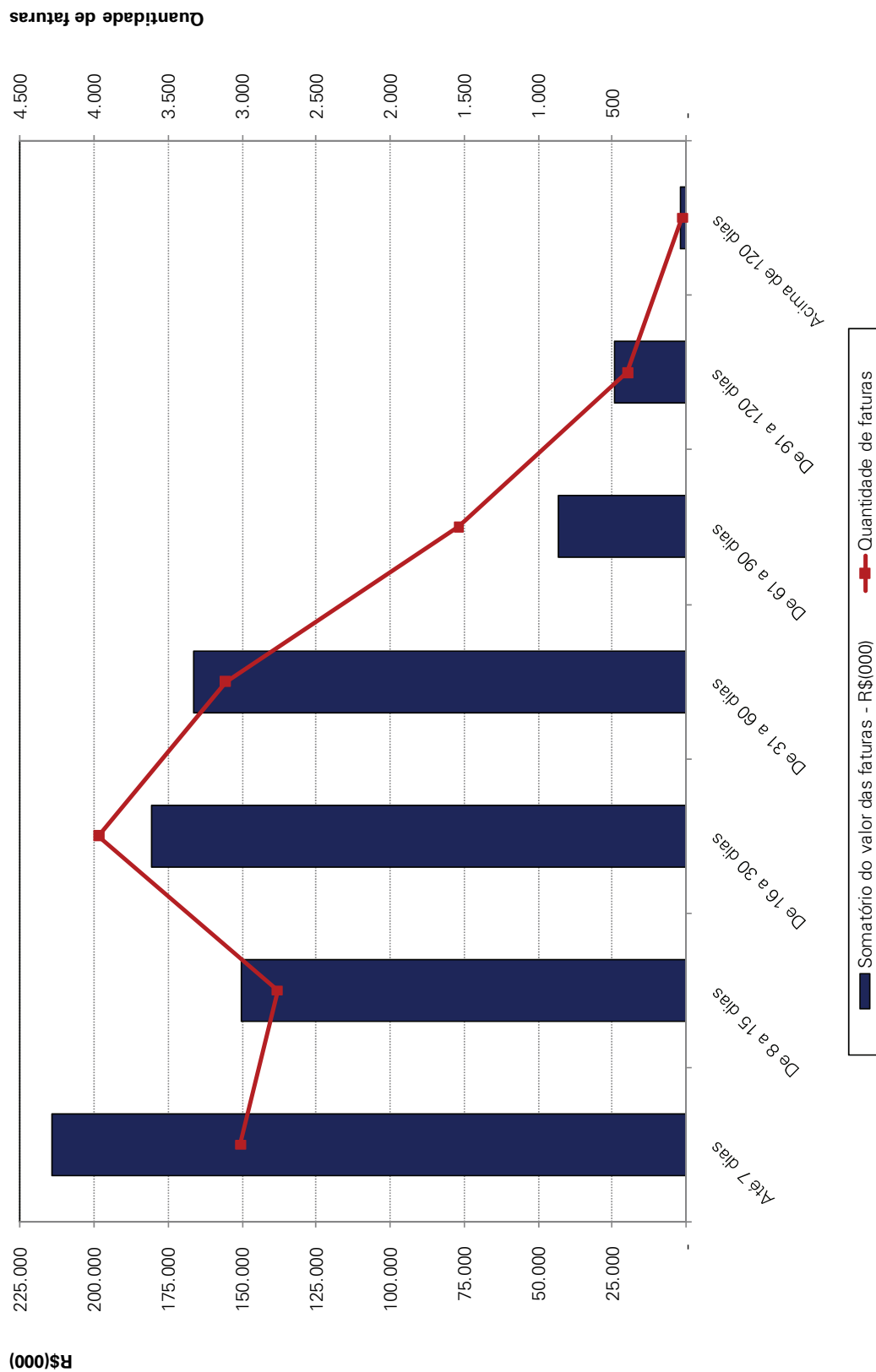
Tabela 2.13 - Prazo médio das prorrogações de vencimento - Consolidado (36 meses)

Prazo médio ( em dias)	Somatório do				% Acum.	% Acum.	% Acum.
	valor das faturas - R\$(000)	%	Quantidade de faturas	%			
Até 7 dias	213.996	27,42%	3.013	20,34%	20,34%		
De 8 a 15 dias	150.417	19,27%	2.761	18,64%	38,98%		
De 16 a 30 dias	180.472	23,12%	3.967	26,78%	65,77%		
De 31 a 60 dias	166.146	21,29%	3.111	21,00%	86,77%		
De 61 a 90 dias	43.366	5,56%	1.537	10,38%	97,15%		
De 91 a 120 dias	24.241	3,11%	396	2,67%	99,82%		
Acima de 120 dias	1.813	0,23%	26	0,18%	100,00%		
<b>Total</b>	<b>780.451</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.811</b>	<b>100,00%</b>			
<b>Prazo médio ponderado</b>		<b>26 dias</b>					



## Apresentação da carteira de recebíveis

Gráfico 2.7 - Prazo médio das prorrogações de vencimento - Consolidado (36 meses)



## Seção 3.1 - Conciliação da base de dados

### Base de dados sujeita à análise

A base de dados sujeita à análise nos foi fornecida pela área de Tecnologia da Braskem contemplando o faturamento correspondente ao período de 1º de novembro de 2008 a 31 de dezembro de 2009.

### Conciliação da base de dados

Com o intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pela área de Tecnologia da Braskem com os respectivos balancetes contábeis. Para tanto, selecionamos cinco meses: dezembro de 2008, março de 2009, junho de 2009, setembro de 2009 e dezembro de 2009. Os resultados estão apresentados a seguir:

A		B							
Mês	Somatório do valor das faturas sob análise - R\$(000)	Somatório do valor das faturas Intercompany - R\$(000)	(A)+(B)		Saldo Contábil Produtos MI - R\$(000)	Saldo Contábil Vendas Produtos MI (SAB 104) - R\$(000)	Saldo Contábil para conciliação - R\$(000)	Diferença - R\$(000)	Representatividade da diferença - %
dez/08	1.029.674	36.013	1.065.688		972.066	23.736	995.802	69.886	7,02%
mar/09	1.024.056	60.060	1.084.116		1.048.175	44.268	1.092.443	- 8.327	-0,76%
jun/09	1.234.718	25.368	1.260.087		1.231.702	51.896	1.283.598	- 23.511	-1,83%
set/09	1.283.172	38.056	1.321.228		1.193.610	124.636	1.318.246	2.982	0,23%
dez/09	1.206.139	23.438	1.229.576		1.165.859	45.878	1.211.737	17.839	1,47%
Total testado	5.777.760	182.935	5.960.695	36,9%	5.611.413	290.414	5.901.827	58.869	1,00%
Total FLS para conciliação				16.151.112	100,0%				
Demais				10.190.416	63,1%				
O total do FLS para conciliação considera os seguintes aspectos:									
				Somatório do valor das faturas - R\$(000)					
Total da base de dados				17.149.273					
(-) Outros faturamentos não analisados (i)				301.518					
(-) Faturas emitidas fora do período sob análise				25.406					
(-) Faturas com data de vencimento inferior a data de emissão				14.889					
(-) Faturas canceladas (ii)				656.349					
Total FLS para conciliação				16.151.112					
(-) Total operações intercompany				575.541					
Total FLS				15.575.570					



## Seção 3.1 - Conciliação da base de dados

---

O saldo contábil de vendas de produtos MI (SAB 104) refere-se aos produtos faturados e não entregues ao cliente, por conta de fretes, produção etc.

Segundo os representantes da Braskem, a natureza das divergências apontadas apresentam a seguinte principal razão:

- A cada final de trimestre-calendário, base para a entrega das informações trimestrais ao mercado, é efetuado um ajuste nos saldos contábeis. Tal ajuste, de acordo com os representantes da Braskem, decorre de uma prática contábil conservadora, que requer a obtenção de confirmação por parte do Sacado, de recebimento e aceite da mercadoria, para que a venda apontada na base de dados possa ser efetivamente registrada como faturamento contábil daquele período.

### ***Comentário sobre procedimento de conciliação:***

A aplicação dos procedimentos descritos nesta seção objetivou estabelecer uma base de confiança na qualidade das informações processadas. O resultado desses procedimentos indicou a existência de certas divergências, que foram consideradas imateriais na avaliação do Grupo Estruturador, no contexto da avaliação do perfil da carteira e de seu desempenho no período sob análise.

## Seção 3.2 - Verificação física das características do contrato

Com o objetivo de se estabelecer um apropriado nível de confiança nos dados disponibilizados pela Braskem S.A., selecionamos uma amostra de 100 faturas constantes na base de dados disponibilizada para a realização dos testes e confrontamos com os respectivos "espelhos" das notas fiscais extraídas do sistema de faturamento. Apresentamos a seguir o resultado da aplicação deste procedimento:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não Aplicável	Não identificado	Total
Verificação do CNPJ	100	-	-	-	100
Verificação razão social	100	-	-	-	100
Verificação "Data de vencimento"	100	-	-	-	100
Verificação "Data de pagamento"	100	-	-	-	100
Verificação do "Valor da Nota fiscal"	100	-	-	-	100
Verificação do número de refirência	100	-	-	-	100
Verificação do número do document	100	-	-	-	100

### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis

**Segundo os representantes da Braskem, os procedimentos descritos nesta seção não sofreram alterações entre 1º de novembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009, portanto não entendemos nossas análises no que diz respeito à descrição do fluxo e a eventuais testes de aderência.**

#### Levantamento dos procedimentos de origemação

Em relação ao levantamento dos controles que envolvem a estrutura de crédito da Braskem, executamos uma revisão da estrutura de origemação dos recebíveis. Tais informações foram obtidas por indagação aos analistas e aos gerentes da Braskem e em conformidade com as informações contidas nos manuais de crédito do Originador, sendo testadas quanto à sua eficácia por meio de procedimentos de simulação e revisão com base em amostragem.

#### Estrutura da área Comercial

A área Comercial da Braskem é responsável por todo o relacionamento feito com os clientes e está segmentada por tipos de negócio, denominados insumos básicos, poliolefinas e vinílicos. A força de vendas está representada por:

- 1 diretor (com 3 gerentes de poliolefinas)
- 2 diretores (com 3 gerentes de vinílicos)
- 1 diretor (com 1 gerente de insumos)
- 55 gerentes comerciais
- aproximadamente 40 assistentes comerciais.

#### Cadastro

A Braskem possui um Manual de Normas e Procedimentos (PR - 0104-00001) no qual estão descritos os padrões e as normas estabelecidos para o cadastro e a concessão de Limite de Crédito (LC) aos novos clientes. Segundo os representantes da área de Crédito e Cobrança, um novo manual está em fase de revisão para a melhoria do processo. Os gerentes comerciais, durante suas visitas para a prospecção de novos clientes, preenchem um formulário com os dados comerciais (razão social, CNPJ, inscrição estadual, nome dos sócios, endereço do estabelecimento) e os dados financeiros (vendas mensais, principais fornecedores, referências bancárias). Adicionalmente, são solicitados os seguintes documentos para abertura de cadastro:

- Contrato social e alterações (empresas Ltda. e empresários)
- Cartão CNPJ
- Atas de assembleias (empresas S.A. e S.C.)
- Estatuto social (empresas S.A. e S.C.)
- Procuração, se aplicável
- Documentos de constituição de firma individual (empresários)
- Questionário de Crédito e Questionário Comercial
- Atos constitutivos registrados em cartórios (sociedade simples)



### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Os assistentes comerciais são responsáveis por inserir os dados cadastrais no SAP.

Após o cadastro, o gerente-comercial disponibiliza à área de Crédito os documentos utilizados para o cadastro, os três últimos balanços patrimoniais e a análise qualitativa de responsabilidade da área Comercial com as seguintes avaliações:

- Condições - Ambiente econômico-financeiro (desfavorável, estável ou favorável)
- Capacidade - Competência empresarial (ruim, regular ou boa)
- Garantias (insuficientes ou suficientes)
- Avaliação qualitativa comercial (impressão final sobre o cliente - Alto, médio ou baixo risco)
- Outras informações (porte da empresa, capacidade de transformação, pleito de limite de crédito pelo Comercial, prazo de pagamento, preço médio, principais concorrentes)
- Comentário geral do gerente-comercial (parecer comercial).

A área de Crédito também é informada quando um pedido de venda inserido no SAP fica bloqueado por inexistência de Limite de Crédito aprovado.

Verificação: constatamos que os pedidos de venda ficam bloqueados automaticamente pela inexistência de limite de crédito aprovado.

Controle sistêmico: o sistema está parametrizado para bloquear pedidos de venda cujo cliente não possui limite de crédito aprovado.

#### Análise de crédito

Apresentados os documentos da empresa a ser analisada. Conforme mencionado, a área de Crédito inicia as suas análises pelas principais atividades, a seguir:

- Consulta à Serasa
- Análise financeira (probabilidade de insolvência do cliente)
- Cálculo do risco técnico do cliente (probabilidade percentual de perda de cada cliente nos créditos a serem concedidos)
- Cálculo do risco de crédito do cliente ou do risco da operação
- Consultas com os principais fornecedores do possível cliente
- Consultas informais nos principais bancos.

As informações citadas e a análise qualitativa de responsabilidade do Comercial são inseridas no sistema de crédito "Visionário", o qual está parametrizado para calcular a insolvência, o risco técnico, o risco da operação, o limite de crédito e a alçada responsável pela aprovação.

### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Após os cálculos e a análise, o analista de crédito registra o parecer da área de Crédito. A análise será realizada novamente uma vez ao ano ou assim que surgir a necessidade.

Verificação: observamos no sistema de crédito "Visionário" que a inserção dos dados é realizada manualmente, porém o resultado não tem intervenção manual. A análise do resultado é feita por profissionais experientes do setor. Verificamos que o sistema Visionário está conectado à Serasa, o que permite importar informações como o balanço patrimonial da empresa sob análise. O sistema Visionário realiza o cálculo do risco.

Após a análise de crédito, o analista inicia o processo de aprovações pela ferramenta "Workflow" no SAP. Na tela do SAP "Modificar adm. Crédito de Cliente" o status do cliente é alterado "WLC" (Workflow), indicando "em aprovação". Segundo representantes da Braskem, a ferramenta "Workflow" foi implementada em outubro de 2006; anteriormente a essa data as aprovações eram realizadas por assinatura manual no relatório do sistema "Visionário".

Verificação: o SAP está parametrizado com o sistema "Visionário" para buscar as informações de limite e alçadas.

Alçadas de aprovação:

As alçadas são estabelecidas, considerando o montante do limite de crédito a ser concedido, conforme segue:

Definição dos comitês de alçada:

Intervalos de limites de créditos	
1	Limite de crédito até R\$ 800 mil
2	Limite de crédito de R\$ 801 a R\$ 5 milhões
3	Limite de crédito de R\$ 5 a R\$ 12 milhões
4	Limite de crédito acima de R\$ 12 milhões

Participantes dos comitês de alçadas

Comitês de alçada	AC	GC	RGC	DC + DF	RUN + RFRI	DP*
1	X	X				
2	X	X	X	X		
3	X	X	X	X	X	
4	X	X	x	X	X	X

AC - Analista de Crédito, GC - Gerente de Cliente, RGC - Responsável por Gestão de Crédito, DC - Diretoria Comercial, DF - Diretoria Financeira, RUN - Responsável pela Unidade de Negócios, RFRI - Responsável por Finanças e Relações com Investidores, DP - Diretor-presidente.

\* Em decisões acima de R\$ 12 milhões, o diretor-presidente tem o voto de minerva caso não haja concordância entre os votos das Diretorias Comercial e Financeira.



© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Verificação: as alçadas estão parametrizadas no sistema. Um e-mail automático é disparado para os participantes do Comitê que, por meio de *login* e de senha próprios, realizam suas análises e suas aprovações/reprovações pelo sistema.

Controle sistêmico: cada participante visualiza somente o que lhe diz respeito e os analistas de crédito visualizam apenas com qual participante está a análise". Com todas as aprovações realizadas, o processo é finalizado.

#### Reuniões de comitê de crédito

As reuniões dos comitês de crédito ocorrem trimestralmente, nas quais são analisados os limites de crédito superiores a R\$ 12 milhões. Tais reuniões deverão ser registradas em atas pela área de Crédito, responsável também pelo seu arquivamento.

A utilização do Workflow acontecerá após a reunião para efeito de formalização no sistema e liberação do limite para comercialização.

Verificação: verificamos as atas de reuniões de comitês, porém em alguns casos o Workflow não estava finalizado. Segundo os representantes da Braskem, a implantação dessa ferramenta é considerada recente e, em alguns casos, a liberação do limite é realizada, visto que foi aprovada em reunião de comitê.

Os limites de crédito devem ser revistos anualmente pelos comitês de alçada competentes ou excepcionalmente em casos de:

- Alterações significativas do perfil de risco dos clientes.
- Instabilidade econômica e setorial.
- Alterações significativas nos preços dos produtos.
- Alterações nas políticas de exposição ao risco de crédito da Braskem.
- Políticas específicas de venda definidas pela Braskem.

#### Pedidos de venda bloqueados automaticamente

O sistema SAP está parametrizado para bloquear automaticamente pedidos de venda inseridos pelo Comercial nas seguintes situações:

- Limite de crédito inexistente (cliente novo - sem análise de crédito)
- Limite de crédito ultrapassado
- Limite de crédito vencido
- Fatura vencida após quatro dias da data de vencimento.

Verificação: a área de Crédito é responsável pelo acompanhamento, pela análise e pelo desbloqueio de determinado pedido de venda. Não existem limites de alçadas preestabelecidos; os analistas de crédito possuem autonomia para liberação. Segundo os representantes da área de Crédito, em casos delicados, os superiores são informados por telefone ou por e-mail.

A análise de crédito tem validade de 90 dias; se o cliente não efetuar nenhuma compra nesse período, o sistema bloqueia automaticamente o limite estabelecido. Para que o cliente faça novos pedidos, é necessária uma nova solicitação da área Comercial.

Para que ocorra diminuição no nível de risco do cliente e, consequentemente, aumento no prazo de pagamentos, é necessário que o cliente possua um bom volume de compras e, principalmente, apresente pontualidade em seus pagamentos.

A área de Crédito pode pedir algum tipo de garantia por parte de clientes que solicitem limites superiores ao aprovado; para isso, é necessário que a diretoria-financeira aprove a garantia oferecida pelo cliente.

Somente são aceitas garantias reais que podem ser: hipoteca, penhor mercantil de medicamentos/perfumaria, carta de fiança e confissão de dívida.

### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Controle sistêmico: no momento da liberação de pedido bloqueado ocorre o registro do usuário e o comentário. No final de cada mês, é emitido um relatório de "exposição" por tipo de bloqueio, o qual menciona os valores, a porcentagem, o usuário, os comentários etc. Tal relatório é assinado pelo Gerente de Cliente (GC), pelo Responsável por Gestão de Crédito (RGC), pela Diretoria Comercial (DC), pela Diretoria Financeira (DF), pelo Responsável pela Unidade de Negócios (RUN), pelo Responsável por Finanças e Relações com Investidores (RFRI) e pelo Diretor-presidente (DP).

#### Teste de aderência - KPMG I

##### Cadastro

Com o objetivo de testar a aderência dos documentos necessários para a confecção de cadastro, verificamos cinco casos de clientes cadastrados e os resultados apurados foram os seguintes:

Nome do cliente	Atas do cliente	Contrato social	Procuração	Última alteração contratual	Cartão CNPJ	Estatuto social vigor	Último balanço	Garantia	Obs.
1 BIANCO IND E COM SC PL	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(i)
2 KAPAZI INDUSTRIA E COM	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
3 PLAST ESTRELA IND COM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(ii)
4 PRIMO SCHINCARIOL IND	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	N/A	
5 WHITE MARTINS GASES IN	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	

##### Obs.

- (i) Cliente considerado inativo, para esse cliente são aceitos somente pagamentos à vista.
- (ii) Cliente considerado inativo, para esse cliente são aceitos somente pagamentos à vista.
- ✓ Pendente apresentação por parte da Braskem.



## Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Teste de aderência - KPMG II Gestão dos limites de crédito

Com o objetivo de testar a aderência dos procedimentos constantes na política de crédito relacionado à gestão dos limites de crédito concedidos. Selecionamos para teste 20 clientes, apresentamos a seguir o resultado apurado: (valores expressos em R\$)

Cliente	Valor limite atual (em 30/04/2010)	Data da concessão do limite atual (A)	Data de vencimento do limite atual (B)	Data da última		Prazo revisão limite	#	Out standing (saldo comprometido)	% faturamento	Última data que houve faturamento	Obs.:
				revisão de limite efetuada p/ cada cliente	cliente						
Cliente F	R\$ -	-	-	-	-	-	-	R\$ -	0,00%	21/8/2009	Ver nota.
Cliente G	R\$ 1.600.012	10/12/2009	10/12/2010	10/12/2009	10/12/2009	12	✓	R\$ 1.313.918	82,12%	29/4/2010	
Cliente H	R\$ 300.003	8/3/2010	8/3/2011	8/3/2010	8/3/2010	12	✓	R\$ 19.404	6,47%	30/4/2010	
Cliente I	R\$ -	-	-	-	-	-	-	R\$ -	0,00%	5/3/2010	Ver nota.
Cliente J	R\$ 15.000.010	1/3/2010	31/7/2010	20/10/2008	20/10/2008	22	Ver nota cliente J	R\$ 8.198.589	54,66%	30/4/2010	Ver nota.
Cliente K	R\$ 300.002	25/2/2010	25/2/2011	25/2/2010	25/2/2010	12	✓	R\$ -	0,00%	27/11/2009	
Cliente L	R\$ -	-	-	-	-	-	-	R\$ -	0,00%	19/3/2010	Ver nota.
Cliente M	R\$ -	-	-	-	-	-	-	R\$ -	0,00%	-	Ver nota.
Cliente N	R\$ 15.000.006	21/7/2009	24/6/2010	21/7/2009	21/7/2009	11	✓	R\$ 17.988.320	119,92%	29/4/2010	Ver nota.
Cliente O	R\$ -	-	-	-	-	-	-	R\$ -	0,00%	23/7/2009	Ver nota.
Cliente P	R\$ -	-	-	-	-	-	-	R\$ -	0,00%	2/2/2009	Ver nota.
Cliente Q	R\$ 500.000	1/7/2009	1/7/2010	1/7/2009	1/7/2009	12	✓	R\$ 269.652	53,93%	25/3/2010	
Cliente R	R\$ 200.002	3/2/2010	3/2/2011	3/2/2010	3/2/2010	12	✓	R\$ 69.884	34,94%	29/4/2010	
Cliente S	R\$ 400.000	3/3/2010	31/3/2011	3/3/2010	3/3/2010	13	✓	R\$ -	0,00%	29/4/2010	
Cliente T	R\$ 3.500.003	15/3/2010	15/3/2011	15/3/2010	15/3/2010	12	✓	R\$ 1.624.893	46,43%	30/4/2010	
Cliente U	R\$ 500.000	2/3/2010	28/2/2011	2/3/2010	2/3/2010	12	✓	R\$ 143.837	28,77%	23/4/2010	
Cliente V	R\$ 350.003	8/3/2010	8/3/2011	8/3/2010	8/3/2010	12	✓	R\$ -	0,00%	9/4/2010	
Cliente X	R\$ 1.541.002	30/11/2009	31/7/2010	30/11/2009	30/11/2009	8	✓	R\$ 644.877	41,85%	29/4/2010	Ver nota.
Cliente Y	R\$ -	-	-	-	-	-	-	R\$ -	0,00%	27/4/2010	Ver nota.
Cliente Z	R\$ 1.120.004	3/4/2009	3/4/2010	3/4/2009	3/4/2009	12	✓	R\$ 568.872	50,79%	28/4/2010	Ver nota.

✓ De acordo com as políticas de crédito.



## Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

### Teste de aderência - KPMG II (continuação)

#### Notas:

Cliente F = Cliente denominado "Suprimentos", isto é, compram somente à vista sucata e "sobras".

Cliente I = Cliente considerado inativo

Cliente J = Segundo os representantes da Braskem, houve uma extensão no prazo do limite sem a análise da documentação atualizada pelo fato de que essa empresa apresenta um risco baixo e de que pertence à Petrobras, que é acionista da Braskem.

Cliente L = Cliente em processo de renegociação de dívida.

Cliente M = Empresa do Grupo Braskem, neste caso não é estipulado limite de crédito.

Cliente N = Segundo representantes da Braskem houve um aumento do limite de crédito temporário para este cliente, aprovado pelo comitê de crédito, porém já está na pauta do próximo comitê o aumento definitivo do limite de crédito para R\$ 24.000.000.

Cliente O = Cliente considerado inativo.

Cliente P = Cliente denominado "Suprimentos", isto é, compram somente à vista sucata e "sobras".

Cliente Y = Cliente em processo de renegociação de dívida.

Cliente Z = Segundo os representantes da Braskem, não foi realizada nenhuma nova análise até o momento, porém por se tratar de um cliente com bom histórico de pagamento e com base nos dados da Serasa, tal cliente foi liberado para compras. Ainda segundo a Braskem, tal processo de análise está na agenda de prioridades e o risco do cliente é baixo (vale ressaltar que o sistema bloqueia a concessão de crédito com a data de vencimento ultrapassada, essa operação (desbloqueio) foi efetuada de forma "manual" considerando as premissas citadas anteriormente).

### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para origemação e cobrança dos recebíveis (cont.)

#### Teste de aderência - KPMG III Análise de crédito

Com o objetivo de testar a aderência aos processos de análise de crédito apontados, foi realizada a verificação das análises de crédito referentes a cinco clientes selecionados aleatoriamente, cujos resultados apurados foram:

Cliente	Análise qualitativa comercial	Aprovação limite de crédito	Consulta Serasa	Ata do comitê de crédito *	Relatório de aprovação do faturamento	Histórico de faturamento	Análise sistema Visionário	Data de análise do Sistema Visionário	Obs.
					Workflow	Braskem			
Cliente A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(i)
Cliente B	✓	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓	
Cliente C	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	(ii)
Cliente D	✓	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓	
Cliente E	✓	✓	✓	N/A	✓	✓	✓	✓	

\* A ata do comitê de crédito é aplicável somente para valores acima de R\$ 5.000.000,00

✓ Conforme documentação analisada  
N/A Não aplicável

#### Obs.

- (i) Cliente inativo, para esse cliente são aceitos somente pagamentos à vista.
- (ii) Cliente inativo, para esse cliente são aceitos somente pagamentos à vista.



### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

#### Levantamento dos procedimentos de cobrança

Os procedimentos de cobrança da Braskem têm por finalidade inibir a inadimplência e estabelecer melhores formas de abordagem aos clientes que descumprirem os contratos/os acordos ou parte deles.

A cobrança deve ser realizada nas seguintes etapas:

- Bloqueio automático de novos pedidos - Após quatro dias de atraso.
- Ligação telefônica, *e-mail* de cobrança ou notificação extrajudicial - Até cinco dias úteis de atraso.
- Protesto - Até 30 dias de atraso em duplicatas ou juros, caso não haja manifestação de renegociação da dívida.
- Limite de crédito zerado - Atrasos superiores a 30 dias, caso não haja manifestação de renegociação da dívida.
- Execução judicial - Definida em comitê de alçada competente, cabendo recurso à alçada superior.

Os procedimentos citados são executados pelos analistas de cobrança de cada tipo de negócio. Determinados procedimentos dependem de cada cliente e do sentimento da área Comercial. Os analistas de cobrança monitoram os títulos vencidos por meio do relatório "Partidas individuais de clientes", o qual demonstra analiticamente a data de emissão, a data de vencimento, os dias de atraso, o montante, o tipo de bloqueio etc.

#### Tipos de negociação

Segundo os representantes da Braskem, o nível de negociações de dívida é satisfatório, e, em agosto de 2007, havia apenas 0,34% de inadimplência.

#### Prorrogações

A solicitação de prorrogação é realizada pela área Comercial pelo sistema Prorroga para títulos não vencidos e por prazo de até 30 dias. A área de Crédito recebe a solicitação e a envia para aprovação de acordo com as seguintes alçadas:

Alçadas	Responsável
Até R\$ 600 mil	Responsável pela área de Crédito
De R\$ 601 mil a R\$ 1.500 mil	Diretor-comercial
De R\$ 1.501 mil a R\$ 5.000 mil	Diretor-financeiro
De R\$ 5.001 mil a R\$ 10.000 mil	Vice-presidente - Unidade de Negócio
Acima de R\$ 10.001 mil	Vice-presidente-financeiro

© 2010 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados.  
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.



### Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)

Após as aprovações de acordo com alçadas, a Tesouraria altera manualmente a data de vencimento no SAP e finaliza o processo no sistema Prorroga.

#### Juros

Nos casos em que os pagamentos foram efetuados com atraso e sem negociação do percentual de juros, a Tesouraria emite nota de débito para o cliente na ordem de 3,5%. Em negociações/parcelamentos, os juros são negociados de acordo com cada caso.

#### Inadimplência com formalização de acordo

Após o vencimento dos títulos e constatada a inadimplência, caberá à área de Crédito e Cobrança, com o apoio do Jurídico e, em apoio ao Comercial, negociar um acordo formal com o cliente (geralmente um contrato de confissão de dívida ou uma cessão de crédito).

Toda vez que houver formalização de acordo, o limite de crédito deverá ser reavaliado. A área de Crédito e Cobrança deverá indicar quais garantias serão necessárias para respaldar a dívida, e o Jurídico será o responsável pela formalização de tais garantias.

A área de Crédito e Cobrança encaminhará o acordo ao responsável do Contas a Receber para que ele acompanhe os pagamentos relativos ao acordo.

O responsável do Contas a Receber deverá avisar a área de Crédito e Cobrança no caso de não-cumprimento do acordo pelo cliente. Neste caso, a área de Crédito e Cobrança encaminhará ao Jurídico a documentação necessária para a impetração da ação judicial cabível.

#### Inadimplência sem formalização de acordo

Findo o prazo de 30 dias a contar do vencimento dos títulos sem a formalização do acordo, os títulos deverão ser encaminhados ao cartório para protesto.

Caso, após o protesto dos títulos, não haja acordo com o cliente, o RGC encaminhará ao RAFJ a documentação necessária para a impetração da ação judicial cabível, ficando sob a responsabilidade do RAFJ, mediante solicitação, a emissão de relatórios de acompanhamento às áreas envolvidas.

Após a impetração da ação judicial, é facultado ao RGC, com o apoio do RAFJ, formalizar, nos autos do processo, acordo que vise ao recebimento do crédito, o qual deverá seguir o mesmo trâmite do acordo extrajudicial.

#### Inadimplência por recuperação judicial ou extrajudicial

Todo cliente concordatário terá o seu limite de crédito cancelado.

#### Procedimentos em casos de falência

Tão logo se tome conhecimento do fato, deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- Cancelamento do limite de crédito.
- O Jurídico, de posse do valor dos títulos envolvidos na dívida e da documentação pertinente, tomará as providências legais cabíveis.

Os procedimentos e as ações de cobrança são registrados no SAP na tela “Modificar informações de cobrança”.



### **Seção 3.3 - Descrição dos procedimentos para originação e cobrança dos recebíveis (cont.)**

---

#### ***Provisão para Devedores Duvidosos***

A PDD é calculada da seguinte forma:

- 90 a 180 dias de atraso - 50% de provisionamento
- Acima desse período - 100% de provisionamento.

No início de cada mês, o analista de crédito e cobrança “roda” pelo SAP a “Transação de PDD”, marcando os devidos títulos com a sigla “PD”. Independentemente de o título fazer parte da PDD, a área de Cobrança não cessa a tentativa de recebimento ou de negociação.

291

**Matriz consolidada -**292



Artigo 1

Matriz consolidada -

Vencimento	64a	65a	66a	67a	68a	69a	70a	71a	72a	saldo vendido	RS
jan/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	189.429.378
fev/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	192.429.293
mar/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	345.888.678
abr/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	248.310.608
mai/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	445.002.217
jun/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	488.030.370
jul/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	479.009.619
ago/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	490.067.215
set/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	532.046.860
out/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	539.689.245
nov/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	598.774.512
dez/07 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	478.256.070
jan/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	530.598.367
fev/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	616.571.805
mar/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	592.197.214
abr/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	531.225.782
mai/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	585.016.512
jun/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	566.511.193
jul/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	599.893.729
ago/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	618.245.984
set/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	469.845.349
out/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	537.144.689
nov/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	623.164.399
dez/07 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	853.614.803
jan/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	570.814.006
fev/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	568.751.889
mar/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	530.075.703
abr/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	483.233.121
mai/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	502.578.666
jun/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	460.312.069
jul/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	460.269.922
ago/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	477.831.286
set/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	549.741.693
out/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	507.448.492
nov/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	489.175.067
dez/08 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	530.853.944
jan/08 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	657.877.944
fev/08 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	590.176.901
mar/08 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	596.613.195
abr/08 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	571.543.098
mai/08 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	652.877.293
jun/08 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	766.411.969
jul/08 Q2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	886.182.265
ago/08 Q2	99,40%	99,49%	99,41%	99,41%	99,41%	99,41%	99,41%	99,41%	99,41%	4.655,35	767.635.569
set/08 Q2	99,54%	99,54%	99,54%	99,54%	99,54%	99,54%	99,54%	99,54%	99,54%	411,13	707.245.367
out/08 Q2	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%	99,92%	495,18	693.875.367
nov/08 Q2	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	99,76%	781,542	674.502.401
dez/08 Q2	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	99,62%	1.864,575	628.573.373
jan/09 Q1	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	99,50%	5.065,21	574.005.001
fev/09 Q1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	10.666	424.009.264
mar/09 Q1	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%	99,89%	398,170	411.135.950
abr/09 Q1	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	99,73%	1.051,445	521.251.905
mai/09 Q1	99,62%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	99,63%	1.776,027	477.166.619
jun/09 Q1	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,57%	99,58%	99,58%	99,58%	99,58%	2.031,550	481.607.693
jul/09 Q1	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,65%	99,66%	99,66%	99,66%	99,66%	729,424	514.972.293
ago/09 Q1	99,24%	99,25%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	99,27%	1.063,718	546.569.361
set/09 Q1	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	99,59%	1.487,443	479.462.398
out/09 Q1	99,42%	99,42%	99,42%	99,42%	99,42%	99,42%	99,42%	99,42%	99,42%	1.305,605	592.163.337
nov/09 Q1	99,84%	99,84%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	99,87%	967,98	540.731.474
dez/09 Q1	99,31%	99,39%	99,61%	99,61%	99,63%	99,63%	99,65%	99,65%	99,65%	729,925	619.852.331
jan/09 Q2	97,15%	97,26%	99,76%	99,76%	99,80%	99,80%	99,82%	99,83%	99,83%	781,025	577.157.802
fev/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	495,268	664.235.001
mar/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	578,976	578.005.001
abr/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	483,944	577.424.349
mai/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	3.961,198	260.845.430
jun/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	6.609,927	611.055.000
jul/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	6.901,537	602.195.527
ago/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	7.536,521	606.874.146
set/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	73.715,721	623.851.491
out/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	-	-
nov/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	-	-
dez/09 Q2	96,10%	99,07%	99,77%	99,77%	99,82%	99,82%	99,83%	99,83%	99,83%	-	-
Grand Total											40.402.814.589

294

295

Relatório Relativo à Aplicação de  
Procedimentos Pré-acordados

**Desvio padrão - Co**

296



## **Súmula e Relatório da Agência de Classificação de Risco**

---

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**Rating Action: Moody's atribui ratings às quotas seniores e subordinadas mezanino da Chemical V -- FIDC Indústria Petroquímica, uma operação de securitização lastreada por uma carteira de recebíveis comerciais**

---

Global Credit Research - 14 May 2010

**R\$ 272,4 milhões de quotas seniores e R\$ 21,6 milhões de quotas subordinadas mezanino**

Sao Paulo, May 14, 2010 -- A Moody's América Latina (Moody's) atribuiu os rating provisórios de (P)Aa1.br (Escala nacional brasileira) e (P)Ba1 (Escala global de moeda local) às Quotas Seniores e (P)Ba1.br (Escala nacional brasileira) e (P)B2 (Escala global de moeda local) às Quotas Mezanino, a serem emitidas pelo "Chemical V -- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica" ("Chemical V -- FIDC"), uma operação de securitização lastreada por uma carteira de recebíveis comerciais originados pela Braskem S.A.

Os ratings estão baseados nos seguintes fatores, dentre outros:

- Sobrecolateralização que irá variar de um mínimo de 110% a um máximo de 115% em benefício dos quotistas seniores, e 102,041% para os quotistas mezaninos para mitigar perdas, diluições e descasamentos potenciais de taxas de juros;
- Os critérios de elegibilidade dos recebíveis adquiridos pelo Chemical V - FIDC, os quais incluem limites de concentração por cliente, atrasos por clientes e prazo máximo do recebível;
- O limite de concentração individual de 3% para clientes regulares e 8% para clientes especiais, com concentração agregada de no máximo 40% para os clientes especiais;
- A capacidade do Banco Bradesco S.A. (com ratings de depósito bancário Aaa.br em escala nacional brasileira e A1 em escala global de moeda local) em agir como custodiante da transação; e
- A estrutura legal da operação, que inclui a impossibilidade de falência do emissor.

O originador é a Braskem S.A., uma empresa de petroquímicos brasileira de grande porte com ratings Aa2.br (Escala nacional brasileira) e Ba1 (Escala global de moeda local).

A transferência dos recebíveis do originador ao emissor está estruturada como uma venda perfeita e acabada, com cessão definitiva dos contratos tal qual prevista nos documentos da operação sob o Código civil brasileiro.

O Chemical V - FIDC terá um prazo de 36 meses. As quotas seniores e subordinadas mezanino serão amortizadas em 6 pagamentos iguais e mensais após um período revolvente de 30 meses.

Durante os 30 meses de período revolvente, as quotas seniores e subordinadas mezanino receberão cinco pagamentos semestrais de juros e, após o período revolvente, serão pagos mensalmente juntamente com as amortizações programadas das quotas seniores e subordinadas mezanino. Os juros de ambas as quotas serão contabilizados sobre o principal em circulação durante o período de vida da transação.

Para atribuir ratings a essa transação, a Moody's recebeu dados sobre o desempenho da carteira da Braskem relacionados ao período de janeiro de 2007 a dezembro de 2009. Os dados principais analisados pela Moody's incluem: diluições, atrasos de pagamento, perdas, giro de recebíveis e volume de recebíveis elegíveis. Para as premissas presentes no modelo da Moody's, a agência supôs uma média de BRL 743 milhões de recebíveis elegíveis nesse período, 0,1% de diluições mensais, 0,21% de perdas mensais e um giro médio de 38 dias.

Para maiores detalhes sobre a análise realizada pela Moody's da Chemical V -- FIDC consulte o relatório de Pré-Venda que será publicado no site da Moody's ([www.moody.com](http://www.moody.com)). A metodologia principal utilizada para atribuir rating a essa operação é "Moody's Approach to Rating Trade Receivables Backed Transactions", publicada em julho de 2002 e disponível no [www.moody.com](http://www.moody.com), no subdiretório "Rating Methodologies" na aba "Research & Ratings". Outras metodologias e fatores que possam ter sido consideradas neste processo de rating também podem ser encontrados no subdiretório "Rating Methodologies" no site da Moody's. Além disso, a Moody's publica um resumo semanal sobre o crédito de operações estruturadas, ações de rating e metodologias disponíveis para todos os usuários inscritos em nosso website, em [www.moody.com/SFQuickCheck](http://www.moody.com/SFQuickCheck).

Ação de rating completa é:

Emissor: Chemical V - FIDC Indústria Petroquímica

Chemical V -- FIDC Quotas Seniores -- (P)Aa1.br (Escala nacional brasileira) e (P)Ba1 (Escala global de moeda local)

Chemical V -- FIDC Quotas Subordinadas Mezanino -- (P)Ba1.br (Escala nacional brasileira) e (P)B2 (Escala global de moeda local)

New York  
Maria Muller  
Senior Vice President  
Structured Finance Group  
Moody's Investors Service  
JOURNALISTS: 212-553-0376  
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Sao Paulo  
Johann Grieneisen  
Asst Vice President - Analyst  
Structured Finance Group  
Moody's America Latina Ltda.  
55-11-3043-7300



© Copyright 2010, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

**CREDIT RATINGS ARE MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC.'S ("MIS") CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.**

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect,

special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of MOODY'S Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at [www.moodys.com](http://www.moodys.com) under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this Document is by MOODY'S affiliate MOODY'S Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to wholesale clients (within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001). By continuing to access this Document from within Australia, you represent to MOODY'S and its affiliates that you are, or are accessing the Document as a representative of, a wholesale client and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this Document or its contents to retail clients (within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001).

**RELATÓRIO DE PRÉ-  
VENDA**

# Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica

Securitização de Recebíveis Comerciais / Brasil

**Data Estimada de Fechamento**

A ser definida

**Conteúdo**

RATINGS PRELIMINARES (P)	1
RESUMO DA TRANSAÇÃO	1
PARTICIPANTES DA TRANSAÇÃO	2
RESUMO DOS ATIVOS	2
VISÃO DA MOODY'S	2
PONTOS FORTES E FRACOS	3
ESTRUTURA, ASPECTOS LEGAIS E RISCOS ASSOCIADOS	4
DESEMPENHO DA CARTEIRA DE RECEBÍVEIS DA CEDENTE	7
ANÁLISE DE CRÉDITO	8
PESQUISA CORRELACIONADA	10

**Contatos:**

Johann Grieneisen, CFA  
 Assistant Vice President  
 55.11.3043.7305  
 Johann.Grieneisen@moody's.com

Giuliano Amaral  
 Associate Analyst  
 55.11.3043.7305  
 Giuliano.Amaral@moody's.com

Maria Muller  
 Senior Vice President  
 1.212.250.4309  
 Maria.Muller@moody's.com

**CONTATOS COM INVESTIDORES:**

Nova York: 1.212.553.1653  
 Tóquio: 81.3.5408.4100  
 Londres: 44.20.7772.5454  
 Hong Kong: 852.3551.3077  
 Sydney: 61.2.9270.8100  
 Singapura: 65.6398.8308

**Ratings Preliminares (P)**

CLASSE	RATING	RENDIMENTO	MONTANTE (MILHÕES)	% DOS ATIVOS	SUBORDINAÇÃO (*)	VENCIMENTO FINAL LEGAL	PERÍODO DE REVOLVÊNCIA	PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO
Quotas Seniores	(P)Aa1.br/ (P)Ba1	CDI+1,25%	BRL 272.4	90.80%	9.20%	36 meses após fechamento	Mês 1 ao 30	Mês 31 ao 36
Quotas Subordinadas Mezanino	(P)Ba1.br/ (P)B2	CDI+5,80%	BRL 21.6	7.20%	2.00%	36 meses após fechamento	Mês 1 a 30	Mês 31 a 36
Quotas Subordinadas Júnior	NR	-	BRL 6.0	2.00%	0.00%	-	-	-
Total			BRL 300.0	100%				

Os ratings dizem respeito à perda esperada para investidores até o vencimento final legal. Os ratings da Moody's abordam apenas os riscos de crédito associados à transação. Outros riscos não relacionados ao crédito não foram abordados, mas podem ter efeitos significativos nos rendimentos dos investidores.

\* A classe A pode disponibilizar de alguma proteção de crédito adicional devido ao excesso de spread e ao gatilho de subordinação dinâmica.

**Resumo Da Transação**

O FIDC Chemical V é uma securitização revolvente originada pela Braskem S.A. (Braskem ou a Cedente ou o Originador) com vencimento em 3 anos. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino realizarão pagamentos semestrais de juros durante o período inicial de 30 meses de revolvência, seguidos de pagamentos mensais de principal e juros durante o período de 6 meses de amortização. Os ativos do FIDC são recebíveis comerciais de curto prazo originados pela Braskem e de acordo com os critérios de elegibilidade descritos nos documentos da transação.

Este Relatório de Pré-Venda aborda a estrutura e as características da transação proposta e é baseado em informações fornecidas à Moody's até 25 de maio de 2010. Os investidores devem atentar ao fato de que certos fatores relacionados a este Fundo ainda estão por ser finalizados. Após o recebimento de toda a documentação legal, de maneira satisfatória, é que a Moody's irá designar um rating definitivo ao Fundo, o qual pode vir a ser diferente do que o rating apresentado neste Relatório de Pré-Venda. A Moody's disseminará o rating definitivo através de seu serviço de contato com investidores. Este relatório não tem o intuito de ser uma oferta para venda ou uma solicitação de compra de títulos, e não deve ser utilizado ou circulado juntamente com qualquer tipo de oferta ou solicitação.

## Participantes da Transação

Emissor:	Chemical V - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Indústria Petroquímica
Coordenadores	BB Banco de Investimento S/A , Banco Bradesco BBI S.A.
Originador/Cedente/Cobrador Primário dos Direitos Creditórios	Braskem S.A. – Aa2.br (Escala Nacional Brasileira) & Ba1 (Escala Global em Moeda Local)
Custodiante:	Banco Bradesco S.A. com rating de depósito bancário de longo prazo A1 na Escala Global em Moeda & Aaa.br na Escala Nacional Brasileira)
Administrador:	BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (sem rating/subsidiária do Bradesco S.A.)
Gestor:	BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM (sem rating/subsidiária do Bradesco S.A.)
Auditor Externo:	KPMG Auditores Independentes
Assessor Jurídico (Emissor):	Pinheiro Guimarães Advogados
Tipo de Ativo:	Duplicatas Comerciais Performadas / Setor Petroquímico

## Resumo dos Ativos

Cedentes/Originadores:	Braskem S.A. (Ba1 / Aa2.br)
Ativos:	Duplicatas comerciais de curto prazo sujeitas ao critério de elegibilidade da transação.
Metodologia Utilizada:	Moody's Approach to Rating Trade Receivables Backed Transactions
Modelos Utilizados:	Moody's Term Trade Receivables Model e Moody's CDO ROM
Volume Total da Transação:	BRL 300,0 milhões
Período de Revolução:	30 meses
Portfólio Analisado	Cerca de 700 mil duplicatas / R\$44,8 bilhões originados no período de janeiro 2007 a dezembro 2009 e auditados pela KPMG
Concentração por sacado:	8% para Clientes Especiais, limitado a um máximo de 40% dos ativos do fundo 3% para Clientes Regulares

## Visão da Moody's

<b>Perspectiva para o Setor:</b>	Estável
<b>Característica Exclusiva:</b>	Sem característica exclusiva. A estrutura é representativa de transações de recebíveis de curto prazo e bastante similar à transação anterior, Chemical IV.
<b>Nível de Vínculo com o Originador:</b>	Vínculo limitado com o Originador. Presença de algum vínculo em razão de <ul style="list-style-type: none"> <li>- Habilidade do Originador em recomprar recebíveis vencidos e não pagos (até 12% do PL do fundo para 3 períodos alternados/2 períodos consecutivos)</li> <li>- Habilidade dos sacados em efetuarem pagamentos diretamente à conta do cedente (até 5% do PL do fundo)</li> </ul>
<b>Histórico de Securitização do Originador:</b>	
# de Transações Anteriores no Setor:	4 (Chemical I até Chemical IV). Chemical II, III e IV tiveram ratings atribuídos pela Moody's.
% Securitizada do Valor Contábil:	Aproximadamente 50%
Comportamento de Transações Anteriores:	Desempenho estável
Principais Diferenças entre a Transação Atual e as Anteriores:	O FIDC Chemical V é bastante similar ao Chemical IV. A principal diferença é a presença de limite de concentração diferenciado para Clientes Especiais de 8% do PL do Fundo.
<b>Desempenho Relativo da Carteira:</b>	Estável
<b>Sensibilidade Potencial do Rating:</b>	
Fatores que Podem Levar a um Rebaixamento:	i. Um repentino e inesperado aumento na inadimplência, particularmente de Clientes Especiais, dado o risco de concentração. ii. Desaceleração econômica severa com repercussão no setor petroquímico brasileiro.
Parâmetro de Sensibilidade:	Nenhum. A transação é sensível a uma deterioração de crédito dos Clientes Especiais em razão do risco de concentração.



## Pontos Fortes e Fracos

### Pontos Fortes:

**Índice de Cobertura (O/C)** de no mínimo 110% e máximo de 115%;

**Parâmetros de elegibilidade adequados** para os recebíveis comerciais a serem adquiridos pelo emissor, incluindo limites de concentração por cliente e níveis de inadimplência;

**Curta duração das duplicatas comerciais.** Caso qualquer gatilho da transação seja quebrado e não remediado pela Braskem e/ou Administrador, a transação é rapidamente liquidada, dessa forma protegendo o Quotista Sênior de uma maior deterioração da transação.

A habilidade do Banco Bradesco S.A. (com rating de depósito bancário de longo prazo **A1** na Escala Global em Moeda & **Aaa.br** na Escala Nacional Brasileira) em atuar como Custodiante na transação;

A estrutura legal da transação, incluindo a imunidade à falência do Emissor e a venda perfeita e acabada de recebíveis da Braskem ao Fundo, a qual está estruturada de acordo com o Código Civil brasileiro.

### Pontos Fracos e Mitigantes:

Nosso processo de avaliação de crédito, incluindo comitês, foca principalmente o seguinte risco:

**Risco de Concentração:** De acordo com os documentos da transação, a concentração em sacados individuais pode atingir 8% do patrimônio líquido do fundo para certos sacados definidos como Clientes Especiais e até 40% de exposição agregada a Clientes Especiais.

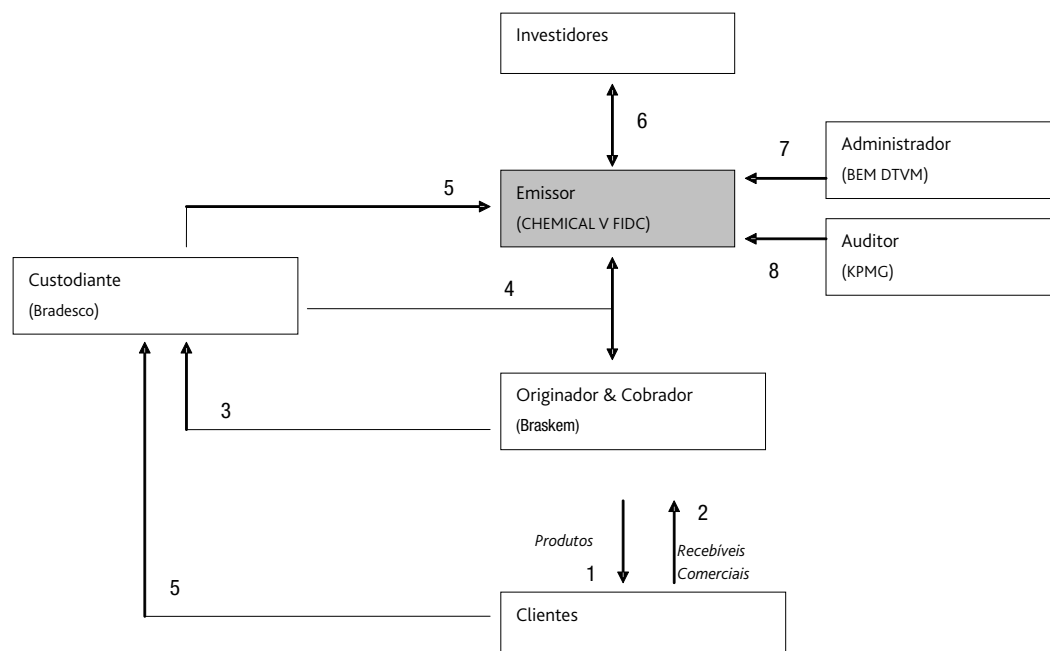
Consequentemente, o fundo pode atingir, em um cenário extremo, concentração de 5 Clientes Especiais com 8% cada.

No evento de inadimplência repentina e inesperada, um Cliente Especial com severidade de perda 100%, a subordinação mínima do fundo de 9,20% seria suficiente para cobrir essa perda para os Quotistas Seniores.

Assumindo que os gatilhos resultantes da transação não sejam remediados pela Braskem e/ou Administrador sob tal cenário, levando a uma liquidação do Fundo, qualquer inadimplência material durante o período de liquidação antecipada (que pode ultrapassar duração de 45 dias a um máximo de 90 dias) teria o potencial de gerar perda ao Quotista Sênior.

## Estrutura, Aspectos Legais e Riscos Associados

### Estrutura



1. A Braskem emite notas fiscais a seus clientes advindas de operações de venda de produtos químicos, gerando recebíveis comerciais. Os pagamentos são recolhidos e depositados em uma conta segregada mantida no Bradesco em nome do Fundo.
2. No momento da venda, os recebíveis comerciais são representados por duplicatas de venda mercantil a serem sacadas eletronicamente. As notas fiscais geradas pela Braskem são impressas em formulários oficiais da Receita Federal Brasileira. Qualquer falsificação ou abuso destes formulários é considerado crime.
3. A Braskem envia as notas fiscais dos recebíveis comerciais ao Bradesco (Custodiante) eletronicamente, e o Bradesco verifica se tais direitos creditórios estão em conformidade com os critérios de elegibilidade.
4. Após verificar quais direitos creditórios atendem aos critérios de elegibilidade, o Bradesco, simultaneamente, envia um relatório de cessão ao Emissor e à Braskem, informando quais direitos creditórios são passíveis de cessão do Fundo. O preço de aquisição é pago à Braskem. Simultaneamente, o Bradesco envia um aviso de cobrança aos clientes da Braskem.
5. Os clientes realizam os pagamentos dos direitos creditórios cedidos ao Fundo diretamente à conta bancária do Emissor.
6. O emissor efetuará pagamentos de juros e/ou principal para os Quotistas através do Bradesco, com os recursos advindos do fluxo de caixa resultante do pagamento dos direitos creditórios cedidos ao Fundo.
7. BEM DTVM Ltda., é o Administrador do Fundo, sendo civil e criminalmente responsável pelos atos por ordem e conta do Fundo. O administrador do Fundo deve assegurar que todos os participantes da operação executem suas funções adequadamente, além de fornecer relatórios compilados pelo custodiante às agências de rating e investidores.

8. A KPMG periodicamente auditará os demonstrativos financeiros do Fundo de acordo com as exigências legais e documentais do programa de securitização.

### Sumário da Estrutura da Transação

O FIDC Chemical V é um fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC"), constituído sob a forma de condomínio fechado, direcionado somente a investidores qualificados - os quais incluem investidores corporativos e de "private banking", fundos de pensão, companhias seguradoras e outros fundos de investimento - criado de acordo com a Instrução 356/01 da CVM. O prazo de duração do fundo será de 36 meses a contar a partir da data inicial de emissão das cotas.

A transação terá um período de revolvência de 30 meses e um período de amortização de 6 meses. Durante os 30 meses de período de revolvência não haverá pagamentos de principal nas Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino. Os pagamentos de juros serão realizados semestralmente. Durante os 6 meses do período de amortização final, pagamentos de principal e juros serão realizados mensalmente para as Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino.

O FIDC Chemical V é o quinto FIDC estruturado pela Braskem. O Chemical I e II integralmente liquidados. O FIDC Chemical III (teve início em 19 de março de 2008) e o Chemical IV (teve início em julho de 2009) ainda estão em circulação em maio de 2010. As três transações com rating têm apresentado desempenho conforme as expectativas da Moody's e são publicamente monitoradas em uma base trimestral.

**Pagamento de Juros e Principal das Quotas Seniores.** As quotas seniores possuem uma meta de retorno equivalente ao pagamento de um spread anual de 1,25% sobre a taxa de CDI, que será apurado diariamente baseado no montante do principal em circulação. Cinco pagamentos semestrais de juros serão realizados durante os trinta meses de período de revolvência, seguidos de seis pagamentos mensais de principal e juros durante os 6 meses de período de amortização final e até o vencimento legal da transação programando a 36 meses após o início.

**Pagamento de Juros e Principal das Quotas Subordinadas Mezanino.** As quotas subordinadas mezanino possuem uma meta de retorno equivalente ao pagamento de um spread anual de 5,8% sobre a taxa de CDI, que será apurado diariamente baseado no montante do principal em circulação. Cinco pagamentos semestrais de juros serão realizados durante os trinta meses do período de revolvência, seguidos de seis pagamentos mensais de principal e juros durante os 6 meses de período de

amortização final e até o vencimento legal da transação programado para 36 meses após o início.

**Resgate das Quotas Subordinadas Júnior.** As quotas subordinadas júnior somente serão resgatadas após o pagamento integral das quotas seniores e subordinadas mezanino e/ou quando o suporte mínimo de crédito, na forma de sobrecolateralização em benefício das quotas subordinadas mezanino exceder a 102,881%. Se houver suporte de crédito superior ao referido patamar, o Administrador, atuando em nome do Fundo, poderá autorizar resgate de cotas subordinadas júnior até o atendimento do percentual mínimo, conforme definido no regulamento.

**Constituição da Reserva de Rendimento e Resgate.** Com a finalidade de segregar recursos suficientes para o pagamento de rendimento e resgate de cotas, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá constituir reserva monetária interrompendo, se necessário, a aquisição de recebíveis nos prazos que precedem o pagamento de juros e principal. O Fundo reterá, então, quaisquer fluxos de caixa para depositá-los em uma conta reserva, seguindo as proporções e prazos estipulados na Figura 1:

FIGURA 1

#### Constituição da Reserva de Rendimento e Resgate

DIAS ANTES DA DATA DO PAGAMENTO DE RENDIMENTO E RESGATE	% DOS PAGAMENTOS DE RENDIMENTO E RESGATE
30	30%
10	100%

**Ordem de Aplicação de Recursos:** Em cada data de distribuição, todos os recursos disponíveis do Fundo serão distribuídos de acordo com a seguinte ordem simplificada de aplicação de recursos:

#### Amortização Normal

1. Comissões, impostos e despesas (auditores, agência de rating, administrador, custodiante, despesas legais e administrativas);
2. Reembolso dos montantes eventualmente adiantados pelos cotistas, relacionados ao processo judicial de cobrança;
3. Constituição de Reserva de Rendimento e Resgate para as Quotas Seniores;
4. Pagamento programado de Principal e Juros das Quotas Seniores;
5. Constituição de Reserva de Rendimento e resgate para as Quotas Subordinadas Mezanino;

6. Pagamento programado de Principal e Juros das Quotas Subordinadas Mezanino;
7. Aquisição de direitos creditórios elegíveis.

### Ordem de Alocação de Recursos sob Liquidação Antecipada

1. Comissões, impostos e despesas (auditores, agência de rating, administrador, custodiante, despesas legais e administrativas);
2. Reembolso dos montantes eventualmente adiantados pelos cotistas, relacionados ao processo judicial de cobrança;
3. Pagamento dos valores referentes ao resgate integral das Quotas Seniores;
4. Pagamento dos valores referentes ao resgate integral das Cotas Subordinadas Mezanino;
5. Pagamento dos valores referentes ao resgate integral das Cotas Subordinadas Júnior.

**Nível de Suporte de Crédito.** A Moody's considerou o nível de suporte de crédito da emissão oferecido por meio do Índice de Cobertura, que variará da seguinte maneira:

FIGURA 2

#### Índice de Cobertura – Quotas Seniores

MI(%) - ATRASOS > 19 DIAS EM MÉDIA MÓVEL DE 3 MESES SOBRE O SALDO DA CARTEIRA	ÍNDICE DE COBERTURA SÊNIOR (PL / COTAS SÊNIOR)
MI(%) < 1,5%	110,0%
1,5% < MI(%) < 2,0%	112,0%
MI(%) ≥ 2,0%	115,0%

O Índice de Cobertura para as Quotas Subordinadas Mezanino será calculado da seguinte forma:

FIGURA 3

#### Índice de Cobertura – Quotas Subordinadas Mezanino

Para qualquer nível de inadimplência	102,041%
---	----------

Com base na informação a ser divulgada pelo Custodiante, o Administrador irá calcular e monitorar os Índices de Cobertura de crédito das cotas sênior e subordinadas mezanino antes de qualquer nova aquisição de recebíveis. Desta maneira, o administrador irá assegurar que a transação continuará enquadrada, ou seja, que o total de ativos do Fundo excederá as cotas sênior e subordinadas mezanino em circulação, de modo a atender aos Índices de Cobertura.

O Índice de Cobertura da Quota Sênior é calculado como Total de Ativos sobre Quotas Seniores em circulação.

O Índice de Cobertura Mezanino é calculado como Total de Ativos sobre o somatório do saldo das Quotas Subordinada Mezanino e Quotas Seniores em circulação.

**Taxa Mínima de Cessão.** De forma a assegurar um retorno mínimo para cobrir seus passivos, o Fundo somente poderá comprar recebíveis originados pela Braskem a uma taxa de desconto pré-fixada equivalente à média ponderada das taxas de juros pagas às cotas sênior e subordinada mezanino, acrescida de 2,0% ao ano.

**Recompra de Direitos Creditórios Diluídos ou em Atraso.** No caso de recebíveis em atraso e/ou diluídos, serão tomadas as seguintes providências:

- » Em caso de diluição, a Braskem tem a obrigação de recomprar do Fundo tais direitos creditórios diluídos, pelo valor de face correspondente;
- » Em caso de direitos creditórios em atrasos, a Braskem possui a opção - mas não a obrigação - de recomprar do Fundo tais direitos creditórios pelo valor de face correspondente.

Cabe ressaltar que, nos seus pressupostos de modelagem, a Moody's não atribuiu nenhum crédito aos fluxos de caixa advindos das recompras, por opção da Cedente, de recebíveis atrasados.

**Eventos de Liquidação.** Na ocorrência dos seguintes eventos, o Fundo deverá interromper a compra de direitos creditórios e todos os recursos deles advindos, incluindo recuperações, serão utilizados para repagar os cotistas sênior e cotistas subordinados mezanino. Dentre os eventos de liquidação, destacamos os seguintes:

- » Decretação de falência da Braskem, bem como o requerimento de autofalência ou protocolação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Braskem;
- » Caso não ocorra a substituição do Administrador, na hipótese de sua renúncia;
- » Caso não ocorra a substituição do Custodiante, na hipótese de cessação dos serviços por este prestados;
- » Não pagamento, em até 3 dias, do valor da amortização e/ou do valor de resgate das cotas sênior e subordinada mezanino;
- » Atrasos acima de 19 dias superiores a 2% (dois por cento) do saldo de recebíveis por duas datas de verificação consecutivas ou três alternadas.

**Eventos de avaliação.** Dentre os mais importantes eventos de avaliação, destacamos:

- » O não reenquadramento do Fundo ao Índice de Cobertura;
- » Existência de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade em proporção superior a 0,50% do patrimônio líquido;
- » Devoluções / não recebimentos de produtos pelos clientes iguais ou superiores a 5% do patrimônio líquido do Fundo, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- » Pagamentos realizados pelos clientes diretamente à Cedente iguais ou superiores a 5% do patrimônio líquido do Fundo, por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- » Recompra pela Cedente dos títulos com atraso igual ou superior a 12% do patrimônio líquido do Fundo por duas vezes consecutivas ou três vezes alternadas;
- » Não atendimento pelo Fundo, por qualquer motivo, do enquadramento da Reserva de Rendimento e Resgate, em duas datas de verificação consecutivas ou em três alternadas;
- » Taxa DI seja igual ou superior a 1,3 vez a Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- » Inobservância da ordem de aplicação dos recursos.

Caso ocorra um evento de avaliação, o Administrador, agindo por ordem e conta do Fundo, deverá comunicar ao Custodiante a ocorrência do evento e suspender, imediatamente, os procedimentos de aquisição de direitos creditórios e os seguintes passos deverão ser observados:

- » Os detentores das cotas deverão receber um comunicado do Administrador;
- » O Administrador deverá convocar uma assembléia geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Fundo;
- » Todos os fluxos de caixa disponíveis, incluindo recuperações, serão utilizados para amortizar antecipadamente as cotas sênior e subordinada mezanino, se houver decisão de liquidar o Fundo.

### Desempenho Da Carteira De Recebíveis Da Cedente

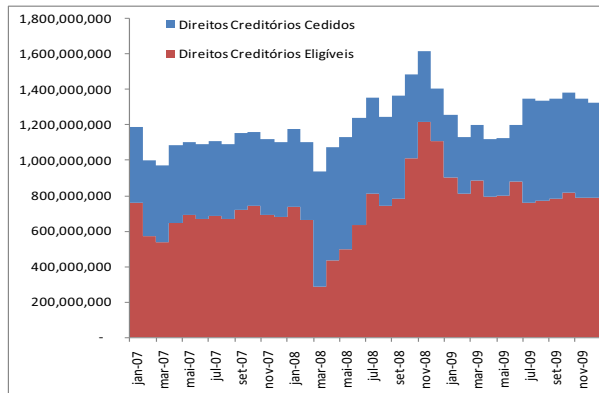
A Moody's analisou a carteira de direitos creditórios da Braskem entre janeiro de 2007 e dezembro de 2009. Neste intervalo, a cedente originou direitos creditórios (vendas) no montante de R\$ 44,8 bilhões de recebíveis de aproximadamente 700 mil notas fiscais diferentes.

O valor dos direitos creditórios elegíveis (definidos como direitos creditórios denominados em reais livres de diluições, baixas contábeis, concentrações excedentes e aqueles que foram

cedidos) atingiu uma média mensal de R\$ 743,731 milhões, cuja evolução pode ser visualizada na Figura 4.

FIGURA 4

#### Direitos Creditórios Totais

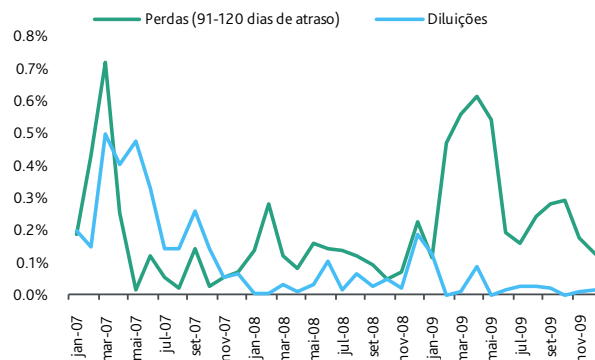


Fonte: Braskem

A Figura 5 ilustra o desempenho da carteira consolidada da Braskem em relação a atrasos e diluições. As perdas da carteira são calculadas como sendo os direitos creditórios em atraso por mais de 91 dias sobre a carteira consolidada. A queda nos atrasos é explicada pelos seguintes fatores: (i) baixa de direitos creditórios<sup>1</sup>; (ii) melhora nas condições gerais de mercado no Brasil e (iii) aplicação de políticas de crédito mais rigorosas.

FIGURA 5

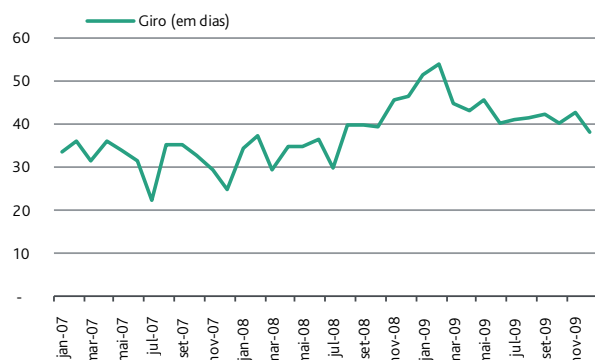
#### Perdas Totais da Carteira (91-120 dias em atraso) e Diluições



Fonte: Braskem

Conforme Figura 6, o giro da carteira de recebíveis caiu atingindo níveis históricos em seguida a um período de créditos mais longos durante o primeiro trimestre de 2009.

FIGURA 6

**Giro da Carteira (em número de dias)**

Fonte: KPMG, Braskem

**Originação e Aprovação de Crédito**

A Braskem participa em diversos setores do mercado petroquímico do Brasil.

Os pedidos dos clientes são feitos através da Internet, por e-mail, telefone ou fax, gerando as notas fiscais. A Braskem usa um processo de aprovação de crédito uniforme para seus segmentos de negócios, e o limite de crédito de cada cliente é definido de acordo com a política interna de concessão de crédito. O limite de cada cliente leva em consideração as informações de crédito e os dados de atrasos em pagamentos. Sempre que há uma venda, o limite de crédito do cliente é verificado. Se o cliente ultrapassar seu limite de crédito, ou se estiver em atraso superior a quatro dias no pagamento de qualquer duplicata, o sistema de crédito e cobrança da Braskem automaticamente rejeitará novas vendas a este cliente. Exceções são tratadas caso a caso, e são aprovadas (ou não) de acordo com o nível de alçada estabelecido pela política interna de concessão de crédito da Braskem.

**Critérios de Elegibilidade**

O Custodiante verificará individualmente, com base em arquivos eletrônicos, se os direitos creditórios a serem cedidos pelo Cedente ao Fundo atendem aos critérios de elegibilidade estabelecidos nos documentos da transação. Tais critérios de elegibilidade incluem:

- » Atrasos acima de 15 dias de clientes elegíveis não ultrapassem 15% do saldo de recebíveis cedido ao Fundo de cada cliente;
- » Concentração máxima por cliente de 3% (cliente regular) e 8% (Cliente Especial);

- » Os direitos creditórios passíveis de cessão não tenham data de vencimento inferior a 9 (nove) dias e superior a 90 (noventa) dias;
- » O cliente não pode ter títulos cedidos ao Fundo com atraso superior a 30 dias;
- » O cliente não tenha processo de falência, ou recuperação judicial requerido ou decretado contra si.

**Práticas de Relacionamento com Clientes e Cobrança**

A Braskem atuará como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos direitos creditórios cedidos ao Fundo, bem como administrará o relacionamento com estes clientes, seguindo as mesmas práticas de administração de suas vendas a prazo feitas em sua própria carteira. O Fundo, por sua vez, administrará as cobranças adimplentes, as quais serão feitas através dos bancos cobradores.

A Braskem gerencia toda a cobrança extrajudicial e judicial usando seu departamento jurídico e de cobrança, e seus procedimentos de cobrança incluem os seguintes passos:

- » Protesto dos direitos creditórios vencidos e não pagos no prazo de até 30 dias;
- » Cobrança Judicial e Extrajudicial dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos em prazo superior a 90 dias.

**Análise de Terceiros**

Consulte o relatório de auditoria da KPMG presente no prospecto de oferta.

**Análise de Crédito**

**Desempenho de Operações Anteriores:** Aplicável a essa operação dadas as similaridades na estrutura da transação, ativos subjacentes e ambiente econômico estável. A Moody's mantém os ratings dos FIDCs Chemical III e Chemical IV, os quais são estruturalmente similares. Dadas as similaridades nos critérios de elegibilidade, os sacados do Chemical V serão os mesmos das transações anteriores, tornando o desempenho das operações anteriores relevante.

**Quantidade de Dados e Conteúdo:** A qualidade geral dos dados recebidos foi considerada satisfatória tanto pela quantidade quanto pelo conteúdo. Nós recebemos dados agregados de desempenho da carteira demonstrando estatísticas relevantes de desempenho tais como giro da carteira, diluições e perdas de crédito. Além disso, nós continuaremos recebendo dados em uma base mensal como abordado na Seção de Monitoramento.



**Metodologia:** A metodologia principal utilizada para atribuir rating a essa operação é "[Moody's Approach to Rating Trade Receivables Backed Transactions](#)", que pode ser encontrada no website da Moody's, [www.moody.com](http://www.moody.com), no diretório "Credit Policy & Methodology", no subdiretório "Methodologies". Outras metodologias e fatores que possam ter sido consideradas neste processo de rating também podem ser encontrados no diretório "Credit Policy & Methodologies".

Ao atribuir os ratings (P)Ba1/(P)Aa1.br às quotas seniores e (P)B2/(P)Ba1.br às quotas subordinadas mezanino, a Moody's considerou o nível de suporte de crédito proporcionado pela subordinação e excesso de spread, assim como o desempenho dos recebíveis comerciais elegíveis e passíveis de cessão ao Fundo. Adicionalmente, a Moody's levou em consideração fatores comuns a todas as securitizações de recebíveis comerciais, tais como giro da carteira, pontualidade de pagamento, diluição, comportamento da inadimplência e das perdas.

As Figuras 5 e 6 ilustram as principais variáveis utilizadas na modelagem das simulações. A Moody's avaliou a capacidade de repagamento da operação em um cenário de "liquidação antecipada" da carteira de recebíveis comerciais. O rating atribuído a esta operação está relacionado ao nível de perda esperada resultante de diversas simulações de Monte Carlo.

As premissas utilizadas pela Moody's provieram da análise da carteira da Braskem durante o período compreendido entre janeiro de 2007 a dezembro de 2009. As perdas atingiram uma média mensal de 0,21%<sup>2</sup>; as diluições apresentaram uma média mensal de 0,10% e o giro da carteira atingiu uma média mensal de 38 dias.

A análise da Moody's foi baseada nos efeitos que as variáveis mencionadas, simuladas sob estresse, teriam sobre o fluxo de caixa da operação, de modo a se determinar uma perda esperada para cada uma das classes. Essa perda esperada foi analisada em conjunto com outros fatores subjetivos relacionados à operação e à empresa de modo a se determinar um rating apropriado.

Além disso, a Moody's desenvolveu cenários de stress internos adicionais estressando as perdas para considerar recompras de recebíveis históricas pela Braskem. As perdas mensais estressadas foram dessa forma aumentadas de 0,21% para 2,7% por mês.

Em sua análise, a Moody's não atribuiu crédito a quaisquer fluxos de caixa advindos de recompras voluntárias de direitos creditórios inadimplentes pela Cedente. A Moody's também entende que a recompra voluntária pela Cedente tende a diminuir o efeito das diluições e dos atrasos efetivamente ocorridos na carteira do Fundo, não refletindo a real qualidade de crédito da carteira cedida. A Moody's observa que a Braskem é obrigada a informar ao Custodiante o nível de recompras e substituições que ocorrem no Fundo.

A cedente é obrigada a recomprar os direitos creditórios diluídos e possui a faculdade de recomprar direitos creditórios atrasados. Desta maneira, a Moody's acredita que o suporte ativo que pode ser oferecido a esta operação relacione, em certa medida, o rating da operação ao rating da Braskem.

Os níveis de diluição, pagamentos diretos à Cedente, recompras e atrasos estão sendo monitorados por gatilhos prescritos nos Eventos de Avaliação.

A modelagem quantitativa da Moody's tem o objetivo de verificar se a proteção de crédito, mediante subordinação e excesso de spread é suficiente para mitigar as perdas derivadas de atrasos e diluições.

### Tratamento das Preocupações

**Concentração de Sacados:** De acordo com os documentos da transação, a concentração de um único sacado pode atingir até 8% dos ativos líquidos do fundo em casos de sacados definidos como Clientes Especiais, e até 40% de exposição agregada para clientes especiais.

A Moody's gerou um cenário de estresse modelado a partir do CDO ROM, envolvendo concentração máxima de 8% para cada cliente especial (para até 5 clientes especiais) e o restante da carteira concentrado em linha com as concentrações históricas vistas em transações anteriores. Os resultados deste cenário de estresse foram consistentes com os níveis de ratings atribuídos às quotas sênior e mezanino.

### Monitoramento

Monitoraremos o desempenho da transação de maneira contínua, utilizando as informações presentes em relatórios periódicos de serviços de cobrança ("periodic servicing reports") para determinar se o desempenho está em linha com as expectativas, principalmente no que diz respeito à elevação de perdas, inadimplências, recompras ou outras métricas que evidenciam uma possível deterioração da qualidade de crédito da carteira.



## Pesquisa Correlacionada

Para uma explicação detalhada da abordagem da Moody's para este tipo de transação, bem como para transações semelhantes, consulte os seguintes relatórios:

### Metodologias Utilizadas

» [Moody's Approach to Rating Trade Receivable Transactions, January 2010 \(SF14091\)](#)

Para acessar qualquer um destes relatórios, clique nos links acima. Note que essas referências são atuais na data de publicação deste relatório e que outros documentos mais recentes podem estar disponíveis. Pode ser que nem todas as pesquisas estejam disponíveis a todos os clientes.

- 
- <sup>1</sup> A Brakem provisiona integralmente qualquer recebível em atraso por mais de 180 dias. Não há regra pré-estabelecida para baixas e estas ocorrem de modo discricionário.
- <sup>2</sup> As perdas foram calculadas a partir dos atrasos entre 91 e 120 dias acrescidos das baixas de direitos creditórios apuradas mensalmente.

Relatório Número: SF206241

© Direitos autorais 2010, Moody's Investors Service, Inc., e/ou suas licenciadas, sociedades controladoras, sob controle comum ou controladas (em conjunto, a "MOODY'S"). Todos os direitos reservados.

**OS RATINGS DE CRÉDITO SÃO OPINIÕES ATUAIS DA MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC. (MIS) A RESPEITO DOS RISCOS FUTUROS RELATIVOS DE PESSOAS JURÍDICAS, CRÉDITOS, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. A MIS DEFINE RISCO DE CRÉDITO COMO O RISCO DE UMA PESSOA JURÍDICA NÃO CUMPRIR COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS OU FINANCEIRAS NO SEU VENCIMENTO, E UMA ESTIMATIVA DAS PERDAS FINANCEIRAS NO CASO DE INADIMPLÊNCIA. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO TRATAM DE OUTROS RISCOS, INCLUINDO, SEM EXCLUSÃO DE OUTROS, DE LIQUIDEZ, DE VALOR DE MERCADO OU DE VOLATILIDADE DO PREÇO. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO SÃO DECLARAÇÕES SOBRE FATOS ATUAIS OU PASSADOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO CONSTITUEM ACONSELHAMENTO DE INVESTIMENTO OU FINANCEIRO, NEM RECOMENDAÇÕES DE COMPRA, VENDA OU DETENÇÃO DE TÍTULOS ESPECÍFICOS. OS RATINGS DE CRÉDITO NÃO AVALIAM A ADEQUAÇÃO DE UM INVESTIMENTO PARA UM DETERMINADO INVESTIDOR. A MIS EMITE RATINGS DE CRÉDITO BASEANDO-SE NA EXPECTATIVA E NO ENTENDIMENTO DE QUE CADA INVESTIDOR FARÁ SEU PRÓPRIO ESTUDO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS QUE CONSIDERE COMPRAR, CONTINUAR A DETER OU VENDER.**

TODAS AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE DOCUMENTO SÃO PROTEGIDAS PELA LEGISLAÇÃO, INCLUSIVE A DE DIREITOS AUTORAIS, E NÃO PODEM SER COPIADAS, REPRODUZIDAS, TRANSMITIDAS, DIVULGADAS, REVENDIDAS OU ARMAZENADAS PARA USO SUBSEQUENTE PARA QUALQUER DESSES FINS, NO TODO OU EM PARTE, DE QUALQUER FORMA OU MEIO, POR QUALQUER PESSOA, SEM O CONSENTIMENTO PRÉVIO, POR ESCRITO, DA MOODY'S. Todas as informações contidas neste documento foram obtidas pela MOODY'S junto a fontes que ela considera precisas e confiáveis. Devido à possibilidade de erro humano ou mecânico, bem como a outros fatores, contudo, essas informações são fornecidas no estado em que se encontram, sem garantia de qualquer tipo. Em nenhum caso a MOODY'S será responsável perante qualquer pessoa, física ou jurídica, por (a) perdas ou danos causados, sofridos ou relacionados, no todo ou em parte, a erro (por negligência ou outros fatores) ou circunstâncias diversas, dentro ou fora da esfera de controle da MOODY'S ou de seus diretores, administradores, empregados ou agentes, em relação à obtenção, compilação, análise, interpretação, comunicação, publicação ou transferência dessas informações, ou (b) danos diretos ou indiretos de qualquer natureza (incluindo, sem limitação, lucros cessantes), resultantes do uso ou incapacidade de usar essas informações, mesmo se a MOODY'S for avisada com antecedência sobre a possibilidade de ocorrência desses danos. Os ratings, análises de relatórios financeiros, projeções e outras observações, se houver, constituirão parte das informações contidas neste documento, e deverão ser interpretados somente como manifestação de opinião, e não como declaração de fato ou recomendação para a compra, venda ou detenção de valores mobiliários e títulos. A MOODY'S NÃO PRESTA NENHUMA GARANTIA, EXPRESSA OU IMPLÍCITA, QUANTO À PRECISÃO, ATUALIZAÇÃO, COMPLETUDE, VALOR COMERCIAL OU ADEQUAÇÃO A QUALQUER FIM ESPECÍFICO DE QUALQUER RATING, OUTRA OPINIÃO OU INFORMAÇÃO.

A MIS, uma agência de rating de crédito, subsidiária integral da Moody's Corporation ("MCO"), neste ato divulga que a maioria dos emissores de títulos de dívida (incluindo títulos corporativos e municipais, debêntures, notes e notas promissórias) e de ações preferenciais classificados pela MIS se obrigou, antes da atribuição de qualquer rating, a pagar à MIS, por serviços de avaliação e rating por ela prestados, honorários de US\$1.500 a aproximadamente US\$2.500.000. A MCO e a MIS mantêm políticas e procedimentos a fim de preservar a independência dos ratings e dos processos de rating da MIS. São incluídas anualmente no website [www.moody's.com](http://www.moody's.com), sob o título "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy.", informações acerca de relações societárias que possam existir entre diretores da MCO e entidades classificadas por ratings, e entre entidades que possuem ratings da MIS e que também informaram publicamente à SEC (Security and Exchange Commission — EUA) deter participação acionária maior que 5% na MCO.

Qualquer publicação deste documento na Austrália diz respeito à afiliada da Moody's intitulada Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, a qual possui a Licença Australiana de Serviços Financeiros no.336969. Este documento deve ser fornecido somente a clientes institucionais (de acordo com a seção 761G da Lei das Sociedades de 2001). Através da continuidade do acesso deste documento na Austrália, a Moody's e suas afiliadas entendem que V.S.<sup>a</sup> é um cliente institucional ou o representa, e que não divulgará direta ou indiretamente este documento, ou o conteúdo nele presente, a clientes de varejo (conforme denominado na seção 761G da Lei das Sociedades de 2001).

\* Este documento foi preparado originalmente em inglês e posteriormente traduzido para diversas outras línguas, inclusive o português. Em caso de divergência ou conflito entre as versões, a versão original em Inglês prevalecerá.

